CRISTINA MIYUKI SATO MIZUMURA

Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro

Discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas

São Paulo

2011

CRISTINA MIYUKI SATO MIZUMURA

Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro

Discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, área de concentração Estudos dos Meios e da Produção Midiática, linha de pesquisa Informação e Mediações nas Práticas Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Alice Mitika Koshiyama.

ECA/USP

São Paulo

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Mizumura, Cristina Miyuki Sato

Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro : discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas / Cristina Miyuki Sato Mizumura – São Paulo : C. M. S. Mizumura, 2011.

242 p. + il.

Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profª Drª Alice Mitika Koshiyama

1. História do jornalismo – Brasil 2. Jornalismo – Brasil – Japão
3. Mulheres 4. Jornalistas I. Koshiyama, Alice Mitika II. Título.

CDD 21.ed. – 079.81

MIZUMURA, Cristina Miyuki Sato. **Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas.** Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação.

Aprovada em

Banca Examinadora

Agradecimentos

À Professora **Alice Mitika Koshiyama**, pela orientação dedicada e pelos anos de incentivo e compreensão. Conhecê-la influenciou minhas escolhas de vida e formas de pensar o mundo;

À Professora **Maria Otília Bocchini**, por ter me ensinado sobre feminismo, luta política e escrita humanizada como se eu estivesse descobrindo tudo sozinha;

À Professora **Célia Sakurai**, pelas observações valiosas no exame de qualificação e por seus estudos inovadores da imigração japonesa no Brasil que sempre me inspiraram;

Aos professores **Rosana de Lima Soares** e **Koichi Mori**, por seus cursos que aprofundaram os conceitos sobre estigmas sociais e identidades culturais. Sob perspectivas diferentes mostraram a manipulação dos discursos e dos imaginários;

Ao **Paulo César Bontempi**, da secretaria de pós-graduação do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP, que humaniza a burocracia da academia;

À **Anésia José** e **Rogério Mirabili**, pelas revisões e formatação do trabalho, e pelas muitas jornadas na busca de formas e conteúdos que expliquem melhor o mundo;

À **Sônia Naomi Fuji**, pelas revisões de inglês e pelo companheirismo desde a infância;

Ao **Alex Criado** e **Edilene Cruz**, pela amizade nos momentos bons e ruins, nos grandes e pequenos acontecimentos de uma longa convivência;

A minha família: **Silvio**, pela história em comum e pela renovação do presente; **Beni**, pela constância serena; **Vilma** e **Mirian**, por atualizar o passado com as novas gerações e **Helena** e **Keiko**, pelo convívio respeitoso e carinhoso;

Ao companheiro **Carlos Hiroaki Mizumura** e a minha filha **Anna Mayumi Mizumura**, pelos dias repletos de amor na grande aventura do cotidiano.

Finalmente, sou imensamente grata à **Andréia Ferreira**, **Célia Abe Oi**, **Fátima Kamata**, **Kátia Sattomura**, **Mami Yasunaga**, **Marina Narahara** e **Mitsuko Kawai** (*in memorian*), por compartilharem suas trajetórias de vida. Por meio delas, minha gratidão às **mulheres imigrantes** e **nikkeis** que legaram as conquistas atuais com seu esforço de sobrevivência.

Resumo

Esta pesquisa discute a multiplicidade de discursos sobre a identidade das mulheres *nikkeis* no Brasil pela perspectiva do jornalismo produzido na comunidade de imigrantes japoneses e descendentes. Para a análise foram utilizados o suplemento Página Um, a revista Arigatô e o tablóide Japão Agora, por apresentarem reportagens em português que contrariaram alguns estereótipos da mulher japonesa e *nikkei*. Apesar de serem exceções ao discurso hegemônico que louvava a mulher nipônica abnegada e submissa, as matérias revelam a possibilidade de questionamento desse imaginário dentro do jornalismo nipo-brasileiro. Outro recurso para a realização do estudo foi a obtenção dos depoimentos de mulheres jornalistas da imprensa nipo-brasileira por meio da técnica de pesquisa dos *relatos de vida*. Nos relatos de vida as entrevistadas expressaram sua relação com a profissão e a influência de fatores como origens familiares, identidade étnica e gênero. As reportagens e os relatos de vida das jornalistas mostram as contradições entre o imaginário sobre as mulheres japonesas e *nikkeis* e suas condições concretas da vida. O objetivo foi estabelecer como as autoras e protagonistas de reportagens desafiaram a desumanização a partir do que Agnes Heller chamou de “condução de vida”, ou seja, uma forma própria de apropriar-se da realidade a partir de sua individualidade, impondo a ela a marca de sua personalidade. É possível perceber a existência de manipulações para naturalizar os papéis atribuídos às mulheres e as estratégias femininas para conviver com os sistemas de preconceitos que impedem a conquista da autonomia e da cidadania.

Palavras-chave

História do jornalismo, Jornalismo nipo-brasileiro, Cultura japonesa, Mulheres *nikkeis*, Relatos de vida

Abstract

This research discusses multiplicity of discourses on Nikkei women's identity from perspective of journalism produced by community of Japanese immigrants and descendants in Brazil. It was used for analysis the supplement *Página Um*, the magazine *Arigatô* and the tabloid *Japão Agora* because of reports in Portuguese that contradicted some stereotypes of Japanese and Nikkei women. Although these are exceptions to the hegemonic discourse praising Japanese woman as selfless and submissive, the materials have revealed the possibility of questioning that imagery inside Japan-Brazilian journalism. Another resource for the study was to obtain testimonies of women journalists in Japan-Brazil press through the research technique of life narratives. The interviewees have expressed their relationship with the profession and the influence of factors such as family background, ethnic identity and gender. The reports and the life narratives of the journalists have showed contradictions between the imagery on the Nikkei and Japanese women and their real life conditions. The objective was to establish how the authors and protagonists of news reports challenged dehumanization as Agnes Heller calls “conduct of life”, in other words, a proper way of appropriating reality from their individuality by imposing the mark of their personality. It was possible to perceive existence of manipulation to naturalize roles assigned to women and women's strategies to live with systems of prejudice that prevent achievement of autonomy and citizenship.

Key words

History of journalism, Japan-Brazilian Journalism, Japanese Culture, Nikkey Women,
Life narratives

Sumário

Apresentação.....	9
Introdução.....	16
Capítulo I	
Mapas e direções	20
1. Referenciais teóricos	
1.1. Movimentos migratórios: espaços, tempos e imaginários.....	21
1.2. Identidades: definições e contextos.....	24
1.2.1 A dimensão do gênero, etnia e classe social: indissociáveis.....	28
1.3. Cidadania e multiculturalismo: avanços e reações conservadoras.....	32
1.4. A apropriação da realidade a partir da individualidade: papéis sociais, alienação, sistemas de preconceito.....	37
2. Recursos metodológicos	
2.1 Relatos de vida/histórias de vida.....	42
2.2 Condições de objetividade e subjetividade.....	45
2.3 Entrevistas com as jornalistas participantes: os depoimentos.....	48
2.4 Pensar por escrito: a produção textual nos relatos de vida.....	53
Capítulo II	
Mulheres <i>Nikkeis</i> no Brasil – Discursos e Identidade.....	58
1. O universo <i>nikkei</i> no Brasil.....	58
2. Mulher <i>nikkei</i> , quem é?.....	72
3. Imaginário sobre a mulher japonesa no Brasil.....	76
4. O papel da mulher imigrante e <i>nikkei</i>	81
Capítulo III	
Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro.....	90
1. O Jornalismo nipo-brasileiro.....	90
1.1 Trabalhadores da imprensa nipo-brasileira.....	94
1.2 A linguagem dos jornais nipo-brasileiros.....	98
2. A presença de mulheres nos meios de comunicação.....	102
3. Moda, beleza e comportamento na imprensa <i>nikkei</i>	106
3.1 As misses <i>nikkeis</i> : ideais de beleza e comportamento.....	106
3.2 Menos discussão, mais dicas práticas.....	116

4.	As mulheres representadas.....	120
4.1	As pioneiras da imigração e a sinceridade: quando não valeu a pena ter vindo para o Brasil.....	122
4.2	Duas <i>nikkeis</i> emblemáticas para o jornalismo nipo-brasileiro.....	127
4.2.1.	Suely Yumiko: a <i>nikkei</i> e sua brasilidade.....	129
4.2.2.	Eunice Fumie: assassina fria ou vítima de conflitos culturais?.....	142
4.3	Mulheres nas memórias dos leitores.....	149
	Anexo A.....	156
	Anexo B.....	157
	Anexo C.....	158
	Anexo D.....	159
	Anexo E.....	160

Capítulo IV

Relatos de Vida de Jornalistas	161
1. Origens familiares e a escolha do jornalismo. Jornalistas por acaso?.....	161
2. As mulheres jornalistas nas redações nipo-brasileiras.....	170
3. Os desafios de trabalhar no jornalismo nipo-brasileiro.....	178
4. O papel do jornalismo nas trajetórias de vida.....	188
Anexo F.....	196

Capítulo V

Construção de sentidos.....	197
1. Os discursos e os silenciamentos sobre as mulheres <i>nikkeis</i>	198
1.1 Marcas no corpo e na alma.....	201
1.2 O jornalismo nipo-brasileiro na construção dos discursos.....	208
2. Estratégias para superar preconceitos e a discriminação.....	216
3. O papel de jornalista e suas qualidades humanas.....	222
Considerações finais.....	230

APRESENTAÇÃO

As mulheres *nikkeis* sempre estiveram tão próximas de mim que era praticamente impossível vê-las de verdade. Pertencer à terceira geração de duas famílias numerosas que imigraram na década de 1930 para o Brasil significou crescer em meio a um grande emaranhado de tios, tias e primos e primas. Minha avó materna foi uma matriarca de personalidade forte, em cuja órbita cruzavam-se as vidas de dezenas de pessoas. Eu não morava com ela mas recebi dela uma atenção especial, pois minha mãe Shizuco morreu jovem, quando eu tinha seis anos e meu irmão quatro. Anos depois meu pai se casaria novamente, com Fumico Sato, que era viúva e sem filhos. Continuamos freqüentando a casa de minha avó aos domingos, pois nem meu pai nem minha mãe Fumico tinham os pais vivos.

A realização de uma tese sobre mulheres no jornalismo nipo-brasileiro foi a possibilidade de resgatar esse mundo feminino dos cafezais, das feiras, das máquinas de costura. Conforme as mães e tias vão desaparecendo e eu mesma vou ficando com a idade que elas tinham na minha infância, as lembranças delas ficam mais vívidas. Lembro-me delas em muitas ocasiões, chegando cada uma com seu avental quando havia alguma missa ou noivado, preparando desde a véspera os salgadinhos e as variedades de sushi. E elas aproveitavam para conversar sobre o trabalho dos maridos e o estudo dos filhos. Não sei muito de seus sonhos e desejos, pois tenho a impressão de que pouco falavam de si mesmas.

Quando estavam entre as irmãs e cunhadas, falavam na sua versão do japonês, palavras misturadas dos dois idiomas. Em voz baixa – as crianças sempre por perto – comentavam o caso de alguma moça que se casara com um “*gaijin*”, ou seja, um *não-nikkei*. “Os pais não mereciam isso, deram tanto estudo pra quê?”, diziam desoladas e solidárias. Afinal, podia acontecer com qualquer uma delas, “como controlar esses jovens hoje em dia?” Mas uma delas tinha uma cunhada “*gaijin*”, que recebia elogios hesitantes pelo empenho como esposa e nora, aprendendo a fazer todos os pratos, falando em japonês com os sogros...

Para elas, antigamente tudo era melhor, e relembavam suas cidades de origem e a época de solteiras.

Meu primeiro contato com o jornalismo se deveu às mulheres da família. Minhas tias por parte de pai gostavam imensamente de músicas japonesas. Todos os domingos eles ouviam o Programa Mensagem Musical Nipônica, transmitido pela Rádio Santo Amaro naqueles anos 1970~1980. Quando adquirimos nosso telefone, meu pai me encarregou de ligar para o programa e pedir as músicas. O apresentador Alberto Murata anunciava: “Hiroshi Sato, da Vila Carrão, oferece a música da Missora Hibari para a cunhada Teresa, que faz aniversário esta semana”. As tias retribuíam, mas pediam as músicas por carta, porque o telefone do estúdio estava sempre ocupado. Formava-se um espaço especial, formado pelas ondas do rádio, que aproximava os membros daquela família.

Além da programação musical o programa tinha quadros de entrevistas e pesquisas com os ouvintes. Quando eu ligava, dava minhas opiniões contundentes sobre todos os assuntos levantados pelo programa (aos treze anos eu tinha muitas certezas!). Minha formação era bem caótica, mas tive a sorte de ter alguns bons professores na escola pública estadual que frequentava. Eles me incentivaram a buscar interpretações para o mundo. Depois entendi que eram jovens idealistas, muitos ainda recém-formados, que trabalhavam receosos no ambiente de repressão do governo militar. Havia muitas aulas vagas, sem professores das matérias, então eu ia para a biblioteca pública da Vila Nova Manchester, um bairro próximo, onde encontrei todo tipo de livro e bibliotecárias atenciosas. Eu lia diariamente os jornais populares como Notícias Populares e Diário da Noite, que meu pai comprava para os fregueses de seu bar. Também tinha acesso aos jornais japoneses, que eram doados diariamente por um amigo de meu pai.

O diretor do programa, que se divertia com minha veemência, convidou-me para trabalhar com ele. Eu fiquei felicíssima, pois gostava do programa e mais ainda quando comentavam minhas respostas no ar. Foi meu primeiro emprego, aos 14 anos. O trabalho era de meio período na época de aulas, e o dia inteiro nas férias. Todas as manhãs trabalhava na produção do programa – separava os discos, pesquisava as novidades musicais, fazia textos

para a abertura do programa. Aos domingos, trabalhava no programa ao vivo, atendendo os telefonemas e comentando as respostas. A pequena estrutura do programa permitiu que eu aprendesse muito, pois precisava fazer um pouco de tudo. Mas isso também mostra a superexploração que existia, devido à precariedade financeira dos veículos de comunicação nipo-brasileiros.

Precisava encontrar as músicas solicitadas no acervo de discos e fitas, mas muitos estavam escritos em japonês. Pela primeira vez reconheci a utilidade dos conhecimentos de japonês, que eu aprendera meio que obrigada pelo meu pai, na associação de japoneses da Vila Carrão. Foram mais de oito anos de estudos, pecinhas de teatro, apresentações de oratória e muito tédio para decorar os ideogramas. Penso com gratidão no Sano *sensei*, um professor que usava gravata e terno completo mesmo em dias de calor infernal. Tentava controlar o incontrolável, tentava transmitir valores morais para crianças desatentas. Foi ele quem me mandou escrever um diário, conforme costume japonês, para praticar a escrita durante as férias. Como nada aconteceu naquele mês, inventei muitas coisas para o diário ficar mais interessante. Ele não me repreendeu, apenas corrigiu os erros, que eram muitos, e me incentivou a continuar escrevendo.

O trabalho na rádio me proporcionou boas experiências. Participei de entrevistas coletivas com artistas japoneses que vinham fazer shows no Brasil. Havia os convidados, cantores amadores, políticos e as chamadas personalidades da “colônia”. Conheci muitos ouvintes, inclusive uma personagem que está nesta pesquisa, Tieko Suma, que tinha o título de ouvinte-símbolo do programa, tal sua assiduidade e participação, com cartas e telefonemas. Como era cadeirante e pouco saía de casa, Tieko passava muito tempo ouvindo o rádio, sua grande companhia. Havia também muitos ouvintes não descendentes, admiradores da cultura japonesa, que estudavam o idioma com afinco.

Nesta época o suplemento Página Um, que aparece bastante nesta pesquisa, ainda estava circulando. Gostava do tom combativo e das críticas às lideranças da comunidade, mas em alguns momentos achava que aquela discussão sobre identidade estava superada, era coisa da geração passada. Mas aumentava minha certeza de que o jornalismo seria minha

profissão. No programa de rádio também debatíamos a preservação da cultura e conflitos de gerações, mas num clima mais ameno, pois os ouvintes preferiam mais músicas e menos entrevistas e comentários. Foi no “Mensagem Musical Nipônica” que convivi com Mitsuko Kawai, que também aparece neste trabalho. Apesar da grande diferença de idade, sentia muita afinidade com a jornalista. Ela participava esporadicamente do programa, narrando lendas japonesas durante a programação. Voltávamos juntas de Santo Amaro, conversando no ônibus e metrô. Nunca esqueci de sua gentileza e vivacidade.

Quando ingressei no curso de jornalismo na Escola de Comunicações e Artes da USP em 1986 já não trabalhava na rádio. Consegui logo no 1º semestre um emprego na então Coordenadoria de Atividades Culturais da Universidade, que editava o Jornal da USP. Menciono este emprego porque o colega que disputou a vaga comigo tornou-se um grande amigo, o Alex Criado. Até hoje ele acredita que fui favorecida por ser “japonesa”, ou seja, pelo imaginário de seriedade e comprometimento dos *nikkeis*. Como os critérios foram realmente subjetivos, concordei parcialmente com essa avaliação. Mas nem sempre ser *nikkei* é vantajoso, principalmente quando utilizado para questionar nossa cidadania: “Seu japonês, volte pra sua terra!”, foi uma frase que ouvi dizerem mais de uma vez para meu pai e que sempre me entristeceu.

Durante a graduação, fiz a disciplina História do Jornalismo com a professora Alice Mitika Koshiyama. Apresentei um pequeno trabalho sobre o jornal Página Um, que havia sido extinto. Apesar das limitações, a monografia mostra a renovação que o Página Um representou, baseado no idealismo de alguns jovens jornalistas. As entrevistas com alguns membros da equipe de jornalistas – Célia Abe Oi, Willian Kimura e Néelson Watanabe – foram muito marcantes, pois o projeto fora extinto sem a perspectiva de continuidade.

Pouco antes de me formar trabalhei no jornal Japão Agora, lançado pela empresa que editava o Jornal Paulista, publicação tradicional da comunidade. Quem me chamou foi um colega da ECA, Ângelo Ishi, que trabalhava na página em português do Jornal Paulista. Ele convidou mais dois colegas de sua turma para o projeto, ambos não *nikkeis*. Creio que neste caso fui lembrada por ser *nikkei*, o que facilitava a sugestão de pautas que fossem

interessantes para o público de descendentes que o jornal pretendia atingir, além dos brasileiros com interesse no Japão. Lá conheci outra participante desta pesquisa, Fátima Kamata (então Yamamoto), que foi a editora-chefe do Japão Agora. O jornal não sobreviveu, apesar da motivação de toda a equipe e do apoio do proprietário da empresa, que apostava muito no novo projeto para dinamizar o jornalismo nipo-brasileiro. Essa experiência me desanimou bastante, assim como a sensação adquirida ao longo da graduação, de que o jornalismo não era a profissão que eu idealizava tanto na adolescência.

Terminei a faculdade indecisa entre começar outro curso, procurar emprego ou ir para o Japão, onde já estavam trabalhando muitos *nikkeis*. Acabei passando a década de 1990 no Japão. Durante um ano trabalhei na construção civil e em postos de gasolina. O aprendizado foi rico, mas compreendi o sentido de exaustão física e de tempo que não passa. Felizmente fui chamada para auxiliar na edição de um dicionário japonês/português, que estava na fase das inúmeras revisões. Permaneci por oito anos nessa empresa, que era da área comunicação, editoração e traduções. No Japão, eu pude finalmente ser brasileira, como sempre me senti. Ao contrário do que ocorre no Brasil, não havia divergências entre minha percepção e a dos outros. Paradoxalmente, por fora fiquei com uma aparência japonesa, o que tornava anônima na grande metrópole que é Tóquio.

Como leitora, acompanhei o surgimento dos jornais para brasileiros e percebi muitos elementos semelhantes aos antigos jornais de imigrantes no Brasil, como as fotos de “procurados” ou anúncios sentimentais. Reencontrei antigos colegas de faculdade que foram trabalhar nos jornais para brasileiros no Japão. Nesta época minha chefe inaugurou um pequeno restaurante de comida brasileira em Shinjuku, bairro boêmio de Tóquio. Eu passei a ajudá-la e foi no restaurante que conheci muitos brasileiros e brasileiras. O que me marcou profundamente foi a diversidade no perfil desses *nikkeis*, principalmente no caso das mulheres. A vida longe do Brasil, principalmente das pressões familiares, parecia proporcionar a libertação dos estereótipos impostos.

Voltei ao Brasil em 1999. Ingressei no mestrado na ECA/USP com um projeto sobre os jornalistas pioneiros da imprensa nipo-brasileira, senhores idosos que sempre me

intrigaram. A pesquisa foi desenvolvida sob orientação da profa. Alice Mitika Koshiyama, e resultou na dissertação de mestrado “Brasil em ideogramas – histórias de vida de jornalistas da imprensa nipo-brasileira”, concluída em 2004. Foi possível mostrar a sobreposição dos universos simbólicos e o estranho fascínio que o jornalismo provoca, independente de nacionalidades.

A vontade de fazer algum trabalho sobre mulheres nikkeis é antigo, desde a época que olhava sonhadora as fotos antigas de família. O mistério da tia que fora deixada no Japão e viveu uma trajetória muito diferente das irmãs que vieram para o Brasil. Minhas tias e primas mais velhas na época de solteiras, quando se arrumavam com cuidado para as festas da comunidade. As brasileiras que se “reinventavam” quando foram trabalhar e viver no Japão. De modo mais concreto, foi a história de vida de Mitsuko Kawai, elaborada durante o mestrado, que forneceu a ideia de um trabalho com mulheres jornalistas das novas gerações. A pesquisa concentrou-se mais no imaginário de uma certa época da presença japonesa no Brasil, da imigração aos anos 1990, por se tratar de período mais discutido pela imprensa nipo-brasileira em suas páginas em português. Assim, não nos estendemos para a discussão sobre os ideais de beleza femininos ligados à cultura *pop* japonesa, com suas imagens de mulheres fantasiadas e maquiadas de forma extravagante, cada vez mais frequentes nos meios de comunicação e difundidas amplamente entre jovens asiáticos e também ocidentais.

Esta apresentação não deixa de ser um relato de vida, semelhante ao que foi solicitado às jornalistas da imprensa nipo-brasileira para a realização desta pesquisa. Cada resposta provocava em mim uma lembrança, uma reflexão ou uma dúvida. Ao narrar minha relação com as origens familiares, com o universo *nikkei* e com o jornalismo nipo-brasileiro reencontrei minha avó costurando meu quimono de criança, as jornalistas que sempre admirei, as professoras que me disseram que podíamos discordar e criticar. Na realização dessa tese compartilhei momentos únicos com as participantes, houve solidariedade e respeito, e as várias narrativas trazem a celebração da vida, a nossa e a das que nos antecederam.

Minha tia Hiromi, que foi adotada pelos tios sem filhos e ficou no Japão, enquanto o restante da família imigrou para o Brasil. Na primeira foto, ainda pequena (sem data). Na segunda, aos 22 anos, numa estância termal (1947). A terceira foto foi enviada do Alaska, onde foi morar com o marido, um militar americano (1958). Ela mandava cartas para a minha avó e as irmãs, mas nunca mais se encontraram. Sempre pensei na diferença de sua vida com a das minhas tias no Brasil.

Nas fotos à esquerda, minha mãe com outras jovens da Associação de Moças do bairro Mizuho (Duartina/SP). A foto na carroceria de caminhão é de 1958, quando elas se dirigiam para as comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa.

Na foto à direita, minhas tias ainda solteiras em foto de estúdio.

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos do presente estudo foi compreender como algumas profissionais se relacionavam com a carreira de jornalista na imprensa nipo-brasileira. As lembranças sobre a escolha profissional, a atuação em veículos com perfil étnico e cultural bem definidos, os desafios de ser mulher em redações tradicionalmente masculinas eram os questionamentos iniciais da pesquisa. Havia também a preocupação de articular o exercício do jornalismo nipo-brasileiro com suas trajetórias de vida e com os imaginários sobre a identidade feminina e *nikkei*.

Eram muitas as ambições e poucas as certezas de como construir o percurso. A escolha do universo da pesquisa e as dificuldades de cada etapa foram estabelecendo gradualmente os marcos para as reflexões sobre o tema. Mas os percursos foram tortuosos. Nem sempre o referencial teórico e metodológico era suficiente ou apropriado; nem sempre as entrevistadas estavam disponíveis para longas conversas. Muitas vezes as declarações contrariavam as premissas e expectativas. Sendo assim, a presente estrutura em capítulos organiza artificialmente uma realidade rebelde.

Um pouco desse processo subjacente ao desenvolvimento da pesquisa está resumido no **Capítulo I – Mapas e Direções**, que apresenta os principais referenciais teóricos e metodológicos adotados neste estudo. Os assuntos estão agrupados em blocos conceituais, para facilitar a apresentação de algumas idéias que foram inspiradoras para a pesquisa: da conduta nas entrevistas à compreensão de contextos. O Capítulo I também discute a metodologia do trabalho, como os *relatos de vida*, técnica de pesquisa adotada com as jornalistas participantes e a relevância dos *depoimentos escritos*. Estes recursos não foram previstos inicialmente, mas mostraram-se adequados para o estudo, conforme detalhado no final do capítulo.

Para introduzir a questão dos discursos sobre a identidade e do imaginário sobre o japonês no Brasil o **Capítulo II - Japoneses e Descendentes no Brasil** apresenta um resgate histórico da imigração japonesa e das transformações nas imagens e estereótipos sobre o grupo de japoneses. Discutimos as várias denominações – *nissei*, *sansei*, *nikkei*, japonês – que distinguem os membros da comunidade de japoneses e descendentes no Brasil, e as razões para a afirmação de brasilidade por meio de uma identidade hifenizada, ou seja, a de *nipo-brasileiro*. Embora o interesse principal do presente trabalho esteja nas mulheres descendentes, consideramos importante discorrer sobre as mulheres imigrantes, da primeira geração, uma vez que na visão da sociedade brasileira majoritária todas são consideradas comumente como “japonesas”.

As dificuldades enfrentadas pelas pioneiras japonesas influenciaram decisivamente a construção do novo imaginário sobre as japonesas no Brasil, anteriormente marcado pela imagem de gueixa dócil, submissa e disponível sexualmente. O novo imaginário das japonesas e *nikkeis* foi, por sua vez, reelaborado no contexto dos ideais burgueses da “mulher do lar” que se consolidaram no Brasil ao longo do século 20. No Capítulo II deixamos claro que, apesar da tentativa de homogeneização, há muitas distinções entre as mulheres imigrantes e *nikkeis* no Brasil, apesar da percepção de todas como “japonesas”.

O papel da imprensa *nikkei* na construção de discursos sobre os ideais femininos é abordado no **Capítulo III - Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro**. Situamos o jornalismo como um dos espaços mais importantes de autorreferenciação dos japoneses no Brasil e sua importância no debate sobre a identidade e a integração dos *nikkeis* na sociedade brasileira. Descrevemos também o surgimento dos veículos nipo-brasileiros no Japão, com a proliferação de publicações para os *dekasseguis*¹ na década de 1990. A chamada imprensa étnica nipo-brasileira foi criada para prestar serviços e anunciar produtos para os milhares de trabalhadores que se empregaram em fábricas japonesas a partir do final da década de 1980.

¹ Expressão japonesa para designar trabalhadores temporários. Adotamos aqui a forma *dekassegui*, de uso consagrado na imprensa nipo-brasileira e pelos próprios trabalhadores, embora o dicionário Aurélio registre a grafia portuguesa decasségui.

Destacamos no Capítulo III as transformações nos concursos de beleza que elegiam as mais belas jovens nikkeis no Brasil. Os jornais tradicionais, como o *São Paulo Shimbun* e o *Jornal Paulista*, participaram ativamente desses eventos, em parceria com programas de televisão da comunidade. Os concursos de *miss* acompanharam as expectativas internas do ideal de beleza e comportamento para a mulher *nikkei*, que exigiam uma estética não-miscigenada e um padrão burguês de “boas moças”.

A maioria das publicações, especialmente nas páginas em português, divulgou as conquistas das novas gerações, mostrando os feitos das jovens *nisseis* e *sanseis* – obtenção de títulos universitários, bolsas no Japão, vitórias nos esportes, conquista de cargos na administração pública ou privada – o que consolidava a imagem de uma comunidade bem sucedida social e economicamente. Mas o discurso sobre a ascensão profissional das *nikkeis* nunca abandonou a ênfase nas suas qualidades femininas, como a dedicação às atividades filantrópicas e a conciliação do trabalho com a família. O sucesso das mulheres nikkeis contribuía para reafirmar o imaginário de “superioridade” dos valores japoneses, identificados na disciplina e na dedicação aos estudos e ao trabalho.

Para servir de contraponto ao discurso hegemônico sobre o sucesso da imigração e sobre a imagem das mulheres japonesas e nikkeis, recorreremos a algumas reportagens diferenciadas, publicadas num período que vai do final da década de 1970 ao longo da década de 1980 no jornal quinzenal *Página Um*, na revista *Arigatô* e no tablóide *Japão Agora*. Todos os projetos eram editados em português, destinavam-se aos descendentes e foram financiados pelos jornais tradicionais da comunidade. O projeto mais duradouro foi o *Página Um*, e o engajamento da equipe num projeto de “jornalismo alternativo” ao que existia na imprensa nipo-brasileira legou matérias sobre os temas tabus na comunidade, que eram ostensivamente evitados na tentativa de forjar uma imagem positiva dos imigrantes e seus descendentes.

No **Capítulo IV - Relatos de Vida de Jornalistas** são apresentadas as trajetórias de vida de seis jornalistas com atuação no jornalismo nipo-brasileiro. Os relatos foram obtidos a partir da metodologia e roteiro geral exposto no Capítulo I. Houve contatos pessoais e

telefonemas, mas são relatos baseados em *depoimentos por escrito*, e no caso de uma delas, já falecida, a partir dos seus registros autobiográficos. A organização dos relatos de vida foi feita com base em temas como origens familiares, escolha da profissão e percepções sobre o jornalismo nipo-brasileira, estabelecendo conexões entre seus discursos e questões como a identidade *nikkei*. A grande gama de diferenças é enfatizada, assim como a influência de fatores como idade, geração, ambiente de trabalho etc. As reportagens que mais marcaram a carreira das entrevistadas foram significativas para compreender os momentos em que há conflitos entre o papel de jornalista e suas qualidades humanas.

As conclusões começam no **Capítulo V – Construção de sentidos**, relacionando os discursos das mulheres jornalistas, os discursos sobre as mulheres representadas nos jornais e o imaginário da japonesa/*nikkei* no Brasil. Mostramos como a comunidade nipo-brasileira reforçou os estereótipos de mulher submissa e dedicada, importantes para a manutenção das relações patriarcais internas e para a projeção da boa imagem do grupo para a sociedade brasileira. Discutimos o sistema de preconceitos, tanto no âmbito interno da comunidade nipo-brasileira, quanto na sociedade brasileira, em contraposição aos discursos amplamente difundidos, mas questionáveis de igualdade racial (étnica) e de pluralidade cultural no Brasil.

Outras reflexões sobre o conjunto do estudo estão registradas nas **Considerações finais**, envolvendo principalmente o alcance das técnicas utilizando os relatos de vida para observar os discursos sobre os papéis sociais, as questões de gênero e de etnicidade. Refletimos sobre as exigências do trabalho jornalístico em veículos com identidade étnico-cultural e sobre a superação dos mecanismos que restringem as escolhas éticas das jornalistas. A satisfação com o jornalismo sugere que apesar das limitações da profissão e da alienação no seu cotidiano, as entrevistadas reconhecem a possibilidade concreta das conquistas para a autonomia e a reconexão com suas qualidades humanas.

CAPÍTULO I- Mapas e direções

Neste capítulo descrevemos os principais recursos teóricos e metodológicos que nortearam o presente trabalho. Trata-se dos referenciais que fundamentaram as escolhas, a coleta, o tratamento e a interpretação dos materiais que integram a pesquisa. Dentre as várias abordagens adotamos a perspectiva dos discursos, identidades e papéis sociais das mulheres *nikkeis*. O entrelaçamento do imaginário sobre as mulheres japonesas/*nikkeis* com os depoimentos das jornalistas permitiu a reflexão sobre os papéis sociais das mulheres numa comunidade étnica, a manipulação dos estereótipos e a construção dos discursos pelos jornais nipo-brasileiros.

Na maioria das vezes a opção teórica e metodológica ocorreu juntamente com o andamento da própria pesquisa. A metodologia e o referencial teórico foram sendo adaptados ao objeto, nunca o contrário. O mapa que parecia superado foi capaz de indicar uma direção segura, roteiros bem conhecidos revelaram-se inviáveis no meio do caminho. Novos autores foram sendo apresentados durante os cursos de pós-graduação ou eram sugeridos por colegas dispostos a contribuir com outros pontos de vista. Sempre foi gratificante reencontrar o quase esquecido e descobrir o que nem sabíamos estar buscando.

Para efeitos de sistematização agrupamos os conceitos que constituíram a base das reflexões sobre o ato de imigrar para tempos e espaços diferentes, sobre a identidade sempre em construção (vínculos culturais, nacionais, étnicos e de gênero), sobre a cidadania dos avanços e retrocessos e os confrontos da alienação com a busca de autonomia. A relação contém omissões importantes, pela impossibilidade de organizar todas as inspirações teóricas e metodológicas, mas permite esclarecer parcialmente a organização interna da reflexão pretendida.

1. Referenciais teóricos

1.1 Movimentos migratórios: espaços, tempos e imaginários

A idéia de imigração está fortemente relacionada ao deslocamento de povos através do espaço geográfico, algo que ocorreu continuamente ao longo da história da humanidade. Não se trata, portanto, de um fenômeno vinculado a determinadas épocas em particular. A transferência de ambiente, seja de forma provisória ou não, implica em outros fatores além do puramente espacial. O processo doloroso de não se reconhecer nos tempos e espaços foi descrito pelo sociólogo José de Souza Martins:

Mais do que trânsito de um lugar a outro, há a transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver em espaços geográficos diferentes. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar sempre.²

A reorganização das fronteiras geográficas, a globalização da economia, os avanços tecnológicos vêm acelerando os processos sócio-espaciais e transformando os referenciais de tempo. Contrariamente a muitos estudiosos, que na discussão da pós-modernidade falam da extinção do conceito de espaço, ou acreditam em noções de tempos e espaços “vazios”, o geógrafo Milton Santos alertou para a necessidade de distinguir metáforas e conceitos³. Algumas idéias são apenas metáforas, e o que fazer com elas, pergunta, “na medida em que nossa matéria-prima é o espaço banal, e este não se extinguiu com a aceleração contemporânea, mas apenas mudou de qualidade?”

As correntes migratórias internas e externas no Brasil vieram utilizando concretamente o espaço e o tempo diante das transformações dos sistemas sociais, econômicos e culturais dos seus locais de origem e de fixação. Milton Santos enfatizava a materialidade do espaço e do seu uso, retomando conceitos como tempo e mundo na sua essência:

² MARTINS, José de Souza. “O Vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil”, in Não há terra para plantar neste verão.

Petrópolis, Vozes, 1986, p. 45.

³ SANTOS, Milton. “Mapa do Mundo: tempos e espaços hegemônicos? In: Saber Plural no. 3, ECA/USP, São Paulo, 1996, p. 215.

Por **tempo**, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por **espaço** vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por **mundo** entendamos a soma, que também é síntese, de eventos e lugares. A cada momento, mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo. De tal modo, nossa grande tarefa é de apreender e definir o presente, segundo essa ótica⁴.

A partir de uma preocupação epistemológica totalizadora, os conceitos de tempo e espaço devem ser compreendidos como realidades históricas mutuamente conversíveis, ensinava Milton Santos: “Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições”⁵.

O ato de emigrar significa tradicionalmente a saída de alguém do país que é seu por relação de nacionalidade e por vivência, e cuja ausência supostamente terá uma duração significativa⁶. Emigrar, significa, portanto, deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estrangeiro. Os protagonistas desta ação serão designados, por quem os considere ausentes e enquanto esta situação se mantiver, por **emigrantes**. Do outro lado do itinerário espacial da emigração, no destino que motivou a decisão de partir, os mesmos protagonistas são percebidos como aqueles que chegam do exterior, considerados **imigrantes**.

Embora sejam as mesmas pessoas, essa diferença de denominações corresponde aos diferentes estatutos sociais: o emigrante é um nacional ausente, com perda pouco significativa de direitos no país de origem. Em contrapartida, como imigrante, é um estrangeiro vindo de fora, encontrando-se em uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá que se inserir, sujeitando-se às suas leis. No presente trabalho foram adotadas as designações imigração, imigrante e ato de imigrar em relação aos japoneses da primeira geração no Brasil, pois a perspectiva em relação ao processo e aos seus protagonistas é a do Brasil, país receptor.

⁴ SANTOS, Milton. Op. cit., p. 216.

⁵ SANTOS, Milton. Op. cit., p. 216.

⁶ Utilizamos sistematizações da profa. Maria Beatriz Rocha Trindade que integram o Dicionário Ilustrado de Portugal, Lisboa, Alfa, 1985 e o livro Sociologia das Migrações, Lisboa, 1995.

A mobilidade populacional transforma e é transformada por cada uma dessas dimensões – tempo e espaço – gerando novas relações humanas e produtivas. E diante de uma visão totalizadora do processo de imigração, a mudança de lugar não significa mais simples ruptura ou desenraizamento, e vem exigindo novas formas de compreender a experiência de viver em múltiplos espaços físicos e simbólicos. A pesquisadora Célia Sakurai levantou a necessidade dessa nova perspectiva nos estudos de imigração:

Quando se trata de imigração, aparece sempre na literatura, no cinema, nos trabalhos acadêmicos, e principalmente no senso comum, uma associação com ruptura, com abandono de antigos padrões, com nostalgia. O termo em inglês “uprooted” transmite de maneira bastante adequada esse clima: de que o imigrante é a pessoa que perdeu suas raízes.

No entanto, na discussão contemporânea sobre imigração, a noção de *uprooted* tem sido contestada, especialmente à luz das experiências contemporâneas. O imigrante do final do século XX não é, necessariamente, aquele que perdeu as suas raízes. No mundo da globalização, não é mais possível admitir que a mudança de lugar de moradia signifique ruptura ou desenraizamento⁷.

Nesta perspectiva a autora afirmou que os imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil criaram campos sociais e imaginários que ligam simbolicamente o Japão e o Brasil. Esses campos simbólicos serviram também para articular os tempos de um passado “congelado” (ou idealizado) e de um “provável retorno” no futuro, encarando o tempo provisório. As estratégias utilizadas para recriar o mundo não se limitam às características individuais dos imigrantes nem aos esforços coletivos do seu grupo. Um conjunto de elementos complexos condicionou as escolhas, ajustamento e integração dos grupos e indivíduos dentro do processo migratório, e estes incluem as condições estruturais tanto do país de origem quanto do país de fixação.

Sakurai chamou a atenção para o conceito de transnacionalidade nos fenômenos de imigração, uma corrente que busca compreender os processos de construção de campos simbólicos que ligam os países de origem e de fixação dos imigrantes. Embora tenha similaridades com temáticas como a globalização, sistema mundial e divisão internacional do

⁷ SAKURAI, Célia. “Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil”, in Revista da USP, dossiê Brasil-Japão. São Paulo, 1995, no. 27, p. 33.

trabalho, o transnacionalismo aponta para uma questão central: a relação entre territórios e os diferentes arranjos sócio-culturais e políticos que orientam as maneiras como as pessoas representam pertencimento a unidades sócio-culturais, políticas e econômicas.

A partir da década de 1990 Nina Glick Schiller influenciou intensamente os debates sobre a imigração, propondo a necessidade de discutir as migrações como parte de um amplo processo transnacional. A autora vem defendendo que os estudos sobre imigração deveriam fornecer uma visão global que explicasse a contradição contemporânea das narrativas sobre imigrantes, que ora os criminaliza, ora os celebra.⁸

O transnacionalismo coloca em perigo a lógica e eficácia de modos pré-existent de representar pertencimento sócio-cultural e político. O transnacionalismo não é exatamente um fenômeno novo. Os papéis desempenhados na história do Ocidente por instituições e elites intelectuais, religiosas e econômicas, com suas visões e necessidades cosmopolitas já faziam parte do transnacionalismo. Mas o desenrolar completo do transnacionalismo supõe o entrelaçamento de duas grandes forças: o amadurecimento do sistema de Estados-nações, um acontecimento do século XX que alcançou sua plenitude após a Segunda Guerra Mundial, e o exacerbamento de processos de globalização, algo que poderia atingir o presente nível apenas após os avanços tecnológicos nas indústrias de comunicação e transportes ocorridos nas últimas duas ou três décadas.

1.2. Identidades: definições e contextos

Atualmente as identidades culturais não são compreendidas de forma rígida - são resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades mais sólidas, como a de mulher, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidade em constantes processos de transformação. Embora a identidade pareça fixa e estável, o processo de construção da identidade é semelhante aos mecanismos discursivos e lingüísticos nos quais se sustenta,

⁸

Schiller, Nina Glick. A global perspective on transnational migration: Theorizing migration without methodological nationalism.

COMPAS (Centre on Migration, Policy and Society), Universidade de Oxford, 2009.

<http://www.compas.ox.ac.uk/fileadmin/files/pdfs/WP0967%20Glick%20Schiller.pdf> Acessado em 10/12/2010.

como compara Tomaz Tadeu da Silva: “Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade”⁹.

O imigrante é detentor de vários elementos identitários que são acionados de acordo com as situações vivenciadas ao longo da própria experiência migratória e conforme a dependência do outro: com quem ele está se relacionando e em quais circunstâncias. Não existe uma identidade homogênea, mas várias facetas aparecendo em momentos diferentes e em determinadas situações, dependendo das relações estabelecidas.

Nessas relações as diferenças e contrastes vão aparecendo, pois é como se houvesse um “jogo da identidade” em constante processo de elaboração, conforme explica Stuart Hall¹⁰. A palavra “jogo” sugere instabilidade e a falta de uma conclusão. A partir da concepção de que o eu se forma a partir do outro – base do pensamento de Lacan – e não a partir do pensamento, o imigrante deve ser compreendido como alguém sujeito a muitas culturas. Não apenas à do Japão, mas também a que estava inserido no Brasil: podia ser uma cultura caipira ou cabocla, ou urbana pré-industrial. O imigrante, desta forma, convivia com discursos instáveis, nos quais ora se reconhecia, ora se distinguia do outro. Não era um ser humano aprisionado em si mesmo, dividido cartesianamente em corpo e alma¹¹.

Quanto mais visível a diferença, maior a hostilidade. A identificação com o não-próximo é mais difícil que com o mais próximo. Além de plurais, as identificações são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções. Quem pergunta pela identidade do outro está questionando as referências hegemônicas: “A questão da identidade é assim semi-fictícia e semi-necessária. Para quem a formula, apresenta-se sempre como uma ficção necessária. Se a resposta é obtida, o seu êxito mede-se pela intensidade da consciência de que a questão fora, desde o início, uma necessidade fictícia. É, pois, crucial

⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. (org) *Identidade e Diferença*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 84.

¹⁰ Hall, S. (1995). *A questão da identidade cultural*. Campinas, IFHC/Unicamp, p. 16.

¹¹ LACAN, Jacques. “O estádio do espelho como formador da função do eu”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998 (pp. 96-103)

conhecer quem pergunta pela identidade , em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados”, afirma Boaventura de Souza Santos¹²

O resgate histórico das transformações sobre a questão identitária revela que a preocupação com a identidade ocorre com próprio surgimento da modernidade. O colapso da cosmovisão teocrática medieval trouxe consigo o humanismo renascentista, com seu paradigma da individualidade como subjetividade. O colapso do modo de vida comunitário da Idade Média cria um vazio que nunca foi plenamente preenchido pelo Estado Moderno, criando a tensão entre a subjetividade individual e coletiva. Outra tensão é entre uma concepção concreta e contextual da subjetividade e uma concepção abstrata, sem tempo nem espaços definidos.

O posicionamento específico da teoria política liberal perante as duas tensões representa a proposta hegemônica da resolução da questão da identidade moderna. “Na tensão entre subjetividade individual e subjetividade coletiva, a prioridade é dada à subjetividade individual; na tensão entre subjetividade contextual e subjetividade abstrata, a prioridade é dada à subjetividade abstrata. (...) Tratam-se de propostas hegemônicas mas não únicas nem em todo caso estáveis.”¹³

Essas construções da identidade do outro na identidade moderna européia tiveram desenvolvimento não_lineares, nem sempre coerentes. Houve momentos de forte contestação, como a do romantismo (recontextualização da identidade pelo vínculo étnico, religioso e com a natureza) e do marxismo (Estado deixa de ser o super-sujeito e a recontextualização passar a ser feita pelo vínculo de classe).

Qualquer destes vínculos significava a construção de uma identidade alternativa à polarização indivíduo-estado, portanto, a criação de lealdades terminais inapropriáveis pelo Estado. Segundo Santos, “nenhum desses vínculos logrou fazer vingar, nos últimos cem anos, uma alternativa concreta, nem no plano político, nem mesmo no plano sócio-cultural.

¹² SANTOS, Boaventura de Souza. “Modernidade, identidade e cultura de fronteira”.In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, volume 5, novembro de 1994. São Paulo, p. 32.

¹³ SANTOS, Boaventura de Souza. Op. Cit., p. 33-34

Pelo contrário, o vínculo indivíduo-estado, assente no princípio da obrigação política liberal, não cessou de afirmar sua hegemonia e, por processos diferentes, foi se apropriando do potencial alternativo dos demais vínculos, que, assim, descaracterizados, acabaram por ser postos ao serviço da lealdade terminal ao Estado”¹⁴.

Um dos vínculos gradualmente descaracterizados foi o vínculo étnico, sua descaracterização teve lugar através do anátema lançado sobre todas as formas de “primordialismo” que não correspondessem à base étnica do racismo dominante e da sua absorção no conceito de nação. Para o autor *nação* seria um conceito inventado ora para legitimar a dominação de uma etnia sobre as demais, ora para criar um denominador sócio-cultural comum suficientemente homogêneo para poder funcionar como base social adequada à obrigação política geral e universal exigida pelo Estado. Este processo foi tanto mais necessário quanto mais complexa era a base étnica do Estado.

No caso do Brasil, o conceito de identidade cultural sempre foi sinônimo de identidade nacional, talvez pela necessidade do próprio conceito de nação, que exige uma falsa homogeneidade social. O propalado sucesso da imigração japonesa no Brasil serve constantemente como comprovação da democracia racial e do multiculturalismo no país, independente dos demais dados da realidade, como as violações de direitos humanos que atingem majoritariamente os membros sem poder econômico nem político.

Outra especificidade é que no Brasil as comunidades estrangeiras são consideradas “étnicas”, enquanto a população afro-descendente é tratada como categoria “racial” (apesar da impropriedade científica, que considera os homens pertencentes a uma única raça, a humana, devido a ausências de diferenças genéticas entre si). O mesmo parece ocorrer com os afro-descendentes nos Estados Unidos e os afro-caribenhos na Grã-Bretanha, que formariam uma categoria racial, enquanto as comunidades indiana, paquistanesa, chinesa desses países configuram categorias étnicas.

¹⁴ SANTOS, Boaventura de Souza. Op. Cit., p. 37.

Para Hall, o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo. O racismo biológico privilegia marcadores como a cor da pele para legitimar a exclusão social, mas a discriminação por razões étnicas também pode operar em termos físicos, mesmo que de forma menos visível.

O referente biológico nunca opera isoladamente, porém nunca está ausente. Quanto maior a relevância da “etnicidade”, mais as suas características são representadas como relativamente fixas, inerentes ao grupo, transmitidas de geração em geração não apenas pela cultura e educação, mas também pela herança biológica, inscrita no corpo e estabilizada, sobretudo, pelo parentesco e pelas regras do matrimônio endógamo, que garantem ao grupo étnico a manutenção de sua “pureza” genética, e portanto, cultural.¹⁵

A trajetória dos japoneses no Brasil resultou na construção de uma identidade nipo-brasileira, cuja característica principal é essa hifenização: nem japoneses, nem brasileiros, mas também japoneses e também brasileiros, isto é, nipo-brasileiros. Os conflitos da 2ª Guerra Mundial – perseguições por parte do Estado Novo de Vargas e assassinatos entre facções da própria comunidade – foram convenientemente “esquecidos” para construir a imagem de um povo que sempre contribuiu com a sociedade brasileira. Não se trata de um processo linear, mas frutos de uma negociação complexa na esfera pública e privada.¹⁶

1.2.1 A dimensão do gênero, etnia e classe social: indissociáveis

A recontextualização e reparticularização das identidades e das práticas está conduzindo a uma reformulação das inter-relações entre os diferentes vínculos – o nacional, classista, racista, étnico e sexual. O novo racismo, longe de ser um resíduo ou um anacronismo, está progredindo como parte integrante do sistema capitalista. Trata-se de um racismo que resulta da divisão entre a força de trabalho central e periférica, ou seja, da etnicização da força de trabalho como estratégia para remunerar um grande setor da força de trabalho abaixo dos salários capitalistas normais, sem com isso correr riscos significativos de agitação política.

¹⁵ HALL, Stuart. Op. Cit., p. 67.

¹⁶ Ver LESSER, Jeffrey. A Negociação da identidade nacional. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

Por outro lado, o sexismo está intimamente ligado ao racismo. Os salários muito baixos que este último permite só são socialmente possíveis porque a reprodução da força de trabalho é feita em grande parte no espaço doméstico através de relações de trabalho não-pago a cargo das mulheres. Na gênese do escravismo, cuja base é o racismo, havia um tratamento distinto a homens e mulheres. Quando um povo conquistava o outro, o homem era temido por representarem risco de se rebelarem, por possuírem mais força física que as mulheres. Então eram eliminados, assassinados. As mulheres eram preservadas, pois serviam como força de trabalho, prestavam serviços sexuais aos homens do povo vitorioso e eram reprodutoras da força de trabalho. Uma das provas de que o gênero não é tão-somente social, dele participando também o corpo, quer como mão de obra, quer como objeto sexual quer como reprodutor de seres humanos.

A dimensão de gênero é um elemento relevante na presente pesquisa. Os fundamentos do conceito de gênero podem ser considerados antigos, embora tenham se popularizado a partir da década de 1970. A socióloga Heleieth Saffioti¹⁷, assim como outros autores, aponta Simone de Beauvoir como precursora do conceito (embora não o tenha formulado), evidenciado por exemplo, em sua famosa frase “Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher” e na sua luta contra o essencialismo biológico.

Os chamados estudos de gênero, com ênfase no contexto social da sexualidade biológica, chamaram a atenção para as relações entre homens e mulheres, para a questão do poder e da discriminação. No Brasil, a perspectiva de gênero difundiu-se nos fins dos anos de 1980, quando então o gênero ganha destaque como categoria analítica. Saffioti aponta os riscos do essencialismo social:

E o corpo? Não desempenha ele nenhuma função? O ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida que é uno e indivisível. (...) Há mulheres que, não obstante jamais terem sofrido violência física ou sexual, tiveram suas roupas ou seus objetos de maquiagem ou seus

¹⁷ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 107.

documentos rasgados, cortados, inutilizados. Trata-se de uma violência atroz, uma vez que se trata da destruição da própria identidade dessas mulheres.¹⁸

Entendemos que gênero diz respeito às representações do masculino e feminino, às imagens construídas pela sociedade a respeito do masculino e feminino, estando estas inter-relacionadas. Masculino e feminino são diferentes, mas não desiguais. Assim, o conceito de igualdade, que faz par com desigualdade, é político. A experiência histórica das mulheres tem sido muito diferente da dos homens exatamente porque, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também em termos de qualidade, a participação de umas é distinta da de outros. Costuma-se atribuir estas diferenças de história e das práticas sociais às desigualdades, que desempenham importante papel nesta questão.

Como compreende também relações igualitárias, o conceito de gênero é muito mais vasto que patriarcado pois neste, as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais. enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Os privilégios masculinos em geral e as discriminações contra as mulheres formam as bases material e social do patriarcado:

Convém lembrar que o patriarcado serve aos interesses dos grupos/classes dominantes e que o sexismo não é meramente um preconceito, sendo também o poder de agir de acordo com ele. No que tange ao sexismo, o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata¹⁹.

O conceito de gênero como categoria analítica alastrou-se rapidamente no Brasil na década de 1990. Alguns autores preferem adotar a expressão *categorias de sexo* para se fazer referências a homens e mulheres como grupos diferenciados, embora a gramática os distinga pelos gêneros masculino e feminino. Uma das razões, porém, do recurso ao termo *gênero* foi, sem dúvida, a recusa ao essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita no argumento de que “a anatomia é o destino”. Ao chamar a atenção para as

¹⁸ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani Op. Cit., p. 111

¹⁹ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani Op. Cit., p. 123

relações homem-mulher ficou óbvio que se as mulheres eram discriminadas como categoria social, o eram por homens na qualidade também de categoria social. A perspectiva feminista vem possibilitando estruturar uma das estratégias de luta para os avanços e mudanças sociais e de mentalidade. Assim, está cada vez mais claro que a questão do poder é central: poder que pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades.

Definir gênero como instância privilegiada de articulação das relações de poder remete às duas modalidades de participação feminina nesta trama de interações: a *integração por meio da igualdade* e à *integração subordinada*. Há evidências convincentes, ao longo da história da humanidade, da primeira alternativa, que são convenientemente esquecidos ou omitidos. Decorre daí a necessidade das formas de empoderamento das categorias sociais, mas que tomadas individualmente reforçam argumentos neoliberais que culpam as mulheres pela situação de subordinação:

Empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, a possuir alternativa (s) sempre na condição de categoria social. O *empoderamento* individual acaba transformando as empoderadas em mulheres-álibi, o que joga água no moinho do (neo)liberalismo: se a maioria das mulheres não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é delas, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil²⁰.

Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social – embora as análises tendam a separá-las. O patriarcado, com sua estrutura especial que gera a sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social. A ideologia de gênero, especificamente patriarcal é integrada pela idéia de que o contrato social é distinto do contrato sexual, restringido-se este último à esfera privada.

A raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. A análise das relações de gênero não pode

²⁰ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Op. cit., p. 114.

prescindir, de um lado, da análise das demais e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas²¹.

Assim segundo Saffioti, mesmo as classes sociais têm uma história mais curta que o gênero, e por sua vez, uma série de transformações no *gênero* foram introduzidas pela emergência das classes sociais. Não se trata de somar as diversas dimensões como o racismo, gênero e classe social, mas a autora aponta a necessidade de perceber a realidade multifacetada e nova que resulta desta fusão. Citando Danièle Kergoat, Saffioti mostra que o conceito de superexploração não dá conta da realidade, uma vez que não existem apenas discriminações quantitativas, mas também qualitativas: “Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. (...) Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação dessas mulheres muito mais complexa.”²²

1.3. Cidadania e multiculturalismo: avanços e reações conservadoras

O acesso à cidadania desenvolveu-se de formas diferentes e dinâmicas próprias em cada país, embora a maioria dos estudos utilize o esquema de T. H. Marshall do desenvolvimento por estágios (primeiro vieram os direitos civis, depois os políticos e finalmente os direitos sócio-econômicos), mesmo criticando sua abordagem restrita ao caso inglês e sua visão otimista, que não considera as reações ao avanço dos direitos²³. Na maioria dos países, a cidadania sempre foi negada aos imigrantes, sob o pretexto de que estes acabariam por regressar ao seu país de origem.

O problema começou a ter visibilidade a partir dos anos 80 do século XX, quando a maior parte dos imigrantes de países europeus (originários das ex-colônias inglesas, francesas e holandesas) não havia regressado aos países de origem. A situação tornou-se

²¹ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Op. cit., p. 127

²² SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Op. cit., p. 115

²³ Ver HIRSCHMANN, Albert O. A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade e Ameaça. São Paulo, Companhia das Letras, 1992 e CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil – O longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

particularmente explosiva quando os imigrantes da 2ª. ou 3ª. geração se viram excluídos do acesso à plena cidadania. É neste ponto que surge a questão política dos imigrantes, cujos conflitos se acirram de tempos em tempos, juntamente com a exacerbação de preconceitos. As tensões ocorrem no contexto da globalização e de suas conseqüências, como as alterações no sistema previdenciário e da assistência social. O problema diz respeito a outros países desenvolvidos, como o Japão, em que vivem mais de 300 mil brasileiros em situação legal, mas sem perspectivas de usufruir direitos políticos.

O princípio contemporâneo das nacionalidades é um elemento importante para a compreensão da cidadania. Segundo o princípio das nacionalidades, a Nação precede a cidadania, pois é no quadro da comunidade nacional que os direitos cívicos podem ser exercidos. A relação entre cidadania e nacionalidade configura um campo de confronto entre o pensamento conservador e o progressista, explicita o professor Liszt Vieira:

Para os conservadores, a cidadania se restringe ao conceito de nação, isto é, somente são cidadãos os nacionais de um determinado país.(...) Essa visão nacionalista exclui os imigrantes e estrangeiros residentes no país dos benefícios da cidadania. A cidadania fica, assim, limitada ao espaço territorial da Nação, contrariando a esperança generosa dos filósofos do Iluminismo que haviam imaginado uma república universal²⁴.

Recentes concepções procuram dissociar completamente a cidadania da nacionalidade. Por esta concepção, seria possível pertencer a uma comunidade política e dela participar independentemente da questão da nacionalidade. As dinâmicas globais estão levando ao enfraquecimento dos Estados nacionais, mas Vieira enfatiza que sendo a nação e os próprios Estados produtos históricos e não uma configuração natural de organização política, sua superação através de outras formas de organização “deve ser vista como um processo histórico a tão longo prazo, tão conflitivo e pouco retilíneo quanto sua formação”.²⁵

²⁴ VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000, p. 31.

²⁵ VIEIRA, Liszt. Op. Cit., p. 105

Podemos inferir a grande dificuldade de garantir uma proteção global da cidadania em países periféricos, vulneráveis aos novos modelos de dependência econômica que sobrepujam em muito seus territórios nacionais ²⁶. O discurso da integração sofre barreiras concretas, como as tendências ao isolamento socioeconômico e político-nacionalista no Primeiro Mundo. Os países mais ricos utilizam as fronteiras nacionais para conservar seu bem-estar e para impedir um nivelamento da pobreza universal, criando obstáculos às imigrações nem sempre com argumentos racionais.

Um processo de participação diferenciado dos imigrantes na vida política e social dos países de acolhimento foi introduzido pelo chamado multiculturalismo, termo que se popularizou na segunda metade do século XX. Na prática, sob a pressão da diferença multicultural, alguns Estados constitucionais ocidentais como a Grã-Bretanha têm sido obrigados a reconhecer formal e publicamente as necessidades sociais diferenciadas, bem como a crescente diversidade cultural de seus cidadãos, admitindo certos direitos grupais e outros definidos pelo indivíduo²⁷.

O movimento em direção à maior diversidade cultural no âmago da modernidade é positivo, mas traz o risco de levar simplesmente a novas formas de fechamento étnico, alerta Hall. Existe uma relação “naturalizada” da etnicidade com uma determinada comunidade, com diferenças aparentemente culturais e religiosas, mas que operam com o mesmo sistema de preconceitos do racismo. Apesar das críticas às contradições desse processo, autores como Stuart Hall apontam os avanços possibilitados pelo momento multicultural: a lei britânica aceita, por exemplo, os casamentos arranjados por razões essencialmente culturais, ao mesmo tempo condenando a imposição de matrimônios arranjados sem o consentimento da mulher.

²⁶ VIEIRA, Liszt. Op. Cit., p. 107

²⁷ HALL, Stuart. Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais . Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006. Dentre os ensaios do livro, “A Questão Multicultural” (pp. 49-94) trata especificamente sobre a formação de uma nova identidade britânica a partir da pressão dos imigrantes afro-caribenhos e asiáticos na Inglaterra .

(...) Ao fazer isso, a lei britânica avançou na prática rumo ao equilíbrio entre o *pluralismo cultural*, definido em relação às comunidades, e as *concepções liberais* de liberdade do sujeito individual. Na Grã-Bretanha, entretanto, esse movimento tem sido gradativo e incerto, desde o desgaste do compromisso do novo trabalhismo com a previdência social (...) ²⁸

A democracia costuma ser apontada como o elemento essencial para a garantia da cidadania e de resistência à globalização. Para autores como Milton Santos, a globalização não é uma fatalidade histórica, pois contra ela “opõe-se a ação política das forças democráticas, que tem o mérito de colocar no centro de debate os aspectos culturais e políticos, freqüentemente desprezados pela análise econômica predominante”²⁹. Em suas muitas críticas à globalização, o geógrafo referia-se à dificuldade de fazer frente ao processo em decorrência do tipo de democracia no Brasil: uma “democracia de mercado”.

Porque o Brasil não é bem democracia, mas uma democracia de mercado. O que é central é o mercado, não o homem. (...) O centro do universo deixa de ser o homem para ser o dinheiro, não o dinheiro produtor, mas o dinheiro em estado puro, com seus sacerdotes, que são os banqueiros, seus templos, que são os bancos. (SANTOS, 1996/1997, p. 138).

O cidadão, então, não passaria de um consumidor, um eterno filho do momento presente, sem história e voltado apenas para um futuro imediato que só lhe promete mais mercadorias. A substituição da cidadania pelos ideais do consumo leva à alienação das decisões, norteadas no âmbito privado do consumo e não na dimensão coletiva da cidadania. A construção da cidadania exige, portanto, atuação em múltiplas frentes tanto para o sujeito como no projeto de país. Como indivíduo é preciso acreditar nas possibilidades de superar a alienação e promover a reconexão com a história da Nação em que vive, mas também com o que Heller chama de humano-genérico. Muitas vezes, o processo de esquecimento do passado e o distanciamento da tradição são úteis para a reação conservadora, que se apóia em conceitos como “modernidade” para justificar a manutenção da não-cidadania.

²⁸ HALL, Stuart. Op. cit., p. 78

²⁹ SANTOS, Milton As Cidadanias Mutiladas. In: LERNER, Julio (org.). **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1996/1997, p. 136.

As armadilhas que impedem os avanços sociais e as transformações nas mentalidades podem ser verificadas no chamado “discurso reacionário”, conforme formulou o economista Albert Hirschman³⁰. O autor realizou este estudo no contexto das críticas neoconservadoras à seguridade social e a outros programas de bem-estar social nos Estados Unidos na década de 1980. Hirschman realizou um exame de fenômenos como discurso, argumentos e retórica, considerados histórica e analiticamente, na tentativa de contribuir para restaurar a comunicação entre os grupos de cidadãos:

A perturbadora experiência de ver-se excluído, não só das opiniões, mas de toda a experiência de vida de grande número dos nossos contemporâneos, é, com efeito, típica das sociedades democráticas modernas. Nestes dias de aclamação universal do modelo democrático, pode parecer mesquinho tratar das deficiências de funcionamento das democracias ocidentais. Entre estas (fissuras) uma pode ser encontrada com frequência nas democracias mais avançadas: a falta sistemática de comunicação entre grupos de cidadãos, tais como liberais e conservadores, progressistas e reacionários. O conseqüente isolamento de indivíduos anônimos na “sociedade de massas”, à qual sociólogos deram tanta importância³¹.

Hirschman é cuidadoso com a implicação negativa dos “reação” e “reacionário”, recorrendo a termos alternativos mais neutros, como “contra-investida” ou “reativo”. O autor descreveu os tipos formais de argumento ou de retórica, dando ênfase às posturas e manobras políticas mais importantes e provavelmente mais utilizadas por aqueles que tem como objetivo desalojar e derrubar as políticas mais importantes e utilizadas por aqueles que tem como objetivo desalojar e derrubar as políticas e os movimentos de idéias “progressistas”.

Seus postulados permitem identificar com relativa clareza as principais formas de reação que as propostas progressistas provocam dos setores conservadores. Uma das mais comuns é a *tese da perversidade* ou do *efeito perverso*, que ocorre quando uma proposta progressista encontra aprovação popular. A reação não a confronto de imediato. Ao contrário, tende a apóia-las para em seguida demonstrar que tais propostas provocarão um

³⁰ HIRSCHMAN, Albert O. *A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

³¹ HIRSCHMAN, Albert O. Op., Cit., p. 9.

efeito contrário ao esperado, devido a uma série de conseqüências não previstas ou não esperadas.

A segunda armadilha reacionária apontada por Hirschman na formulação dos discursos é a *tese da futilidade*, que afirma que qualquer tentativa de mudança será abortada, que qualquer mudança é ilusória ou cosmética, enquanto não houver transformação estrutural. Este recurso é bem menos complacente, pois busca humilhar ou desmoralizar as propostas progressistas. Finalmente, a terceira tese utilizada para impedir políticas progressistas é a *tese do risco*. Mais sofisticada que as anteriores, tende a ser usada para mostrar que a nova proposta é excludente com outra anterior ou que estas competem entre si. É uma forma de combater a proposta afirmando que esta coloca em risco uma outra que não vale a pena sacrificar.

O estudo de Hirschman permite constatar a intensidade dos discursos reacionários, que se articulam para impedir os avanços dos direitos à cidadania e ao movimento rumo à uma sociedade multicultural. Os setores contrários às mudanças contam com um arsenal eficiente para impedir os avanços, de forma a não parecer impopulares nem contrários às transformações.

1.4. A apropriação da realidade a partir da individualidade: papéis sociais, alienação, sistemas de preconceito

O papel social dos homens e mulheres da comunidade *nikkei* no Brasil foi fundamental para a produção dos discursos sobre a identidade desse grupo étnico. A leitura de perfis de mulheres *nikkeis* e dos depoimentos de jornalistas da imprensa nipo-brasileira apoiaram-se fortemente na percepção de Agnes Heller sobre os papéis sociais e a condução de vida. A relação do indivíduo com seu papel pode variar muito, de forma inesgotável – da identificação plena à recusa ao papel. Nos períodos históricos relativamente tranquilos, a *identificação* é a forma como se apresenta a relação média com os papéis. Para Heller, o homem é muito mais que o conjunto de seus papéis, pois os papéis jamais esgotam os comportamentos humanos em sua totalidade.

A plena identificação com o papel ou papéis seria a forma de revelar-se a alienação, fazendo com que o indivíduo perca a continuidade do caráter e levando à dissolução da personalidade. Heller aponta o contrário da identificação com o papel social como o *distanciamento*. Este distanciamento pode ser de forma a aceitar as regras do jogo dominantes, no qual a pessoa se torna o “incógnito dissimulado”, isto é, não se identifica com seu papel, mas é capaz de penetrar no papel e em sua função social. Mantém sua personalidade, mas paralelamente à aceitação e aproveitamento da realidade, o que a torna amoral.

Outra forma de exercer o distanciamento é recusando intimamente as regras de jogo dominantes, para o chamado “incógnito oposicionista”. A estrutura básica dessa pessoa parece formalmente a mesma do “incógnito dissimulado”: ela representa em maior ou menor medida o papel que lhe é exigido, mas não se sente à vontade na realidade, fazendo-a sofrer por causa dos papéis que tem que representar. Já não é um conformista, mas não chega a ser um revolucionário.

Há aquelas pessoas que recusam o papel social. Nesta categoria, não há distanciamento do papel, nem tentativa de preservar a personalidade através do papel. Trata-se sempre de um rebelde, ainda que não necessariamente de um revolucionário. Segundo Heller, a recusa do papel é característica daqueles que não se sentem à vontade na alienação.

Outras reflexões relevantes de Heller para o presente trabalho é a constatação de que a estrutura do cotidiano, especialmente com o desenvolvimento capitalista (e pode-se dizer, com a sociedade de consumo), criou sistemas que impedem a autonomia do homem. Um destes empecilhos é o sistema de preconceitos contra outras nacionalidades, religiões ou minorias, que vem diminuindo a liberdade relativa do ato de escolha, ao deformar e estreitar a margem real de alternativa do indivíduo.

Heller define os preconceitos como os juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão. São, portanto, produtos da vida e do pensamento cotidianos. O

preconceito pode ser individual ou social, mas a maioria de nossos preconceitos tem um caráter mediata ou imediatamente social. Heller assim explicou o motivo de recorrermos ao preconceito: “Crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores. Mas, muitas vezes, o mecanismo é também indireto: nossa vida, que não pôde alcançar seu objetivo em sua verdadeira atividade humano-genérica, consegue então um “sentido” pleno no preconceito”³².

A maioria dos preconceitos é produto das classes dominantes, segundo a autora, pois estas desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia. Com a ajuda de preconceitos apelam à particularidade individual que por causa de interesses imediatos ou do conformismo de fácil mobilização contra os interesses de sua própria integração e contra a *práxis* orientada no sentido do humano-genérico. Heller refutava o ponto de vista da sociologia contemporânea, segundo o qual a fonte dos preconceitos é o grupo enquanto tal, a coesão grupal em si. Ela considerava que embora o desprezo pelo outro fosse tão antigo quanto a humanidade, até a sociedade burguesa a mobilização de sociedades inteiras contra outras, mediante sistemas de preconceitos, não constituía jamais um fenômeno típico.

A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação, segundo a autora, para quem alienação é a desagregação entre o ser e sua essência:

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção³³.

Uma cotidianidade não-alienada, mediante a relação consciente do indivíduo com o humano-genérico, pode ser construída pelo que a autora chama de “condução de vida”. A expressão, tomada emprestada de Goethe, supõe, para cada um, uma via própria de apropriar-se da realidade a partir de sua individualidade, impondo a ela a marca de sua personalidade. Agnes Heller afirma ser possível acreditar na condução de vida mesmo enquanto as condições econômicas e sociais ainda favoreçam a alienação. Trata-se de um desafio à desumanização.

³² HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo, Paz e Terra, 1970, p. 48.

³³ HELLER, Agnes. Op. Cit., p. 37.

A autora tratou enfatizou também a necessidade de transformar tanto a sociedade quanto a nós mesmos como uma das maiores conquistas da história humana. Outra autora que destaca a importância da ação humana para reformar o mundo foi Hanna Arendt, para quem nenhuma ação seria possível sem a *liberdade*, inclusive mental, de negar ou afirmar a existência, de dizer “sim” ou “não” para as coisas como se apresentam:

Uma das características da ação humana é a de sempre iniciar algo novo (...) Para dar lugar à ação, algo que já deve estar assentado deve ser removido ou destruído, e deste modo as coisas são mudadas. Tal mudança seria impossível se não pudéssemos nos remover mentalmente de onde estamos fisicamente colocados e *imaginar* que as coisas poderiam ser diferentes do que realmente são. Em outras palavras, a negação deliberada da verdade dos fatos – isto é, a capacidade de mentir – e a faculdade de mudar os fatos – a capacidade de agir – estão interligadas; devem sua existência à mesma fonte: a imaginação. (...) somos livres para reformar o mundo e a começar algo novo sobre ele.”³⁴

Arendt voltou sua atenção ao fenômeno da manipulação em massa de fatos e opiniões, e da eficiência de um novo tipo de mentira política que lida com o que é conhecido do público, diferentemente da tradicional mentira política que lidava com segredos. A história é reescrita sob os olhos daqueles que a testemunharam, fatos conhecidos são negados. A autora descreve e elucida as variedades da “arte de mentir” na política, a partir dos chamados “documentos do pentágono”, uma coleção de 47 volumes que registra o papel dos Estados Unidos na Indochina desde a Segunda Guerra Mundial.

O compromisso com a inveracidade política acaba tendo um efeito nocivo nos gestores, assessores e intelectuais: “Não é de surpreender que a nova geração de intelectuais, criada na insana atmosfera de desmesurada propaganda e ensinada que metade da política é “construção de imagem” e a outra metade a arte de fazer o povo acreditar em imagens,

³⁴ ARENDT, Hannah. “A Mentira na Política – Considerações sobre os Documentos do Pentágono”. In ARENDT, Hannah. Crises da República. Tradução José Volkmann São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 15.

recorra quase que automaticamente aos mais antigos adágios da promessa e do chicote sempre que a situação se torna séria demais para “teoria”.³⁵

Hannah Arendt mostrou a idéia da liberdade como uma interrupção inesperada de uma série de acontecimentos, que nos resgata dos processos automáticos da vida humana, política e social. Trata-se de uma concepção de liberdade como um acessório do agir, mais que um atributo da vontade, e com implicações políticas: “O que normalmente permanece intacto nas épocas de petrificação e de ruína inevitável é a faculdade da própria liberdade, a pura capacidade de começar, que anima e inspira todas as atividades humanas e que constitui a fonte oculta de todas as coisas grandes e belas. Mas enquanto esta fonte permanece oculta, a liberdade não é uma realidade tangível e concreta, isto é, não é política.”³⁶

A autora esclarece que o milagre de interromper os processos automatizados ocorre geralmente por iniciativa do homem enquanto ser que age. Ela compreende a liberdade interior como uma derivação da liberdade, pois pressupõe uma fuga da coerção externa, onde a liberdade foi negada, abrigada na interioridade onde ninguém mais tem acesso.

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação ‘objetiva’ com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado de realizar algo mais permanente que a própria vida.³⁷

³⁵ ARENDT, Hannah. “A Mentira na Política – Considerações sobre os Documentos do Pentágono”. In ARENDT, Hannah. Crises da República. Tradução José Volkmann São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 18.

³⁶ ARENDT, Hannah, p. 217-218

³⁷ ARENDT, Hannah, Op. cit., p. 68.

2. Recursos metodológicos

2.1. Relatos de vida/histórias de vida

O principal recurso empregado para a condução da presente pesquisa foi a metodologia dos *relatos de vida*. A técnica de pesquisa foi utilizada para construir uma narrativa das práticas profissionais e percepções sobre a carreira das seguintes jornalistas da imprensa nipo-brasileira: Mitsuko Kawai, Célia Abe Oi, Fátima Kamata, Mami Yasunaga, Andréia Ferreira e Kátia Sattomura. Todas apresentam em comum a atuação por longo período no jornalismo nipo-brasileiro, com carreiras fortemente demarcadas neste segmento da imprensa. A seleção deste universo limitou-se unicamente a esse critério, sem restrições às faixas etárias, de geração nem épocas de atuação.

O método qualitativo de relato de vida pode ser definido como uma entrevista narrativa na qual o pesquisador pede para o sujeito contar total ou parcialmente sua experiência. Existe, portanto, intervenção de um terceiro no relato – o pesquisador – e a experiência relatada pode ser um fragmento da trajetória de vida, uma prática ou experiência do sujeito. No relato de vida é essencial o sujeito engajar-se no ato de relatar um momento de sua vida, ao contrário de outros recursos como as histórias de vida e a autobiografia, segundo sistematizações de Gaston Pineau³⁸, um dos pioneiros da utilização das histórias de vida como metodologia de pesquisa e formação, além de teórico das suas diversas modalidades.

A idéia central nos relatos de vida é que as experiências e práticas relatadas permitam a apreensão de contextos sociais nos quais elas se inscrevem e buscam transformar. O objetivo desta metodologia é buscar um fragmento particular da realidade sócio-histórica, um objeto social, compreender como ele funciona e como ele se transforma, enfatizando as relações sociais, os mecanismos, os processos e as lógicas de ação que o caracterizam. Os *relatos de vida* fazem parte do amplo movimento que utiliza o método biográfico (e autobiográfico) como instrumental metodológico tanto na pesquisa quanto no ensino, conhecido como histórias de vida.

³⁸ PINEAU, Gaston. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-existencial. Revista Educação e Pesquisa. Tradução de Maria Teresa Van Acker e Helena Coharik Chamlian. São Paulo, vol 32, no. 2, p. 329-343 maio/agosto de 2006.

Pineau destaca três períodos na história dos movimentos de histórias de vida, tomando como indicadores as datas em que foram editados materiais escritos e audiovisuais e as datas de fundação de associações e redes que pesquisam e realizam treinamento em histórias de vida. Houve um período de eclosão, na década de 1980. Depois, um período de consolidação, nos anos 1990, quando multiplicaram-se as práticas de pesquisa com histórias de vida e estabeleceram-se entidades e redes reunindo pesquisadores. Finalmente, a partir dos anos 2000, começou um período de desenvolvimento diferenciador no movimento das histórias de vida.

De forma resumida, podemos destacar as seguintes abordagens nas correntes do movimento biográfico: *biografia* como a escritura da vida de alguém por um terceiro, *(auto)biografia* como a escrita da vida do próprio autor e *relato de vida*, que aponta para a importância da expressão do vivido pelo desdobrar narrativo, seja este oral ou escrito. A abordagem conhecida como *histórias de vida* seria um entrelaçamento das três correntes anteriores, cujo objetivo perseguido corresponderia à construção de um sentido temporal. As histórias de vida estão hoje na encruzilhada da pesquisa, da formação e da intervenção, abrigando outras correntes que tentam refletir e exprimir o mundo vivido para dele extrair e construir um sentido.

O aumento das formas de expressar o vivido pelo ‘desdobrar narrativo’ foi favorecida revolução técnica das multimídias: *sites* e *blogs* apresentam milhares de diários virtuais, que ampliam os modos de coleta e de tratamento da informação. Os novos recursos permitem interações contínuas, o anonimato favorece multiplicidade de identidades, as experiências são compartilhadas instantaneamente.

No atual momento de lutas pelo acesso aos saberes sobre a vida, as histórias de vida representam um meio vital estratégico para construir sentidos, e assim enfrentar o desafio entre o paradigma do controle e aquele da autonomia. Para Pineau, as diversas vertentes e práticas podem ser compreendidas como movimento político, ou mais especificamente,

biopolítico, uma vez que possibilita aos sujeitos sociais a legitimação do poder de refletir, remetendo aos mesmos o encargo de construir sentido às suas vidas:

Neste início de milênio, a vida que busca entrar na história não é somente a dos notáveis, mas a de todos aqueles que, querendo tomar suas vidas na mão, se lançam nesse exercício, reservado até aqui à elite. (...) Esse movimento de entrada da vida na história é, portanto, duplo e ambivalente: é aquele de todas as vidas, mas também de todos os viventes. Um outro limiar da modernidade biológica está em vias de ser ultrapassado? Em direção a que história? ³⁹

Dentre as jornalistas citadas no presente estudo apenas os registros sobre Mitsuko Kawai foram obtidos sem a intervenção de perguntas e mediante seleção de trechos de livros escritos por ela em vida⁴⁰. Ela trabalhou ao longo de quinze anos como tradutora/redatora em dois jornais nipo-brasileiros. Além de representar uma exceção por ser mulher em ambientes predominantemente masculinos, outra particularidade foi ter ingressado na profissão aos 54 anos, como tradutora/redatora no Diário Nippak. Este foi seu primeiro emprego – nunca trabalhara fora até então.

Para a pesquisa também foi utilizada a técnica de *histórias de vida* a partir de relato oral com Marina Fumiko Narahara, ainda na fase exploratória do estudo. Nascida na capital paulista em 1946, Marina é nissei e vivenciou intensamente o mundo do entretenimento e informações da comunidade nipo-brasileira desde a infância. Depois de aposentada passou a dar aulas de japonês em cursos para a terceira idade da Unesp, no campus do centro de São Paulo. A sucessão de encontros e telefonemas, além de longas entrevistas, proporcionou um contexto e um contraponto para o imaginário sobre as mulheres *nikkeis* no Brasil.

Como técnica de pesquisa, a história de vida é considerada particularmente valiosa para a análise das motivações, valores e atitudes dos indivíduos no contexto de um percurso migratório ou dentro de uma das fases desse processo. A técnica vem sendo utilizada desde a década de 1920, principalmente por pesquisadores dos Estados Unidos, que

³⁹ PINEAU, Gaston. Op. Cit., p. 337.

⁴⁰ Mitsuko Kawai faleceu no dia 11 de fevereiro de 1998, vítima de acidente de trânsito, aos 76 anos.

problematizaram a experiência das correntes migratórias naquele país. Apesar da relevância da chamada Escola de Chicago, que influenciou a história dos grupos minoritários utilizando a evidência oral, uma das críticas que se faz à sua linha de estudos foi a tendência de tratar os problemas da imigração como forma de “patologia social”. Segundo historiadores como Paul Thompson, mais recentemente tanto os sociólogos como historiadores caminharam na direção de uma abordagem mais equilibrada, estudando, por exemplo, a permanência de costumes culturais anteriores, problemas de tensão e discriminação racial⁴¹.

2.2 Condições de objetividade e subjetividade

O modo como o grupo de imigrantes japoneses projetou (e continua projetando) seu lugar no futuro da nação brasileira é mediado pela forma como seu passado é atualizado. A tendência de apresentar a trajetória da imigração japonesa como tendo um passado e um futuro “gloriosos” remete à constatação de que a história é fruto de uma prática e de um discurso, conforme Michel de Certeau, para quem a operação histórica presentifica uma situação vivida, explicitando a relação de um lugar que se torna “presente” por oposição a um “passado”:

A operação histórica consiste em recortar o dado segundo uma lei presente, que se distingue de seu “outro” (passado) distanciando-se com relação a uma situação adquirida e marcando, assim, por um discurso, a mudança efetiva que permitiu esse distanciamento⁴².

O autor toma o termo “construção de uma escrita” numa acepção ampla, de organização de significantes, para definir o espaço em que a pesquisa torna-se um discurso. Esse espaço textual implica numa criação artificial que encobre as instabilidades e lacunas da operação histórica. O discurso obedece a uma série de imposições que subvertem a prática, como prescrever como início o que na realidade é ponto de chegada.

⁴¹ THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.135.

⁴² CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1972, p. 93.

A escrita da história das imigrações estrangeiras no Brasil, portanto, continuará a ser reelaborada conforme as necessidades do “presente”. No caso da imigração japonesa, a negociação da identidade nipo-brasileira provocou práticas e discursos históricos em conformidade com o projeto de grupo pacífico, sem tendência a formar guetos – o que nem sempre foi fato na história dos imigrantes. Estimulam-se pesquisas e eventos relatando contribuições culturais e artísticas, mas assuntos mais polêmicos sempre foram evitados.

Um exemplo é a experiência do cooperativismo e da pequena propriedade pelos japoneses, que nunca são tratados no contexto da estrutura fundiária brasileira, extremamente concentrada e excludente, muito menos em relação com a reforma agrária e com o desenvolvimento de assentamentos rurais. Questões de discriminação são tratadas quase que exclusivamente no âmbito dos *dekasseguis* no Japão, como se no Brasil os japoneses e descendentes nunca se defrontassem com o sistema de preconceitos.

Para Certeau o discurso histórico seria produzido de uma maneira deslocada em relação à realidade passada, uma vez que, para o autor, o passado não poderia ser apreendido plenamente, não só pelas limitações dos métodos historiográficos (recortes, triagem, inteligibilidade do presente), mas, principalmente, devido ao lugar de onde fala o historiador. O historiador produz seu trabalho a partir do presente, das preocupações de sua realidade, fazendo de seu discurso um “discurso particularizado”, que tem um emissor, o historiador, e um destinatário, seja ele qual for, a academia, a sociedade de forma geral ou um grupo específico.

A idéia de uma verdade universal foi refutada pelo autor, uma vez que a História poderia produzir eram *verdades*, subjugadas aos limites das pesquisas históricas e influenciadas pelo presente do historiador. É importante destacar a preocupação de Certeau em não negar a possibilidade de alcançar *alguma* verdade na pesquisa histórica. A objetividade do discurso do historiador não estaria, portanto, relacionada com visões acabadas, definitivas ou fechadas, e sim na busca de possibilidades, hipóteses de abordagem ligadas às suas preocupações específicas, daí a existência de *verdades*.

A inevitável mediação do momento presente do pesquisador na sua relação com fatos ocorridos no passado e dos quais teve participação ou grande conhecimento foi ponderado por José de Souza Martins ao reconstruir um acontecimento que testemunhou quando adolescente – a aparição de um demônio nas dependências de uma fábrica de cerâmicas⁴³. O autor buscou a condição de objetividade no âmbito da “alternação biográfica”, citando Peter Berger, que é a inserção de cada um de nós em novas situações sociais, distintas de muitas que constituem a história de nossa vida:

Esse deslocamento biográfico nos põe diante de momentos de nossa história pessoal que se tornaram distantes e “externos” para nós, numa relação de certo modo objetiva, como a de um etnógrafo em relação ao grupo que estuda. (...) Podemos rememorar a nossa própria vivência do passado a partir de um novo e diferente modo de ver e compreender a vida, definido pelas circunstâncias do nosso presente. (...) De certo modo, o homem comum está continuamente na situação de etnógrafo amador de suas próprias experiências sociais.⁴⁴

Portanto, segundo Martins, é possível uma relação objetiva do sujeito com seu objeto de pesquisa, exatamente em consequência das mudanças biográficas e da ressocialização ao longo da vida. Na presente pesquisa, a origem *nikkei* da pesquisadora e sua experiência profissional no jornalismo nipo-brasileiro no início da carreira precisaram ser consideradas durante as fases da pesquisa. Pelo menos uma das entrevistadas, Fátima Kamata, havia trabalhado com a entrevistadora na mesma empresa, e com exceção de Kátia Sattomura, as demais já nos eram conhecidas quando foram procuradas para participar da pesquisa.

Acreditamos que o fato de não mais atuar no segmento da imprensa nipo-brasileira há quase duas décadas permitiu uma relação de objetividade com as entrevistadas, na medida em que isto é possível. Evitaram-se conhecimentos prévios ou de terceiros na condução das entrevistas, e qualquer forma de informação adicional aos depoimentos não autorizada pelas entrevistadas. Mesmo que houvesse a atuação no mesmo segmento de atividade também se transforma e provoca o que Martins chamou de mudanças biográficas e ressocializações – constantemente alteram-se as condições de trabalho, os colegas de

⁴³ MARTINS, José de Souza. “A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção”. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, volume 5, novembro de 1994. São Paulo.

⁴⁴ MARTINS, José de Souza. Op. cit., p. 5.

redação, e a própria vida pessoal da jornalista, com casamento, maternidade, doenças na família.

As pesquisas que resgatam experiências subjetivas em conexão com o coletivo e institucional, como as realizadas por meio da evidência oral por José Carlos Sebe Bom Meihy, demonstram sua importância para a humanização da história. O pesquisador justifica a escolha de soldados brasileiros desconhecidos que lutaram na guerra civil espanhola:

Mas além da grande figura consagrada (Prestes), quais foram, naquele contexto, os tipos sociais que extremaram posições entre o eu e o universal; quais os germes de suas agruras e impulsos revolucionários; como se equacionaram, na relação entre os indivíduos, seus compromissos pessoais, nacionais e universal? (...) Sob esse olhar, dar-se-ia motivo a aberturas para atalhos prometedores do entendimento de uma história mais humanizada. Sem negar o sentido do político – pelo contrário, para valorizá-lo em sua complexidade –, supõe-se importante ver trajetórias recompostas a partir da experiência de cada um.⁴⁵

2.3 Entrevistas com as jornalistas participantes: os depoimentos

Na presente pesquisa utilizou-se a *entrevista* como forma de abordagem para o processo global de coleta de informações, na exploração das hipóteses e na equação do objeto de estudo. Adotamos as entrevistas em detrimento de questionários devido à necessidade de uma relação direta com as jornalistas participantes. As diferenças entre elas, em seus momentos profissionais e de vida, exigiu um roteiro bastante aberto, que foi sendo adaptado de acordo com a disposição e fluxo das respostas de cada uma das entrevistadas.

- 1) Motivação para a escolha do jornalismo como profissão - foi impulso, ou por conta de habilidades como escrita, gosto pela informação, influência de alguém?
- 2) Inserção no jornalismo nipo-brasileiro - quando, por quanto tempo e como foi?

⁴⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. A revolução possível: história oral de soldados brasileiros na Guerra Civil Espanhola. São Paulo, Xamã Editora, 2009, p. 18.

- 3) Quais as principais especificidades do trabalho jornalístico no ambiente nipo-brasileiro?
- 4) Houve alguma situação – positiva ou negativa - durante o trabalho provocada pelo fato de ser mulher?
- 5) Considerações sobre a experiência no jornalismo nipo-brasileiro em termos de satisfação pessoal e profissional.

Tratou-se mais de um ponto de partida para as entrevistas, pois cada qual tomava rumo próprio, a partir das reflexões sobre os temas que surgiam. Adotou-se em muitos momentos o termo *depoimento* para identificar as entrevistas, no sentido que lhe atribui as Ciências Sociais, não significando interrogações com a finalidade de estabelecer a verdade dos fatos, como ocorre em sua acepção jurídica, segundo pesquisadores como Maria Isaura Pereira de Queiroz:

O termo foi muito cedo definido juridicamente (...) Perde, porém, esta conotação nas ciências sociais, para significar o relato de algo que o informante efetivamente presenciou, experimentou, ou de alguma forma conheceu, podendo assim certificar⁴⁶.

Neste sentido, os depoimentos são considerados uma técnica distinta das histórias de vida, em decorrência da forma de agir do pesquisador no momento de diálogo com o informante. Nos depoimentos, a interferência do entrevistador pode ser maior ou menor, mas cabe a ele a condução da entrevista, interessando-lhe os acontecimentos ligados diretamente ao objetivo de sua pesquisa. Nas histórias de vida, o pesquisador dirige o diálogo, mas quem decide o que vai narrar é o informante:

Não que permaneça ausente do colóquio, porém suas interferências devem ser reduzidas, pois o importante é que sejam captadas as experiências do entrevistado. Este é quem determina o que é relevante ou não narrar, ele é quem detém o fio condutor. Nada do que relata pode ser considerado supérfluo, pois tudo se encadeia para compor e explicar sua existência.⁴⁷

⁴⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. “Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes (org.) Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo, Vértice, 1988, p. 21.

⁴⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Op. Cit., p. 21

A opção pela técnica dos depoimentos foi necessária a partir do momento em que constatou-se que as jornalistas que participariam da entrevista não se mostravam predispostas a ocupar-se tanto da sua biografia, evitando comprometer-se com uma narrativa que abarcasse o contexto total de sua existência. Apesar da grata disposição de contribuir para a reflexão sobre as mulheres no jornalismo nipo-brasileiro, por serem todas profissionais na ativa e na maior parte das vezes, sobrecarregadas com os afazeres domésticos e de educação dos filhos, não havia como realizar repetidos encontros, muito menos de longa duração, como exige a técnica das histórias de vida.

Acreditamos que a natureza da profissão exercida pelas entrevistadas contribuiu para o direcionamento da pesquisa para os depoimentos. As participantes são jornalistas com bastante experiência no ofício de coletar informações e com elas criar textos e sentidos. Todas se empenhavam em “responder” com objetividade e precisão, fornecendo informações que seriam úteis e importantes. Naturalmente houve momentos para divagação, conversas sobre outros assuntos exteriores ao tema da pesquisa, mas o mais comum era uma percepção das necessidades requeridas para um trabalho desta natureza, que a rigor assemelha-se ao trabalho jornalístico: levantar hipóteses, procurar fontes que confirmem ou contradigam, estabelecer coerência formal das várias idéias.

As experiências com a técnica dos depoimentos e das histórias de vida mostram que é o tipo de pesquisa e de objeto que deve definir a metodologia. A escolha de uma ou outra pressupõe diferenças na maneira de conduzir a pesquisa e com os dados que se pretende obter. Como no presente estudo o objetivo era compreender a forma como o jornalismo foi exercido e percebido pelas entrevistadas – e não a seqüência de vida das jornalistas na sua totalidade –, o depoimento revelou-se a técnica mais apropriada.

O universo da pesquisa inclui uma imigrante, de nacionalidade japonesa, Mitsuko Kawai, mas também Andréia Ferreira, que não possui ascendência japonesa. Também foram entrevistadas as jornalistas *nikkeis* Célia Abe Oi, Fátima Kamata e Mami Yasunaga (pertencentes à geração de “nisseis”, ou seja, filhas de japoneses) e Kátia Sattomura, esta “sansei”, ou seja, neta de japoneses. As épocas de nascimento variaram amplamente:

Mitsuko Kawai nasceu em 1921, Célia Abe Oi em 1950, Fátima Kamata em 1965, Andréia Ferreira em 1968, Mami Yasunaga em 1971 e Kátia Sattomura em 1972. Em decorrência de buscar profissionais com carreiras consolidadas, não houve participantes na faixa etária abaixo dos trinta anos.

As trajetórias dessas mulheres em particular foram escolhidas para esta pesquisa por serem, no conjunto, representativas das diversas fases do jornalismo nipo-brasileiro. Considerou-se o jornalismo nipo-brasileiro como o conjunto de veículos de comunicação com características informativas voltados para o chamado público *nikkei*, ou seja, aquele formado por brasileiros descendentes de japoneses ou com vínculos com a comunidade nipo-brasileira. Este universo incluiu os tradicionais jornais produzidos no Brasil pela comunidade de imigrantes japoneses e descendentes, a maioria em apresentação bilíngüe, mas também as novas publicações exclusivamente em português, mais voltados para os descendentes que não dominam o japonês ou para aqueles brasileiros com grande interesse na cultura japonesa.

Numa acepção ampla, compreendemos os projetos jornalísticos criados no Japão para os trabalhadores brasileiros como igualmente pertencentes à imprensa nipo-brasileira, por estarem claramente identificados com dois espaços simbólicos e culturais distintos – o Brasil e o Japão. Esses jornais costumam ser classificados no Japão como parte do *jornalismo étnico* ou *comunitário*, por serem voltados para um grupo estrangeiro específico⁴⁸. Apesar das grandes diferenças e especificidades do jornalismo praticado para os brasileiros no Japão, o fato de seu público e seus profissionais serem majoritariamente *nikkeis* (condição para a concessão de visto de trabalho) levou à inclusão de jornalistas que atuam ou atuaram nestes veículos.

Os depoimentos foram sendo obtidos em espaços de tempo diversos ao longo do último ano da pesquisa. Algumas responderam mais prontamente e esgotaram todas as questões em dois ou três momentos após o primeiro contato, como foi o caso de Kátia Sattomura. A maioria das entrevistas, no entanto, pela falta de tempo das entrevistadas e pelas novas

⁴⁸ Existe ainda a designação imprensa *dekassegui*, mais informal e mais restrita aos próprios profissionais que nela atuam.

perguntas da pesquisadora, levaram muitos meses para serem concluídas, como foi o caso de Andréia Ferreira e Fátima Yamamoto.

Houve a ênfase nas interpretações e escolhas de suas experiências. Não se preocupou com falhas, esquecimentos e omissões, mesmo que houvesse dados para confrontar o que era dito ou escrito. Priorizou-se a produção do discurso e os sentidos que era atribuídos à carreira de jornalista em jornais da comunidade nipo-brasileira. As jornalistas foram convidadas a articular sua profissão com as origens, inserção no mercado de trabalho e satisfação pessoal, mas sem a obrigatoriedade de realizar esta tarefa. Não houve, portanto, a pretensão de captar ar uma única verdade e a totalidade da vida dessas profissionais.

As eventuais contradições entre os depoimentos foram mantidas, assim como a omissão de certos assuntos foi respeitada. Não foram formuladas perguntas sobre o currículo de cada uma, nem sobre datas de cada evento relatado. A importância estava nos fatos e interpretações escolhidas pelas entrevistadas, conforme conduta adotada pela professora Ecléa Bosi em seu trabalho pioneiro sobre memória:

A veracidade do narrador não os preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da História oficial. Nosso interesse está *no que foi lembrado*, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida”⁴⁹.

O caráter coletivo e social da memória, enfatizado pela autora, desenvolve-se a partir de laços de convivência familiares, escolares e profissionais. A memória coletiva “entretém a memória dos seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo”⁵⁰ Ecléa Bosi ensina que apesar de a memória ser coletiva, quem recorda o faz individualmente, somente aquela pessoa pode dar significação para os fatos compartilhados pelo grupo.

Desta forma, procurou garantir que as entrevistadas pudessem se expressar livremente em seu relato, esclarecendo que o depoimento visava à percepção da dinâmica entre o trabalho

⁴⁹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979, p. 1.

⁵⁰ BOSI, Ecléa. *Op. cit.*, p. 332.

de jornalista, a identidade *nikkei* e a trajetória de vida. Em seu trabalho com imigrantes libaneses e seus descendentes que retornaram ao Líbano, Samira Adel Osman justifica as vantagens deste tipo de pesquisa qualitativa:

Significados, processos sociais e individuais, experiências de vida, elaboração de uma identidade individual e coletiva, sentimentos, dificuldades, frustrações, não são dados quantificáveis e, por isso, não podem ser traduzidos em números e dados estatísticos. A experiência subjetiva do retorno, a complexidade da vida cotidiana, a construção e reconstrução de uma identidade e memória coletiva só podem ser registradas de uma forma, que é por meio de histórias de vida, por mais que sejam diferentes as formas de contá-las e registrá-las⁵¹.

2.4 Pensar por escrito: a produção textual nos relatos de vida

Os relatos de vida das jornalistas apresentadas no presente estudo baseiam-se em depoimentos por escrito. Inicialmente pretendia-se construir histórias de vida das entrevistadas a partir dos recursos tradicionais desta técnica. Como já exposto anteriormente, havia pouca disponibilidade e disposição das informantes procuradas para um trabalho desta natureza, apesar da boa vontade em participar da pesquisa. Mesmo após conversas iniciais, as jornalistas pediam as questões fossem enviadas por email (evidenciando o amplo uso deste recurso no cotidiano das profissionais) para que pudessem refletir e produzir suas respostas.

Apesar das limitações dos meios de comunicação eletrônicos e de telecomunicação, esses recursos foram fundamentais para a participação de Fátima Kamata na pesquisa, apesar da mesma morar no Japão. Seu nome era sempre lembrado por aquelas que tomavam conhecimento da pesquisa, em decorrência de sua longa carreira no jornalismo nipo-brasileiro, que inclui a atuação tanto no Brasil quanto no Japão. Mostrou-se animada para

⁵¹ OSMAN, Samira Adel. Entre o Líbano e o Brasil: Dinâmica Migratória e História Oral de Vida. Tese de doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2006, p. 17.

“vasculhar suas caixinhas da memória”, e empenhou-se em estar disponível apesar das diferenças de fuso horário e da rotina atribulada:

Sobre o tema proposto, podemos falar por telefone ou por e-mail. Pode me ligar de madrugada – é só me avisar o dia e horário. (Fátima Kamata, 21/09/2010)

Sugiro ligar para minha casa, porque aqui na empresa fico entre um andar e outro. Costumo chegar depois das 23h. Pode ligar a qualquer hora, porque quase sempre durmo tarde. (Fátima Kamata, 31/09/2010)

Mami Yasunaga foi uma das primeiras entrevistadas a expor as vantagens de dar seu depoimento por escrito: segundo ela, ao escrever ela conseguiria organizar suas idéias com calma, e naturalmente conseguiria lembrar de outros fatos sobre sua carreira em jornais nipo-brasileiros. Talvez houvesse a preocupação com o resultado final das suas falas editadas, descontextualizadas, mas as entrevistadas não demonstraram, em nenhum momento, o sentimento de desconfiança quanto ao uso de suas declarações. Também não houve nenhuma solicitação para rever os depoimentos e respostas editados.

Vale ressaltar que houve pouca necessidade de esclarecimentos sobre a própria pesquisa. Todas têm relações com o mundo acadêmico em algum nível, e mostraram que compreendiam o trabalho que estava sendo desenvolvido e as regras envolvidas. Em mais de um caso declaração mais comprometedora foi debatida com as entrevistadas, que tiveram a decisão final sobre as questões. A preocupação das informantes pareceu antes a preocupação de selecionar aspectos importantes, como afirmou Mami ao ser perguntada sobre as diferenças de dar o depoimento por escrito e não em conversas diretas:

Bom, como gosto de escrever, por escrito é melhor, sem contar na precisão, pois te abre a possibilidade de refletir melhor e não escrever qualquer coisa.

Por outro lado, a conversa é boa pois é mais espontânea. Um ponto ruim (mais pra você) em relação a escrita é o prazo, pois você ficará à mercê de quem responde (Mami Yasunaga, 20/12/2010)

Naqueles momentos iniciais da coleta de dados não havia sequer um roteiro de perguntas, pois a intenção era ouvi-las longamente sobre todo o percurso vivencial, sem impor marcos biográficos. A repetição das situações em que as futuras informantes pediam a “pauta” e afirmavam o desejo de escrever as respostas levou à adoção de um roteiro utilizado para mostrar os objetivos gerais da pesquisa. Contudo, cada abordagem seguiu caminhos próprios, de acordo com o andamento geral das respostas e das conversas pessoais ou por meios eletrônicos.

Os depoimentos escritos surpreenderam pela amplitude das reflexões e revelaram o potencial da escrita em trabalhos desta natureza. A produção textual não costuma ser compreendida como processo interativo, o que conferiu legitimidade a alguns mitos em torno da linguagem escrita, como expõe a professora Lucilia Garcez⁵². O principal mito é a crença de que a escrita é um “dom” de algumas pessoas privilegiadas e dotadas de talento natural. Segundo a professora, é preciso confrontar outros mitos, decorrentes deste mito principal, passando a considerar a escrita como um processo que demanda esforços pré e pós textuais, pois escrever não é um processo espontâneo e desmotivado.

Por exigir empenho e trabalho, a escrita não é uma atividade mecânica de juntar letras e palavras, mas uma atividade sócio-cultural. Desta forma, não é possível adquirir a competência com aulas isoladas nas aulas de língua portuguesa, praticada sem contextualização prévia e sem discussões. Ao longo da história ocidental promoveu-se a leitura em detrimento da escrita, esta reservada a elites que monopolizavam este recurso mais complexo.

Quando ainda se concebia a escrita como mera tradução da linguagem falada, a psicolingüística atestou que essa transposição era apenas parcial. A abordagem psicolingüística da escrita vem demonstrando que as crianças empreendem “leituras” de textos escritos mesmo antes de passarem pelo processo de alfabetização, sendo detentoras desta linguagem mesmo sem saber ler. A escrita deve ser vista como um *processo* pautado

⁵² GARCEZ, Lucilia H.C. A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto. Brasília, Ednub, 1998.

em objetivos e planejamento. As contribuições pioneiras neste campo foram relevantes para superar o imaginário mítico como um “dom”, como as de Kato⁵³, que estruturou modelos que explicam o processo de escrita como operação metacognitiva complexa:

Em lugar de se preocupar somente com o que escreveu, o escritor passa a planejar o modo pelo qual o texto por ele escrito será lido. Tais decisões já predeterminam a forma que o produto vai ter⁵⁴.

Um desses modelos, segundo Kato, contém elementos como o contexto, a memória do redator e a editoração contínua como elementos essenciais à organização da escrita. O texto propriamente dito, é resultado da organização e estabelecimento de uma meta, que precede uma geração de idéias, através da memória do autor. Em seguida vem a tradução dessas idéias para a linguagem escrita. A etapa final é a revisão, empreendida pelo próprio autor mediante uma tarefa de leitura e correção criteriosas. O reconhecimento de que escrever exige uma série de procedimentos complexos combate a idéia de que escrever seja uma simples questão de inspiração, que provocaria uma torrente espontânea de palavras no papel.

A comunicação oral e a escrita representam conflitos simbólicos entre grupos socioeconômicos distintos. É o caso do dialeto padrão para as classes dominantes e as demais variações dialetais disseminadas nas classes menos favorecidas. Pesquisas de outros autores, como Bocchini⁵⁵, confirmam as conseqüências desses mitos e os embates de poder que envolvem o ato de escrever. Seus estudos sobre os fundamentos dos textos acessíveis mostram que quem escreve tende a ignorar sistematicamente o leitor. A produção textual torna-se algo narcísico, centrado apenas no redator. Independente da modalidade do texto – didáticos, jornalísticos –, o ato de escrever continua demarcando a superioridade de quem escreve ou manda escrever, impedindo que a escrita atinja seu objetivo interativo.

⁵³ KATO, Mary. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo, Ática, 1987

⁵⁴ KATO, Mary. Op. Cit., p. 85-86.

⁵⁵ BOCCHINI, Maria Otília. Formação de redatores para a produção de textos acessíveis a leitores pouco proficientes. Tese de doutorado. São Paulo, ECA-USP, 1994.

A pesquisadora vem insistindo na importância de utilizar o universo contextual do leitor, pois as falhas de compreensão ocorrem pelas lacunas nos processamentos do leitor. A prioridade deve ser o leitor (ou o público), o que implica em explicações precisas dos termos que este pode desconhecer e opção pelos termos mais conhecidos, dentre outros cuidados. Neste sentido, as jornalistas que participaram deste estudo tendem a conhecer melhor seu público leitor por atuarem numa mídia especializada e segmentada, favorecendo a utilização consciente de recursos para uma escrita destinada a terceiros, começando pela entrevistadora, e em última instância, sujeita à apreciação pública.

O advento das novas tecnologias tornou ainda mais imprescindível a escrita como ferramenta na troca de informações e expressão de opiniões, tanto nas interações pessoais como na comunicação de massa, especialmente nas formas de comunicação eletrônica. A escrita está articulada a um amplo processo de aquisição da linguagem, em que há inter-relação de experiências e necessidade de aperfeiçoamento contínuo. O engajamento das entrevistadas na escrita das suas trajetórias apresentava grande potencial transformador, de reflexão e abstração, uma vez que escrever não é um ato mecânico, mas um processo vinculado a práticas sociais e experiências individuais.

Capítulo II – Mulheres *nikkeis* no Brasil – Discursos e Identidade

1. O universo *nikkei* no Brasil

Em 18 de junho de 2008 a imigração japonesa para o Brasil completou oficialmente 100 anos, contados a partir do desembarque de 781 famílias japonesas no Porto de Santos, no estado de São Paulo, segundo a Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil⁵⁶. Estudiosos pioneiros da imigração japonesa no Brasil, como o sociólogo Hiroshi Saito⁵⁷, caracterizaram a imigração japonesa para o Brasil em três momentos: a primeira fase (de 1908 a 1941) corresponde ao período anterior à 2ª Guerra Mundial, a segunda fase (de 1953 a 1962), que ocorreu no pós-guerra, e a terceira fase (de 1963 em diante). Na prática, essa terceira fase não é propriamente de imigração, pois refere-se à vinda de empresas e funcionários japoneses cujo auge ocorreu de 1969 a 1973, no período do chamado “milagre brasileiro”. A permanência de caráter provisório e os fortes vínculos com o país natal, além do momento histórico de sua vinda, dificulta a sua percepção como imigrantes no sentido mais usual, embora muitos técnicos japoneses que vieram participar de projetos empresariais ou governamentais tenham se fixado posteriormente no Brasil.

Nos 33 anos da primeira fase entraram aproximadamente 190 mil imigrantes, sendo que o decênio de 1926 a 1935 registra a maior concentração de chegadas do período, com mais de 133 mil imigrantes, consequência do financiamento integral da viagem ao Brasil pelo governo japonês. Os imigrantes que entraram na primeira fase vieram para suprir as plantações de café e com metas de retorno em poucos anos ao Japão. Passaram por experiências inéditas tanto em seu processo de adaptação ao país como em suas tentativas de ascensão social e mobilidade ocupacional e são considerados os “pioneiros” da imigração.

56 SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. Uma Epopéia Moderna. 80 Anos de Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1992. Sempre houve controvérsias sobre o número exato de passageiros, provavelmente em virtude de substituições nas famílias e a existência de imigrantes “avulsos” que pagaram suas próprias passagens.

57 SAITO, Hiroshi (org.) A presença japonesa no Brasil. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP, 1980.

A imigração na segunda fase abrange um período muito mais curto, de apenas uma década. Em sua maioria esses imigrantes foram encaminhados para núcleos coloniais localizados não apenas em São Paulo e no Paraná, mas também para outros pontos na Amazônia, na região Nordeste e no Sul. Muitos deles haviam vivido nas antigas possessões japonesas (Taiwan, Manchúria e Ilhas do Pacífico) durante a 2ª guerra e vieram animados pela intenção de permanência definitiva. Estima-se que nesta fase entraram cerca de 50 mil japoneses.

As duas primeiras fases, segundo Saito, apresentam muitas semelhanças por se tratar de imigrantes agrícolas. A despeito de assumirem características diversas no tocante às épocas de chegada e experiências de adaptação, os imigrantes das duas fases estariam identificados com o chamado “espírito da colônia”, ou seja, pioneiros que venceram a duras penas e legaram a possibilidade de um futuro melhor às novas gerações. A ênfase no bom relacionamento entre os imigrantes das duas fases depois de três décadas de convivência remete ao fato de que houve discriminações de parte a parte no passado. Relatos de pioneiros como o artista plástico Tomoo Handa⁵⁸, contam episódios pitorescos envolvendo os “Japão-novo” como eram chamados os imigrantes do pós-guerra e os imigrantes mais antigos⁵⁹.

Atualmente o número estimado de imigrantes japoneses e seus descendentes é de 1.400.000 pessoas, englobadas na categoria de “*nikkeis* brasileiros”, conforme dados do IBGE⁶⁰. Segundo o Instituto, esse segmento representa entre 0,2 % a 1,9% da população dos estados, dos quais a maior densidade se encontra em estados como São Paulo (1,9 %) e Paraná (1,5%) e Mato Grosso do Sul (1,4%).

⁵⁸

HANDA, Tomoo. O Imigrante Japonês. *História de sua vida no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1987.

⁵⁹

Os imigrantes das primeiras levas orgulhavam-se de terem superado dificuldades extremas em terra estranha, avançando lentamente da condição de trabalhadores endividados ou semi-escravizados nas fazendas de café para a de pequenos proprietários em regiões ainda não-desbravadas. Consideravam os jovens recém-chegados do Japão mais afortunados, e menos dispostos aos sacrifícios. Por sua vez, os novos imigrantes confrontavam o embrutecimento e a falta de refinamento dos antigos imigrantes, que no entanto consideravam-se os verdadeiros detentores do “espírito japonês”.

⁶⁰

Residência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil, IBGE, 2008.

O termo *nikkei* (também grafado *nikkey*) é muito difundido com o significado de membro japonês e seus descendentes fora do Japão. O mesmo ocorre com o adjetivo e substantivo *nisei*, já incorporado ao dicionário como o filho ou filha de pais japoneses nascido nas Américas. O emprego de termos mais específicos como *sansei* para neta ou neto de japoneses também pode ser verificado na imprensa.

A opção de utilizar uma ou outra expressão – *nikkei*, nipo-brasileiro, nipo-descendente – para designar os descendentes gera controvérsias. Alexandre Farias Watanabe em sua dissertação “As Experiências das Raízes e o Dekassegui – Um estudo de psicologia social a partir da reconstrução autobiográfica”⁶¹ fez a opção por “nipo-descendente”:

A condição de “nipo-brasileiros” impõe uma identidade dividida: no Brasil, somos “japoneses”; no Japão, como dekassegui, somos “brasileiros”. Algo parece sempre impedir a comunidade com os outros: grosso modo, aqui o traço corporal; lá o traço cultural. Em ambos os casos, carregamos algo que não nos põe nunca inteiramente nem com os daqui nem com os de lá, mas sempre pertencendo a um outro lugar. Estrangeiros onde estivermos. O próprio termo nipo-brasileiro (que evitamos utilizar aqui, preferindo o terno “nipo-descendente”) pode muitas vezes supor uma identidade por demais resolvida, escondendo as muitas contradições que experimentamos⁶²

Essa “identidade hifenizada” foi uma estratégia dos imigrantes, não só japoneses, de manipular os discursos da elite sobre a etnicidade, visando criar para si um novo lugar dentro da identidade nacional, segundo o historiador Jeffrey Lesser⁶³. Segundo o autor, desta forma os imigrantes conseguiram contrariar a ideia de uma “mestiçagem” que levaria ao surgimento de uma raça brasileira nova e uniforme com a criação de diferentes identidades e uma multiplicidade de brasileiros hifenizados: os nipo-brasileiros, os sírios-libaneses.

⁶¹ WATANABE, Alexandre Farias. As Experiências das Raízes e o Dekassegui – Um estudo de psicologia social a partir da reconstrução autobiográfica. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 2008.

⁶² Op. Cit., p. 21.

⁶³ LESSER, Jeffrey. A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo, Editora Unesp, 2001.

A elaboração de um novo discurso por parte dos imigrantes japoneses exigiu, portanto, um complexo processo de negociação de suas identidades. O fenótipo racial dos *nikkeis* no Brasil, claramente distinto dos imigrantes brancos da Europa e do Oriente Médio, contribuiu para o sentimento de fazer parte de um grupo diferenciado da sociedade majoritária. Essa identidade étnica foi sendo construída pelo reforço das qualidades ditas japonesas – esforço, disciplina –, e pelas transformações contemporâneas no Japão, que a partir dos anos 1970 tornou-se símbolo de país moderno, rico e detentor de alta tecnologia.

Por serem identificados imediatamente como “japoneses”, mesmo que sua família esteja há três ou mais gerações no Brasil, os *nikkeis* puderam construir para si, apesar de todas as conotações pejorativas de ser “japonês”, uma imagem positiva, que muitas vezes pode encorajar o *nikkei* a ter orgulho exacerbado de sua etnicidade:

A convivência com nipo-descendentes passou a ser maior na Escola Técnica Federal de São Paulo, onde ingressei com quatorze anos. Havia muitos jovens, alunos nipo-descendentes lá. Havia a turma que se auto-intitulava *nihonjin* (japoneses) – os que sabiam falar a língua, tinham acesso à cultura de massa japonesa e coisas que tais, além de alimentarem certo desprezo pelo Brasil e pelos brasileiros. Para eles, o Japão rico e tecnológico dava provas claras de ser superior ao Brasil – por extensão, a superioridade se estendia a seus respectivos povos. Pode-se daí imaginar os preconceitos que se desfiavam sobre a situação do povo brasileiro.⁶⁴

A construção de uma identidade “*nikkei*” e da existência de uma “colônia japonesa” não foi realizada sem críticas internas de membros da própria comunidade. O jurista Kazuo Watanabe foi uma das vozes mais contundentes para a mudança do sentido de ser *nikkei* no Brasil:

“(…) Se a postura mental fosse outra, isto, é, que o designativo “*nissei*” não significasse ‘japoneses de segunda geração’, e sim ‘brasileiro filho de imigrantes japoneses’, e que o uso do vocábulo ‘colônia japonesa’ não denunciase a vontade (dos japoneses) de que os imigrantes e seus filhos constituam um prolongamento do Japão, quando na verdade são partes integrantes da sociedade e por ela estão plenamente absorvidos”.⁶⁵

⁶⁴ WATANABE, Alexandre Farias. As Experiências das Raízes e o Dekassegui – Um estudo de psicologia social a partir da reconstrução autobiográfica. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 2008, p. 50

⁶⁵ Artigo A “Colônia Japonesa” não existe, publicado na revista Arigatô edição 12, 1978, p. 30

Três décadas depois, Kazuo Watanabe reafirma em depoimento que a comunidade nipo-brasileira deve colocar-se como segmento da sociedade brasileira, sem o conceito antigo de ser uma apêndice exterior do Japão. Um detalhe interessante é que seu perfil integra uma publicação em homenagem ao centenário da imigração japonesa cujo subtítulo (O Japão que nasce no Brasil) ainda remete à idéia de que a comunidade *nikkei* encerra em si a presença do Japão⁶⁶:

Por exemplo, esta história de “colônia japonesa”... ela existe?

De jeito nenhum. Só era uma colônia enquanto defendia uma idéia única. De antes da II Guerra. Todos os imigrantes queriam voltar ao Japão. (...) No momento em que eles decidiram morar no Brasil, definitivamente, passaram a ser, então, apenas um segmento da sociedade brasileira.

Esta postura não era inédita – no final da 2ª Guerra Mundial, alguns intelectuais da comunidade nipo-brasileira já defendiam que o *nikkei* não devia ser obrigado a sentir lealdade à pátria de seus pais imigrantes nem a manter uma postura de “japonês”. A repercussão, contudo, foi muito maior, principalmente pela crítica à representatividade de entidades e associações culturais nipo-brasileiras:

Eu venho dizendo isso desde 1977, quando afirmei essa idéia em um artigo. Levei bronca de muita gente no Japão. Dizia, e digo com todas as letras, que a colônia japonesa é mais um rótulo do que qualquer outra coisa. (...) Então eu afirmei que a chamada colônia seria apenas um segmento da sociedade brasileira e não mais um prolongamento do Japão.

E isso chocou muita gente. Ainda choca. Não entenderam direito. Engraçado que, no começo, somente alguns reagiram. Eu estava em um evento, lá no Japão, e a grande imprensa japonesa não prestou muita atenção nas minhas idéias. Mas aí veio a *Newsweek* me entrevistar. E afirmei novamente o conceito. O Japão dá muita importância ao que sai em revista americana, em revista alemã. Aí um grande jornal publicou a matéria. O pessoal me perguntava: “como você pode dizer uma coisa dessas?”. (...)

O estranhamento dos japoneses em relação às declarações de Watanabe é fácil de compreender no contexto da sociedade japonesa, que cultivava a ideologia de um povo homogêneo racialmente, descendente de uma mesma linhagem solar mitológica. Essa

⁶⁶ PORTELA, Fernando. De sol a sol – o Japão que nasce no Brasil. Os nisseis, sua tradição e integração. Realização Fundação Kunito Miyasaka e Editora Terceiro Nome. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2008.

concepção construída histórica e ideologicamente traz reflexos no campo jurídico, como a aquisição da cidadania. Diferentemente do Brasil, onde vigora o *jus solis*, ou seja, é brasileiro todo aquele que nasce em terras brasileiras, no Japão vigora o *jus sanguinis*, ou seja, são considerados japoneses somente os que descendem de cidadãos japoneses. Por este motivo, os filhos de estrangeiros nascidos no Japão não adquirem automaticamente a cidadania japonesa, e dependem de um processo de naturalização com diversas condicionantes caso queiram se tornar cidadãos japoneses.

Seguindo o mesmo princípio, os filhos de japoneses no exterior tem o direito à cidadania japonesa, desde que devidamente registrados na representação consular. Muitos imigrantes japoneses assim procederam, garantindo a chamada dupla cidadania aos filhos nisseis. Outros descendentes *nikkeis*, contudo, foram registrados apenas em cartórios brasileiros, o que lhes garante apenas a cidadania brasileira, uma vez que nasceram em solo brasileiro.

A percepção dos japoneses em relação ao *nikkei* tem, a princípio, este sentido de nacionais japoneses nascidos ou vivendo no exterior. Foi este princípio – a origem japonesa – que favoreceu a ida de trabalhadores brasileiros e de outros países latino americanos para o Japão. A reforma da Lei de Controle da Imigração daquele país, em junho de 1990, ampliou a concessão de vistos de trabalho para filhos e netos de japoneses, além dos cônjuges. Modernamente, graças à grande presença de trabalhadores *nikkeis* no Japão, o sentido de *nikkei* foi ligeiramente alterado, passando a designar trabalhadores estrangeiros de origem japonesa.

O conceito de *nikkei* defendido por Watanabe é exatamente o oposto, e está mais relacionado com as afinidades culturais e de convivência que propriamente com o fato de ter ascendência japonesa:

Olha, o meu conceito de *nikkei* é um pouco diferente. Quem tem afinidade com a cultura japonesa, eu considero um *nikkei*. Não é necessário possuir um vínculo sanguíneo. Tenho uma nora que não é descendente de japoneses. Como vou deixá-la fora da comunidade?

Houve um erro quando fizeram o primeiro recenseamento interno, nos cinquenta anos da imigração. Deu uma população de, acho, 500 mil, se me lembro bem, e fizeram uma projeção para dali a 20 anos... Estimaram uma população de setecentos a 750 mil. No novo recenseamento, não sei

se nos anos 70 ou 80, viram que havia uma diferença enorme... mais de um milhão! Sabe onde estava o erro: No critério para considerar quem era *nikkei*. É que nesse um milhão e trezentos, acho que foi isso, foram incluídos os mestiços. Eu já faria outra conta e incluiria não só os descendentes, mas os que são ligados por vínculos de matrimônio. Chegaríamos a um milhão e meio...⁶⁷

O debate sobre a identidade do *nikkei* ganhou outros contornos com a partida maciça de descendentes *nikkeis* para trabalharem em fábricas no Japão, os dekassegui. Do ponto de vista legal, estavam habilitados todos os que comprovavam ascendência japonesa de algum membro da família - pais ou avós – e seus cônjuges. Na prática, com a miscigenação, havia *nikkeis* sem nenhuma aparência oriental. Muitos levaram consigo seus cônjuges das mais diversas origens, como é comum no Brasil.

Com o fenômeno dekassegui, criaram-se comunidades de trabalhadores *nikkeis* nas regiões mais industrializadas do Japão, cujos membros são facilmente identificados como estrangeiros. Uma grande rede de serviços – agências de turismo, restaurantes, veículos de comunicação foi estruturada para atender os brasileiros e suas famílias no Japão. Assim, no mundo de mercados globalizados, há *nikkeis* no Brasil com feições japonesas e passaporte japonês, por conta da dupla cidadania, mas que não falam japonês nem conhecem seus costumes atuais. E há *nikkeis* com feições ocidentais e cidadania brasileira vivendo desde que nasceram no Japão, que mal falam português.

O desafio de conviver com a identidade de origem e a integração à sociedade majoritária prossegue depois de um século de imigração. A cultura oficial brasileira nega a importância – ou mesmo a existência – de etnia, e mais ainda, de raça. A rejeição formal do racismo científico (ou noções biológicas de raça) por todo século XX criou um sistema de discriminações bastante difícil de ser superado. Essa forma particular de discriminação velada impede a democracia racial tão enaltecida na auto-imagem do Brasil como nação multicultural.

⁶⁷ Op. Cit., p.40-41.

Não bastou, como defendiam alguns intelectuais nipo-brasileiros, uma nova postura do próprio *nikkei*: considerar-se sempre brasileiro, reafirmando em todas as situações que não é um “japonês”. A plena inserção não depende apenas da postura e da mentalidade de um grupo – o mundo social externo opera com mecanismos que discriminam e diferenciam, e superá-los não é questão apenas de vontade pessoal ou do grupo. Nos finais da década de 1970, houve um modismo na propaganda: comerciais de TV com a figura de japoneses falando “errado”, ou seja ignorando a linguagem culta e carregando no sotaque. Para surpresa de muitos, o sucesso foi enorme. As caricaturas de “japoneses” fizeram grande sucesso: venderam cadernetas de poupança, gravadores, lavadoras de roupa e fixaram a marca de uma desconhecida panela de pressão, a Lares (ou “rares”, como dizia o ator) .

Parte da comunidade *nikkei* protestou contra os comerciais, considerados ofensivos e constrangedores. Publicitários reconheciam a utilização de estereótipos ultrapassados e o espírito de gozação, mas defendiam a eficiência de seus anúncios. Alguns diziam que apesar do falar caricato, os japoneses não estavam sendo ridicularizados nos comerciais. Mais interessante que a manutenção do imaginário sobre o japonês sorridente, solícito e com péssimo português, a onda de comerciais trouxe a tona opiniões pouco favoráveis aos *nikkeis*, que não costumam ser divulgadas publicamente.

A revista Arigatô edição 11, de novembro de 1978 trouxe o assunto como matéria de capa: “Comércio ou discriminação? A polêmica surgida com os comerciais de TV e a pergunta: JAPONÊS À VENDA?” . A reportagem de oito páginas traz declarações de publicitários, atores *nikkeis*, anunciantes. Há destaque para a “Opinião do Público”, em um box que ocupa a metade inferior de duas páginas:

Dividido. Assim está o público em relação aos comerciais. Enquanto a maioria dos nisseis e japoneses condenam, grande parcela do público brasileiro absolve. Entre os extremos, a crítica virulenta não aos comerciais, mas aos próprios nisseis. (Revista Arigato no. 11, novembro de 1978, p. 8)

A crítica mais contundente foi feita pelo então editor-chefe do Notícias Populares, Ebrahim Ramadan, que teve uma declaração sua colocada em destaque, como título: “Os nisseis são orgulhosos e nos consideram seres inferiores”. Com rara sinceridade ou intenção de aumentar a polêmica, ele comentou a imagem do japonês veiculada pela propaganda da época:

“Não é o que estão mostrando, é pior. Eles perderam aquela humildade que sempre os caracterizou até há aproximadamente dez anos atrás”. E não existe, para ele, uma boa propaganda com nisseis ou japoneses: “A melhor é nenhuma. Embora eles sejam presentes em todas as atividades da vida nacional, na realidade eles mantêm uma distância para com nosso povo, principalmente quando exercem funções de executivos ou cargos de mando” (...)

Ebrahim Ramadan assim comentou a suposta gozação com o japonês: “As vezes, nós brasileiros pensamos que gozamos os japoneses quando, na realidade, estamos sendo gozados por eles. Isso de falar errado acontece só quando não lhes interessa, quando então fingem não saber falar ou entender o português” (...) (Revista Arigatô, edição no. 11, novembro de 1978, p. 8)

Há outra opinião, de um jovem “office-boy” de 14 anos, José Ferreira de Souza, que havia apreciado os comerciais. Ele defendia a utilização dos japoneses falando errado “porque eles fazem as pessoas vibrarem” e dizia ser real a imagem dos japoneses dos anúncios: “Eles não sabem falar muito bem o português”. Um ponto interessante de entrevista é a diferenciação que ele estabelece entre os japoneses e os nisseis: “Eu acho que o japonês é um povo trabalhador, já os nisseis, nem tanto!”. Seu ponto de vista revela que apesar do uso indiscriminado da expressão “japonês” para os descendentes brasileiros, existe conhecimento de que há japoneses “do Japão” e aqueles “do Brasil”. Estaria ele insinuando que os nisseis estavam se distanciando dos valores do país de seus antepassados, deixando de ser trabalhadores?

O pequeno painel de opiniões é rico por apresentar diversas formas de lidar com os *nikkeis*, aceitando ou rejeitando sua etnicidade e sua brasilidade. A dona de casa Guiomar dos Santos Lovetro afirmava que não existiam diferenças entre os descendentes de japoneses e os brasileiros, porque “nasceu no Brasil é brasileiro”. Ela havia gostado dos comerciais exatamente porque achava os japoneses simpáticos, “os nisseis são mesmo assim. Gentis, cativam as pessoas”.

Por último, o nissei Alberto Aoki, assessor técnico na Secretaria da Agricultura, explicitava o incômodo que os descendentes sentiam com a imagem caricata e estereotipada de japonês. A imagem caricata de um japonês que mal consegue falar o idioma do país de adoção contraria a nova geração de nisseis, que ascendiam profissionalmente e preocupavam-se em declarar sua brasilidade:

“O comercial, da forma como vem sendo apresentado, não reflete o comportamento real do japonês, muito menos do nissei”, embora seja aceitável a utilização dos nisseis e japoneses (bem como de outras raças) desde que a mensagem comercial seja feita de forma plena e conscienciosa, sem ferir ninguém”. (Revista Arigatô, edição no. 11, novembro de 1978, p. 8)

As opiniões revelam as contradições da alegada democracia racial no Brasil. O discurso da convivência pacífica entre nacionalidades e etnias persiste, mas entra em contradição com o racismo estrutural e pessoal, presente cotidianamente em atos e na linguagem. Um exemplo recente é uma das muitas reações preconceituosas geradas por um artigo do jornalista Leonardo Sakamoto em seu Blog do Sakamoto – Direitos Humanos, Trabalho Decente e Meio Ambiente (www.blogdosakamoto.uol.com.br), sob o título “Mais uma década de sangue derramado em vão”, postado em 10/12/2010.

yoko ono disse: [10/12/2010 às 15:58](#)

*Parabéns cara !!!! Até que enfim vc pos o japa no lugar dele...Gostei demais da tua opinião. Nordeste também tem chacina...*⁶⁸

O artigo havia selecionado cinco exemplos de crimes provocados por intolerância, como o assassinato do adestrador de cães Edson Neris da Silva, que passeava com seu companheiro na Praça da República, por um grupo neonazista. O primeiro comentário publicado, minutos após a postagem do artigo, criticava o fato de não haver um exemplo de crime cometido no Nordeste: “*Afinal, deve ser difícil para alguém que vive descendo o sarrafo nos paulistas, admitir que também tem gente ruim no meio do “maravilhoso” povo nordestino...*”⁶⁹

⁶⁸ <http://blogdosakamoto.uol.com.br/2010/12/10/mais-uma-decada-de-sangue-derramado-em-vao/> Acessado em 14/12/2010.

⁶⁹ Postado por “caçador de pitbull”, <http://blogdosakamoto.uol.com.br/2010/12/10/mais-uma-decada-de-sangue-derramado-em-vao/>. Acessado em 14/12/2010.

Como é comum ocorrer com questões relacionadas a direitos humanos, os comentários sucederam-se de forma veloz e raivosa, expressando preconceitos os mais diversos. Mais que a impunidade dos crimes e a inércia do Estado, os autores de comentários indignaram-se uns com outros, desqualificando os argumentos por serem, todos supostamente, escritos por uma mulher (“*Ué, então vc é mulher! Quem diria. Este mundo está mesmo virado de pernas pro ar!*”), por serem esquerdistas (“*enfim, canalhice típica de esquerdista*”), por serem de determinadas profissões ou classes sociais (“*por falar em sambaquira, semovente, conseguiu terminar o serviço na casa da patroa? Dá tempo de preparar um frango frito e vazar para a praia?*”).

O anonimato da *internet* e das redes sociais permite a demonstração explícita dos mais diferentes preconceitos e torna-se instrumento eficaz da discriminação. No caso do comentário sobre “colocar o japa no lugar”, o exemplo é ilustrativo de como os preconceitos podem se sobrepor. O contexto da crítica é a forma como os paulistas estariam sendo tratados pelos intelectuais de esquerda, como sendo intolerantes com nordestinos, pobres e homossexuais. A indignação não é tanto pela homogeneização do estereotipo de paulista, mas pela ausência de críticas ao nordeste. O interessante do “japa”, utilizado para referir-se ao autor é a justaposição do preconceito étnico com as demais categorias a serem demonizadas nos comentários como a de ser intelectual e esquerdista.

O autor pode ser identificado facilmente com a categoria intelectual, pois se apresenta como jornalista e cientista político, e possui um *blog*, ou seja, um canal para suas opiniões hospedado no maior provedor de conteúdo em português do país, o Universo On Line (UOL). A associação com “esquerdista”, num certo senso pejorativo, ocorre em decorrência dos assuntos tratados no blog, relacionados à temática dos direitos humanos. Esses preconceitos ocorrem do confronto com posicionamentos do autor, enquanto o preconceito étnico está na percepção do autor como alguém “de fora”, sem legitimidade de opinar sobre os assuntos nacionais.

Trata-se de algo sutil, mas é interessante notar a sutileza com que algumas expressões de conotação étnica estão incorporadas na linguagem e no imaginário da sociedade brasileira. No caso de Sakamoto, ele optou por colocar o sobrenome japonês em sua coluna, assim como uma foto, que confirma sua ascendência japonesa. O que é mera identificação, torna-se uma identidade que restringe seus outros atributos, positivos ou negativos. Mesmo sendo um intelectual que não atua no âmbito da comunidade nipo-brasileira, nem trata de questões sobre os *nikkeis*, acaba sendo um “japa” para desqualificá-lo no debate.

Assim, no caso dos *nikkeis* brasileiros, fica claro que a ambigüidade da sua identidade, pela impossibilidade de uma lógica única de discriminação e pela necessidade de uma etnicidade constituída de múltiplas posições de identidade simultâneas. Se num momento o “japa” ou “japoronga” estão associados ao outro indesejável, como no caso do comentário num *blog*, em outro contexto poderá este mesmo “japa” pode ser considerado, “apesar de tudo” um ser naturalmente inteligente, esforçado e trabalhador. Ambas as formas de percepção externa da identidade nipo-brasileira são igualmente preconceituosas e precisam ser continuamente reelaboradas na auto-identidade de cada descendente *nikkei* nas diversas situações de vida.

Os intelectuais da comunidade nipo-brasileira debateram intensamente esta questão, principalmente após o término da 2^a. Guerra Mundial. A valorização do nissei, destacando exemplos bem-sucedidos de *nikkeis* em todas as áreas de atividades caracterizava a linha editorial de projetos como o programa de rádio “A Voz do Nissei”, transmitido pela antiga Rádio Santo Amaro no início dos anos 1960. Seu idealizador e produtor, Takao Miyagui, relembra a permanente dificuldade dos descendentes de japoneses se tornarem “apenas brasileiros”, ou “novos brasileiros” sem a conotação étnica:

Naquela época, diz Takao, o nissei tinha absoluta necessidade de se integrar à vida no Brasil, enquanto preserva, ao mesmo tempo, os costumes do país de origem. Uma missão nada fácil.

A gente, naquele antigo programa de rádio que eu escrevia, falava da assimilação do nissei pela sociedade brasileira. Eu também achava, naquela época, mais de quarenta anos, que o nissei deveria, cada vez mais, se integrar aos “brasileiros”. Hoje, continuam nos chamando de nissei. Ou

sansei, ou yonsei. De “terceira ou quarta geração”. Mas, nós somos *apenas* brasileiros. Se é para chamar de alguma coisa, que nos chamem de “novos brasileiros”. Mais lógico.⁷⁰

A adoção de uma identidade plenamente brasileira é complexa, pois significou, para a primeira geração de descendentes *nikkeis*, a rejeição aos valores japoneses:

Os nisseis rejeitavam, de modo geral, os japoneses. Se afastavam deles. Não queriam ser chamados de japoneses de jeito nenhum. Diziam: “eu quero ser tido como brasileiro, quero integrar o Brasil”.

Uma reconciliação com as origens japonesas pode ser verificada nas gerações mais jovens, com a crescente participação em atividades ligadas à cultura japonesa, como estudo do idioma, das danças típicas e aprendizado da música. A menor cobrança familiar de comportamentos ditos japoneses pode ter contribuído para a aproximação da cultura japonesa, um elemento que não precisa mais ser rejeitado para a afirmação da brasilidade. Uma nova percepção da sociedade brasileira e mesmo mundial em relação à cultura pop japonesa, com a proliferação de fãs de quadrinhos e desenhos animados japoneses, pode ser outro fator para a não-rejeição da cultura que representava as origens japonesas, como constata o jornalista Takao Miyagui:

Essa terceira geração é mais interessante: eles estão procurando as origens, valorizam mais o Japão, os costumes japoneses. Muito mais do que o próprio nissei. Minha filha, Mlina Luri, de 10 anos, por exemplo, quer aprender japonês. Antigamente, você tinha vergonha de ser japonês. Vinha de um país derrotado na guerra, era imigrante pobre. Não tinha uma imagem boa.⁷¹

As publicações mais recentes para o público nipo-brasileiro mais jovem conseguiram finalmente acompanhar as transformações do universo de descendentes, o que levou a textos em sinergia com seu público. As referências ao universo pop japonês, à cultura dos animes, fazem parte do cotidiano dos leitores, assim como há explicações breves sobre termos mais complexos ou técnicos ligados ao idioma japonês.

⁷⁰ PORTELA, Fernando. De sol a sol – o Japão que nasce no Brasil. Os nisseis, sua tradição e integração. Realização Fundação Kunito Miyasaka e Editora Terceiro Nome. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2008, p. 119.

⁷¹ PORTELA, Fernando. De sol a sol – o Japão que nasce no Brasil. Os nisseis, sua tradição e integração. Realização Fundação Kunito Miyasaka e Editora Terceiro Nome. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2008, p. 124.

Em estudo sobre a revista *Made in JAPAN*, publicação mensal publicada ininterruptamente desde outubro de 1997 em língua portuguesa e que circula simultaneamente no Brasil e no Japão, a professora Alice Mitika Koshiyama demonstra exatamente o processo mais recente da reorganização da comunidade *nikkei* e de sua identidade⁷². A revista representa a intensificação do debate sobre o que é um *nikkei*, numa realidade em que muitos descendentes não falam japonês nem tem traços orientais:

A crescente miscigenação provocou uma alteração dos tipos físicos da juventude *nikkei*, com o surgimento de um novo padrão estético (ver número 26, novembro de 1999, ano 3), promovendo a inclusão dos mestiços legitimados em concursos de beleza patrocinados pela revista.

A afirmação de uma nova identidade física para os *nikkeis*, que não precisavam mais ter uma fisionomia de japoneses é consagrada com a publicação de informações sobre modelos nipo-brasileiros que fazem sucesso no Japão com tipos formados pela mistura de raças. A publicação de número 36, de setembro de 2000, apresenta na capa a modelo e apresentadora de televisão no Brasil, Renata Sayuri, que personifica um padrão de beleza feminino miscigenado⁷³.

A perspectiva de uma nova identidade nipo-brasileira foi fundamental para o sucesso editorial da publicação, aponta Koshiyama: “A transformação, no decorrer dos mais de cinco anos da revista, da idéia de uma identidade *nikkei* fechada nos japoneses e seus descendentes com traços étnicos orientais para uma perspectiva de identidade que abrange todos os descendentes comprova o trabalho integrador da revista na exposição pública sobre o que são os *nikkeis*. (...) Na prática, participam do mundo *nikkei* todos que com eles se relacionam: dos empresários aos bolsistas de alguma instituição japonesa, dos consumidores de produtos aos viajantes que visitam o Japão e se encantam, como o escritor Paulo Coelho (matéria de capa, no. 44, maio de 2001)”⁷⁴.

⁷² KOSHIYAMA, Alice Mitika. Globalização e Comunicação: mudanças na comunidade *nikkeis* e construção de novas identidades na revista *Made In JAPAN* (1998-2002). <http://hdl.handle.net/1904/4995> Acessado em 04/10/2010

⁷³ Op. Cit., p. 7.

⁷⁴ Op. Cit., p. 8

2. Mulher *nikkei*, quem é?

Quando se fala em mulher *nikkei* existe uma dificuldade inicial: quem é essa mulher? Trata-se das nipo-descendentes formadas segundo os valores culturais trazidos pelos pais e avós japoneses? Engloba as descendentes que não possuem fenótipo considerado oriental, por ter um dos pais não-descendente, chamadas comumente de mestiças? As esposas não-descendentes de homens *nikkeis*?

O fato é que a face mais visível da *nikkei* é a aparência considerada oriental. As representações das mulheres nipo-brasileiras como “japonesas” ou “japonesinhas” podem ser verificadas com bastante clareza nos filmes brasileiros da década de 1980, e mesmo na atualidade em novelas de TV de grande audiência.

Mesmo que utilizado carinhosamente, japonês, japonesa ou japonesinha podem reduzir alguém à sua etnicidade, ignorando suas outras identidades. Foi o que chamou a atenção de Jeffrey Lesser ao entrevistar o jornalista Henri George Kobata sobre a guerrilheira Sueli Yumiko Kamayana. Kobata entrevistou o atual deputado federal José Genoíno, que a conhecera no Araguaia, para o jornal Página Um⁷⁵ em 1980. Duas décadas depois o jornalista ainda se lembrava do que o incomodou na ocasião:

Tanto o entrevistador, Henri George Kobata, quanto Genoíno elogiaram a bravura, a coragem e o engajamento de Kamayana. No entanto, apesar dos pontos de acordo, o artigo foi, na verdade, uma batalha travada sobre sua memória. Kobata se referia a ela como Yumiko, ou Sueli Yumiko. Genoíno, por outro lado, é citado se referindo a Kamayana como “aquela japonesinha”. Kobata se lembra de que “usei negritos para ‘aquela japonesa’ porque fiquei surpreso, até com raiva, com a distância do Genoíno e Sueli. Ele sempre a chamou de ‘aquela japonesa’, e nem sabia como pronunciar seu nome. São companheiros de luta, mas ele mostrou que havia distância entre eles... não uma distância ideológica, mas uma distância étnica. Ele nunca chamou Tião (Oswaldo Orlando da Costa, o afro-brasileiro que era membro do grupo) de “negrinho”.⁷⁶

⁷⁵ O número 0 foi lançado em 21 de abril de 1979, e circulou durante cinco anos juntamente com o Diário Nippak, um dos três grandes jornais diários da comunidade de imigrantes japoneses. Foi um suplemento quinzenal (tornou-se mensal em sua última fase), com 8 páginas, formato tablóide.

⁷⁶ LESSER, Jeffrey. Uma Diáspora Descontente – Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. São Paulo, Paz e Terra, 2008, p. 161.

Para Lesser, a reação de Kobata sugere que as afirmações de que a linguagem de conotação racial, no Brasil, é meramente descritiva, não sendo portanto insultuosa, nem sempre são aceitas por membros dos grupos minoritários:

Genoíno talvez tenha escolhido essa maneira de falar como uma forma de demonstrar solidariedade e de homenagear sua colega morta, ao se referir a um repórter nipo-brasileiro. É possível também que ele tenha usado essa linguagem inconscientemente, uma vez que, como demonstrei antes, o termo “japonês” significando *nikkei* é de uso corrente. (...)

Independentemente de sua intenção, quando Genoíno chamou Kamayana de “aquela japonesinha”, ele a reduziu à sua etnicidade. Foi isso que ofendeu a Kobata, que esperava que o nome de Kamayana fosse complementado por sua etnicidade, e não substituído por ela. A linguagem étnica de Genoíno foi reforçada por conotações de gênero, uma vez que o diminutivo dificilmente seria usado co relação a um companheiro de sexo masculino.⁷⁷

Em pesquisa sobre o cinema como espaço da etnicidade, Jeffrey Lesser constatou que os filmes com atores nipo-brasileiros produzidos em São Paulo possibilitou interpretações interessantes sobre a identidade *nikkei*, especialmente a das mulheres:

Os críticos de cinema tendiam a ver as atrizes nipo-brasileiras como especialmente belas e *sexy*. Os expectadores se perguntavam como as imagens de moças más que apareciam nas telas se relacionavam com a das boas moças da vida real (...)⁷⁸

Lesser verificou um padrão nos personagens “japoneses” desses filmes brasileiros: homens *nikkeis* como assexuados e cômicos, e as mulheres nipo-brasileiras como agressivamente sensuais, o que pode ser atribuído às idéias transnacionais sobre o Oriente. Existe até um termo, “síndrome da borboleta”, para filmes feitos nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960, muitas vezes com casos de amor entre americanos e asiáticas, que eram ou colocadas num pedestal ou tratadas com desprezo. Os filmes com atores e atrizes *nikkeis* refletiam esse padrão:

⁷⁷ Op. Cit., p. 161.

⁷⁸ LESSER, Jeffrey. Uma Diáspora Descontente – Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. São Paulo, Paz e Terra, 2008, p. 66.

Uma nítida divisão das representações de gênero significava que os poucos papéis masculinos nipo-brasileiros mostravam indivíduos do tipo samurai, para quem a honra, e não a atividade sexual, era de importância suprema. No entanto, a grande maioria dos papéis era feminina. A fetichização global das mulheres asiáticas e a inquietação com o fato de as mulheres brasileiras não desempenharem mais os papéis sexuais e domésticos convencionais levaram homens paulistanos a fantasiar que as centenas de milhares de mulheres *nikkeis* da cidade se comportariam como gueixas. A partir da década de 1960, começaram a aparecer com certa frequência, nas revistas, matérias nas quais homens “brasileiros” expressavam seu desejo por mulheres *nikkeis*”(…)

Os personagens femininos nipo-brasileiros eram “figuras passivas que existem para servir os homens – como objetos de amor para os homens brancos”, ao mesmo tempo que sua agressividade sexual oculta as distinguia do tédio sexual explícito de muitos dos personagens femininos brasileiros.⁷⁹

Se a imagem da mulher *nikkei* ao longo da história da imigração japonesa no Brasil foi sendo consolidada a partir do forte imaginário *hollywoodiano* da mulher oriental – submissa, exótica e sensual, as lideranças da comunidade nipo-brasileira procuraram enfatizar as qualidades femininas mais próximas ao ideal burguês adotado no país ao longo do século 20: recato, valorização do casamento e dedicação à família. As novas gerações de mulheres descendentes, a partir dos anos de 1970, vivem na dubiedade de atender as expectativas familiares e realizar sonhos de ascensão social, o que exige, contraditoriamente a emancipação da família para completar estudos e a inserção em grupos fora do âmbito nipo-brasileiro.

A cineasta Tizuka Yamasaki confirma as expectativas que a comunidade nipo-brasileira tinha em relação às jovens, mesmo nas décadas de 1960 e 1970:

Os mais velhos da comunidade se sentiam responsáveis por mim, por eu ser órfã de pai e meu avô ter morrido quando eu era muito nova. Diziam assim: "Tizuka, não estude muito. Se você estudar muito, não vai conseguir marido." Se eu tivesse seguido esse conselho e ficado em Atibaia, provavelmente teria me casado com um rico fazendeiro plantador de morango e, de repente, poderia estar até melhor do que estou como cineasta.⁸⁰

⁷⁹ LESSER, Jeffrey. Uma Diáspora Descontente – Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. São Paulo, Paz e Terra, 2008, p. 67.

⁸⁰ Depoimento ao Projeto 100 Anos de Histórias <http://www.japao100.com.br/perfil/38/historia/84/>, acessado em 20/11/2010.

Muitas descendentes relatam o apoio decisivo das mães para a realização de estudos em centros urbanos (a prioridade era para os irmãos homens), que demonstram a existência de voz ativa das mulheres na estrutura patriarcal das famílias nipo-brasileiras. No caso de Tizuka Yamasaki a mãe era viúva, não precisou contrariar alguma autoridade masculina, mas foi a mãe quem a incentivou para prosseguir com os estudos na capital paulista.

Minha mãe foi fundamental para nos encorajar a estudar fora. Não queria que ficassemos reduzidas a uma vida simplória numa cidade do interior. Ela queria que estudássemos, fizéssemos a universidade que ela tanto quis e, pelas circunstâncias daquela vida, não pôde realizar. Talvez estivesse dando razão ao meu pai sonhador – criticado na época – que queria conquistar o mundo. Aos 15 anos, fui estudar o científico no colégio Roosevelt, na capital paulista. A Yurika foi depois.

Na mesma época, eu estudei no IAD, o Instituto de Arte e Decoração, uma escola muito moderna, referência para quem queria se dedicar à programação visual e desenho industrial. Ali conheci e trabalhei com grandes nomes da arquitetura e das artes plásticas. Comecei a trabalhar como desenhista e o desejo de fazer arquitetura se fortalecia.⁸¹

No início, mesmo morando longe da família e longe da comunidade de japoneses, Tizuka tentava se comportar como uma descendente típica:

Nessa época, em São Paulo, fiz parte de uma turma de estudantes nikkeys (alguns são meus amigos até hoje) e juro que me esforcei para me comportar como uma tradicional descendente, tentando ser aplicada nos estudos, ser mais discreta, mais feminina – enfim, ter o formato que qualquer mãe nikkey se orgulharia⁸²

Muitas descendentes buscaram alternativas profissionais que não contrariassem a possibilidade de casamento e formação de uma nova família, tornando-se costureiras ou cabeleireiras. Há muitas referências a moças nipo-brasileiras que estudaram corte e costura em cidades maiores ou na capital paulista para se capacitarem em escolas para *nikkeis*, com tradição de acolher as jovens do interior. Normalmente esses centros de treinamento contavam com estrutura para hospedagem, o que tranquilizava suas famílias.

⁸¹ Depoimento ao Projeto 100 Anos de Histórias <http://www.japao100.com.br/perfil/38/historia/84/>, acessado em 20/11/2010.

⁸² Depoimento ao Projeto 100 Anos de Histórias <http://www.japao100.com.br/perfil/38/historia/84/>, acessado em 20/11/2010.

Romper as imposições familiares não era tarefa fácil numa época em que a comunidade nipo-brasileira mantinha grande sentimento de unidade, apesar da crescente urbanização e dispersão dos antigos núcleos coloniais. Mesmo que individualmente um pai ou uma mãe concordassem com casamento inter-étnico ou com o progresso profissional em áreas não convencionais para mulheres, persistia o sentimento de constrangimento frente aos outros membros da comunidade com os desvios ao padrão dominante.

3. Imaginário sobre a mulher japonesa no Brasil

A imagem que os brasileiros possuem em relação aos asiáticos – japoneses e chineses, principalmente – esteve regularmente associada ao exótico, estranho e perigoso. Em finais do século 19, os debates sobre a conveniência da mão de obra japonesa para os cafezais paulistas expressaram o grande temor da época: o “perigo amarelo”. Nas primeiras décadas do século 20, o forte militarismo e expansionismo do Japão pela Ásia contribuiu para difundir a imagem dos japoneses no Brasil como perigosos politicamente, vistos como agentes infiltrados, prontos agir de forma irracional. Isso sem falar no perigo racial que sempre representaram, por não serem brancos como os europeus, a primeira opção das elites econômicas da época.

Em *Entre Gueixas e Samurais – A Imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*, a historiadora Márcia Yumi Takeuchi⁸³ utiliza as charges e caricaturas publicadas no período anterior à 2ª Guerra Mundial para compreender a formação do imaginário sobre as mulheres nipônicas. A figura feminina, presente com regularidade nas revistas em diversas ocasiões, chamou a atenção da autora: “ao efetuarmos o levantamento e, posterior análise desses documentos, verificamos a inegável participação da *japonesa* na configuração da imagem do imigrante japonês no Brasil”⁸⁴

⁸³ TAKEUCHI, Marcia Yumi. Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2009

⁸⁴ Op. Cit., p. 251

Depois de definir as imagens de maior recorrência com relação às mulheres japonesas (ou orientalizadas), Takeuchi identificou que nos primeiros anos da imigração houve a idealização da oriental, uma caracterização de mulher-gueixa. Nas charges e fotografias retratando jovens brasileiras fantasiadas com quimonos, leques e sombrinhas típicas emerge a representação da delicadeza e sofisticação: “Neste caso, como nos anteriores, a japonesa atende ao anseio nacional, qual seja, o desejo de repetir o rápido sucesso japonês na modernização de suas indústrias civil e militar, com a manutenção de suas tradições.”⁸⁵

As circunstâncias políticas condicionam uma relativa ruptura dessa imagem, que passa a ser, a partir do final da década de 1920, a de “prostituta de sexualidade perniciosa e mecanismo de transmissão de doenças físicas e morais”.⁸⁶ A progressiva mutação do imaginário em torno da mulher japonesa significou a incorporação da *sexualidade aberta* até então ausente das representações. Segundo a autora, essa nova imagem provocava o temor dos eugenistas atuantes no Brasil na época da imigração japonesa: as consequências do cruzamento racial.

Nesta época, a presença japonesa no Brasil, devido à imigração, torna-se uma realidade. Imagens das japonesas mais modernas, ocidentalizadas, sexualizadas, complementavam artigos que abordavam os riscos da miscigenação. Os debates alertavam que se já havia sérios problemas ao desenvolvimento do país com a “infiltração” de sangue negro e índio na formação de nosso povo, o que aconteceria com o sangue japonês? Deputados defendiam que as necessidades econômicas do país eram irrelevantes diante dos perigos representados pelos imigrantes japoneses, um povo inassimilável devido à sua cultura e moral.

Neste período começam a aparecer imagens de japonesas com marcada conotação sexual associada à gueixa como prostituta, e não mais como mulher exótica e sofisticada. Os artigos e notas das revistas enfatizavam o poder atrativo da gueixa sexualizada, descrevendo atributos físicos peculiares às japonesas, associados ao mistério e à

⁸⁵ Op. Cit., p. 256.

⁸⁶ Op. Cit., p. 257

dissimulação. Vale lembrar que a vinculação da gueixa à prostituição e à decadência foi utilizada após a rendição japonesa na 2^a. Guerra Mundial em 15 de agosto de 1945 , e a imagem da gueixa-prostituta persiste até os dias de hoje no imaginário ocidental. Como o modelo burguês desejado pelas elites da época era o da mulher no espaço privado do lar, zelando pelo marido e filhos, a imagem das japonesas sensuais contribuía para o argumento que rejeitava a presença dos japoneses no Brasil:

A mulher honesta, de camadas privilegiadas ou subalternas, era dessexualizada e pura, como as jovens que somente se “fantasiavam” de nipônica. A prostituta, por outro lado, carregava as marcas do mal e do pecado, caso da mulher *autenticamente* japonesa. As reflexões sobre eugenia foram aplicadas pelos higienistas sociais, que legitimavam a teoria da prostituição inata e aceita social e moralmente pelos japoneses.⁸⁷

Além de marcadas pela sexualidade, a mulher nipônica foi concebida também como “arma” do imperialismo japonês nas primeiras décadas da imigração. Diante do crescente domínio japonês na Ásia, na década de 1930, os olhares nacionalistas se voltavam para as supostas tentativas do Império Japonês em aumentar seu poderio pelo mundo. Segundo a visão dos antinipônicos que divulgavam o perigo amarelo, a explosão demográfica não era causa das sucessivas invasões dos japoneses nos territórios vizinhos, mas uma necessidade para a consolidação de um Estado forte.

A imprensa repercutia a crença de que o Japão estimulava o aumento populacional, com o objetivo de garantir novos soldados e barata para desenvolver os países conquistados. Desta forma, surgiu o temor de que a imigração japonesa no Brasil significasse uma superpopulação japonesa em território nacional, criando inimigos e trazendo riscos de uma miscigenação não-branca. Neste contexto, a mulher japonesa representava um grande perigo a ser combatido:

⁸⁷ Op. Cit., p. 268.

A mulher, apresentada como “incubadora” de novos nipônicos-soldados – a fim de conquistar o mundo – surgia então como uma das figuras centrais na preocupação da segurança política e eugênica no Brasil.⁸⁸

Takeuchi cita estudos sobre questões raciais no cinema norteamericano que revelam o fascínio de Hollywood pela Ásia – casas de ópio, de gueixas, cafés em Saigon, onde envolvimento romântico e fantasias inaceitáveis na sociedade americana eram possíveis. Este cinema, espaço importante de irradiação de ideologias políticas e estéticas também representou a mulher japonesa – ou asiática – como sexualmente disponível para o homem branco. Os enredos favoreciam os romances entre homens brancos e mulheres asiáticas, mas dentro deste padrão, sendo os homens asiáticos preferencialmente representados como estupradores ou assexuados:

Diante da imagem de elementos perniciosos, a miscigenação com superiores brancos estava interdita. Havia, na inserção ou invasão dos japoneses à sociedade idealizada, também, pelas elites brasileiras o perigo moral e sexual: a capacidade sedutora da mulher japonesa e a ameaça do homem japonês à mulher branca, que representava a sua cultura e civilização.⁸⁹

Apesar da predominância de discursos antinipônicos nas décadas de 1920 e 1930, houve intelectuais que acreditavam ser possível eliminar as diferenças para adaptar o imigrante japonês à sociedade brasileira idealizada (que seria branca, moralizada, cristã) como os médicos Bruno Lobo e Juliano Moreira. Acreditava-se com provas científicas (fotos, fichas antropométricas etc.) que “abrasileirando” os nipônicos, os descendentes mestiços não eram degenerados. Em suas publicações ambos defenderam as contribuições positivas dos japoneses à formação do povo brasileiro:

No capítulo “Convem ao Brasil a Imigração Japonesa?”, Moreira afirmava que o desenvolvimento nipônico comprovava a sua capacidade mental (...) Além disso, o cruzamento com o brasileiro, pela afinidade já citada, produziria frutos que, do ponto de vista ocidental, seriam “mais bellos que o *commum* do *typo* japonéz”. Contudo, defendia a seleção individual dos imigrantes japoneses.⁹⁰

⁸⁸ Op. Cit., p. 267.

⁸⁹ Op. Cit., pp. 278-279

⁹⁰ Op. Cit., p. 288.

Essa abordagem nascida para o convencimento das elites nacionais foi apropriada por outro setor diretamente interessado na presença dos japoneses: as lideranças da comunidade nipo-brasileira. Um dos citados por Takeuchi é o *Centro Nipônico de Cultura*, que publicou, em 1934, um panfleto intitulado *Cruzamento da Etnia Brasileira*, no qual constavam sete páginas de fotografias que exibiam casais nipo-brasileiros e os “resultados”.⁹¹

A análise das imagens e dos discursos leva Takeuchi à conclusão de que houve a distorção propositada de realidades, tanto pelas correntes pró-nipônicas, como por seus oponentes:

Conclui-se que a pseudo-ciência e a mistificação estão a serviço da ideologia dos grupos, que identificavam a ausência de preconceito em um período fértil de intolerância contra os japoneses. Essa aversão não era expressa por um grupo isolado (antinipônicos atuantes na Constituinte), mas permeava toda a sociedade, legitimada ainda pela imprensa.⁹²

A vida das imigrantes japonesas, assim como a de outras mulheres estrangeiras ou nacionais obrigadas ao deslocamento e ao desenraizamento, foi marcada pela sobrecarga de jornadas: trabalho no campo, afazeres domésticos e cuidados com familiares no tocante à saúde e educação. A imagem de gueixa sensual persistiu, mas passou a conviver com outros discursos sobre as japonesas, diante da realidade de sua presença no Brasil.

As alterações no imaginário sobre a mulher japonesa no Brasil, portanto, sofreu alterações gradativas ao longo do século 20. Novos estereótipos foram acrescentados, convenientemente condicionados às transformações da comunidade nipo-brasileira e da sociedade brasileira. Dependendo do momento histórico, da necessidade das lideranças nipo-brasileiras ou do próprio mercado de consumo, alguns elementos das representações sobre a mulher de origem japonesa podem ser resgatados e atualizados (a doçura e a delicadeza das orientais). Ou então silenciados e convenientemente esquecidos, quando suas trajetórias comprovam histórias menos edificantes da história oficial (exitosa) desta comunidade de imigrantes.

⁹¹ Op. Cit., p. 292.

⁹² Op. Cit., p. 293.

4. O papel da mulher imigrante e *nikkei*

Na primeira leva de imigrantes japonesas que chegou ao Brasil no Kasato Maru em 18 de junho de 1908, acredita-se que 186 eram mulheres, de um total de 781 imigrantes japoneses. A menor proporção de mulheres permaneceu nas levas seguintes, justificada pela idéia de que um maior número de homens, mais fortes na lavoura, permitiria maior produtividade e o rápido retorno ao Japão.

As poucas mulheres precisavam arcar com grande parte do trabalho doméstico, e memorialistas como Tomoo Handa⁹³ apontam a solidão dos jovens imigrantes como mais um sofrimento em terras estranhas. O legado dos anos árduos de trabalho das mulheres nos cafezais, os sacrifícios das mães e irmãs mais velhas para proporcionar a educação dos filhos homens (ou pelo menos de um deles) foi a disseminação da imagem da mulher japonesa como a força silenciosa mas vital no sucesso das famílias nipo-brasileiras.

Uma reflexão interessante e rara sobre o papel da imigrante japonesa aparece nos anais do Simpósio “O Japonês em São Paulo e no Brasil” promovido pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, em junho de 1968, como atividade comemorativa do 60º. aniversário da imigração japonesa para o Brasil. Além de conferências de aberta, foram feitas 24 comunicações, chamando nossa atenção uma delas, cuja relatora foi Avelina Salles Haynes, sobre “A Mulher Japonesa no Brasil”.

Na apresentação do trabalho a Avelina Salles Haynes informa que se trata de um estudo do MAF – Movimento de Arregimentação Feminina⁹⁴ sobre a vida e os problemas das 206.357 mulheres de origem japonesa que vivem no Brasil. Ressalvando que o levantamento não tem “pretensões técnicas”, a autora comenta que “(...) este estudo talvez pudesse contribuir para melhor dar a entender a importância da contribuição particular da

⁹³ HANDA, Tomoo. *O Imigrante Japonês. História de sua vida no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1987.

⁹⁴ Criado em 1954, o movimento foi liderado por Antonieta Pellegrini, irmã de Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal “O Estado de S. Paulo”. Há citações sobre o MAF no contexto de organizações femininas e/ou católicas que tiveram papel ativo em campanhas anticomunistas durante o governo Goulart. Em 2010 ainda existe um núcleo do MAF na cidade de Santos, voltado para atividades cívicas e assistenciais.

mulher, hoje em dia, na área de harmonização das diferenças, sejam raciais, educacionais, de classe ou outras”.⁹⁵

Neste trabalho o papel da imigrante japonesa é valorizado, sendo o apoio da mulher fundamental para o progresso sócio-econômico da família:

Se o colono japonês com certa rapidez se tornou proprietário foi devido à cooperação esforçada da mulher que trabalhou e compartilhou sem desfalecimento de enormes privações, a fim de alcançar melhor situação econômica que permitisse elevar o “status” dos filhos na sociedade.⁹⁶

Os papéis desempenhados pela imigrante japonesa e suas descendentes são enaltecidos, e estão em consonância com os ideais da época:

A nipo-brasileira é mulher do lar. Não conhece ociosidade. (...) A mãe tem forte influência na formação do caráter dos filhos, ensina-lhes o princípio da honradez, de honestidade, disciplina e dá-lhes muitas responsabilidades (...)

Em nossas pesquisas não encontramos casos de menor delinqüente, abandonado, nem de mulher desajustada, o que certamente representa um apanágio para a mulher japonesa tão cônica de sua responsabilidade como boa educadora.⁹⁷

Algumas características da imigração japonesa para o Brasil consolidaram as relações internas de poder que anulavam a possibilidade de a mulher ter voz ativa na condução do destino pessoal e familiar. A submissão à autoridade masculina (pai ou marido) e o sacrifício em prol da família são aspectos freqüentes em muitos livros de memórias:

Trabalhadora infatigável, mamãe acordava antes de qualquer outro membro da família, fazia e servia o café, preparava o almoço, com certa freqüência levava marmita para cmer no trabalho e ainda ajudava papai na lavoura. Lavava a roupa no córrego que trazia água limpa do outro lado da ferrovia e desembocava no São Lourenço (José Yamashiro)⁹⁸

⁹⁵ HAYNES, Avelina Salles. “A Mulher Japonesa no Brasil”. **Simpósio do 60o. Aniversário da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1971, p. 211.

⁹⁶ Op. Cit., p. 211-212

⁹⁷ Op. Cit., p. 212.

⁹⁸ YAMASHIRO, José. *Trajetória de Duas Vidas - Uma história de Imigração e Integração*. São Paulo, Cultura Editores Associados, 2001, p.96

A pesquisadora Célia Sakurai aponta o papel decisivo que essas mulheres tiveram na transmissão dos valores culturais japoneses para as novas gerações, embora quase sempre as imigrantes e descendentes da primeira geração tivessem que submeter seus desejos individuais às necessidades da família e do grupo. Com seu livro *Romanceiro da Imigração Japonesa*⁹⁹, Sakurai inaugura os estudos de gênero relacionados à imigração japonesa no Brasil, ao revelar a visão feminina de três romances escritos por mulheres imigrantes.

Os romances analisados colocam as mulheres em posição de destaque, descrevendo as atitudes e traços das imigrantes japonesas. Embora não sejam as personagens principais, as mulheres são figuras-chave para o desenrolar dos enredos:

“Na história das famílias imigrantes retratadas existe uma forte regularidade na descrição dos traços das mulheres, personagens centrais nas ocasiões de crise, de decisões, de mudanças de rumos na narrativa. São personagens decisivas no controle das trajetórias das famílias. (...) Em suma, o objetivo dos romances é retratar a mulher japonesa no Brasil, buscando assim, resgatar através delas, a idéia do choque de culturas e o enfrentamento das situações difíceis.”¹⁰⁰

Os romances enfatizam a total ausência de conflitos com os brasileiros e a imagem pacífica dos japoneses. Existe um esforço consciente das autoras em reforçar valores importantes das famílias japonesas no Brasil, que contribuem para construir a imagem pacífica e honesta dos japoneses. Um dos principais aspectos enfatizados é a filosofia do “gambarê”, isto é, o esforço árduo e sacrifício pessoal, que afeta ainda mais as mulheres, cujo destino não pertence a si mesmas, mas ao grupo familiar.

Quando se trata de romances e autobiografias escritas por homens, o ponto central da narrativa costuma ser o indivíduo: o personagem principal em sua luta contra as adversidades do país receptor. Nos poucos relatos e livros de ficção produzidos por mulheres, predomina a trajetória familiar, em que se destaca a obediência e o sacrifício em prol dos demais membros.¹⁰¹

⁹⁹ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração Japonesa*. São Paulo, Editora Sumaré, 1993.

¹⁰⁰ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração Japonesa*. São Paulo, Editora Sumaré, 1993, p. 92-93

¹⁰¹ Ver SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração japonesa*. São Paulo, Editora Sumaré, 1993.

Sakurai chama a atenção para o fato de que mesmo escritos por mulheres, os romances têm como traço característico dar pouca voz para essas personagens femininas, pois não são elas o ponto central da narrativa, como costuma ocorrer com os romances escritos por homens: “A família, vista pela mulher é o ponto central da narrativa, não a mulher como indivíduo.”¹⁰²

Um dos aspectos distintivos da imigração japonesa foi a crença de que esta seria temporária. Registros de pioneiros como Tomoo Handa¹⁰³ indicam que os imigrantes pioneiros contentavam-se com rudimentos do português. Conheciam apenas o suficiente para pedir ajuda aos vizinhos na hora de matar um porco ou fazer lingüiça, atividades que desconheciam no início. A comercialização de produtos, a compra de insumos e a negociação de terras costumavam ser feitas pelos líderes da comunidade ou pelos chefes de família. Às mulheres cabia, além da dupla jornada na lavoura e nos afazeres domésticos, o papel de educar os filhos conforme a cultura de origem e o *yamato damashi*, o “espírito japonês”.

Apesar de sua trajetória singular, Mitsuko trilhou os caminhos convencionais de uma imigrante. Submeteu-se primeiro à vontade do pai, depois do marido. Viveu muitos anos com a sogra, integrando uma família na qual se reproduziam as relações hierárquicas da família rural japonesa. A dona da casa é a sogra, que tem o controle absoluto sobre a vida doméstica:

Pedi para minha sogra se podia ficar em casa até ganhar o bebê, mas enquanto isso eu não ficaria à toa. Costuraria roupas para os moradores da vila a fim de ganhar algum dinheirinho. A resposta foi um não. Ela disse-me que em sua casa todos trabalhavam. Nem mulher grávida podia ficar em casa. Ela tinha razão, na roça ninguém podia ficar em casa. Lá fui eu de novo para a roça, puxando enxada, comendo arroz e feijão, bebendo água quente do garrafão. (KAWAI, Mitsuko. Op. Cit., p. 86.)

¹⁰² SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração Japonesa*. São Paulo, Editora Sumaré, 1993, p. 95.

¹⁰³ HANDA, Tomoo. *O Imigrante Japonês. História de sua vida no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1987.

Segundo as tradições japonesas a esposa não é a dona da casa, como nas famílias ocidentais, pois esse papel cabe à sogra, mãe do chefe da família. A esposa é um membro externo, que se incorpora à família para executar as tarefas conforme as ordens da mulher mais velha da família. O casamento tradicional japonês era arranjado pelas famílias, um contrato que não precisava levar em conta as afinidades e as vontades individuais.

Apesar dessas circunstâncias e dos fortes estereótipos da mulher japonesa submissa e sem vontade própria, há muitos registros do ativo papel que as imigrantes japonesas desempenharam na formação da comunidade nipo-brasileira. A autoridade da sogra é um indício de que as mulheres tinham alguns espaços em que podiam tomar decisões e exercer o controle. Em suas memórias¹⁰⁴, o jornalista Rokuro Koyama deixa entrever que sua esposa mantinha autonomia em relação ao próprio corpo, pois ele menciona os abortos da esposa como se não tivesse sido comunicado. Mesmo as gestações que são levadas adiante lhe são comunicadas em estágio avançado.

Entretanto, a maioria dos relatos reforça a imagem submissa da mulher japonesa. A mãe de José Yamashiro buscava formas veladas de fazer valer suas opiniões, sem parecer que confrontava o marido :

Obediente ao esposo, conforme mandavam as normas tradicionais do sistema de ensino adotado pelo governo de Tóquio depois da Restauração Meiji, dona Kame seguia sempre a orientação de Riukiti. Quando, porém, achava que se tratava de uma ordem equivocada ou que não podia ser cumprida, procurava expor ao marido suas opiniões. E não raro, apesar de se mostrar um tanto autoritário em relação à mulher, papai voltava atrás e a harmonia conjugal não sofria nenhum abalo. (José Yamashiro)¹⁰⁵

Mitsuko Kawai submeteu-se à vontade do pai e do marido, e não questionava os valores estabelecidos, dando razão à sogra em diversas passagens, como quando é rejeitada como candidata a noiva por ser “muito baixinha”. A passagem mostra como a vida no Brasil

¹⁰⁴ KOYAMA, Rokuro. Koyama Rokuro Kaisoroku (Memórias de Koyama Rokuro). São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1975.

¹⁰⁵ YAMASHIRO, José. Op. Cit., p. 96.

provoca a necessidade de adaptação. Uma jovem não precisava ser muito prendada, pois a vida na lavoura era pobre e rústica:

O valor da moça era medido pelo peso que ela carregava e a extensão de terreno que capinava num dia. Saber costurar, fazer tricô ou bordado, isso estava em segundo plano.

(...) Na roça, as mulheres trabalhavam duas vezes mais que os homens, e como trabalhavam! O único serviço de que não participavam era a derrubada da mata virgem. Noutros serviços como capinar, plantar arroz, milho, feijão e algodão, e depois colher, mesmo na hora em que os homens descansavam, as mulheres trabalhavam fazendo comida, lavando roupa e cuidando das crianças. (Kawai, Mitsuko. Op. Cit., pp. 80-81)

A diferença da visão feminina e masculina pode ser verificada em pequenos acontecimentos comumente narrados por pioneiros imigrantes. As histórias sobre a construção da moradia em matas fechadas, feita com tronco de árvores, mostram diferenças de significação. Para um homem, a construção é uma oportunidade de mostrar a solidariedade entre companheiros imigrantes:

Escreve ele [o pai de José Yamashiro] em seu diário que foi possível fazer a casa em um dia, sem gastar um tostão, contando apenas com a força de trabalho e a união de todos. Material usado: juçara partida ao meio em vez de tábuas, cipó substituindo cordas e, para a cobertura, sapé que havia em abundância¹⁰⁶.

Embora tenha a mesma capacidade de relembrar todo o processo de trabalho envolvido neste tipo de construção, a perspectiva de Mitsuko Kawai concentra-se no desconforto do lar e nos riscos para os filhos, preocupação totalmente ausente dos relatos masculinos:

Derruba-se algumas dezenas de coqueiros com o machado. Parte-se ao meio o tronco já cortado na medida certa, e os troncos partidos vão sendo colocados de pé na valeta já feita. A parte lisa para dentro, e é só isso.

Assim, por mais que colocassem os troncos cuidadosamente, ficavam muitas frestas para entrar o vento, a poeira e a chuva. Não havia telhas, o telhado era feito de madeira partida com o machado. Não havia madeira para portas e janelas. Provisoriamente pendurávamos uns sacos de estopa. (...)

¹⁰⁶ YAMASHIRO, José. *Trajetória de duas Vidas – Uma História de Imigração e Integração*. São Paulo, Cultura Editores Associados, 2001

Como não tínhamos portas, eu fazia as crianças dormirem no fundo da casa. (Kawai, Mitsuko. Sob Dois Horizontes. São Paulo, Editora do Escritor, 1988, p. 101.)

Os discursos diferenciados da imagem “oficial” da mulher imigrante persistiram em outros espaços, na esfera particular e em publicações de caráter menos público. Na sua produção poética, as mulheres imigrantes puderam expressar mais abertamente a dor individual em terras brasileiras. Os poemas da jornalista Mitsuko Kawai trazem uma carga de melancolia e tristeza inexistentes na sua prosa e produção jornalística, estas mais preocupadas em transmitir valores considerados positivos da cultura japonesa e nipo-brasileira, como o esforço, a persistência e a honestidade.

Muitos poemas dela em português são inspirados no *tanka*, poemas curtos de 31 sílabas, compostos de versos de 5, 7, 5, 7 e 7 sílabas. Neles há romantismo, saudades e o sofrimento, silenciados nas suas outras produções:

Pássaro Solitário¹⁰⁷

Minhas esperanças
se perdem como areia que
lenta escorrega por
entre os dedos da mão
que atenta a segura

Aumenta
a saudade do Japão
a carta do amigo
descrevendo
a beleza da neve

¹⁰⁷ Op. Cit., p. 58

Outra fonte interessante de discursos que destoam do oficial são as publicações em japonês, talvez porque destinavam-se apenas aos próprios membros da comunidade ou estava claro o caráter ficcional, literário ou poético. A leitura de textos mais confessionais, em pequenas coletâneas de grupos literários, mostram menos compromisso com a apologia da imigração japonesa e a integração ao Brasil. Publicações de tiragem limitada, proporcionaram espaço para extravasar sentimentos negativos em relação às experiências vivenciadas.

Há registros das visões femininas da imigração feitos por pessoas externas à comunidade, como em *Noroeste Tetsudo* (Estrada de Ferro Noroeste)¹⁰⁸, escrito pelo escritor okinawano Tatsuihiro Oshiro, ganhador do importante prêmio Akutagawa de 1967, que registra seus encontros com imigrantes da província de Okinawa em países como Brasil, Peru, Bolívia e Argentina.

Nos contos-reportagem desta obra, a presença feminina ganha destaque. Por meio da reconstrução da oralidade das mulheres que o escritor conheceu, transparece a complexidade das identidades para além da nacionalidade. No caso das mulheres de Okinawa, elas ainda são responsáveis por transmitir uma cultura diferenciada do resto do Japão, com idioma, tradições e religião próprios e historicamente marginalizados.

A grande importância das xamãs na religiosidade okinawana¹⁰⁹, que persistiu no Brasil enfatiza as múltiplas diferenças dos papéis da mulher nas diversas regiões do Japão, decorrentes da formação histórica (resquícios do matriarcado de tempos remotos, presença de grandes mitos femininos ligados às guerras internas no Japão) e fatores econômicos (ausência prolongada dos homens em migrações internas para trabalhar).

Neste sentido, falar em uma única mulher imigrante ou *nikkei* é ignorar o peso das diferenças regionais, geracionais e de origem de entre os grupos internos da comunidade nipo-brasileira. Os períodos de chegada ao Brasil influenciaram as condições de vida e as

¹⁰⁸ OSHIRO, Tatsuihiro. *Noroeste Tetsudo*. Tokyo, Ed. Bungeishunju, 1989

¹⁰⁹ As xamãs são as grandes orientadoras religiosas de Okinawa, e possuem importante posição social. A tradição se mantém tanto em Okinawa quanto no Brasil, em bairros com grande concentração de okinawanos, como os bairros da Vila Carrão e Bairro do Limão, na cidade de São Paulo.

formas de adaptação da imigrante. As experiências das pioneiras que chegaram levadas da imigração, no início do século 20, foram muito diferentes daquelas que vieram para os núcleos coloniais mais estruturados, a partir da década de 1930. E as que imigraram para o Brasil depois da 2ª. Guerra e ao longo das décadas seguintes integraram-se à comunidade nipo-brasileira e à sociedade brasileira em outras dinâmicas.

Os espaços de fixação e as formas de ocupação distinguem suas vivências. Algumas poucas se instalaram nos centros urbanos desde o início, empregando-se como empregadas domésticas, enquanto outras ficaram décadas no meio rural, desbravando regiões afastadas no oeste paulista, no litoral ou no Vale do Ribeira. Muitas vieram meninas e mal se lembram do Japão, outras chegaram adultas, com mais escolaridade, para se reunir à família que imigrou primeiro. Houve aquelas que vieram como “noivas”, conhecendo os futuros maridos apenas por fotos e cartas. São variáveis intensas que negam a aparente homogeneidade no perfil das imigrantes japonesas.

Formatura de minha mãe Fumico da Escola de Corte e Costura de Suzano/SP em 1955

CAPITULO III – Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro

1. O Jornalismo nipo-brasileiro

A publicação de jornais foi uma das manifestações culturais mais antigas e importantes dos imigrantes japoneses no Brasil. Além dos chamados “grandes jornais” editados em japonês na cidade de São Paulo, houve muitos boletins e revistas publicados por associações de imigrantes em todo o país. A grande difusão dos jornais na comunidade nipo-brasileira desde o início da imigração pode ser atribuída à necessidade de informações em uma terra desconhecida, mas também ao hábito de ler jornais adquirido no país de origem. Os primeiros jornais produzidos pelos imigrantes japoneses reproduziram o tipo de jornalismo que existia no Japão à época, marcada pelos *Oo shinbun* (literalmente “grandes jornais”), de forte apelo popular e criados para defender opiniões de forma apaixonada.

O hábito de consumir jornais já existia no Japão e foi trazido pelos pioneiros da imigração. Houve a tentativa de um jornal de serviços e entretenimento já a bordo do navio Kasato Maru, na primeira viagem que trouxe imigrantes ao Brasil, em 1908, segundo registros de Rokuro Koyama¹¹⁰. No Japão, a educação obrigatória e o jornalismo surgiram com a modernização do país a partir do século 19. O aparecimento de um jornalismo genuinamente japonês ocorreu em 1868, durante a guerra civil que se seguiu ao golpe de Estado que derrubou o xogunato Tokugawa. Centenas de informativos eram distribuídos diariamente, demonstrando a existência de uma boa infra-estrutura em termos de impressão e distribuição, frutos do grande mercado de produtos culturais na área editorial, como novelas em fascículos e peças de teatro. A ativa imprensa da época reflete as circunstâncias da modernização do Japão e os valores que eram confrontados nesse processo. A prisão de muitos jornalistas demonstra a existência de movimentos de uma oposição ao controle do governo Meiji sobre a opinião pública, consolidado em sucessivos decretos de censura à imprensa.¹¹¹

¹¹⁰ KOYAMA, Rokuro. Koyama Rokuro Kaisoroku. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1976.

¹¹¹ Ver mais sobre os primórdios da imprensa periódica japonesa em AVIGHI, Carlos Marcos. *Condições Formadoras da Editoração e Opinião Pública no Japão (séculos 17/19)*. Tese de livre docência, ECA-USP, São Paulo, 1996.

A década de 1930 pode ser considerada a época de ouro dos jornais nipo-brasileiros, coincidindo com o auge do movimento migratório japonês no Brasil¹¹².

As empresas jornalísticas, além da publicação de periódicos, lançaram-se a outros negócios: importação de livros, venda de vitrolas e discos, serviços gráficos para terceiros, etc. (...) Já em 1933, o Nippak e o Jiho, os dois rivais e maiores jornais, contavam com mais de 60 funcionários distribuídos pela redação, fotogravura, impressão, administração, expedição, etc. Em 1940 cada empresa havia se expandido até 300 empregados.¹¹³

De acordo com a pesquisa “Japoneses da jurisdição de Bauru” a distribuição de jornais de língua japonesa em Bauru alcançava cerca de 90% da população nipônica. Em 1939, o número de exemplares de jornais japoneses superava o de famílias japonesas, Supõe-se que o índice de leitura de jornais se aproximasse de 100% da comunidade.¹¹⁴

Com o golpe do Estado Novo consolidando a ditadura de Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, os jornais editados em japonês no Brasil começam o seu declínio. Em 1937 é declarado o controle de jornais e revistas de língua estrangeira, dentre outras medidas de caráter nacionalista, que não afetou de imediato os jornais nipo-brasileiros. Porém, a criação do departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939, dá início à censura nos jornais em japonês. Exigia-se a tradução para o português das matérias principais e a criação de uma seção escrita em português.

Em agosto de 1941 proibiu-se definitivamente a publicação de jornais em idioma estrangeiro. Alguns jornais como o Brasil Asahi (antigo Nippak Shinbun) passaram a ser editados totalmente em português, mas acabou fechando em 1941, como os demais. Apesar da publicação clandestina de alguns boletins, de modo rudimentar, a comunidade nipo-brasileira ficou sem nenhum jornal em seu idioma durante a 2^a. Guerra.

¹¹² Na década de 1930, o fluxo de imigrantes japoneses atingiu o apogeu, com a entrada de cerca de 20 mil imigrantes por ano, que vinham se juntar aos 170 mil já residentes no Brasil na época. Com a lei que restringiu a entrada de japoneses (16/07/1934), a cota passou a ser de 3 mil imigrantes por ano.

¹¹³ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma Epopéia Moderna. 80 anos de imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, p. 233.

¹¹⁴ IDEM. Op. cit., p. 237.

Depois do final da Segunda Guerra Mundial surgiram três jornais para os imigrantes japoneses: o *São Paulo Shinbun* foi fundado em outubro de 1946, o *Jornal Paulista* passou a circular em janeiro de 1947 e o *Diário Nippak* foi criado em 1948. Apenas o *São Paulo Shinbun* resiste até os dias de hoje (2010). O *Jornal Paulista* e o *Diário Nippak*., que desde o início tinham afinidades ideológicas por suas posições chamadas de “derrotistas” (admitiam que o Japão havia perdido a guerra, sendo considerados traidores pelos que acreditavam na vitória japonesa, os “vitoristas”) uniram-se em 1997 para enfrentar as constantes dificuldades financeiras, dando origem ao atual *Nikkei Shinbun*.

Portanto, atualmente circulam dois grandes jornais diários em japonês no Brasil: o *São Paulo Shinbun* e o *Nikkei Shinbun*. Apesar das diferenças e rivalidades que marcam a trajetória de ambos os jornais, eles apresentam semelhanças quanto à organização de editorias. As manchetes reproduzem o noticiário dos jornais japoneses, e a seleção das matérias é praticamente idêntica. Trazem igualmente a tradução das principais notícias brasileiras e os acontecimentos da comunidade.

O aumento considerável de jornais, revistas, livros e meios eletrônicos para o público nipo-brasileiro¹¹⁵ vem desmentindo a idéia de que os sentimentos étnicos ou de grupo tenderiam a desaparecer nas sociedades modernas, especialmente nas grandes cidades. A chamada globalização e os avanços tecnológicos na transmissão de informações parecem acentuar

¹¹⁵ Dentre os jornais impressos para a comunidade nipo-brasileira no Brasil ou no Japão alguns se destacam pela tiragem (embora sejam números declarados pelas empresas, sem comprovação), pela longevidade ou pela ampliação de outros negócios editoriais ou eletrônicos: **International Press** (Publicado semanalmente em português no Japão até 2009. Tiragem: 60 mil exemplares); **Jornal Tudo Bem** (Jornal semanal editado em português no Japão até 2009. Tiragem: 50 mil exemplares); **Jornal Nippo-Brasil** (Jornal semanal editado no Brasil. Tiragem: 53 mil exemplares); **Nikkei Shimbun** (Jornal diário editado no Brasil. Tiragem: 30 mil exemplares); **São Paulo Shimbun** (Jornal diário editado no Brasil. Tiragem entre 15 e 20 mil). Há outras publicações regionais ou que atendem segmentos específicos, como o **Jornal Brasil Seikyo** (Jornal semanal da entidade religiosa Brasil Soka Gakkai Internacional. Tiragem: 40 mil exemplares); **Jornal Colônia da Noroeste** (Jornal mensal com tiragem de 2.500 exemplares); **Jornal das Nações** (Publicação semanal com notícias de todas as comunidades, especialmente a japonesa); **Jornal Keizai Hoti** (Publicação semanal totalmente escrito em língua japonesa. Tiragem: 4 mil exemplares); **Jornal Shopping Information** (Jornal mensal em japonês e português. Tiragem: 5 mil exemplares); **Nikkei de Campinas** (Jornal mensal, com tiragem de 10 mil exemplares); **Paraná Shimbun** (Jornal semanal nipo-brasileiro paranaense. Tiragem: 5 mil exemplares); **Rosso no Tomo - Associação Clube dos Anciãos do Brasil** (Jornal mensal em japonês. Tiragem: 2 mil exemplares); **Utiná Press** (Jornal mensal da comunidade okinawana no Brasil. Tiragem: 4 mil exemplares).

processos de exclusão e desenraizamento de segmentos formados por pobres, estrangeiros e minorias historicamente estigmatizadas.

No campo da comunicação, o atual estágio do capitalismo fez surgir produtos que constroem novos territórios geográficos para a sua circulação, aponta Alice Mitika Koshiyama¹¹⁶. As diversas possibilidades de mídia dinamizaram a tradicional imprensa para comunidades estrangeiras no Brasil, em especial a nipo-brasileira. O público formado pelos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil ganhou novos contornos e definições com o fenômeno “dekassegui”. No final dos anos de 1980, brasileiros com ascendência japonesa foram trabalhar como operários no Japão e construíram uma outra comunidade nipo-brasileira, agora baseada no Japão.

As novas empresas de comunicação dessa imprensa se organizam em complexos midiáticos, trabalhando simultaneamente com meios impressos e eletrônicos. Diferentemente do que ocorria com os antigos jornais para imigrantes japoneses no Brasil – destinados exclusivamente aos japoneses que viviam no Brasil –, esses veículos atendem públicos que transcendem fronteiras nacionais e continentais. Surgiram *sites*, revistas e livros para públicos segmentados, como os jovens, que podem ser consumidos tanto no Japão quanto no Brasil. Existem semelhanças e diferenças profundas entre os atuais jornais nipo-brasileiros publicados no Brasil, voltados para imigrantes, e os veículos de comunicação sediados no Japão, destinados aos trabalhadores dekassegui. A revista *Made in Japan*¹¹⁷ é apontada no estudo de Koshiyama como uma experiência inovadora e um projeto de comunicação bem sucedido ao se propor organizar a comunidade *nikkei* em língua portuguesa no Brasil e no Japão, contribuindo para dar-lhe visibilidade e identidade.

Os demais projetos de comunicação para brasileiros residentes no Japão enfrentam novos desafios com a grave crise econômica que vem provocando o desemprego maciço de trabalhadores estrangeiros, incluindo os chamados dekassegui brasileiros. Mas por quase duas décadas jornais como o *International Press* e *Tudo bem* circularam com tiragens que

¹¹⁶ KOSHIYAMA, Alice Mitika. Globalização e Comunicação: mudanças na comunidade *nikkeis* e construção de novas identidades na revista *Made In JAPAN* (1998-2002). <http://www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/doc/2003/mitika2003.doc>.

¹¹⁷ Revista mensal sobre atualidades e cultura do Japão em português. Tiragem: 70 mil exemplares (50 mil no Brasil e 20 mil no Japão).

variavam entre 50 a 60 mil exemplares cada um, cumprindo importante papel de informar e prestar serviços para um público que desconhecia o idioma japonês.

A existência dos meios de comunicação continua sendo essencial para os processos de mudanças numa sociedade. O suporte material das informações se sofisticou e foi ampliado, mas a projeção de idéias que interferem na realidade do público continua dependendo de veículos de comunicação. Seja com os antigos *kawaraban*¹¹⁸, seja com os modernos equipamentos que permitem a convergência de mídias, um veículo de comunicação só existe como tal ao se relacionar com eficiência com seu público, utilizando formatos e conteúdos acessíveis para suas mensagens.

Diante da ausência ou dificuldade de acesso a outras fontes de informação, o jornal da comunidade torna-se importante espaço de auto-referenciação e de prestação de serviços. São fatores que facilitam a construção de uma “estrutura lógico-informacional” e levam ao engajamento natural dos leitores na leitura, que necessitam de informações cruciais para sua sobrevivência (ofertas de trabalho), conforto (produtos do seu país de origem) e lazer (agenda de eventos da comunidade).

1.1 Trabalhadores da imprensa nipo-brasileira

A imagem preponderante sobre os jornalistas pioneiros na imprensa nipo-brasileira é o de imigrante com pretensões intelectuais, conhecimentos do idioma japonês acima da média e pouca afinidade com a enxada. O jornalista Rokuro Koyama assim descreveu os imigrantes que exerciam o jornalismo nos seus primórdios:

Em torno de Kenichiro Hoshina [um dos precursores dos jornais nipo-brasileiros, que já tinha experiência como repórter de um jornal japonês no Havaí] havia sempre pessoas formadas em línguas estrangeiras e intelectuais desempregados. Apesar de a vida deles ser muito pobre, os debates políticos eram acalorados. Na sociedade conterrânea da época, constituída principalmente por imigrantes agricultores, quem mais poderia desempenhar a atividade jornalística senão eles,

¹¹⁸ Folhas ilustradas, xilogravadas em madeiras ou em moldes de barro (*kawara*, de onde vem o nome), que traziam relatos de grandes tragédias, romances ou eventos sobrenaturais que agradavam o gosto popular.

*que entendiam português e eram mais intelectualizados que o imigrante comum e, ainda, desempregados solteiros?*¹¹⁹

Os jornalistas atuaram em publicações que incluíram desde boletins que mais pareciam panfletos para a venda de terrenos até impressos com material propriamente jornalístico, com atualidades do Japão e do Brasil e outras colunas fixas. Os editores dos jornais mais importantes posteriormente assumiram posição de destaque como “orientadores” ou “formadores de opinião” da colônia japonesa. Além dos imperialistas e nacionalistas havia também, em menor número, intelectuais que no Japão haviam tido contato com novas correntes de pensamento, associadas ao liberalismo ou ao socialismo.

O abandono da agricultura não era bem visto pelos imigrantes japoneses que continuavam lutando para fazer fortuna no campo e voltar logo ao Japão. A expressão “vagabundo” era muito utilizada para designar os jovens que deixavam suas famílias e partiam para a capital paulista, vivendo em pensões no bairro da Liberdade e fazendo bicos para sobreviver. Muitos faziam parte de famílias compostas artificialmente, na quais eram agregados para atender às exigências das autoridades brasileiras: “Estes não eram levados em alta consideração por outros imigrantes, que os consideravam a turma incapaz de sobreviver da lavoura”¹²⁰, registrou o imigrante e artista plástico Tomoo Handa. O jornalista enquadrava-se nessa categoria de “vagabundos”, da mesma forma que ocorria na sociedade brasileira, segundo o jornalista José Yamashiro:

*Entre uma ou outra opção, acabei escolhendo o jornalismo. Naquela época jornalista ainda não constituía propriamente uma profissão na sociedade brasileira. Na própria colônia japonesa, os jornalistas que trabalhavam nos jornais editados em língua japonesa eram os que não prestavam para a lavoura. Tinha-se a idéia de que jornal era coisa de vagabundo, de quem tem preguiça para pegar no batente.*¹²¹

¹¹⁹ KOYAMA, Rokuro. Op. Cit., p. 208.

¹²⁰ HANDA, Tomoo. O Imigrante Japonês: História de sua vida no Brasil. São Paulo, T. A. Queiroz, 1987, p. 614.

¹²¹ YAMASHIRO, José. Depoimento à autora em 2001, durante pesquisa de mestrado.

Apesar das dificuldades financeiras em decorrência dos baixos salários pagos pelos jornais nipo-brasileiros, as memórias e depoimentos dos jornalistas pioneiros demonstram a percepção da importância do jornalismo para a comunidade, enfatizando-se a satisfação com a profissão escolhida¹²².

O grande terremoto de Kanto em 1º. de setembro de 1923 foi tão violento que foi noticiado nos jornais do interior e no O Estado de S. Paulo. Com dificuldades traduzíamos as notícias telegráficas e lançamos até edições extras. Os leitores ficavam tão agradecidos. Senti a emoção de ser jornalista. O Seiho [Notícias de São Paulo] lançou uma campanha para juntar donativos dentre os japoneses das linhas Noroeste e Sorocabana para enviar ajuda às vítimas (Rokuro Koyama, jornalista proprietário do Seishu Shinpo)¹²³

Estou cansado, preciso usar lente sobre lente para escrever por causa da diabetes (...) Estou com medo da cegueira e da inflação. (...) Gosto mais do jornal que da vida. O que mais desejo agora é ter tido muito, muito mais talento para fazer jornais. (Toshihiko Nakabayashi, jornalista proprietário do Diário Nippak)¹²⁴

No caso dos jornalistas que atuam na imprensa nipo-brasileira do Japão, Andréia Ferreira da Silva descreveu o perfil desses profissionais em sua dissertação “Jornalismo brasileiro do outro lado do mundo”.¹²⁵ Ela descreveu o momento de auge deste mercado, que recrutou, membros da própria comunidade para atuar como jornalistas, como ocorreu no início da imigração japonesa no Brasil:

Assim como a comunidade brasileira no Japão e sua mídia vêm sofrendo transformações, o perfil e as perspectivas dos jornalistas brasileiros no Japão também têm mudado. O mercado de trabalho, que antes se resumia a três ou quatro publicações, multiplicou-se e expandiu-se para além dos limites dos impressos, chegando ao rádio, à TV e à internet.

E o que era uma experiência nova e temporária fora do Brasil, com ares de aventura, se constitui hoje em um mercado de trabalho permanente, que recruta profissionais de publicações no

¹²² Ver SATO, Cristina Miyuki. Brasil em ideogramas : Histórias de vida de jornalistas da imprensa nipo-brasileira. Dissertação de mestrado, ECA/USP, São Paulo, 2004.

¹²³ KOYAMA, Rokuro. Koyama Rokuro Kaisoroku (Memórias de Koyama Rokuro). São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1975, p. 337.

¹²⁴ Entrevista publicada na edição de aniversário do Diário Nippak, outubro de 1983.

¹²⁵ SILVA, Andréia Ferreira da. *Jornalismo brasileiro do outro lado do mundo*. Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes da USP, 2008.

Brasil, de veículos no Japão, e também das fábricas, uma vez que os ex-dekaseguis com diploma de jornalista compõem uma parcela significativa das redações da mídia brasileira no Japão. Curiosamente, esses jornalistas imigrantes, que deixaram o Brasil em busca de melhores condições de vida, estão alcançando lá, do outro lado do mundo, a sua realização profissional.¹²⁶

Mesmo dominando relativamente o idioma japonês, os profissionais brasileiros enfrentavam dificuldades de alimentação, moradia, transporte. A própria Andréia vivenciou muitas das situações relatadas em sua pesquisa ao aceitar um emprego no jornal Tudo Bem em 1999. O fato de não ter ascendência permitiu que vivenciasse essa experiência profissional de um ponto de vista distinto dos jornalistas nipo-brasileiros, a começar pela concessão do visto de trabalho:

Em vez de recrutar somente jornalistas de origem nipo-brasileira, o Jornal Tudo Bem contratou, desde o início de sua trajetória, também jornalistas não-descendentes de japoneses, que imigravam com um visto diferente do visto *nikkei* (visto de residente de longa duração). O visto dos jornalistas não-*nikkeis* é o de Especialista em Humanidades concedido a profissionais mediante comprovação do exercício do jornalismo em carteira de trabalho e uma carta da empresa japonesa contratante especificando o período no qual o profissional trabalhará no país.

O jornalista descendente, por sua vez, tem acesso ao visto concedido usualmente aos trabalhadores dekaseguis, ou seja, a autorização de permanência pela comprovação de ascendência japonesa (certidões traduzidas, registro familiar na prefeitura de origem dos pais ou avós). Segundo a pesquisa, a maioria dos jornalistas da imprensa voltada para os brasileiros no Japão era formado por descendentes *nikkeis*. Alguns eram jornalistas formados que anteriormente estavam trabalhando nas fábricas, outros eram profissionais sem diploma em jornalismo, mas que tinham trânsito na comunidade brasileira radicada na sua região.

¹²⁶ Op. Cit., p. 103.

1.2 A linguagem dos jornais nipo-brasileiros

O jornalismo nipo-brasileiro produzido tanto no Brasil quanto no Japão reflete as formas pelas quais os membros da comunidade se relacionam com sua identidade de origem e como exercem a cidadania no país em que vivem. A linguagem adotada em seus textos tem permitido a interação dos jornais com seu público leitor, acompanhando a negociação de sua identidade, de sua permanência, de seus anseios. Nesse sentido, o jornalismo nipo-brasileiro traz bons exemplos de acessibilidade de leitura, com estratégias eficientes para informar e esclarecer seus leitores e preocupação consciente em evitar o desencorajamento da leitura..

Esse cuidado com os textos jornalísticos demonstram que os veículos de comunicação nipo-brasileiros conseguem, na grande maioria das vezes, compreender claramente o seu público, suas necessidades e aspirações informativas. A grande identificação dos produtores das matérias com o público pode ser um dos fatores desta comunicação bem sucedida em termos de facilidade de leitura. Afinal, trata-se de uma mídia bastante especializada, e não raro os jornalistas convivem no mesmo espaço transnacional de seus leitores, com as mesmas referências sobre Brasil e Japão.

Esse aspecto – a precisa identificação do leitor e o engajamento em utilizar o seu universo contextual é considerado essencial para a eficiência e acessibilidade do texto, conforme autores como Bocchini ¹²⁷ . Explicações precisas dos termos desconhecidos são cruciais para escrever um texto acessível. Neste sentido, tanto os jornais nipo-brasileiros publicados no Brasil quanto os jornais para brasileiros no Japão adotaram estratégias semelhantes em relação à linguagem de seus públicos. Termos específicos, abasileiramentos e ajaponesamentos de vocábulos e expressões inteiras aproximam o jornal do leitor. Não apenas as pautas acompanham as mudanças de mentalidade e de comportamento do seu público, mas sua linguagem é única, semelhante à falada pelos leitores.

¹²⁷ BOCCHINI, Maria Otilia. Formação de redatores para a produção de textos acessíveis a leitores pouco proficientes. Tese de doutorado. São Paulo, ECA-USP, 1994.

O caráter da interação entre o autor e leitor torna possível distinguir os discursos narrativos, descritivos ou argumentativos, segundo Ângela Kleiman¹²⁸. No caso de matérias em que aparecem os estrangeirismos, os textos narram e descrevem temas de conhecimento comum aos japoneses que vivem no Brasil. A intenção do autor aparece claramente, e o texto apresenta essas marcas formais: “Um campeonato de vale-tudo na Amazônia homenageia um japonês. Existe toda uma seqüência de fatos por trás disso. Vamos à história...”¹²⁹, começa o autor da matéria. O leitor reconhece o início de uma narração e prepara-se para alguma reminiscência sobre alguma figura heróica ou exótica da imigração japonesa nos trópicos.

A utilização de palavras-chave em português é uma fórmula freqüente no cotidiano dos imigrantes no Brasil. Expressões como veterano são muito usuais para um público leitor que envelhece a cada edição de jornal (há mais de uma geração os descendentes deixaram de ler jornais escritos apenas em japonês). Substitui-la pelo correspondente em inglês seria romper a relação de interação com o leitor.

Mesmo nos textos descritivos, que compõe a maior parte do jornal, são os estrangeirismos e referências ao Brasil que permitem ao leitor compreender a proposta do texto. Para a descrição ser bem sucedida, Kleiman afirma que o leitor terá que recriar as situações através de palavras do autor: “Devemos lembrar que a essência da descrição é a seletividade, pois o descritor não pode descrever exaustivamente, daí o viés avaliativo e da atitude [do leitor]”¹³⁰.

Os textos em um jornal para imigrantes exigem do jornalista e do leitor diferentes estratégias cognitivas para integrar os diferentes níveis de conhecimento: conhecimentos dos ideogramas, do alfabeto ocidental e do contexto extralingüístico do Brasil. Há a necessidade de construir o que Kleiman chama de coerência local (construção de laços coesivos entre as seqüências) e a coerência temática (construção de um sentido único para essa seqüência de elementos) ativando-se conhecimentos prévios bastante diversificados.

¹²⁸ Kleiman, Ângela. Texto e leitor; aspectos cognitivos da leitura. Campinas, Pontes, 2007, p. 19.

¹²⁹ São Paulo Shimbun, edição 01/12/2007, pág. 2.

¹³⁰ Kleiman, Ângela. Op. Cit., p. 19.

¹³¹ O conhecimento lingüístico e textual não é suficiente para a compreensão das matérias dos jornais nipo-brasileiros. Há necessidade do chamado conhecimento de mundo ou conhecimento enciclopédico: “Para haver compreensão, durante a leitura, aquela parte do nosso conhecimento de mundo que é relevante para a leitura do texto deve ser ativada, isto é, deve estar num nível ciente, e não perdida no fundo da memória”¹³².

Matérias sobre a política nacional trazem exemplos interessantes de princípios que o redator e o leitor utilizam para construir os sentidos no nível da microestrutura e da macroestrutura. Um exemplo interessante é a questão das siglas, inevitáveis nas matérias da editoria de Nacional de ambos os jornais. Nos títulos, as siglas como PT (Partido dos Trabalhadores) ou PAC (Plano de Aceleração da Economia) aparecem sem a explicação em japonês, o que exige do leitor o conhecimento do alfabeto ocidental e da atualidade nacional. No caso do “olho” e do corpo das matérias, existe a preocupação em colocar entre parênteses a explicação das siglas, de forma bastante precisa, quando a sigla aparece pela primeira vez no texto. Todas as siglas são utilizadas como são conhecidas no Brasil, como Ibama, IBGE, DEM, CPI.

O processamento das informações durante a leitura se faz tanto a partir do conhecimento prévio e das expectativas e objetivos do leitor (processamento *descendente* ou *de-cima-para-baixo*) quanto a partir de elementos formais do texto a medida que o leitor os vai percebendo (processamento *ascendente*, ou *de-baixo- para-cima*). Esses dois processos de decodificação são descritos por Mary Kato¹³³ numa perspectiva de aprimorar as estratégias utilizadas para integrar as informações novas ao conhecimento prévio do leitor e à informação já fornecida no texto.

A produção de textos em japonês para imigrantes que vivem há longo tempo no Brasil traz elementos interessantes para compreender a importância do reconhecimento instantâneo para a leitura proficiente. Neste aspecto, os jornais nipo-brasileiros privilegiaram no pós-guerra os ideogramas mais simplificados e numa quantidade menor que o utilizado no começo do século 20, acompanhando tendência verificada no Japão. Mesmo que o leitor

¹³¹ Kleiman, Ângela. Op. Cit., p. 55

¹³² Kleiman, Ângela. Op. Cit., p. 20.

¹³³ KATO, Mary. O Aprendizado da Leitura. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

não conheça a leitura precisa do ideograma, um leitor médio pode inferir o sentido da palavra por algumas pistas, a partir da análise de partes do ideograma.

A linguagem dos jornais deixou de ser próxima da oralidade dos imigrantes. Essa característica era identificável com as cartas e artigos de imigrantes pioneiros, publicados por estes jornais em seus primórdios. Os fundamentos do texto acessível, como concebe Bocchini, estavam claramente presentes, como provam a predominância de palavras que pertenciam ao universo semântico do imigrante – fazenda, camarada, patrão, por exemplo – embora não fizessem parte do seu léxico visual.

O gradativo abandono do *colônia-go* (linguagem da colônia) pelos jornais pode ser explicado por alguns fatores, como a mudança no perfil dos jornalistas, dos próprios leitores e as transformações na língua japonesa. No contexto da globalização, a linguagem utilizada no Japão chega mais rapidamente ao Brasil, sendo incorporada pelos jornais nipo-brasileiros. Provavelmente o maior intercâmbio com o Japão – parentes dekassegus, TV a cabo e internet com noticiário ao vivo – alterou o japonês falado pelos imigrantes, mesmo os que residem há muitas décadas no Brasil.

Alguns dos fatos lingüísticos aqui apontados já se verificam nos jornais em português publicados para os dekassegus no Japão. Na década de 1990, jornais como Tudo bem e International Press utilizavam muitas palavras japonesas do cotidiano das fábricas: *zangyo* (hora-extra), *yakin* (jornada noturna), *kenko hoken* (seguro de saúde), tanto nas manchetes quanto nas reportagens. Um fenômeno idêntico ao *colônia-gô* é o uso do “dekassegus” pela comunidade de trabalhadores brasileiros no Japão. Da mesma forma que o *colônia-go*, só que no sentido inverso, o dekassegus incorpora palavras em japonês em frases com estrutura em português, resultando em uma linguagem compreensível somente para quem está familiarizado com o universo dos trabalhadores dekassegus.

As especificidades da relação do estrangeiro com a imprensa de sua comunidade podem encobrir dificuldades em relação à leitura e à acessibilidade das informações. Provavelmente ocorrem construções equivocadas, por parte do redator, e percepções

inadequadas, por parte do leitor, que levam à incompreensão das informações. Os diferentes graus de isolamento e preconceitos sofridos pela comunidade no país receptor acarretam maior ou menor dependência dos leitores desses jornais.

Diante da ausência de outras fontes de informação, o jornal da comunidade torna-se importante espaço de autoreferenciação e de prestação de serviços. São fatores que facilitam a construção de uma “estrutura lógico-informacional” e levam ao engajamento natural dos leitores na leitura, que necessitam de informações cruciais para sua sobrevivência (ofertas de trabalho), conforto (produtos do seu país de origem) e lazer (agenda de eventos da comunidade).

O jornalismo em japonês no Brasil e em português no Japão refletem as formas pelas quais os membros da comunidade se relacionam com sua identidade de origem e como exercem a cidadania no país em que vivem. A linguagem adotada em seus textos tem permitido a interação dos jornais com seu público leitor, acompanhando a negociação de sua identidade no país.

2. A presença de mulheres nos meios de comunicação

No ambiente do jornalismo nipo-brasileiro, os homens predominaram nas redações, na autoria dos artigos, como fonte das matérias. O quadro mudou ao longo das últimas décadas, reflexo da inserção da mulher *nikkei* em diversos campos de atuação. A partir das décadas de 1970 mais mulheres eram entrevistadas pelos jornais, como especialistas e protagonistas de acontecimentos esportivos, científicos, de homenagens e de intercâmbios. Contudo, é visível o maior número de fontes masculinas – talvez por que estes sejam a maioria na direção de entidades e associações ligadas à comunidade nipo-brasileira, seja no Brasil, seja no Japão.

Embora pequena, sempre houve a presença de mulheres jornalistas, locutoras e de colaboradoras nos veículos de comunicação nipo-brasileiros, mostrando que houve espaços de atuação apesar das limitações impostas pela divisão de trabalho tradicional na

comunidade de imigrantes em seus primórdios, essencialmente ligados à agricultura. Há registros de muitas mulheres intelectuais que atuaram na produção dos jornais nipo-brasileiros, enviaram colaborações para as editorias de cultura e participaram de edições especiais sobre literatura e poesia, conforme registrou Rokuro Koyama, proprietário de jornal nos anos de 1930 e 1940:

Foi o Seiho que inaugurou a contratação de jornalistas mulheres, começando com Tomiko Tsurumi, profissional que ficou encarregada da coluna cultural, o que surpreendeu os outros jornais. (...) Sudako Sugai selecionou os tankas para uma coletânea que publicamos em 1937, escolhendo-os dentre os que eram publicados pelo Seiho. Ela deixou o jornal quando estava no final da gravidez. Quem a substituiu foi a senhora Kimura, esposa de um pastor. Depois da mudança para São Paulo, o Seiho pressionava os concorrentes também com o vigor de sua página cultural. (Rokuro Koyama)¹³⁴

Além das jornalistas e colaboradoras outras mulheres – esposas, funcionárias – contribuíram decisivamente para a existência do jornalismo nipo-brasileiro. As esposas dos donos de jornal foram fundamentais para a continuidade das empresas – seja atuando no negócio para garantir a logística do trabalho, seja assumindo completamente a responsabilidade pelo orçamento familiar nas épocas de crise financeira dos jornais. No caso da esposa de Rokuro Koyama, dono do jornal Seishu Shinpo, o apoio era incondicional: por muito tempo os jornalistas solteiros moravam com a família do patrão, e sua esposa precisava providenciar as refeições e as acomodações para a própria família, já então numerosa e para a equipe de funcionários.

Outro exemplo é a esposa de Toshihiko Nakabayashi, dono do Diário Nippak. Depoimentos de familiares e amigos descrevem o incessante trabalho dela com a máquina de costura. Com o tempo, ela chefiava uma equipe de costureiras, e assim conseguia manter o orçamento doméstico. Quanto ao marido, além de não trazer dinheiro para casa, ainda convidava seus jornalistas para almoçar e jantar na casa da família, pois vivia atrasando os salários. E a esposa é quem precisava improvisar algo para servir...

¹³⁴

SATO, Cristina Miyuki. *Brasil em Ideogramas – Histórias de Vida de Jornalistas da Imprensa Nipo-Brasileira*. Dissertação de mestrado. São Paulo, ECA/USP, 2004, p. 108.

A esposa do jornalista Masuo Yamaki, Toyoko Yamaki, fala com orgulho do trabalho do marido, mas revelou que a opção pelo jornalismo implicava em sacrifício para as esposas dos jornalistas e dos proprietários dos jornais:

Não dava para agüentar mais aquela situação. Falei para o Yamaki: eu vou embora. E vou deixar as crianças aqui com você. Porque se eu levasse as crianças, aí sim que ele não deixava mais o jornal. Mesmo o dono do jornal [Toshihiko Nakabayashi]... Se não fosse a esposa dele sustentar a casa com a costura... Também, o marido levava tanta gente em casa para comer, e ela tinha que se virar. Nossa, que esposa ela era! (Toyoko Yamaki, em depoimento à autora, 2003)

Os jornais nipo-brasileiros contaram com mulheres em seu quadro de pessoal, mesmo no período anterior à 2ª Guerra, quando poucas mulheres trabalhavam fora de casa. A contratação de funcionárias foi enfatizada por Rokuro Koyama:

Quando chegamos em São Paulo [1935] não havia mulheres trabalhando em nenhum órgão da colônia japonesa. O consulado, as empresas colonizadoras e as empresas comerciais não empregavam funcionárias administrativas (...)

O Seiho não foi a primeira empresa a trazer mulheres para o mundo do trabalho, mas contratou muitas mulheres, dando-lhes a oportunidade de desempenhar outras atividades profissionais, e despertando nelas sua capacidade produtiva)

Desde a fase em Bauru, sempre contratei mulheres para o quadro de funcionários do jornal. Em Bauru as funcionárias trabalhavam na contabilidade e na expedição. Normalmente tinham certa escolaridade. Em São Paulo o Seiho contratou funcionárias para o Departamento de Vendas. (...) Havia outras funcionárias na gráfica do nosso jornal, duas um pouco mais velhas e três mais jovens. Aos poucos começaram a aparecer funcionárias em outras empresas da colônia japonesa. (...)

Me recordo de muitas funcionárias que passaram pelo jornal, em diversos setores, e das histórias que protagonizaram. (...) Tomoe Watanabe, Setsuko Akamatsu... Esqueci alguns nomes, mas ainda consigo vislumbrar o rosto, a figura de algumas delas. (Rokuro Koyama in SATO, Cristina Miyuki. Op. Cit., p. 109)

A colaboração das leitoras também foi vigorosa, indicando a existência de uma produção literária rica e diversificada, motivada pelos jornais:

Recebíamos colaborações de poetisas importantes de vários núcleos de São Paulo. Os poemas que estão na coletânea [publicada pelo Seishu Shinpo] não são mera imitação dos estilos em moda no Japão; tampouco constituem um prosaico divertimento literário ou psicológico. São poemas que registram a própria histórias da imigração, exalam o cheiro da terra e do mato, impregnados das lágrimas e do suor do imigrante. (Rokuro Koyama, in SATO, Cristina Miyuki. Op. Cit., p. 108)

Os programas de rádio foram um espaço importante de auto-referenciação da comunidade *nikkei* ao longo de toda a história da fixação dos imigrantes japoneses no Brasil. Em consequência, houve a presença marcante das locutoras desses programas, muito populares depois do final da 2ª. Guerra. Eram programas apresentados em japonês, com muita música, novelas radiofônicas (veiculadas originalmente no Japão), informações sobre eventos da comunidade (estreia de filmes, shows com cantores japoneses). Alguns transmitiam diariamente informações sobre cotação de produtos agrícolas, informação de relevância na época em que a maioria das famílias *nikkeis* ainda se dedicava à agricultura. O depoimento de Marina Narahara, nissei nascida em 1946 na capital paulista, no bairro de Santa Cecília, indica a influência do rádio e dos jornais na vida cultural da comunidade nipo-brasileira. Sua infância nos anos 1950 e juventude nos anos 1960 foi marcada por acontecimentos mediado pelos meios dos veículos de comunicação da “colônia”:

Eu ouvia programa de rádio com a família vizinha, dona de loja de brinquedos. Adorava ouvir músicas, principalmente o Ishihara Yujiro, meu maior ídolo. Até escrevia cartas para ele, sou fã mesmo. O rádio transmitia novelas. Não perdia a Tamahime Monogatari da Missora Hibari. Que novela, nossa !! Me emocionava, não perdia um capítulo.

O cinema sempre foi importante na minha vida. Eu acompanhava a programação nos jornais da colônia. Vivia nos cinemas japoneses da Liberdade. Ia muito com minha avó. Em casa, minha família assinava o São Paulo-Shimbun e o Jornal Paulista. A 1ª. página era sobre política, a 2ª. sobre economia, a 3ª. sobre acontecimentos diários, cultura e lazer e a 4ª. era em português. Eu lia principalmente a 3ª. página que era mais fácil de entender, mas gostava muito também dos artigos semanais de economia do Sr. Akamine da Sol Nascente, além do “mosaico”, uma crônica

diária de um repórter sobre assuntos diversos. Mais tarde, já na faculdade, passei a acompanhar a Folha de São Paulo.

Eu não perdia os shows de artistas que vinham do Japão. Guardo uma lembrança especial do Kayama Yuzo, um astro do cinema japonês, famoso até hoje. Ele veio ao Brasil gravar um filme e fazer um show. Ao comprar os ingressos, concorriamos automaticamente a um encontro reservado com ele e seus acompanhantes. Eu ouvi pelo rádio que tinha sido contemplada! Foi assim que viajei de avião pela primeira vez, pois fomos em comitiva do aeroporto de Congonhas até Viracopos, em Campinas, onde ele desembarcou. Fizemos também uma festa de aniversário dele no Bunkyo¹³⁵

Uma dessas apresentadoras de rádio foi Harumi Nishimura, nascida em 1936 na cidade de Hiroshima. Há registros sobre ela no Projeto 100 Anos de Histórias, um espaço para depoimento sobre os imigrantes no site www.japao100.com.br, criado pela Editora Abril em 2008 como parte das festejos do centenário da imigração japonesa no Brasil¹³⁶. A trajetória de Harumi Nishimura demonstra a necessidade das profissionais transitarem pelos dois universos – o japonês e o brasileiro – para desempenharem suas funções nos meios de comunicação. Como veio para o Brasil aos 19 anos, ela falava japonês fluentemente, o que era essencial no rádio. E no período em que se engajou no Jornal Paulista, onde os textos são publicados em ideogramas japoneses, o domínio da escrita japonesa lhe foi fundamental. A menção de que sua carreira não foi longa no jornalismo comprova que a carreira de jornalista era instável, talvez pela situação financeira precária dos jornais nipo-brasileiros, e talvez pelo preconceito nas redações, onde as mulheres eram extremamente raras.

3. Moda, beleza e comportamento na imprensa *nikkei*

3.1. As misses *nikkeis*: ideais de beleza e comportamento

Acredita-se que os concursos de beleza da comunidade nipo-brasileira tenham sua origem no período pós-guerra, quando as colônias japonesas passaram a promover seus produtos por meio de festas anuais que reuniam diversos produtores para a exposição de produtos

¹³⁵ Depoimento à autora, 19/10/2010.

¹³⁶ <http://www.japao100.com.br/perfil/557/> Acessado em 05/11/2010

agrícolas, conforme pesquisa de Koichi Mori e Bárbara Inagaki sobre a imagem da mulher *nikkei* nos concursos de beleza¹³⁷:

Nessas festas, além da exposição dos produtos, havia apresentação de dança japonesa, exposição de ikebana e de fotografia (...) Uma das atrações de grande destaque era a escolha das rainhas: três a cinco moças descendentes de japoneses, e algumas vezes brasileiras, eram indicadas por associações japonesas para concorrer aos títulos de Rainha do Ovo, Rainha do Caqui, Rainha do Tomate, Rainha da Uva, Rainha do Pêssego, Miss Laranja, entre outros, através da venda de votos. A candidata que recebesse maior número de votos era coroada rainha, e as demais recebiam o título de princesa.¹³⁸

Os pesquisadores observam que a escolha das rainhas e princesas não estava voltada diretamente ou necessariamente à beleza das candidatas. O objetivo central era a venda de votos para contribuir com a realização da própria festa. Havia grande participação de políticos brasileiros, refletindo a tentativa da comunidade de maior interação com a economia nacional, apresentando seus produtos para aumentar a competitividade. “E foi com esses festivais e a eleição das rainhas e princesas que a mulher *nikkei* também começou a ser apresentada para a sociedade brasileira”.¹³⁹

Mori e Inagaki verificaram que os concursos de beleza ganharam espaço próprio quando um dos jornais da comunidade nipo-brasileira, o Jornal Paulista, decidiu realizar o Miss Colônia, na década de 1950. A 2ª. Guerra havia atingido fortemente os imigrantes japoneses no Brasil, considerados súditos de país inimigo e alvo de severas restrições de moradia, deslocamento e acesso às informações em idioma japonês. Naquele momento o concurso significou parte da retomada das atividades culturais, esportivas e sociais do pós-guerra, quando ficou claro o caráter permanente da imigração japonesa.

Apesar do início do deslocamento das famílias japonesas para os centros urbanos na década de 1950, os pesquisadores lembram que “mesmo com o surgimento de novas gerações, as

¹³⁷ MORI, Koichi e INAGAKI, Bárbara. “A Mulher *nikkeis* no Brasil – sua imagem por meio dos concursos de beleza. In De sol a sol – o Japão que nasce no Brasil. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2008.

¹³⁸ Op. Cit, p. 40-41.

¹³⁹ Op. Cit., p. 41.

mulheres japonesas ainda viviam no meio rural, muitas vezes ajudando no trabalho no campo e, pelas poucas opções de vida que lhe eram oferecidas, tanto por motivos econômicos quanto por outras questões, como adaptação, ainda não freqüentavam universidades, não formavam carreira”.¹⁴⁰

Uma reportagem da revista Arigatô no. 5, de abril de 1977, citada na pesquisa, relata como eram os concursos na década de 1950:

O concurso naquela época tinha critérios seletivos muito mais rígidos e diferentes dos atuais. Constava de testes de beleza (fisionomia e formas do corpo), cultura e etiqueta social. Era muito mais uma maratona em que a moça era analisada não só pela sua bela expressão, mas também pelo que poderia apresentar em termos de *finesse* e conhecimentos gerais (...)¹⁴¹

A reportagem revela também que os concursos de beleza causaram polêmica no início, pois contrariavam o ideal de mulheres recatadas, dedicadas aos afazeres domésticos e ao trabalho na lavoura:

Havia muita dificuldade para convencer as moças da época a participarem de um concurso de beleza que exigia que (...) mostrassem suas formas, o que ia contra a moral vigente na época. Na maioria das vezes, o preconceito de que ‘moça direita não deve participar de concurso de pernas de fora’ prevalecia, criando grandes empecilhos, principalmente dentro da colônia japonesa, tradicionalmente rígida em termos de recato.¹⁴²

Mori e Inagaki atribuem essa rigidez no comportamento exigido das mulheres *nikkeis* à educação recebida na família, “com forte influência materna”. A vida isolada no meio rural, em comunidades formadas apenas por imigrantes, contribuía para a permanência dos papéis tradicionais atribuídos a homens e mulheres:

Por outro lado, o fato de pertencer a uma comunidade fechada com predominância rural isolava de certa forma as jovens da sociedade brasileira, fazendo com que seu ideal de vida fosse como o de suas mães: casar e formar uma família feliz, alcançar estabilidade, e não uma ascensão

¹⁴⁰ Op. Cit., p. 42.

¹⁴¹ Op. Cit., p. 42

¹⁴² Op. Cit., p. 44.

profissional para conquistar independência. Isso evidencia uma divisão clara dos papéis dentro da família.¹⁴³

Ao observar as fotos das candidatas dos primeiros concursos de beleza *nikkei* da década de 1950, os pesquisadores apontam uma característica predominante em relação às candidatas: “Apesar de não haver um registro sobre a geração exata das candidatas, pela análise das fotos é possível notar que praticamente todas eram descendentes ‘puras’ de japoneses, não havendo candidatas mestiças”.¹⁴⁴

Essa característica pode ser atribuída, segundo os autores, ao fato de que na década de 1950 os casamentos interétnicos eram em pequeno número, algo abaixo de 5%, conforme Censo realizado pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa no período de 1953 a 1958. Havia forte rejeição aos casamentos interétnicos, considerados uma traição aos pais e algo vergonhoso perante a comunidade, pois impedia a perpetuação dos valores culturais e da própria etnia.

Os autores não descartam o forte preconceito em relação à miscigenação como explicação para a ausência de mestiças nos concursos, pois essa questão recaía com maior intensidade sobre as mulheres:

Assim, nos anos 1950, a mulher mestiça era vista com olhares negativos, e os concursos Miss Colônia realizados nesse período acabaram refletindo esse “ideal de mulher japonesa”, prevalecendo a presença de mulheres japonesas “puras”.¹⁴⁵

Tratava-se, segundo Mori e Inagaki, de “um conflito entre duas sociedades: a sociedade homogênea de imigrantes japoneses e a sociedade heterogênea brasileira.”¹⁴⁶ A rigidez, contudo, ainda prevalecia em relação à mulher, e a apresentação das candidatas, todas “puras” e prendadas, confirma esse conservadorismo:

¹⁴³ Op. Cit., p. 45.

¹⁴⁴ Op. Cit., p. 46.

¹⁴⁵ Op. Cit., p. 46.

¹⁴⁶ Op. Cit., p. 46.

Tanto as candidatas ao Miss Colônia 1957 como as candidatas ao Miss Colônia 1958 seguiam a educação da “boa moça”, freqüentando cursos voltados para a formação feminina, como escolas de corte e costura e de beleza.

Os cursos de corte e costura para moças nipo-brasileira representaram os novos valores na comunidade de imigrantes em relação às mulheres. Alguns foram muito famosos, como o Escola de Corte e Costura Akama, em São Paulo, e havia outros cursos em cidades menores do interior de São Paulo, como relata a cineasta Tizuka Yamasaki, cuja mãe Sumiko foi aluna da Escola Akama e posteriormente abriu sua própria escola em Atibaia:

Depois do primário, minha avó matriculou minha mãe na Escola de Corte e Costura Akama, na capital paulista, lugar de excelência para a comunidade japonesa preparar as moças casadoiras. As meninas iam lá, aprendiam costura e bordado, jogavam tênis, estudavam o japonês, praticavam poemas, tinham noções de etiqueta para não envergonhar as famílias mais abastadas da sociedade japonesa que começavam a sair da lavoura. Era uma escola de elite; as famílias trabalhavam muito para colocar uma filha ali. (...)

Depois de viúva, minha mãe abriu uma escola de costura em Atibaia. Não tinha a mesma sofisticação do Akama, mas, nos anos 50 - sendo a costura ainda bastante privilegiada porque não existia roupa industrializada para comprar como hoje – a Escola São João fez sucesso como fonte de renda e de status para Sumiko Yamasaki. Anualmente, ela produzia desfiles de moda, empenhava-se para oferecer outros cursos paralelamente ao de corte e costura, como pintura a óleo, dança de salão, bordados etc. Por isso, minha mãe era conhecida como a “sensei” (mestre) e era respeitada na sociedade brasileira de Atibaia.

Muitas meninas vinham do Paraná e do interior de São Paulo para estudar com ela. Normalmente, elas não tinham onde morar e, assim, minha mãe ampliou a escola oferecendo uma espécie de internato. Virou, então, um pensionato-escola. Foi um período muito interessante, nossa casa sempre cheia de gente, principalmente de moças.¹⁴⁷

Um concurso de beleza desafiava o tradicional recato da mulher japonesa, e por dificuldades como esta, o Miss Colônia foi promovido somente por dois anos, retomando-se sua realização na década de 1970, num contexto muito distinto. Após o período de recesso, o Jornal Paulista voltou a promover o concurso, que ressurgiu com grande força, profissionalismo e dimensão internacional.

¹⁴⁷

Depoimento ao Projeto 100 Anos de Histórias <http://www.japao100.com.br/perfil/38/historia/84/>, acessado em 20/11/2010.

Os objetivos eram os mesmos dos concursos da década de 1950 – o conagraamento entre as comunidades nipo-brasileiras, o aperfeiçoamento da cultura e rigidez da juventude brasileira, conforme anunciavam os organizadores – mas o concurso de beleza passou a atrair grande número de candidatas e patrocinadores. As seleções movimentavam as diversas associações de japoneses por todo o Brasil, que realizavam prévias do concurso e indicavam suas representantes.

A participação das descendentes “mestiças” despertaria polêmica desde a primeira edição do novo concurso de beleza, em 1972, devido à eleição de uma mestiça, Rosa Maria Fukugawa. Organizadores do concurso em diversos níveis, e o próprio público, questionaria o resultado, pois a segunda colocada era descendente “pura”, e portanto, uma representante mais fiel da beleza japonesa, que deveria ser mais valorizada.

Essa polêmica persistiria a cada concurso, fazendo com que os organizadores esclarecessem o regulamento no Jornal Paulista de 11/05/1976:

A propósito de uma dúvida suscitada no interior com relação à participação de mestiças (...) temos a dizer que nada temos contra a participação (...), e o regulamento do concurso não prevê de forma alguma discriminação deste tipo.¹⁴⁸

Os concursos da década de 1970 refletiram o aumento significativo de casamentos interétnicos no período e foram “um período de transição da imagem negativa da mulher mestiça para uma imagem positiva, que será valorizada principalmente a partir da década de 1980”.¹⁴⁹ Chama a atenção, igualmente, a mudança nas perspectivas profissionais das candidatas, que já não se restringiam às escolas de corte e costura ou aos cursos para se tornarem cabeleireiras, como no passado:

Quando questionadas sobre o objetivo de vida [...], não há uma que fale que quer formar uma família e se tornar uma dona de casa comum. Algumas desejam se graduar em economia, medicina, arte e

¹⁴⁸ Op. Cit., p. 53

¹⁴⁹ Op. Cit., p. 53

engenharia, se tornar professora em escolas com bom conceito. Dentre elas, algumas já estão seguindo o caminho para alcançar seu objetivo. (Editorial do Jornal Paulista de 16 de abril de 1974, traduzido do japonês)¹⁵⁰

A alteração dos planos de vida das mulheres *nikkeis* pode estar relacionada, segundo os pesquisadores a três circunstâncias históricas dos anos 1960 e 1970: o movimento feminista, a situação econômica brasileira e a mudança na estrutura da comunidade nipo-brasileira. As mudanças da comunidade japonesa consolidaram-se com o efetivo deslocamento das famílias imigrantes para o meio urbano, e com a visível inserção dos descendentes em todas as áreas acadêmicas e profissionais.

Os concursos de beleza refletiam os conflitos provocados por essas mudanças, como ilustra o episódio em que uma miss, perguntada sobre quem mandaria em casa quando se casasse, respondeu que seria ela. A resposta gerou críticas e controvérsia, especialmente na região que a candidata representava, criando a necessidade até de um esclarecimento dos organizadores. O que era uma brincadeira, combinada previamente, não foi bem recebida pelo público, acostumados a candidatas com perfil mais submisso:

A independência da mulher *nikkei* ainda causava um certo “incômodo” na comunidade japonesa, regida pela imposição de uma hierarquia social muito rígida. Porém, esses episódios não interferiram na realização dos concursos, e a cada ano o número de inscritas aumentava.¹⁵¹

O auge dos concursos do Miss Colônia e Miss *Nikkei* foi na década de 1980 aos anos de 1990: grande número de participantes, patrocínio em massa de grandes empresas e o concurso chegou a ser transmitido por dois canais de TV:

Foi o período que atraiu as atenções do Japão para a beleza da mulher *nikkei* brasileira e que ilustrou de forma mais clara a transformação do perfil das mulheres descendentes de japoneses.¹⁵²

¹⁵⁰ Op. Cit., p. 54

¹⁵¹ Op. Cit., p. 56.

¹⁵² Op. Cit., p. 60.

A pesquisa de Mori e Inagaki mostra que partir da década de 1980 a mulher *nikkei* investia mais na carreira profissional e expandia suas opções para outras áreas de conhecimento, sendo que a maioria se concentrava na área de humanidades, sendo a carreira de Direito a mais recorrente, seguida por Psicologia e Administração. Os depoimentos dos organizadores do concurso apontam que muitas candidatas ainda na década de 1980 tinham como objetivo de vida o casamento e que por meio dos concursos de beleza, diversos relacionamentos acabaram se concretizando, porém, de forma geral:

Fica evidente o grande salto na imagem da mulher *nikkei* em relação aos primórdios do concurso(...) A abertura do mercado de trabalho para a profissional feminina e também a estabilidade alcançada pelos japoneses no Brasil possibilitaram que a mulher *nikkei* seguisse carreira e abandonasse cada vez mais a imagem da mulher subserviente dedicada aos afazeres domésticos.¹⁵³

Os concursos de beleza foram uma oportunidade para o resgate de uma identidade japonesa que havia se perdido ao longo das gerações e em meio ao processo de integração à sociedade brasileira, “e de certa forma, houve também uma valorização estética da beleza nipônica (ou da beleza oriental)”.¹⁵⁴

Em 1987 o Jornal Paulista assinou contrato com a agência de modelos japonesa Urban, que buscava especialmente a beleza *nikkei* mestiça. Algumas candidatas, vencedoras ou não do concurso, fechavam contratos de trabalho de quase um ano no Japão:

Aqui se concretiza a transformação da visão negativa que pairava sobre as mestiças nos anos 1950 para uma visão positiva dessa beleza peculiar, que acaba por conquistar os olhares do mercado japonês.¹⁵⁵

O concurso Miss Colônia/Miss *Nikkei* foi realizado pela última vez em 1994, e não teve condições de ser promovido novamente devido ao fim do patrocínio da Kodak. No contexto da grande recessão brasileira na década de 1990, a realização de um concurso com

¹⁵³ Op. Cit., p. 62.

¹⁵⁴ Op. Cit., p. 66.

¹⁵⁵ Op. Cit., p. 67.

enormes despesas – passagens aéreas nacionais e internacionais, hospedagens em hotéis – teria ficado inviável, segundo os seus promotores.

Os meios de comunicação tiveram papel decisivo na divulgação da “beleza *nikkei*” para a sociedade brasileira como um todo. O principal promotor do evento era um periódico impresso, o Jornal Paulista, e a partir de 1974, a parceria com o Programa *Japan Pop Show* fez com que o concurso passasse a ser televisionado ao vivo pela TV Bandeirantes. O formato dos concursos de beleza *nikkei* ficou definido, passando a incluir a categoria Miss *Nikkei* Internacional, na qual disputavam o título representantes de países como Estados Unidos, Argentina, Paraguai, Peru e México.

Havia, na mesma época do Miss *Nikkei*, outro grande concurso de beleza *nikkei*: o Miss Nissei do Brasil, promovido pelo programa Imagens do Japão, que também movimentava as associações nipo-brasileiras de todo o país. O prêmio maior era uma viagem ao Japão, com estadia em hotel de luxo, além de um carro zero quilômetro. O concurso tinha o apoio de outro jornal diário nipo-brasileiro, o São Paulo Shimbun, que noticiava as várias fases do concurso e apresentava muitas fotos das misses.

Uma nota sobre o resultado do Miss Nissei do Brasil 1977 na Revista Arigatô informa que o evento fora transmitida ao vivo pelo canal 7 e que 50 candidatas finalistas disputaram a faixa. A matéria confirma a contínua tensão entre o ideal feminino esperado pelas antigas lideranças e a nova realidade das descendentes *nikkeis* no. 8, de agosto de 1977:

Lúcia, a Miss Nissei, recebeu um troféu confeccionado no Japão, e um auto zero quilômetro, além de uma viagem ao Japão, sob os aplausos de uma platéia que se comprimia no exíguo auditório. Katsuo Utiyama, jurado e um dos organizadores do concurso, lembrou a necessidade de as candidatas terem certa fluência em língua japonesa – um detalhe que não agradou propriamente a uma boa parte da audiência.¹⁵⁶

A exigência do domínio do idioma mostrava sutilmente uma expectativa de manutenção dos valores nipônicos, uma vez que o aprendizado do japonês sempre foi valorizado pelos

¹⁵⁶ Revista Arigatô no. 8, agosto de 1977, p. 61

imigrantes da primeira geração, como comprovam as muitas escolas de japonês nos núcleos coloniais e mesmo na capital e periferia da cidade de São Paulo. Contudo, o fato era que as novas gerações gradativamente não sabiam falar mais o japonês, embora ainda compreendessem o suficiente para entender frases dos mais velhos no contexto doméstico ou da comunidade. É possível admitir que a menção à “certa fluência em língua japonesa” encobrisse também uma preferência pelas candidatas com traços genuinamente orientais, presumindo-se que as “mestiças” tivessem menos oportunidade de falar japonês, pela influência dos parentes não-*nikkeis*.

A tradição dos concursos de beleza, que parecia fadada ao desaparecimento, foi sendo retomada com vigor no século 21. Muitos eventos são realizados, tanto no Brasil quanto no Japão, nas comunidades surgidas devido ao fenômeno *dekassegui*¹⁵⁷. A valorização dos traços orientais pode ser constatada pela presença de atrizes e apresentadoras descendentes de japoneses em novelas e outros programas de TV, como é o caso da atriz Daniele Suzuki:

Acho que ter traços japoneses me ajudou na profissão. O primeiro comercial que fiz foi por causa disso. Queriam várias japonesas diferentes e eu fui escolhida. Tinha 10 anos quando fiz o comercial da Mini Coke na TV. Tenho o filme gravado. Foi aí que comecei a fazer outros comerciais.

A única novela em que tive uma família foi “Pé na Jaca”. Eu sempre sou a vizinha, a namorada, alguém que chegou de fora e mora na casa de alguém. Não sei se isso acontece por falta de atores japoneses ou pela postura da TV de abrir pouco espaço para japoneses.

Na minha vida profissional, nunca me senti “a diferente”, o patinho feio da história. Porque eu esqueço que sou, não me percebo japonesa, só quando alguém me lembra o que sou. Não me olho no espelho e fico dizendo: “Caraca, sou muito japonesa!”. Estou integrada ao meio, vou pra samba, pro forró, não me visto a caráter, não tenho uma cultura em casa, minha comida é arroz feijão e farofa. Quando alguém me chama de “japa”, nem ligo, não é comigo¹⁵⁸.

¹⁵⁷ O Miss *Nikkeis* do Brasil, o Miss Festival do Japão, Miss Centenário Brasil-Japão, Miss Ryuso (a mais bela descendente da comunidade okinawana), além de concursos regionais como o Miss Akimatsuri, em Mogi das Cruzes, são alguns dos concursos realizados no Brasil na 1ª década do século 21. Outros certames são promovidos nas cidades com concentração de brasileiros no Japão, como o Miss Hamamatsu e o Miss Brasil-Japão de Nagoya.

¹⁵⁸ Depoimento da atriz Daniele Suzuki ao Projeto 100 anos de Histórias, <http://www.japao100.com.br/perfil/627/historia/780/> acessado em 24/11/2010

Embora exista relativa abertura para os artistas *nikkeis* na atual produção cultural brasileira, os estereótipos persistem, como a própria atriz declarou em outras publicações, de que sempre a colocam em situações ligadas à niponicidade, como comendo sushi ou fantasiada de gueixa.

3.2. Menos discussão, mais dicas práticas

As transformações do papel feminino das *nikkeis* foram registradas enfaticamente nas matérias do *Página Um*, primeiro suplemento publicado totalmente em português na história da imprensa nipo-brasileira¹⁵⁹. Mas como abordar questões como timidez, dificuldade de entrosamento com colegas não-descendentes, diferenças na forma de cumprimentar, de agir? Depois de muitas matérias sobre identidade e comportamento dos *nikkeis*, o *Página Um* buscou novas formas de tratar problemas que afligiam os descendentes, segundo a jornalista Célia Abe Oi, que fez parte da equipe nos cinco anos de existência do jornal:

*Ainda há questões envolvendo a identidade, mas o problema da identidade caminha de forma diferente na nossa geração. Ficávamos só perguntando “O descendente está integrado? Não está?...” De certa forma me cansei de fazer matérias sobre a identidade...*¹⁶⁰

Segundo a jornalista, era preciso lidar com as dificuldades concretas no cotidiano dos *nikkeis*, como a falta de informações sobre moda e beleza:

Discutíamos teoricamente, mas a solução de algumas questões práticas precisava ser abordada também. Por exemplo, fizemos uma matéria sobre a necessidade de usar óculos que boa parte dos japoneses e descendentes têm. Então foi feita uma entrevista com um especialista em armações de óculos, qual o melhor modelo para o formato de rosto etc, de feições e características orientais. A cor prateada, por exemplo, não é recomendada, pois deixa o rosto, em contraste, com uma cor meio morta...

Até hoje, quando vou à ótica dele, ele se refere à matéria, dizendo que foi muito procurado por quem leu a matéria.

160 Depoimento à autora concedido em setembro de 1988 para a disciplina História do Jornalismo II, ministrada no 2o. semestre/88 no Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP.

*A fase em que a questão do descendente passou a ser tratado na prática foi melhor, muito gostosa, de me descobri. E houve mais retorno e participação do leitor, o que não acontecia com aqueles debates sobre a identidade*¹⁶¹.

Um exemplo desta nova abordagem encontra-se numa matéria sobre cirurgia plástica nos olhos, para deixá-los mais “ocidentais”, na edição do Página Um no 31, de 28/06/1980. A própria publicação justificou a importância da cirurgia para aqueles que não se sentiam bem com a própria aparência:

Razões das mais diversas têm levado os japoneses e seus descendentes a enfrentarem uma operação, para ter a glória de ostentar “olhos ocidentais” – isto é, com dobras. Descaracterização da raça, dirão os mais puristas. (...)

Mas não importa o que se diga, a verdade é que o interior, o nosso “eu” acha que o que temos é feio, não são os argumentos que irão consertar. (...)

Carinhosa ou pejorativamente, nossos olhos são chamados com esses dois nomes aí (“puxados” e/ou “inchados”) com identificação e quem não se lembra da meninice quando nos chamavam assim? Hoje, adultos, acostumamo-nos a não dar atenção a tal detalhe. Mas há quem se sintam mal, sintam-se “feio” com tal “modelo de olhos”. E o que fazem? Fazem plástica, oras.

Na matéria, a Dra. Edith Kawano Horibe, cirurgiã especializada neste tipo de cirurgia plástica, explicava como era realizado o procedimento. Considerada simples e de curta duração – durava de uma hora a uma hora e meia – e mais barata que as demais cirurgias, era a operação mais procurada em sua clínica, seguida de aumento do dorso do nariz e aumento da mama.

A médica não relacionava o desejo de ocidentalizar os olhos com problemas de identidade dos descendentes, que a procuravam, segundo a entrevistada “pela insatisfação pessoal em relação ao aspecto externo, que aliás considero um problema muito sério que vai fazer com que naturalmente, uma pessoa introvertida, principalmente no aspecto social”. A Dra. Edith afirmava que depois da cirurgia “a pessoa muda completamente, não só do ponto de vista funcional mas também estético e psicológico. A pessoa vai estar mais segura de si.(...)”.

¹⁶¹ Depoimento à autora concedido em setembro de 1988 para a disciplina citada anteriormente.

Essa perspectiva de valorização da beleza oriental apareceu anteriormente na revista Arigatô, que mantinha a editoria “Feminina”, dedicada à mulher. Os editoriais de moda e beleza inovaram por trazer sempre modelos “*nikkeis*”, o que valorizava o tipo físico oriental. As dicas procuravam orientar a mulher oriental, algo inexistente nas publicações femininas tradicionais da época. Na edição no. 10, de outubro de 1977, página 73, a reportagem abordou como as orientais poderiam usar a tendência dos cabelos crespos, a grande moda daquele momento. Três penteados eram sugeridos pela cabeleireira Mitiko Omori para os formatos de rostos das descendentes. (Anexo)

A preocupação em difundir mensagens positivas sobre o tipo físico oriental está presente regularmente nas edições da revista Arigatô, inclusive nas demais editorias. A entrevista com a modelo Harumi Ishikawa, na edição no. 9, de setembro de 1977, na página 13, demonstra a recorrência do tema de auto-aceitação e valorização do tipo físico oriental. Ela havia sido pôster da revista Homem, provocando repercussão por ter fotografado nua. A matéria vinha ilustrada pelas várias revistas que tinham Harumi na capa, como a Cláudia:

Os desfiles nas melhores passarelas, das importantes coleções vieram naturalmente, como também as capas de várias revistas do país, o grande sonho dourado de todas as modelos. A sua presença marcante, o rosto e a beleza exótica passaram a representar a garantia de sucesso dos lançamentos de toda uma coleção. Disto seu grande mérito – foi uma das primeiras a alcançar o status profissional de manequim oriental, e chegou ao topo (...)

No começo Harumi enfrentou sérios problemas. Oriental não vende! Ainda impera entre os brasileiros o padrão de beleza ocidental – a que mais vende é a loira de olhos verdes ou azuis. “Na Europa uma das mais importantes manequins é uma euroasiana, e isto dá uma força pra gente. Mas o Brasil não descobriu ainda”.

(...) Parece que o pessoal tem vergonha de assumir o seu povo, a sua cultura, o seu físico. Nada disso. Tem mais é que mostrar o que é bonito, a beleza oriental, e não se restringir somente à inteligência.

A editoria “Feminina” da revista Arigatô contava também com a seção fixa “GENTE QUE É MUITO MULHER”, com três ou quatro fotos-legenda destacando a atuação de mulheres nipo-brasileiras. O espaço celebrava as mulheres que se dedicavam aos trabalhos voluntários, como era tradicional nos veículos nipo-brasileiros, mas destacava

consideravelmente as *nikkeis* que se destacavam nos esportes, música e no mundo corporativo. Invariavelmente as fotos mostram profissionais bem vestidas, sorridentes, com aparência agradável e competente. Exemplos da edição no. 8, de agosto de 1977:

Quem está desenvolvendo uma atividade dinâmica junto ao Centro Campestre do SESC é a “Public Relation” Sueli Cristina Fujita. Julho, foi o mês da “Super Férias” com muito lazer para a criançada na imensidão do verde. (...) Sueli, gente que é muito mulher, apesar da intensa e cansativa atividade, tem sempre um sorriso colorindo seu rosto.

Viagens para o exterior já estão se tornando rotina para Elizabete Ito, a responsável pelo Planejamento de Congressos e Eventos da Cielmar Turismo. Falando corretamente o inglês e japonês, Bete é “Tour Conductor” (guia turístico) acompanhando os congressistas em diversos países do mundo.

O Página Um mostrou ousadia nas pautas, não só em comparação aos demais órgãos da comunidade nipo-brasileira como em relação à grande imprensa brasileira do período. Temas como divórcio e aborto estiveram presentes. No contexto do jornalismo praticado pelo Página Um, poderia-se imaginar que o jornal questionaria a necessidade de submissão aos padrões de beleza femininos vigentes no Brasil, de mulheres loiras, de grandes olhos azuis. Os próprios concursos de beleza da comunidade foram confrontados num pequeno comentário na edição no. 82, de 12/06/1982:

BONITINHA MAS ORDINÁRIA

Enquanto o mundo todo tá preocupado com a situação da mulher, as nossas “jovens-tyans” tão dando sua contribuição inscrevendo-se pra ser miss neste junho. Isto mesmo, miss-isto e miss-daquilo. E como tem concurso, sô! Dooshite-ka será que a raça gosta tanto de mostrar sua prole? Seria vocação para “ninguiô”? Acorda meu bibelô, acorda que o século 20 te espera. (...)

Com o passar das edições, principalmente em 1982, as matérias indicam claramente este novo enfoque. Os casamentos interétnicos e seus frutos, filhos “mestiços” deixam de ser temas abordados por sociólogos e psicólogos. Os próprios descendentes é que contam suas experiências na infância, processos de negação e aproximação com a cultura japonesa. Na edição 61, de 22/08/1981, a chamada SEXO ocupava quatro páginas. Nele, muitos

depoimentos de jovens descendentes, procurados em portas de bailes de clubes nipo-brasileiros e em entidades como Abeuni (Associação Beneficiente Nipo-Brasileira).

O que pensam os descendentes de japoneses de sua sexualidade? Qual o nível em que se encontra essa discussão? Quais são suas posições frente à virgindade, às críticas como mulheres submissas e homens tímidos e reprimidos sexualmente? Mais que ousadia editorial para um jornal de descendentes, uma necessidade que foi sentida concretamente em três grupos de faixas etárias diferentes, de perspectivas de vida diferentes (...)

Está aberto o debate.

4. As mulheres representadas

A mulher retratada no jornalismo nipo-brasileiro invariavelmente reforçou os estereótipos tradicionais da boa esposa e mãe, abnegada. Neste aspecto, além da cultura japonesa do sacrifício pessoal em prol da família houve forte influência do ideal burguês do papel feminino, que vigorou durante o século XX na sociedade brasileira com a urbanização e a gradativa consolidação do capitalismo:

Presenciamos ainda neste período o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível.¹⁶²

Superadas as dificuldades dos primeiros tempos da imigração, houve o esforço das famílias imigrantes em ascender econômica e socialmente. O trabalho feminino muitas vezes ainda era essencial para realizar novos sonhos, como a compra de um imóvel na capital paulista e, principalmente, o custeio dos estudos dos filhos. Contudo, a maior parte das mulheres trabalhava no âmbito doméstico, seja nos negócios familiares, seja em atividades como costura. Por muito tempo os jornais não falavam das mulheres *nikkeis* desempenhando outros papéis que não o de mãe, esposa e ocasionalmente à frente de atividades voluntárias.

¹⁶² D INCAO, Maria Ângela. “Mulher e Família Burguesa”. In: Del Priore (org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto, 2006, pp. 223-240.

Uma exceção ao tratamento tradicional da figura feminina no jornalismo nipo-brasileiro foi o jornal Página Um. A publicação surgiu em 1979 com anseios de fazer um jornalismo diferenciado da tradicional imprensa nipo-brasileira, inspirado no jornalismo alternativo da década de 1970. No Página Um número zero, de 21/04/1979, a apresentação deixava explícita a proposta de um jornalismo diferenciado e engajado:

Feito por uma equipe de jovens jornalistas que acreditam num jornalismo dinâmico e responsável, e numa participação consciente dentro da imprensa brasileira, o Página Um circulará quinzenalmente, em dia com a atualidade dos fatos. A reportagem de campo. A análise. A discussão de nossa realidade. O debate e a informação. (...) Que trará em cada número assuntos com aquele cheiro de inédito, dentro de uma linha editorial própria, independente: o Página Um é um jornal dentro de outro.

Embora fosse um suplemento, o Página Um sempre foi produzido de forma autônoma em relação à redação em japonês do Diário Nippak, segundo membros de sua equipe, que reconhecem a importância do então presidente e proprietário do jornal, Toshihiko Nakabayashi. Os recursos sempre foram escassos, pois a precariedade sempre marcou o próprio Diário Nippak, mas Nakabayashi garantiu a continuidade do Página Um apesar da falta de anúncios e das críticas ao suplemento feito por “rebeldes” e “comunistas”, como eram chamados os jovens jornalistas da equipe.

Um editorial de 03 de julho de 1979, na capa da sétima edição do Página Um, confirma os compromissos daquela nova geração de jornalistas nipo-brasileiros com a imprensa alternativa. O texto discorre sobre o surgimento da imprensa chamada alternativa ou nanica no Brasil como “uma alternativa profissional fora do esquema empresarial, para fugir do esquema do mercado de trabalho”. E atribui ao idealismo dos profissionais o componente principal de sua existência, decorrente da necessidade de debater o que a imprensa tradicional não aborda. Conclama a imprensa nipo-brasileira a acompanhar esta evolução.

O Página Um pretende ser uma opção para o jornalismo nipo-brasileiro e, principalmente, um fórum de debates que acompanhe a evolução da imprensa para todos os descendentes, e porque não, aos de outras ascendências (...)

Desta forma, Página Um quer motivar o surgimento não só de um jornalismo mais dinâmico e moderno, e de idealismo, mas principalmente abrir caminhos para o florescimento de

novos órgãos de imprensa e com características novas, que permitam alargar os horizontes dos brasileiros descendentes de japoneses. (...)

A proposta de ser alternativo em relação à linha editorial predominante no jornalismo nipo-brasileiro em relação à mulher imigrante e as descendentes de japoneses foi cumprida de várias maneiras. Dois aspectos são valiosos para demonstrar que houve a possibilidade de discursos diferenciados sobre a mulher *nikkei*, seja dando voz às pioneiras da imigração e divulgando declarações contrárias ao discurso hegemônico do sucesso da imigração, seja divulgando trajetórias de jovens *nikkeis* que se afastaram dos estereótipos de “boa moça”, dócil, estudiosa e obediente.

4.1 As pioneiras da imigração e a sinceridade: quando não valeu a pena ter vindo para o Brasil

O suplemento Página Um teve o mérito de resgatar do anonimato imigrantes pioneiras que tiveram participação em episódios marcantes da história da imigração, mesmo quando se tratava de assuntos considerados tabus, como a divisão entre vitoristas e derrotistas. Na edição 74, de 20/02/1982, a matéria central apresenta uma entrevistada falando de um episódio político, algo raro em se tratando de jornalismo nipo-brasileiro:

(...) As vozes se calam porque o véu tenta apagar a divisão que se assistiu no seio da colônia. “Kachigumi” e “makegumi” eram as facções dessa divisão. A primeira se recusava a aceitar a verdade dos fatos; a segunda confiava que realmente o Japão perdera a guerra.”

[Ela] recorda também que mesmo a condição de professora não a impediu de receber ameaças, constantes, vindas até de suas ex-alunas, que diziam: “Inimigos da Pátria, nós vamos atacar todos vocês”. Ela relembra, por exemplo, que os casamentos ‘mistos’, entre “kachigumi” e “makegumi” – só tinham a presença dos convidados pelo tempo estritamente necessário.

Mesmo tendo assumido uma posição desconfortável e até perigosa num conflito interno que provocou violência e morte, a professora minimiza sua atitude, e mostra a percepção do papel destinado às mulheres:

Sinto que foi melhor assim, embora como mulher eu não pudesse fazer muitas coisas. Acho que contribuí para o esclarecimento de uma sociedade. E como professora eu pude encaminhar várias doações para o Japão”, diz ela.

Diferentemente do tom laudatório ao Brasil nas matérias sobre a imigração, tanto nos jornais brasileiros como nos da comunidade, as entrevistas com as imigrantes pioneiras sustentam outra interpretação sobre a vinda e permanência no Brasil. É muito raro nas entrevistas com homens o reconhecimento de que houve arrependimento por ter vindo ao Brasil, algo que é possível encontrar nas falas das mulheres, assim mesmo com parcimônia. Um exemplo é o perfil de Kame Oshiro publicada no Página Um nº 40, de 1º/11/1980. Na época ela tinha 92 anos e vivia há 72 no Brasil:

O tempo com ela não obedece os pontos do relógio e muito menos a rotação da terra. Ele corre de acordo com suas lembranças e por isso ela pode estar sorrindo neste momento e, no instante seguinte, adquirir um ar triste, a ponto de as lágrimas roubarem essa alegria e, no instante seguinte, adquirir um ar triste, a ponto de lágrimas roubarem essa alegria e inundar seus olhos cansados. Nesse instante as costas das mãos tentam enxugar e até esconder esse tempo, mas ele aflora sempre, à medida que no ritmo de vida vai sendo retomado (...)

– Acho que nunca deveria ter vindo. Diz laconicamente, e com uma convicção de quem jamais quer retornar a um amargo passado sem saudade, e nem revive-lo, nem que seja na luz da memória. (...)

Assim é Kame Oshiro, uma das primeiras imigrantes que estiveram viajando 52 dias a bordo do vapor Kasato Maru, em Santos, desembarcando no histórico 18 de junho de 1908, em Santos e que mora aqui em Campo Grande desde 1912, quando chegou com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

*“Lembro-me que no dia da partida só chorei, chorei... Meus pais falaram para que eu escrevesse sempre, mas não consegui lhes responder, a não ser balançar a cabeça... **Nodo-ga tsumete ita** [em negrito no texto. Há um intertítulo na matéria trazendo a tradução, entre parênteses: (“Senti um aperto na garganta”)]*

Dona Kame descreve longamente a viagem no Kasato Maru, os primeiros tempos nas fazendas de café, onde não conseguem ganhar nenhum dinheiro. Em Itu, interior de São Paulo, o marido é contratado para a construção da estrada de ferro: o trabalho era abrir picadas pelo Pantanal de Mato Grosso. Ela se recorda dos pernilongos, do mato, das onças: “ – Nós mulheres ficávamos em casa. Logo de manhã os homens saíam para trabalhar, mas

era eu que acordava cedo e preparava as refeições para as dez pessoas (...). Com surpreendente sinceridade, dona Kame faz uma afirmativa rara, que o jornal não omitiu:

– É tanta coisa, diz em voz trêmula. Se pudesse, ainda hoje, voltaria ao Japão.

Embora a entrevistada prefira não falar de lembranças ainda dolorosas, como a morte de uma das filhas, há episódios dos quais ela se recorda claramente, relacionados ao país de acolhimento, algo praticamente ausente nas matérias com imigrantes mulheres. Dona Kame cita os “grandes” acontecimentos históricos do país quando estes causam rupturas na rotina de sua família, sem buscar compreendê-los:

– Mas em 42 estourou a Guerra e os brasileiros incendiaram a mercearia. Foi logo ao entardecer, quando começaram a apedrejar a loja construída com a economia de anos na lavoura e no trabalho do mato. Acabou tudo, até o pouco dinheiro que tínhamos guardado... Conseguimos sair apenas com a roupa do corpo. Nós não fizemos nada. Acho que aqueles campograndenses fizeram isso só porque a loja tinha o nome de “Casa Nippon” (...) Depois precisamos até fugir da cidade e esconder no mato. Naquele tempo não existia mais coração de gente... Todos ficaram com sentimento de bicho.

Seu depoimento confirma o que Célia Sakurai verificou em seu estudo sobre a perspectiva feminina nos romances sobre a imigração japonesa no Brasil: a sucessão de acontecimentos segue a história familiar, desconectada do contexto exterior, dos acontecimentos que ocorriam no Brasil. Segundo Sakurai “somente um fato está presente em todos os romances e ganha destaque no corpo da história. É a Segunda Guerra Mundial”¹⁶³. No caso de Dona Kame, ela fala também da Revolução de 1924, exatamente porque o fato é associado à necessidade de vender o sítio que a família tinha conquistado com dificuldades, “quase de graça”, outra decepção para ela.

Além de matérias que buscavam resgatar a memória humanizada da imigração japonesa, outras matérias traziam claramente o lado menos divulgado da imigração, como as conseqüências da velhice para imigrantes e *nikkeis* que não tinham quem os acolhesse no

¹⁶³ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração Japonesa*. São Paulo, Editora Sumaré, 1993, p. 81.

final da vida. A reportagem ASILO “Sabishii Seikatsu” [Asilo, uma triste vida], publicada na edição 36, de 06/09/1980 é um exemplo:

Aqui o tempo é calculado de forma diferente. Não é a marcação cronológica, mas as lembranças dos acontecimentos passados que projetam rapidamente pela memória de cada um deles antes de responder sua idade real. “Eu? Sou muito velha, já perdi as contas” diz uma das anciãs internas. (...) Sou obaasan no obaasan Já se passaram muitos imperadores desde que eu nasci”, complementa.

A matéria era complementada por uma entrevista com o Dr. Chô Kitahara, médico de 72 anos que atendia diariamente na Associação Beneficente Nipo-Brasileira (Anenibra) e comandava mini-caravanas de saúde com voluntários para cidades do interior do estado de São Paulo. Ele avaliava a situação geral dos cerca de 150 mil idosos japoneses da comunidade:

A coletividade no fundo leva uma vida que podemos chamar de ‘ussô no seikatsu’ ou ‘damashi no seikatsu’ pelo que apresenta à sociedade maior, que na realidade é uma fachada de muitas poucas pessoas, não a sua maioria. (...)

Acho que esses dirigentes das entidades deveriam sim é olhar mais para baixo, ver que aos seus pés existem muito mais conterrâneos passando necessidade do que ele pensa. (...) Na realidade esse grupo chamado de líderes da comunidade são pessoas da classe rica e para eles é importante a construção de uma garagem ao lado do Bunka [Associação Brasileira de Cultura Japonesa], com o dinheiro que sobrou da festa dos 70 anos, do que aplicar na construção de um hospital. (...) É somente um grupo de pessoas que irá utilizá-la quando sabemos que o dinheiro foi arrecadado por toda a coletividade. (...) (Página Um 36, 06/09/1980, p. 4-5)

Outra matéria emblemática com mulheres imigrantes que confirmam as dificuldades da velhice, assunto evitado pelas lideranças e pelo jornalismo nipo-brasileiro, foi a reportagem “VELHOS, ORA VELHOS”, no Página Um no. 35, de 23 de agosto de 1980, páginas 4 e 5. A foto com maior destaque da matéria é de uma senhora carregando um grande cesto de flores às costas, de corpo inteiro, identificada pela legenda: “Mitsuyo Mike, 66 anos, florista: velha, sozinha, há oito anos luta pela própria sobrevivência”. Sua história era mais uma dentre outras colhidas nas ruas do bairro da Liberdade, em São Paulo, conhecido por ser o “bairro japonês”, pela concentração de moradores japoneses no passado, e mais recentemente, pelo comércio especializado em produtos orientais:

Uma senhora de um metro e meio, 66 anos que esconde atrás de sua vermelha e bem feita maquiagem, um rosto bonito e marcado por um passado áspero como suas mãos – e que mais que tudo, parece uma figura saída de algum ukiyo-ê (gravura japonesa) – talvez seja a mais conhecida personagem daqui da Liberdade. (...)

Também idosa, e precisando encontrar sua própria sobrevivência, já há oito anos ela trabalha vendendo flores pela Liberdade, sempre carregando consigo seu inseparável gravador – que ela sempre amarra na cintura – a tocar bem alto, invariavelmente, velhas músicas do Japão que deixou há 14 anos, vinda da província de Kumamoto.

Ela já morou em Jacareí com seu filho mais velho (os outros três estão no Japão) veio sozinha para São Paulo e trabalhou como cozinheira, “mas cansei de tanto preparar arroz para mais de mil pessoas e arrumar cozinha”, diz rindo. “Por isso resolvi vender flores. Coloco mais ou menos nove dúzias na cesta e saio pela rua oferecendo a todos”. E por que o gravador, “dona” Mike? “Porque as floristas do Japão fazem isso, e de vez em quando eu danço, canto, isso para chamar a atenção das pessoas. E assim, elas acabam comprando da “Hana uri no Obaatian” [vovó que vende flores].

Mas o trabalho dela não se condiciona à hora do sol se esconder no horizonte. Esse corpo pequeno e aparentemente frágil também desliza solitário pelas ruas noturnas da Liberdade, invadindo com suas flores as muitas boates e restaurantes, como forma de arrecadar um pouco mais aquilo que lhe garantirá o amanhã. Só depois da meia noite é que ela volta para sua casa, no fundo de uma outra residência, onde ainda hoje vive sozinha.

- Não acho que minha vida seja triste, apesar disso tudo. “Kimochi ga wakai desu” [Tenho sentimentos de jovem]

Dona Mike não é a única que exerce esta atividade. Sua principal “concorrente” quando a noite desce é uma enigmática dupla, mãe e filha, que com uns maços de flores, oferecem às damas da noite e cobram dos homens que estão em sua companhia, uma oportunidade de serem cavalheiros. Flores, quem não gosta?

A matéria tem o mérito de apresentar mulheres pouco convencionais segundo o imaginário sobre as japonesas no Brasil. Além dessa idosa, um outro perfil é o de uma senhora, fotografada com uma saia e blusa de cor clara, aparência tímida e distinta:

Dona Mariko Matsubayashi traz nas mãos os “bichos da sorte”, oferecendo-os aos transeuntes, ou de bar em bar, sempre acompanhados de um sorriso humilde e cariado. Ao seu lado, Taizo, seu marido, cabelos completamente brancos, portando uma maleta; observa silenciosamente.

- Antes, meu marido era pintor de parede , mas como já está muito velho e o serviço é perigoso e não ganha muito dinheiro, meu filho aconselhou-nos a vender bilhetes que era bom. Meus filhos são todos casados e não têm condição de cuidar da gente.

O casal Matsubayashi mora no Horto Florestal, zona norte, e sempre às 7 horas pega a sacolinha contendo o almoço e vêm para a cidade trabalhar. “Andamos o dia todo, e esse serviço é muito cansativo. Andamos de manhã até de tarde. Só pelas 20 horas que chegamos em casa. Depois, eu vou contar com meu marido o que vendemos durante o dia. Faço a janta, toma banho e vou preparar nossa comida para o dia seguinte.”

- Gostaria de fazer outro tipo de serviço, mas a gente é pobre e não tem jeito. E depois, a gente é pobre já está velho. (...) Eu posso falar que a minha vida é muito sacrificada. (...)

4.2. Duas *nikkeis* emblemáticas para o jornalismo nipo-brasileiro

A edição do *Página Um* de 03 de julho de 1979 faz um balanço das edições anteriores, “surgidas do esforço de ocupar um espaço vazio (o dos descendentes)” e enfatiza a necessidade de debater o que a imprensa tradicional não aborda e anunciando a história de uma jovem nissei guerrilheira, morta na Guerrilha do Araguaia:

Reportagens na extensão exata da palavra, constituem-se no grande objetivo. (...) O exemplo foi a matéria sobre o Vale do Ribeira (no. 0), a caça aos criminosos japoneses (no. 1), a matéria sobre as mulheres descendentes e os desafios da cidade grande (no. 2), o esporte nipo-brasileiro (no. 3), a edição especial sobre os 71 anos da imigração japonesa no Brasil com depoimentos inéditos (no. 4), a existência de japoneses e descendentes na Casa de Detenção (no. 5) e a reportagem sobre a geada e o pedido de melhores condições aos produtores (no. 6) (...)

No sábado próximo, mais um passo: duas reportagens inéditas na imprensa brasileira, não só da coletividade nipo-brasileira, e que tem a característica de ser atual e profundamente polêmica: a história de uma guerrilheira nissei dos anos 70, e as suas razões.

A história anunciada, sobre a guerrilheira *nikkei* Suely Yumiko, tornaria-se uma das mais marcantes do jornalismo nipo-brasileiro. Nascida em 25 de maio de 1948, na cidade de Coronel Macedo, interior de São Paulo, a militante do Partido Comunista do Brasil é uma desaparecida política que morreu provavelmente no início de 1974, aos 25 anos, ao ser cercada por uma tropa do Exército brasileiro durante a Guerrilha do Araguaia. A sua morte trágica, em plena juventude, apresenta componentes de heroísmo e violência. Do ponto de

vista étnico, ela representou a complexa relação dos *nikkeis* com sua origem étnica e familiar, as rupturas com estereótipos e a reafirmação de brasilidade.

O perfil de Suely Yumiko trouxe a dimensão de uma mulher *nikkei* que atuou até a morte nos espaços de luta política e militar nos anos de 1970. A participação no movimento estudantil e depois numa guerrilha combatida por milhares de soldados do Exército brasileiro deixou uma imagem de uma nissei comum (baixinha, magrinha, reservada, tímida, obediente, estudiosa) buscando radicalmente a realidade brasileira, para além das fronteiras da comunidade imaginada dos nipo-brasileiros.

Se na história de Suely Yumiko o movimento era todo para o mundo exterior, a matéria sobre Eunice Fumie Ando significava o seu contrário – um mergulho para o interior de cada descendente, questionando se problemas de identidade poderiam provocar uma tragédia como aquela: a jovem tímida e quieta havia cometido um crime chocante: assassinara toda a família. O então editor-chefe do Página Um, Willian Kimura, comentou sobre o grande interesse que o Caso Eunice despertou: *“As pessoas ainda se recordam da matéria, perguntam se sabemos o que acontecem com a Eunice, se ela ainda estava na prisão”*¹⁶⁴.

A reportagem sobre a guerrilheira Suely Yumiko, além de revelar que havia uma nissei dentre os guerrilheiros do Araguaia, teve outro grande mérito, segundo Willian Kimura: *“Pedimos para o pessoal da redação de japonês do Nippak traduzir a matéria e os pais desta moça ficaram assim com uma nova visão do que havia ocorrido com ela. O que tinham contado, e a impressão que eles tinham é a de que ela havia fugido com um homem e ido pro mato.”*¹⁶⁵

As duas matérias, publicadas com destaque nas páginas centrais do Página Um, são fontes importantes para compreender como a etnicidade, a brasilidade e os conflitos de identidade

¹⁶⁴ Depoimento à autora concedido em setembro de 1988 para a disciplina História do Jornalismo II, ministrado no Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP. O jornalista Willian Kimura faleceu em fevereiro de 1998.

¹⁶⁵ Depoimento à autora concedido em setembro de 1988, para a disciplina citada anteriormente.

cultural dos nipo-brasileiros foram articuladas na construção do perfil de duas mulheres emblemáticas. A construção da narrativa jornalística sobre as duas jovens pela imprensa nipo-brasileira articula o sistema de valores da comunidade nipo-brasileira para as mulheres *nikkeis* e o imaginário e a percepção da sociedade brasileira sobre as mulheres *nikkeis*. Neste sentido, as histórias sobre Suely e Eunice exemplificam a forma pela qual o discurso jornalístico conjugou elementos como etnicidade e identidade cultural na tentativa de recriar a trajetória real de ambas.

Suely e Eunice, cada uma a seu modo, transgrediu o comportamento delas esperado, não apenas do ponto de vista da lei, mas principalmente das expectativas da comunidade de origem e da sociedade brasileira mais ampla.

4.2.1. Suely Yumiko: a *nikkei* e sua brasilidade

A matéria sobre a guerrilheira ainda costuma ser citada em documentos sobre os desaparecidos na guerrilha do Araguaia, comprovando a relevância de divulgar sua história, num contexto de poucas informações sobre o destino dos combatentes que não sobreviveram, como Suely. Quando foi publicada, no Página Um de 28/07/1979, foi a reportagem principal, assinada por Henri George Kobata, com grande chamada na capa:

**YUMIKO,
A “NISSEI” GUERRILHEIRA**

O “olho” da matéria resumia o teor da reportagem:

Durante o desenrolar das campanhas contra a guerrilha do Araguaia apenas uma única vez o fato foi publicado pela imprensa, n’O Estado de S. Paulo, em 1972. logo após, a censura deixaria o assunto encoberto, pelo período de 6 anos, sendo permitido tocar neste tema somente após julho de 1978, quando começou a ser abordado principalmente pela imprensa alternativa. E em todas as vezes que se falou em Guerrilha do Araguaia, houve breve citações a Suely Yumiko, porém esta é a primeira vez que se tenta traçar o perfil desta que foi considerada, tanto pelas autoridades como guerrilheiros, como uma personagem importante do episódio.

“Tinha uma japonesa que era bastante audaciosa. Teve uma morte muito violenta, ela recebeu mais de 100 tiros. Houve um encontro com o pessoal do exército, houve muita troca de tiros e ela... Eu vi quando o corpo dela chegou.... Estava uma peneira. Mas era uma peneira mesmo, coitada” (Depoimento de um oficial não-identificado)

“Outros guerrilheiros importantes começaram a morrer: Elenira, João, Amauri, Lourival, Suely... A morte de Suely, uma nissei paulistana (...) foi uma perda especilmente sentida pelo grupo. Era uma guerrilheira padrão. Suely morreu perfurada por mais de 100 tiros, o que chegou a chocar os próprios militares que receberam o corpo na base de Xambioá (Depoimento de um guerrilheiro).

A matéria foi publicada em julho de 1978, às vésperas da apreciação do projeto de Anistia e após o ajuizamento de uma ação que questionava o presidente da República, João Figueiredo, sobre a identificação e o destino das vítimas da guerrilha do Araguaia. Um dos mais importantes movimentos armados ocorridos no Brasil, o episódio causou grande impacto na opinião pública, quando passou a ser comentado nos jornais, antes censurados. O suplemento justificava a importância de falar daquela nissei cuja família não endossava a ação judicial de interpelação que tramitava no Supremo Tribunal Federal:

Neste Página Um não se discute a validade ou não da luta armada como forma de combater as injustiças sociais nem a posição ideológica dos que fizeram parte deste episódio. Mas firma-se a importância de querer levar ao conhecimento do público um pouco da história recente, e também uma parte da vida de uma das personagens: uma brasileira descendente de japoneses (...)

Quem foi Suely Yumiko Kanayama, uma jovem “nissei” que sacrificou sua vida nas matas do Araguaia, pelo que acreditava ser justo? Um perfil que seria muito mais completo se contássemos com a ajuda da família, mas que, tudo indica, ela, a filha única, tornou-se assunto proibido no seu seio.

Página Um, baseado nas informações dos colegas de bancos escolares de Suely, e principalmente no depoimento de José Genuíno Neto – que conviveu com ela na Guerrilha do Araguaia, e falou daquela “japonesinha”, que era como a população a identificava – tenta mostrar quem foi essa “nissei” guerrilheira, que hoje teria 31 anos. Apesar dos esforços e peregrinações até o limite do nosso alcance, muitas foram as indagações que ficaram sem resposta.

A reconstrução quase literária de cenas do passado e do cotidiano, alternados com os dados objetivos, frutos de muita investigação, refletem o estilo do jornalismo que inspirou a publicação:

No dia 21 de fevereiro de 1967, Suely Yumiko estava na fila dos calouros, para fazer a sua primeira matrícula na Faculdade de Letras da USP, na época situada na Rua Maria Antônia (...)

Era a época do governo Costa e Silva. A sociedade brasileira estava borbulhando, os protestos se seguiam nas ruas, nas escolas, nas fábricas. (...) Na cidade ou mesmo nas áreas rurais, apesar das Ligas Camponesas terem sido quase exterminadas pelo governo Castelo Branco, em 1964, a palavra de ordem era a volta da democracia plena. (...)

Estava posta a dura caminhada para a reconstrução do movimento estudantil, com líderes inexperientes e a Universidade fortemente vigiada e sobretudo amedrontada com a longa noite que iria se estender por vários anos.

Da reportagem emerge uma jovem nissei do interior, estudiosa, parecida com tantas outras. Em algum momento da vida universitária passa a militar no movimento estudantil, engaja-se na guerrilha do Araguaia, morre assassinada. Uma trajetória que era comum torna-se excepcional por contrariar a imagem da nissei dócil. Subversão não combina com o estereótipo dos nipo-brasileiros pacíficos e acostumados a respeitar todo tipo de hierarquia em prol da harmonia.

O engajamento na luta política da época parece ter se dado de forma gradual, depois da entrada na universidade. Em 1968 Suely já participava das manifestações dos estudantes contra a ditadura militar:

São Paulo, novembro de 1968. As passeatas de estudantes se sucedem, assim como se sucediam as violências. De um lado, os universitários e secundaristas de braços dados formando cordões, de outro, as tropas de choque fortemente armadas. (...)

Ao fim, já à noite, o prédio do DOPS apinhado de estudantes, cumpria sua rotina de interrogatórios e fichamento dos envolvidos nas passeatas.

Suely Yumiko Kanayama viveu aquela primavera como uma das manifestantes, mas não fora detida, voltaria para a casa de seus pais na rua Oito-35, bairro de Santo Amaro, onde avaliaria a manifestação, enquanto seus companheiros continuavam presos. (...)

O contraste (e aparente contradição) da sua ativa participação política com sua condição de nissei comum, de origem comum a muitos descendentes começa logo no início do perfil:

Em meio a esse clima, Suely Yumiko, segundo uma de suas amigas da época, começava a despontar como líder, inclusive chegando a defender veementemente nas assembléias as suas posições para o encaminhamento do movimento estudantil.

A consciência política dessa descendente de japoneses, natural de Coronel Macedo, a 364 quilômetros de São Paulo, só floresceria após os conturbados anos de 1967-1968. Antes ela fora uma das estudantes do Colégio Albert Levy, na avenida Indianópolis.

Nascida em 25 de maio de 1948, em 1967, concluído o curso de segundo grau, Suely Yumiko ingressaria em 17º. lugar na Universidade de São Paulo, indo cursar Licenciatura em Língua Portuguesa e Germânicas.

Ali na USP, Suely Yumiko começaria sua participação ativa nos movimentos políticos que nasciam e ganhavam adeptos dentre os alunos das faculdades.

A reportagem destaca que apesar da militância, Suely mantinha a rotina de aulas e estudos. Outro ponto é seu interesse em estudar o idioma japonês como disciplina optativa, dando a entender que sua identidade nipo-brasileira convivia com a preocupação com a situação do país:

Embora engajada nos movimentos, Suely Yumiko conseguia conciliar sua participação com a vida de estudante, ao contrário dos líderes da época que apresentavam suas atividades curriculares prejudicadas, inclusive com frequência às aulas e sempre conseguindo média para ser aprovada nos finais de semestres.

Em 68 e 69, além do seu currículo normal, ela cursaria também como cadeira de opção, a Língua Japonesa. Matriculou-se pela última vez na USP em 1970, mas não se formaria apesar de estar no quarto ano, o último do curso de línguas.

Uma série de fatores pode ter contribuído para que Suely aprofundasse sua militância política. Os grandes festivais de música popular brasileira, em que “compositores como Geraldo Vandré, Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Sidnei Muller, Edu Lobo cantavam a esperança de um futuro de liberdade.” O fechamento do regime com o Ato Institucional no. 5 trouxe mais responsabilidades aos jovens militantes:

Em fins de 1967, e durante os anos de 68 e 69, muitos acontecimentos fariam aumentar as responsabilidades daqueles que estavam alinhados nos movimentos populares.

Com a decretação do Ato Institucional no. 5 pelo Presidente Costa e Silva, a maioria dos líderes estudantis seriam banidos ou forçados a se exilarem, a exemplo dos parlamentares como Marcio Moreira Alves, David Lerer, Hermano Alves, e alguns dos compositores musicais. E com as

lideranças estudantis afastadas do país, outras tiveram que assumir os seus lugares. Suely Yumiko foi uma das pessoas que se entregaram a esta tarefa. (...)

Segundo seus amigos, Suely Yumiko lia muito, discutia os caminhos do Brasil. Entretanto, a atuação, a consciência político-partidária e o espírito de liderança de Suely cresceriam mais ainda, a partir do momento em que, já militante no Partido Comunista do Brasil, fez as malas e partiu rumo à cidade de Conceição do Araguaia, no Sul do Estado do Pará. (...)

A decisão de partir para o Araguaia, onde já estavam mais de vinte militantes que buscavam a organização dos camponeses da região, é o momento de rompimento com a família e o início de uma nova vida, com outro nome e num contexto desprovido de referências da identidade nipo-brasileira:

Era início de 1971. Suely Yumiko aprontava as malas e partia para a região do Araguaia, avisando a família que iria dar aulas numa cidade do interior. Ela, que já lecionava português nos bairros da periferia, enfrentaria, conforme declaração de sua amiga, as mais cerradas oposições dos seus familiares que não compreendiam porque uma jovem de 22 anos teria que se sacrificar, indo para uma cidade distante, longe dos amigos, da família e do conforto da cidade.

Mas a decisão estava tomada, Suely iniciou sua viagem de ônibus da Estação rodoviária, despedindo-se definitivamente de sua casa à rua general Osório, 1063, em Santo Amaro.

A família é citada muitas vezes ao longo da matéria, considerada o elo da guerrilheira com um passado e uma origem que tendem a aproximá-la dos leitores nipo-brasileiros do Página Um. Não se conhece a aparência de Suely – e uma foto ilustrando a matéria teria tido grande impacto, pois características orientais são reconhecíveis de imediato. Sua família não se manifestou, e esse silêncio, aliado à ausência de uma imagem da jovem ganha destaque no perfil:

Quem foi Suely Yumiko Kanayama, uma jovem “nissei” que sacrificou sua vida nas matas do Araguaia, pelo que acreditava ser justo? Um perfil que seria muito mais completo se contássemos com a ajuda da família, mas que, tudo indica, ela, a filha única, tornou-se assunto proibido no seu seio. (...)

Além desses dados, pouco mais se sabe de sua vida, uma vez que até mesmo seus familiares, inclusive seu irmão, localizado por nós, recusam-se a lembrar dela, e mesmo seus pais já não se encontram mais em São Paulo.

Tudo o que se referia a Suely Yumiko parece ter sido apagado, nem mesmo seus documentos na faculdade se pode encontrar(...) Não se sabe quem, além dos próprios familiares, tem uma foto que, inclusive, o Comitê Brasileiro pela Anistia procura, apesar da família de Suely Yumiko não ter subscrito a petição encaminhada ao Supremo Tribunal Federal.

A questão da família de Suely Yumiko aparece também na entrevista com José Genuíno Neto, um dos únicos combatentes que sobreviveu aos combates travados no Araguaia:

“Lembro-me também que ela sempre falava da família dela, que estimava muito. Teve algumas oportunidades de escrever para eles, e também de receber algumas cartas, quando ficava visivelmente emocionada. Mas no dia-a-dia ela dava todo um significado para o fato de que estava vivendo. Era impressionante a tranquilidade e a simplicidade dela”, continua Genuíno, que conviveu sob o mesmo teto que Suely Yumiko, no Araguaia. (...)

O cotidiano de Suely e dos demais guerrilheiros é descrito com detalhes, mostrando o duro treinamento físico a que todos, homens e mulheres, eram submetidos, e a importância de trabalhar na lavoura, caçar e participar de festividades para a adaptação à realidade local:

Nessa época já lá estavam mais de 20 pessoas, algumas desde 1967, que preparavam as moradias e terras em que iriam todos trabalhar para se acostumarem com a vida nas matas. Suely Yumiko seria a quinta mulher a fazer parte do grupo, que tinha a idade média de 27 anos, vindos de diferentes locais (...)

Todos os guerrilheiros acordavam às 6 horas, faziam ginástica de características militares exercícios para enrijecer os músculos (...) Uma corrida, um pique, camuflagem, rastreamento. Carregar peso, ficar com o braço esticado para adquirir resistência no pulso, carregar um companheiro. (...) Como moravam às margens do rio Gameleira, tinham ainda quase meia hora de natação: atravessavam o rio com peso nas costas.

Durante o dia, trabalhavam na roça apanhando arroz, banana, inhame e mandioca, outros iam caçar no mato. De noite, o novato ouvia explicações sobre os hábitos e costumes da população local, inclusive aprendiam a jaquirá (trabalho de roça), terecô (macumba local) e bate-pau (dedo duro). Iam nas novenas, batizados de crianças e participavam de mutirões.

O ex-combatente Genuíno elogia o comportamento disciplinado de Suely e seu espírito de liderança em meio às condições adversas daquele ambiente. Neste trecho também é possível conhecer um pouco das características físicas de Suely – “baixinha”, “magrinha”.

São adjetivos atribuídos comumente às descendentes de japoneses, relacionados ao pequeno porte e à delicadeza, e que servem para contrariar a imagem de crueldade e frieza de alguém envolvido em guerrilha, em subversão:

“Suely Yumiko surpreendeu a todos pela facilidade com que se adaptava às novas condições” , diz Genuíno Neto. “Ela era baixinha, magrinha, simpática e muito segura nas convicções políticas. Quando ela chegou na região, em 1971, houve uma preocupação dos companheiros mais antigos no sentido de criar condições para ajudá-la na sua adaptação, afinal ela era filha única, nunca tinha saído de casa. Mas foi uma grande surpresa, pela sua falta de experiência e fragilidade física, a forma como ela se adaptou, se dedicou ao trabalho como lavradora e como se relacionou com a população da redondeza. Foi também surpresa a capacidade que ela tinha, de andar na mata com 20 quilos nas costas, de atirar, de caçar, de enfrentar todos os obstáculos de uma vida na selva (...)”.

“Lá onde a gente morava, em Gameleira, Suely Yumiko desempenhou um papel de liderança junto às companheiras, que sofreram muito na adaptação física e militar (...) Também foi uma das pessoas que se tornou profundamente respeitada por toda a população, principalmente pelo jeito dela viver, uma vida muito simples, e o nível de dedicação a todos os trabalhos”.

Segundo a reportagem as mulheres eram um total de doze, sendo que além do destacamento integrado por Suely em São João do Araguaia havia outros dois, um em Marabá e outro em Conceição do Araguaia. Fica claro que todas tinham que treinar – aprendiam a atirar, a correr no mato, e trabalhar na lavoura manejando enxada, facão e foice:

“As mulheres participaram de todos os trabalhos. Foi importante sentir o engajamento da mulher no mesmo nível do homem, observar que a diferença seria eliminada a partir do próprio homem ao confiar na capacidade da mulher, e da própria mulher demonstrando a sua força política, física e militar”, diz Genuíno.

Seis meses após a chegada de Suely ao Araguaia, os 69 guerrilheiros elaboraram junto com a população local um programa com reivindicações da região, que clamava principalmente pela reforma agrária para combater a grilagem, os conflitos agrários e a miséria. Esse programa abrangia 27 pontos e com base nele foi organizado o movimento ULDP (União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo), conforme explicava José Genuíno na matéria :

“Na fase inicial, a luta se daria a partir de pequenos grupos em áreas favoráveis do ponto de vista geográfico e política, com retaguarda segura: de um lado a selva, do outro, uma região bem habitada, longe das bases de apoio das Forças Armadas. Com o correr da luta, planejávamos a criação de um Exército Popular com sólida base política no campo e na cidade. Sabíamos que a luta ia ser prolongada e difícil. A Guerra seria de todo o povo” .

Ao centrar a narrativa na perspectiva de Suely, relatando os acontecimentos que compõe sua trajetória no Araguaia, a matéria trouxe muitas informações mantidas sob censura por muito tempo, e certamente desconhecidas pela maioria do seu público. A Guerrilha do Araguaia, que durou de 1967 a 1974, teria deslocado 20 mil soldados do Exército brasileiro, enviados de vários estados brasileiros. Durante o auge dos conflitos, entre os anos de 72 a 74, foram três campanhas contra os 69 guerrilheiros que lá resistiam com o apoio da população local:

A primeira, no ano de 1972, quando mobilizou-se cinco mil soldados em fins de abril, foi o choque entre o Exército e o Destacamento B, o grupo de Suely Yumiko, na região de Santa Cruz. A segunda em setembro do mesmo ano, novamente com o Destacamento B, quando morreu a guerrilheira Elenira Rezende de Souza Nazaré, amiga de Suely Yumiko, da época do movimento estudantil em São Paulo.

No dia 8 de dezembro de 1973, seria travado o último grande combate, ainda durante a terceira e última campanha, quando os 20 guerrilheiros foram cercados pelas tropas governamentais, perto do refúgio do Destacamento A. (...)

A morte de Suely Yumiko é violenta e é descrita na reportagem com elementos que remetem ao idealismo e ao sacrifício por uma causa, referências presentes no imaginário *nikkei*, representados por guerreiros samurais que lutam e dão a vida em nome da lealdade e da honra:

Dois anos durara a luta armada de sessenta e nove guerrilheiros que se embrenhavam pela mata adentro, dificultando a operação das forças armadas. O exército havia mobilizado até paraquedistas, aviões “Búfalo”. Segundo a declaração do General Viana Moog, um dos chefes das tropas que combateram a Guerrilha do Araguaia, “foi o maior movimento de tropas do Exército, semelhante à mobilização da FEB que combateu o fascismo na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial”.

Suely Yumiko, então com 25 anos – três dos quais vividos e dedicados à guerrilha – seria morta naquele ano de 1974. Era o ano de transição do governo Médici para Geisel. E ela morreu, segundo José Genuíno Neto tomou conhecimento:

“... cercada por uma tropa do Exército e ao se recusar à rendição, Suely Yumiko seria fuzilada com uma rajada de metralhadora, que produziu mais de 100 perfurações no seu corpo. O fato, que foi assistido pela população, chocaria até os soldados do Exército”.

Suely Yumiko tinha dado a vida por uma causa que acreditou justa. Lutou pelo seu idealismo na época de estudante, foi enfermeira na região do Araguaia e morreu como guerrilheira. Foi uma das que lutaram em nome do Partido Comunista do Brasil, e uma das últimas a ser capturada.

Os parágrafos finais reafirmam a importância de resgatar a existência daquela nissei, mesmo que fosse para reparar sua memória com a mãe:

José Genuíno Neto, o primeiro dos guerrilheiros a ser capturado, um dos únicos sobreviventes, após cumprir 5 anos de prisão, contava-nos no mês em que Suely Yumiko completaria 31 anos que, conversando com sua mãe (dela), a senhora Emi, que reside no sul do país, disse que ouviu um emocionante depoimento.

Ao relatar toda a história da guerrilha do Araguaia e finalmente tomar conhecimento de que realmente a sua filha Yumiko acreditava, ela diria que “estava muito feliz em saber destas coisas”. Apesar de toda a sua dor, concluiu que “estava aliviada e contente por saber que ela tinha morrido feliz, pelo que sempre acreditou”.

Suely Yumiko, 4 anos após a morte, tinha sido compreendida, senão pela família toda, pelo menos pela sua própria mãe, que apesar de não ter recebido quase nenhuma notícia de sua filha desde o início de 1971 – somente boatos de que sua filha teria se tornado prostituta – guardava a confiança até aquele momento do encontro com Genuíno Neto.

Uma morte mais conhecida que a vida

O perfil de Suely publicado no Página Um é um dos poucos relatos sobre a guerrilheira *nikkei*, tanto que trechos da matéria são encontrados em documentos sobre desaparecidos políticos no Brasil. Em seu trabalho sobre os significados da militância dos nipo-brasileiros, Jeffrey Lesser se deteve na história de Suely, especialmente na forma como sua morte inspirou associações com a etnicidade dos descendentes japoneses. Ao buscar informações sobre a militante do Partido Comunista do Brasil deparou-se com a ausência de registros:

Kanayama mal aparece nos relatos da guerrilha do Araguaia escritos pelo que dela participaram. As poucas memórias “oficiais”, por exemplo, como as constantes do website do PCdoB contrastam o fato de ela ser “muito baixinha e magrinha” com sua convicção ideológica e sua conhecida capacidade de “aprender rapidamente e trabalhar como lavradora, relacionando-se com a população das redondezas, a andar na mata com sua mochila de vinte quios às costas, a caçar e enfrentar todos os obstáculos”.¹⁶⁶

Diante da falta de registros sobre a vida de Sueli Yumiko antes da chegada ao Araguaia, Lesser recorreu aos depoimentos de amigas da época de faculdade e companheiras de luta. As entrevistas confirmam o perfil apresentado no Página Um, aprofundando traços de sua personalidade cordial e resgatando seus primeiros anos na universidade e o início do envolvimento com o movimento estudantil e a com a política:

Os amigos de Kanayama se recordam dela como quieta e reservada. Rioco Kaiano, que entrou na universidade na mesma época que Kanayama, lembra-se de ter se sentido atraída por ela, alguém “do interior, igual como eu”. Foi Kaiano quem convidou a Kanayama “timidazinha” para as reuniões e ações de protesto do Ação popular (AP). Quando a dupla conheceu Nair Yumiko Kobashi, membro do partido Comunista do Brasil (PcdoB), que também provinha de uma comunidade rural e preponderantemente formada por imigrantes japoneses, nasceu o “Exército Japonês”, como disse Kaiano, “por causa de mim, da Sueli e da Nair”.

Segundo Kaiano e Kobashi, as três tornaram-se muito amigas, em parte devido a todas elas serem *nikkeis* de origem rural. “Quando estávamos entre nós, era comum a gente, de vez em quando, soltar uma palavra em japonês... a maneira da gente falar só é entendida por quem é brasileiro de origem japonesa, porque, se falar assim no Japão, eles não vão entender”. Esse padrão lingüístico era reforçado pelo tempo que o grupo passava na casa onde Kaiano morava com sua avó, que “tinha muita simpatia por ela [Sueli], por ser japonesa, e tal”. Kanayama tratava Kaiano como a uma irmã mais velha. Ela fazia tudo o que lhe mandavam fazer, o que levou a seu apelido de *zokin*, “pano de pó” em japonês.

Em 1970, Kanayama participou, com um grupo composto principalmente de estudantes universitários *nikkeis*, de um curso de treinamento do PCdoB, realizada na cidade de praia de Ubatuba. Ela pediu para ser mandada “para o campo”. Neide Richopo, uma das duas únicas participantes não-*nikkeis* desse curso, lembra-se de Kanayama como “uma das mais dedicadas e destemidas” de todo o grupo. No final de 1971, Kanayama foi para o Araguaia, ao sul do estado do

¹⁶⁶

LESSER, Jeffrey. Uma Diáspora Descontente – Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. São Paulo, Paz e Terra, 2008, p. 159.

Pará, onde se juntou a cerca de cem outros militantes, na esperança de mobilizar os camponeses locais.¹⁶⁷

Mesmo após o retorno à normalidade democrática em 1985, o governo brasileiro não se empenhou em elucidar ou divulgar fatos sobre a guerrilha, especialmente sobre o destino do corpo de Suely e de outros combatentes mortos no Araguaia. Da mesma forma, os soldados e guerrilheiros envolvidos no conflito continuaram hesitando em esclarecer detalhes do conflito. Neste contexto, Lesser chama a atenção para o fato de que “a morte de Suely Yumiko Kanayama foi muito mais comentada do que sua vida”.

Ele cita duas abordagens que representaram a jovem combatente de forma violenta, reforçando a construção de um padrão de violência na etnicidade nipo-brasileira. Em uma delas, do jornalista brasileiro Fernando Portella “apesar de gravemente ferida, ela atirou no rosto de um soldado para-quedista que tentava ajudá-la” e por causa dessa reação Suely teria recebido a rajada de metralhadora. Outra versão ligeiramente diferente fora dada pelo antigo correspondente do Asahi Shinbun para a América Latina, Hitoshi Kozato, na qual Suely “havia escondido um revólver entre as roupas, antes de sua captura. A caminho da tortura, ela atirou no soldado que a conduzia, levando à fuzilaria que a matou”.¹⁶⁸

Lesser cita outra fonte sobre a morte de Suely: as declarações de Pedro Corrêa Cabral um piloto de helicóptero que participou do combate aos guerrilheiros. Sua entrevista à revista *Veja* de 13/10/1993 gerou a matéria “O fim da guerra no fim do mundo” e ganhou a capa da edição com a chamada “Eu vi os corpos queimados”, causando forte comoção pública:

Seu corpo estava enterrado num local chamado Bacaba, onde, sob a coordenação de Informações do Exército (CIE), foram construídas celas e se interrogavam os prisioneiros. Durante a operação-limpeza, sua cova foi aberta e o corpo de Sueli, desenterrado. Intacto, sem roupa, a pele muito branca, não apresentava nenhum sinal de decomposição. Apenas marcas de bala. Um militar tentou erguer o cadáver com uma pá, mas ele escorregou. Tentou de novo. A mesma coisa. Mais uma vez. O corpo de Sueli voltou para a cova. Irritado, o militar deu um gripe impaciente: “Se não vier por bem, venha aqui, nos braços do papai”. Saltou para dentro da cova, abraçou-se ao cadáver e o

¹⁶⁷ LESSER, Jeffrey. Op. Cit., p. 158.

¹⁶⁸ Op. Cit., p. 159.

trouxe para cima. Desenterrado, o corpo de Sueli foi colocado num saco plástico e levado até um helicóptero, que o transportou para um ponto ao sul da Serra das Andorinhas, a 100 quilômetros de distância, embaixo de uma palmeira frondosa. Ali, alguns brasileiros fizeram uma pilha de cadáveres de outros brasileiros, também desenterrados de suas covas originais. Cobertos com pneus velhos e gasolina, foram incendiados (Xamboiá, pág. 248)¹⁶⁹

A memória de Sueli Yumiko mostra a complexidade da construção da identidade *nikkei* e das relações entre os fatos históricos e a etnicidade. Uma jornalista do Página Um entrevistada por Lesser, Célia Abe Oi, reforça o que o perfil de Sueli publicado pelo jornal deixara claro: ela foi uma *nikkei* que lutara até a morte pelo seu sonho maior, que era a justiça no Brasil:

Ela me disse: “Yumiko foi uma heroína para nós”. Quando lhe perguntei o que ela queria dizer com isso, ela explicou que Kanayama representava o “caminho do samurai”, que significava levar algo até seu limite máximo, e também que ela era uma pessoa com um senso de brasilidade forte ao ponto de torná-la disposta a dar a vida por seu país.¹⁷⁰

A jornalista atribuiu, assim, à morte de Sueli um sentido heróico e nobre. A jovem *nikkei* seria uma guerreira samurai com forte sentimento de lealdade ao Brasil, e não uma guerrilheira subversiva que traiu sua família, sua comunidade de origem e a própria juventude brasileira com sua militância política. A história da guerrilheira *nikkei* do Araguaia é um contraponto à impressão generalizada de que os nipo-brasileiros não se envolvem em questões políticas ou em situações de conflito, preferindo abster-se de polêmicas ou no máximo buscando formas de entendimento que evitem o confronto direto.

Muitos nipo-brasileiros foram membros de organizações estudantis e grupos militantes, mas pode-se afirmar que esse fato não faz parte do imaginário coletivo da comunidade nipo-brasileira, apesar de ter ocorrido em um passado muito mais próximo que os assassinatos entre vitoristas e derrotistas no final da 2ª. Guerra Mundial. Segundo Lesser é difícil saber quantos *nikkeis* estiveram envolvidos em atividades políticas de esquerda nos anos 1960 e 1970: “Centenas de nomes aparecem nos arquivos policiais, embora isso não

¹⁶⁹ LESSER, Jeffrey. Op. Cit., p. 160.

¹⁷⁰ LESSER, Jeffrey. Op. Cit., p. 162

signifique que todos eles fossem de fato militantes. (...) Alguns militantes com quem conversei fizeram referências circulares a cerca de trinta pessoas, enquanto outros apontavam um número elevado de militantes *nikkeis*, tanto no movimento armado como no não-armado”¹⁷¹.

Os militantes nipo-brasileiros eram numerosos, mas talvez ainda mais percebidos em decorrência da aparência facilmente reconhecível. Para Lesser na percepção de muitos moradores da cidade de São Paulo, os nipo-brasileiros engajados em atividades políticas pareciam mais numerosos do que de fato o eram, segundo os dados factuais. Os militantes *nikkeis* eram assunto de matérias jornalísticas. Eles apareciam na capa da revista mais lida no país¹⁷² e nos cartazes de pessoas procuradas na polícia”.

A etnicidade intensificava todas as demais categorias – social, política, estudantil e comunitária em que os nipo-brasileiros estavam inseridos. Eles se engajavam por muitas das razões dos demais militantes, mas havia neles o desejo de mostrar sua brasilidade, eles que eram considerados japoneses, como aponta Lesser: “Os militantes *nikkeis* se lembram de sua ânsia de provar que eram brasileiros legítimos, mas suas experiências, muitas vezes, faziam-nos lembrar que eram diferentes”.¹⁷³ A militância parece ter sido não era apenas uma forma de fazer oposição à ditadura, mas uma forma de confrontar os valores da geração de seus pais, como a proibição de casamentos interétnicos (o autor constatou que entre os militantes *nikkeis* quase 100% tinham se casado com não-*nikkeis*, índice muito elevado para a época em São Paulo).

As organizações de esquerda pareceram ter, em relação aos seus quadros *nikkeis*, expectativas baseadas nos estereótipos arraigados na sociedade brasileira sobre o nipo-brasileiro, e acabavam cobrando essas qualidades: trabalho árduo, atenção aos detalhes e, em certos casos, “uma inclinação à violência”¹⁷⁴. Do ponto de vista dos órgãos de

¹⁷¹ LESSER, Jeffrey. Op. Cit., p. 119

¹⁷² Referência a Massafumi Yoshinaga, que repudiou publicamente sua atuação como militante da Vanguarda popular Revolucionária (VPR), cuja foto estampou a capa da revista Veja de 15/07/1970, com a chamada “O Terror Renegado”.

¹⁷³ LESSER, Jeffrey. Op. Cit., p. 117

¹⁷⁴ LESSER, Jeffrey. Op. Cit., p. 117

repressão, como o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), da polícia militar, e o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), os *nikkeis* representavam um desafio, pois desmentiam com sua militância o imaginário de pessoas obedientes e dóceis: “Os agentes do regime temiam que os *nikkeis* politizados fossem indistinguíveis de suas trabalhadoras famílias imigrantes, o que os tornava mais difíceis de identificar, e, por isso mesmo, particularmente ameaçadores”¹⁷⁵, verificou Lesser.

4.2.2. Eunice Fumie: assassina fria ou vítima de conflitos culturais?

Em contraposição à trajetória da guerrilheira Suely Yumiko, a história de Eunice Fumie transcorreu no âmbito privado e trouxe à tona questões da vida doméstica e da identidade pessoal dos nipo-brasileiros. A reportagem sobre a nissei, publicada no Página Um em 19/04/1980, concentra-se sobretudo na personalidade da jovem e nos conflitos culturais, com base nos relatórios de investigação, depoimentos de psicólogos e nas impressões dos repórteres Nelson Watanabe (responsável pela reportagem) e Célia Abe Oi (autora da entrevista com a jovem). Eunice foi matéria de capa (com a chamada DRAMA “NISSEI”) na edição do Página Um de 19/04/1980. O olho da longa reportagem antecipa a relação que os entrevistados e o próprio texto estabeleceriam entre o crime cometido e a etnicidade de Eunice:

Eunice Fumie Ando cometeu um crime. A sociedade cobra uma punição. Mas as causas desse ato insano estão a cada dia mais se configurando – talvez não com a mesma fúria – por entre as têmporas de cada um que carrega a herança dos antigos samurais.

Hoje, Eunice está só, protegida do mundo que se protege dela. O mesmo mundo que está a exigir de nós, o que um dia dela exigiu: a sua identidade

O Caso Eunice tivera grande repercussão no ano de 1979, e havia ocupado as primeiras páginas dos jornais de Suzano, onde o crime ocorreu, e ganhara intensa cobertura dos jornais da comunidade nipo-brasileira, sem falar no destaque na grande imprensa. O crime era realmente assombroso, com todos os elementos para as manchetes – uma jovem nissei

¹⁷⁵ LESSER, Jeffrey. Op. Cit., p. 118

de 18 anos, sem precedentes de violência, assassinara todos os membros de sua pequena família: mãe, pai e irmão deficiente. A matéria começa com um resumo do inquérito policial:

“Sem qualquer motivo e agindo de modo a dificultar ou tornar possível a defesa dos ofendidos, Eunice Fumie Ando, de posse de um revólver, disparou-o contra o irmão, ofendendo-lhe a integridade física. Com o mesmo revólver, sem motivo e de surpresa, atirou em sua mãe, ocasionando-lhe a morte. Ato contínuo, dirigindo-se ao quintal da residência, alvejou o pai, matando-o” 15 de maio de 1979.

A comunicação do crime fora feita pelo namorado de Eunice, que o teria procurado em prantos, dizendo que “uma coisa horrível acontecera em casa”. Eunice, estudante do 2º. ano colegial tivera sua prisão preventiva decretada e foi encaminhada ao Presídio de Guararema, sendo posteriormente transferida para o Manicômio Judiciário de São Paulo para o exame de sanidade mental. Na época da reportagem ainda aguardava o julgamento.

A matéria destaca um conjunto de fatores ligados à identidade nipo-brasileira que poderiam ajudar a entender o ato criminoso da jovem. Não há um tom de indignação contra Eunice, fica clara a tentativa de não condená-la. Logo na abertura do texto, o depoimento de um padre que a visita reforça a principal característica da jovem: a sua condição de *nikkei*:

“Eunice é uma pessoa retraída, motivada pelo próprio isolamento a que estava acostumada dentro de casa”. Quem afirma é o Pe. José Luiz Alava, membro do Conselho Carcerário de Suzano, praticamente o único contato de Eunice com o mundo “exterior” (...)

Ela sempre foi uma menina com um controle emocional perfeitamente dentro do padrão nissei, japonês. Mesmo quando estive conversando com ela em Guararema, logo após os fatos, ela, como uma boa nissei, não se abriu, não se manifestou. Ela foi educada nesse sentido. Suas coisas íntimas, nunca contou a ninguém e ainda não conta (...)

A “normalidade” de Eunice também é enfatizada, fazendo com que o ato de assassinar sua família pareça algo inverossímil, quase inacreditável. Há muitas menções a sua aparência, a seus gestos e tom de voz, indicando uma jovem bonita, bem prestativa e inteligente:

Por tudo isso, escudado em seu comportamento que em nada diferencia de qualquer jovem de sua idade, é que Eunice Fumie Ando vem sendo considerada um dos mais delicados da justiça. Um ato de difícil compreensão, principalmente para aqueles que conviviam ou passaram a conviver com ela, seja no Presídio de Guararema ou no Manicômio. Um fato que mesmo ela lembra muito vagamente. (...)

Um dia depois do crime, naquele maio de 1979, a Eunice que encontramos no Presídio Feminino de Guararema era uma jovem assustada. Mas nem isso escondia a beleza oriental de seu rosto sereno. Maquiada levemente, cabelos longos e ondulados, conjunto jeans elegante, tudo a caracterizar um rosto que se cruza e se vê multiplicado pelas ruas da Liberdade. (...)

Declara o delegado que “Eunice era uma menina normal, tranqüila, muito inteligente. E nesses dois meses que ficou sob minha custódia – de maio a junho de 1979 –, após se refazer daquele choque, ela passou a nos ajudar na delegacia, redigindo os boletins de ocorrência, com uma boa redação, uma perfeita concatenação de idéias e pensamento linear e coerente”.

Um agir semelhante ao de qualquer outra garota. E é justamente aí que está o ponto que desconcerta as autoridades que estiveram com Eunice.

A alegação de que ela não se recorda claramente do que fez contribui para a impressão de que foram as circunstâncias que a levaram ao crime, amenizando a sua responsabilidade. Em diversos momentos a condição de descendente de japoneses é considerada um fator que agrava seus conflitos de adolescente, acabando por se tornar uma das justificativas para o delito praticado:

Assim, de judicialmente um caso policial simples, no Manicômio ele passou a ser envolvido por uma densa névoa de dúvidas e incertezas, surpreendendo autoridades policiais, juristas e até a desafiar um grupo de psiquiatras e psicólogos.

Um caso difícil, considerado também pelo médico psiquiatra Dr. João Moacyr de Almeida Prado – nomeado responsável pelo exame psíquico de Eunice – que se viu obrigado a estender seu período de análise de três para nove meses e contar com o auxílio de mais um psiquiatra e uma psicóloga, além de consulta a cinco outros profissionais da área, para chegar a uma conclusão. (...)

De posse de todos esses aspectos, os médicos psiquiatras deram suas conclusões, onde mais uma vez deixam transparecer o aspecto “filha de japoneses” como um elemento importante na análise. Diz o relatório:

“Com referência ao seu psiquismo de adolescente, devemos ainda mencionar que havia um conflito de cultura: a de sua família e a do ambiente social que freqüentava (...) Ao nosso ver a examinada deve ser considerada como semi-imputável frente aos delitos praticados”.

No entanto, diversas afirmações do próprio laudo mostram alguém que compreendia o sistema de valores morais e que tinha capacidade de discernimento. Mas apesar disso, as avaliações tendem a contemporizar sua capacidade de controlar impulsos, em decorrência da falta de afeto na família e de traquejo social:

”Possui capacidade para diferenciar o estado intelectual do emocional, dando respostas de acordo com a realidade, porém, muitas vezes suas inteligência é bloqueada por aspectos afetivos” (...)

“Possui condições para controlar-se emocionalmente, contudo, frente a estímulos sociais, sua reatividade pode tornar-se inadequada, por não conseguir manejar sua impulsividade (...)”.

“Não encontramos sintomas ou sinais de psicose durante as várias entrevistas que tivemos e seu comportamento no Manicômio nos permite afastar essa hipótese” (...)

As afirmações das autoridades e psicólogos refletem a visão de que os descendentes de imigrantes japoneses traziam dentro de si uma crise de identidade, pressionados a agir conforme as expectativas e valores culturais do país de origem de seus pais, mas expostos às influências da sociedade brasileira na qual gostaria de estar inserido plenamente. A referência a um namoro com um rapaz “brasileiro”¹⁷⁶, rompido pelo receio de desagradar a família, é um exemplo deste conflito. (Célia Sakuai, sobre o desenraizado);

- Eunice é um caso raro dentro da psiquiatria e extremamente difícil de ser analisado, declara Dr. João Moacyr, pelo fato dela ser nissei que vive e tem que enfrentar um choque muito grande: de um lado, o “eu oriental” que está dentro de casa, e de outro, o “eu ocidental” que passa a exercer uma forte influência, à medida que vai se convivendo numa sociedade maior. Então isso tudo vai se acumulando em seu interior, formando uma forte pressão, mas que, como é típico dos nisseis, não é liberada. E isso vai causando uma angústia, mas que não é manifestada exteriormente. (....)

(...) Os psiquiatras conseguiram traçar o perfil de Eunice, que em muitos aspectos faz parte também da própria problemática dos descendentes.

Diz o relatório anexado ao processo que se encontra no Fórum de Suzano, por exemplo, que Eunice “conversava muito pouco com o pai. Nunca levou seus problemas para serem apreciados pelo mesmo”.

¹⁷⁶

O termo namorado *brasileiro* e namorado *japonês* utilizados num documento oficial (laudo médico) indicam linguisticamente a percepção generalizada do *nikkeis* como elemento estrangeiro.

(...) Em 1976 começou a namorar um rapaz brasileiro. Namorava escondido. Após um ano terminaram porque sentia que seus pais não consentiriam. A seguir conheceu um rapaz japonês e iniciaram um namoro. Esse acontecimento foi aceito por ambas as famílias.

Por que Eunice teria assassinado sua família? Num desses cadernos com questionários que costumavam circular entre as meninas na escola, havia as respostas dela. Para a típica pergunta “Quem você mais ama?” ela respondeu: “Meus pais”. E para a questão “O que você nunca faria?” ela escreveria: “Sair de minha casa”. Apesar da demonstração de afeto à família, os depoimentos e laudos acentuam a falta de comunicação com os pais e a solidão da jovem em sua própria casa:

Anteriormente aos fatos sabe-se que seu relacionamento com os pais não era bom. “Zero”, segundo a empregada da família. Diz Padre José que “o pai era muito calado, talvez por temperamento ou circunstâncias. E a única pessoa com quem Eunice conversava, mesmo assim muito raramente, era a empregada. A sua mãe, em virtude do filho retardado, viva praticamente em função dele”.

- Em sua casa, revela Pe. Jose, Eunice só falava com o vendedor de ração. (...) Era difícil assistir televisão também, porque tinham que ser os programas que seu irmão queria. Isso fazia com que ficasse em seu quarto ouvindo música (...)

Desde a puberdade mostrava-se retraída e frustrada afetivamente. No diário dessa época, lê-se o seguinte: “Boa noite diário, isso fica entre nós, eu escrevo para você porque você é o único amigo que eu tenho. Tenho muitas coisas para te contar”. (...)

“No seu ambiente familiar jamais teve o calor afetivo necessário para que sua personalidade tivesse um desenvolvimento dentro dos limites normais. Sentia-se desprezada pelos pais, que dirigiam suas atenções e carinho ao seu irmão, deficiente mental. Esse sentimento desagradável era revivido continuamente na convivência em seu lar.(...)”

Quanto aos motivos do crime, os laudos continham as declarações da própria Eunice sobre os atos praticados, em que reafirmava o amor à família. Dá a entender que assassinara os pais para acabar com o sofrimento deles, que estavam enfrentando problemas financeiros e trabalhavam muito:

“De tanto que eu gostava deles, vendo-os trabalhar dia e noite, eu sofria. Alguns dias antes, fiquei pensando nos problemas. Vi a arma e tive um pensamento negativo. Esse pensamento acabou me dominando, embora eu tentasse afasta-lo de minha cabeça. Não tive vontade de fazer isso, mas

acabou acontecendo. A partir do momento que vi a arma, comecei a pensar que não poderia mais deixar eles sofrendo de tanto trabalhar e por causa da situação financeira. Até eu achei estranha aquela atitude, mas era a realidade” (...)

A entrevista com Eunice, realizada pela repórter Célia Abe Oi, reforça a imagem de jovem reservada e indefesa:

Como está você? **Bem.** Você quer ir para onde? **Quero voltar para Guararema.** Desse diálogo nasceu a aproximação com esta jovem “nissei”. Quem perguntou: o Juiz Corregedor dos Presídios, Dr. Renato Laércio Talli. Quem respondeu: Eunice Fumie Ando. Local: manicômio Judiciário, em Franco da Rocha.

Depois dessas poucas palavras, ela se retrai e não esboça mais nenhuma reação, assumindo uma atitude indefesa. Os pequenos olhos amendoados imediatamente voltam-se para o chão. Os cabelos curtos escondem-lhe o rosto. (...)

Mas, de soslaio ela ergue o rosto, fixa e provoca o encontro de olhos orientais comigo. Eu que acompanhava o Dr. Talli em sua visita ao Manicômio, e “aquela japonesinha de Suzano”, com quem gostaria de conversar. Estendo a mão e tento cumprimentar. A resposta é um monossilábico “muito prazer”, transmitindo pelo olhar a indagação: “afinal, o que você quer de mim; Por que não me deixa em paz?”

“Vim te visitar”, digo. Depois de um instante de indecisão, talvez notando o meu espírito desarmado, ela assente, podemos conversar. (...)

Na face, desenham-se alguns sinais de tristeza, um quase choro e muita timidez, quem sabe por estar conversando com uma pessoa estranha e talvez até pelo receio de que eu fizesse indagações sobre o estigma que a está perseguindo: o crime. A desconfiança é natural. (...) Não pergunta nem mesmo quando sairá daqui, como fazem todos os outros, e dá apenas respostas monossilábicas. Assim foi nosso primeiro encontro.

No segundo encontro de ambas Eunice foi muito mais expansiva e a entrevista deixa claro que a jovem conversou bastante sobre a rotina do Manicômio, onde já estava há nove meses, sobre as colegas, a preocupação com o julgamento.

Domingo de Páscoa, 6 de abril. Volto ao Manicômio Judiciário para novamente ver Eunice. Aguardo-a no corredor, esperando o mesmo tipo de reação da vez anterior. Me surpreendo. Eunice chega sorrindo e me abraça agradecendo a visita. Cumprimenta também o Nelson Watanabe. Parecemos velhas amigas. (...)

Desta vez é Eunice que puxa conversa: “**sabe, eu gostaria de saber quando eu vou sair daqui**”, e pergunto como está o seu processo. Completa, parecendo recitar uma ladainha: “**eu acho**

que a gente tem que ser forte e agüentar tudo isso. Eu tenho que fazer tudo para merecer a confiança de todos, pois no final, acho que tudo isto será contado como ponto positivo para sair daqui, não acha?” (...)

E quanto às visitas que recebe, “somente o padre José Luiz que sempre vem me visitar e tem me trazido o que eu preciso, e tem me dado muitos conselhos”. As amigas antigas, elas não vêm. “Aqui nunca vieram, elas foram quando eu ainda estava em Guararema (Presídio Feminino). Eu acho que por ser muito longe, fica muito difícil elas virem até aqui”. E o seu namorado? “Acho que já não posso mais esperar por ele. Na hora que mais precisei dele, ele não estava do meu lado”. (Eunice não possui nenhum parente no Brasil)

As respostas sobre planos de futuro indicam sonhos de qualquer outra jovem estudante *nikkei* – cursar uma faculdade de Direito. Eunice demonstrou alguma ingenuidade, apesar do pleno conhecimento das dificuldades de sua situação de autora de um crime de assassinato. A entrevista vai sendo construída pelos momentos de preocupação com outros de resignação e esperança da jovem presa, como ilustra o trecho seguinte:

E o futuro Eunice, você está planejando alguma coisa? “**Eu gostaria de fazer Direito. Eu estava no 2º. ano colegial quando tudo isto aconteceu. Depois de terminar tudo isto, eu gostaria de voltar a estudar e cursar uma faculdade. Acho que advocacia é uma profissão muito bonita. Mas não sei, depois que a gente passa pela cadeia, a gente fica muito marcada para o resto da vida pela sociedade. Eu não sei se vai ser possível fazer tudo isto, mas vou me esforçar muito**”, diz sorrindo, como se fosse uma adolescente livre, com todos os direitos de sonhar.

E o julgamento? Depois de um longo silêncio ela fala: “**é a parte que eu tenho mais medo. Eu acho que não tenho chance alguma**”. Por que você acha isso? “**Tenho conversado com minhas amigas que já foram julgadas e me disseram que o promotor é muito cruel. E algumas delas “assinaram” 60 anos de prisão. Você já pensou, eu ter que passar a vida inteira aqui? É como se fosse uma prisão perpétua. Eu tenho muito medo de ser condenada por todo esse tempo...**”

De todos os sentimentos que afloram na entrevista, talvez o único que não apareça é o do arrependimento de Eunice pelo seu ato. Nos dois encontros a jovem ficou fazendo toalhinhas de crochê – o crochê fazia parte da laborterapia no manicômio e Eunice é descrita por uma funcionária como dedicada e jeitosa para aquele trabalho manual. A entrevista termina com o ritmo do crochê, cada ponto marcando o tempo e a ausência de explicações sobre o crime que Eunice cometeu:

Um pensamento que ela procura afastar enquanto observa a fina agulha de crochê trançar compassadamente os pontos, formando uma figura que – a cada movimento das mãos – vai aumentando minuscilmente de tamanho, e, ao mesmo instante, solidificando o tempo e uma ainda curta existência, marcada por um trágico acontecimento.

Um acontecimento sobre o qual ela se recusa a falar; simplesmente abaixa a cabeça. Este é um ponto que Eunice faz questão de guardar dentro de si, não extrapolando os limites de seu próprio pensamento.

Terminou o horário de visita, comunica o funcionário. Levantamos, Eunice me abraça. Abraço de amiga, nos despedimos. Pelo corredor, um último olhar antes que eu transponha a porta de saída.

4.3 Mulheres nas memórias dos leitores

O Japão Agora foi um jornal semanal publicado pelo Jornal Paulista durante o ano de 1988. Totalmente em português, em formato tablóide, foi uma tentativa de atingir o público de descendentes que não lia mais o idioma japonês, assim como os brasileiros sem ascendência interessados em temas ligados ao Japão. Em suas edições é possível notar a presença de uma mulher *nikkei* integrada à sociedade brasileira, apesar de a maioria absoluta das fontes nos assuntos sobre economia e negócios serem homens. Ainda assim, as mulheres nipo-brasileiras aparecem com regularidade em matérias sobre cultura e sociedade.

O semanário buscou uma identificação com o público nipo-brasileiro, tratando especificamente dos novos valores – comportamento, tendências políticas, escolhas religiosas. Houve também a tentativa de relacionar fatos noticiados à vivência pessoal de alguém da comunidade, como aconteceu desde o número zero do JAPÃO AGORA, de 26/10/1988. Na página 2, uma matéria abordava o sucesso da novela Oshin, produzida pela TV estatal japonesa NHK e vendida até aquele ano para 17 países da Ásia, Oriente Médio, Europa e Américas. Na mesma página, um box repercutia as razões da popularidade da novela na comunidade nipo-brasileira, sob o título “A história de Oshin na vida de um leitor”.

No depoimento, ficam claros os elementos de identificação com a heroína da novela. O sofrimento da personagem-título Oshin representa a vida das imigrantes japonesas, como a mãe do leitor, Hirochi Sato :

(...) Minha mãe Chiyono nasceu na mesma época da Oshin, em 1899, também foi komori, tomava conta de uma criança rica na cidade, isso foi em Fukushima. Trabalhar duro desde criança é muito pesado, é assim mesmo. (...)

O marido da Oshin suicidou quando o Japão perdeu, isso foi com muita gente. Quando meu pai morreu já era 49, veio uma carta do Japão e falava Japão perdeu a guerra. Minha mãe falava, mas daí eles diziam que era falso, alguém copiava direitinho. Minha mãe ficou quietinha, mas em casa ela falou que era verdadeiro.

Ela quando casou trabalhou que nem escrava para um monte de gente, família do meu pai. Fazia de tudo, ainda mais que meu pai era caçula, então ela tinha que fazer muito mais.(...)

A novela da Oshin é boa porque é de muito sofrimento, muita pobreza. (...) Dá para lembrar de muita coisa da vida da gente com a novela, a gente gosta por causa disso.

Na edição seguinte, a proposta de resgatar as lembranças e o cotidiano dos leitores era formalizada com a criação de uma seção fixa, o “Nossas Histórias”. A seção ocupava metade da página 2 do jornal, juntamente com o editorial e o expediente. A proposta era estimular a participação dos leitores conforme explicava a chamada da seção no JAPÃO AGORA de 10/11/1988:

NOSSAS HISTÓRIAS - Aquela fotografia guardada com carinho. As conversas com os pais sobre o passado, casos antigos. Uma pessoa que valeu a pena conhecer. Histórias do dia a dia, que merecem ser resgatadas. Não deixe que elas se percam. Escreva ou entre em contato conosco para que os leitores compartilhem estas emoções.

A partir da terceira edição do JAPÃO AGORA, anuncia-se a concessão de prêmios – uma coleção de discos do selo Eldorado – para as melhores histórias publicadas. Na seção aparecem relatos sobre assuntos como as dificuldades dos jovens *nikkeis* (“Ele estava na lista dos aprovados”, JAPÃO AGORA de 17/11/1988) ou sobre a admiração de um não-descendente pela cultura japonesa (“Minha amizade com os *nihonjins*”, JAPÃO AGORA de 22/12/1988), mas principalmente recordações dos leitores.

Apesar do reduzido número de edições (o jornal não conseguiu sobreviver ao primeiro ano), o Nossas Histórias tem abordagens sobre a mulher nipo-brasileira a partir de duas perspectivas: 1) o discurso das próprias leitoras sobre temas importantes de sua história pessoal, e 2) a homenagem de leitores homens a mulheres – mães e avós, resgatando suas trajetórias.

Na estréia da seção, é uma jovem, Sarita Érika Yamasaki quem conta sobre o avô imigrante, que falecera recentemente, sob o título “O meu avô Yukimitsu Massashi”. As recordações retratam a forma como este avô transmitira os valores japoneses, as expectativas por ser ela a neta mais velha. Mais que conflitos de identidade, transparece a admiração pela cultura nipônica e a convivência pacífica entre as gerações :

Ainda é muito difícil falar dele.

Meu avô morreu no dia 20 de outubro de 1984 e ainda é muito difícil falar dele. Digamos que o corpo se foi, mas a sua ausência na minha vida ainda é uma coisa muito dolorosa.

Lembro-me dele ensinando à minha mãe o modo correto de se preparar o “sashimi” e, depois, oferecer orgulhoso à família inteira: primeiros os genros, depois as noras, depois os netos. Ele era assim mesmo, um pouco hierárquico, disciplinado, dotado de uma paciência toda oriental, mesmo que às vezes ele fosse “dobrado” pelos netos indisciplinados, totalmente à brasileira.

Ele foi um japonês que aprendeu português não para ocidentalizar-se, mas para passar às pessoas o seu modo sutil e dedicado de continuar sendo japonês. (...)

Por ser sua primeira neta creio ter sido, pelo menos durante algum tempo, alguém em que ele depositava muitas aspirações pessoais. Foi ele quem me passou toda a visão oriental de ver o mundo.(...)

Fotografias começam a ilustrar o “Nossas Histórias” a partir do JAPÃO AGORA no. 3, de 24/11/1988. Nesta edição aparece a foto da autora do relato “Tieko se aventura pela vida (com alegria)”, na qual ela aparece em primeiro plano com sua cadeira de rodas, tendo uma praia ao fundo. Ela é identificada ao final da matéria (“**Tieko Suma** tem 52 anos e mora na Liberdade. Cultiva muitos amigos, por correspondência e também por telefone). Trata-se de um depoimento de uma deficiente física sobre sua busca de direitos e autonomia:

Não basta que o deficiente coma, tenha um lugar para dormir, fique lá assistindo tevê e ouvindo rádio para que tudo esteja bem. (...) Nos últimos anos, minha vida mudou completamente. (...) No último feriado prolongado de Finados, por exemplo, viajei para a cidade de Santa Bárbara do Oeste, voltei à rodoviária no Tietê, metrô... Sem ninguém da família! (...)

Há cinco anos, o convívio com deficientes e colaboradores não-deficientes da Fraternidade Cristã de Doentes Deficientes (FCD) me possibilitou não só uma vida social mais intensa, mas principalmente a perda de muitos receios. Eu participo do Núcleo do Pari, as pessoas são maravilhosas, mesmo os colaboradores dizem: “A gente recebe mais que dá”. (...)

Eu não saía sem a família. Achava que dava trabalho para os outros, tinha vergonha de pedir as coisas... Quando a gente viaja, os colaboradores que acompanham não cuidam só de uma pessoa, a gente aprende a se relacionar. Mas demorou dois anos para eu fazer minha primeira saída...

Muita coisa mudou desde então. Aprendi a reclamar, por exemplo. Foi o que fiz no Sindicato dos Taxistas. Sabe que de dez táxis, apenas dois param para um deficiente? Isso acontece tanto... Uma vez, um motorista não se incomodou de ir embora, mesmo com a chuva começando a cair pesado. Fiquei lá, ensopada.

O depoimento cita rapidamente que ela ficava constrangida em ser o centro da curiosidade quando ia a eventos da comunidade, como concursos de calouros, o que permite a criação de um vínculo com os leitores *nikkeis*, sem mencionar a foto – uma senhora frágil, com traços orientais – e o nome e sobrenome japoneses. O texto é encerrado de modo a enfatizar a importância de dar visibilidade à pessoa com deficiência:

Quantas vezes aconteceu de eu sentir vontade de ir ao cinema, um Nodojiman-taikai (concurso de música) e quando chegava, todo mundo olhando, reparando... Eu pensava: “Mas por que eu vim? Eu não tinha que ter vindo!”. Atualmente acho que quanto mais os deficientes saírem, se integrarem, conviverem, vai haver menos constrangimentos, as pessoas vão se acostumar. A participação nas associações é pequena, às vezes por vergonha de sair, muitos problemas com o transporte, a acomodação... Mas vale a pena, tem tantas pessoas que mostram como é amar a vida. E de como isto é bom.

Uma homenagem de uma leitora sansei – ou seja, neta de japoneses – à mãe e avó revela novamente o tom de admiração pelas gerações anteriores. O depoimento “*Dois mulheres, duas histórias de luta*” no JAPÃO AGORA DE 15/12/1988 é emblemático ao apresentar, por meio de uma trajetória familiar, as transformações das mulheres *nikkeis*. O relato é bastante sincero em demonstrar as dificuldades de relacionamento de uma jovem de 25 anos com essas mulheres marcantes em sua vida.

A autoria ao final do texto consta como de “Maria Lucia Yoshico Wakisaka tem 25 anos e trabalha atualmente como jornalista da revista Ciência Hoje, publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciências (SBPC) e também no jornal da USP, informativo oficial da Universidade de São Paulo”. Em sua reflexão, ela demonstra compreender as atitudes de sua mãe e avó, buscando a reconciliação com o passado e com a própria identidade.

A descrição da avó imigrante, rígida e autoritária, contraria a imagem das mulheres japonesas submissas e caladas. Entretanto, as recordações reforçam a imagem das sogras imigrantes que trabalham arduamente e exercem seu poder no âmbito doméstico de forma inquestionável, sendo implacáveis com as noras e netas:

Hoje, tenho a noção da mulher forte que obatian (avó) era. Ela morreu em dezembro de 1976 quando eu tinha 14 anos. Até então ela era minha mãe. Sob suas regras rígidas e sua mão de ferro fui criada. Foi-se de repente. Ela tinha a saúde muito boa, somente o coração é que ameaçava, às vezes, e com isso ela chantageava a todos: meu pai, minha mãe, meu irmão.

Ela se chamava Arie. Hoje, acho esse nome muito forte e bonito, como ela. Apesar de ter recordações muito fortes da repressão por que passei, lembro de momentos leves como uma bexiga de gás. Estávamos na sala e, por uma razão que não me lembro, eu, minha obatian e meu irmão brincamos com uma bola de gás vermelha. Pela primeira vez vi obatian brincando como uma criança. Foi um pouco antes de sua morte. A sensação imediata foi que dentro dela habitava uma criança, mas a dureza da vida exigia uma matriarca. Afinal, chegar em um país dentro do processo de imigração exigia uma defesa muito grande. Hoje, eu compreendo, mas algumas mágoas ficaram.

Quando se trata da mãe, o relato permite conhecer a vida de uma nissei do interior de São Paulo que decidiu vir para a capital, morou sozinha em pensão e sobreviveu trabalhando como cabeleireira:

Depois da morte dela [da avó] veio o encontro mais importante da minha vida. Conhecer finalmente minha mãe. Não que ela não morasse conosco. Mas minha obatian tinha um brilho e possessividade que me cercava por todos os lados. Era uma leoa muito brava. (...)

Ela é meu modelo. Filha de imigrantes, nascida no interior, Macaraí. Sua mãe morreu um pouco após seu nascimento. Aos 18 anos tomou uma decisão que julgo de extrema coragem. Disse ao meu oditian [avô], um militar vindo do Japão, que iria morar em São Paulo com seu irmão mais

velho, alfaiate, chamado Paulo (já falecido). Foi para o Bom Retiro, depois resolveu morar sozinha numa pensão na Liberdade, rua Conselheiro Furtado. (...)

O momento de vida que ela mais conta é de quando era cabeleireira, na Aclimação. Ia aos bailes, tinha alguns rapazes interessados nela. Mas ela era durona. Não deixava ninguém pagar suas contas. Tem muito orgulho de sua independência.

O casamento para sua mãe parece mais a necessidade de suprir certa solidão e de realizar sonhos de uma vida um pouco mais confortável. Não há referências à paixão pelo marido ou qualquer referência mais romântica:

Inconformada de ser sozinha neste mundo tão vasto para seus 1 metro e 47, ela imaginou que o casamento seria a realização para seus sonhos, aliás tão humildes. Uma cortina de pregas na sala de sua casa que seria própria (e que não é até hoje), um conjunto de armários Securit. Lembram? Havia muitos anúncios na revista “O Cruzeiro”.

E a única figura masculina do relato – o pai – aparece apenas de passagem, um coadjuvante esmaecido pela intensidade das mulheres da família:

Meu pai era o filho mais velho. Hoje, vejo nele um homem triste, cheio de sonhos delicados. Ele nunca falou, mas acredito que queria ter sido músico ou monge.

A minha infância foi marcada pela obatian. A adolescência por um período conturbado de brigas com meu pai, minha mãe e entre os dois.

A relação com a mãe muda após a entrada na faculdade, quando esta apóia a decisão da filha de sair de casa e ir morar em uma república:

(...) No segundo ano do curso, cheguei à noite em casa e disse à okassan [mamãe] que havia vaga numa república e que eu queria ir. Esperava o não, pois é, veio um sim cheio de amor e apoio. Este é o grande marco de minha relação com minha mãe, que todos chamam de Dona Tereza no boteco que ela tem.

O relato mostra também a vida de intenso trabalho de Dona Tereza, como ocorreu com outras de sua geração, que não tiveram a oportunidade de educação formal:

Ela adora os fregueses, é conselheira. O difícil é o serviço braçal. A idade torna os esforços físicos mais difíceis. Não sei o que será quando não puder mais carregar as caixas de cerveja e outras mercadorias. Mas tenho certeza que ela dará um jeito.

O casamento e a maternidade não são idealizados no depoimento sobre a mãe:

Perguntei a ela, certa vez, se tinha valido a pena ter filhos: “Não, não valeu. Você e seu irmão são filhos maravilhosos, nem sei se mereci ter filhos tão bons. Mas ter filhos não valeu a pena”. Disse sem culpa, na certeza do amor que havia em nós.

De uma menina órfã, Tereza ou Satiko, como poucos a chamam, minha mãe é agora uma mulher que me faz crer na potencialidade de um ser humano aprender, ter a humildade de perguntar, a garra de tentar. E dizer, aos 50 anos, enquanto fazia minha janta, outro dia: “Filha, a gente tem de lutar sempre pelos sonhos, sempre”.

O resgate de histórias do cotidiano mostra a grande diversidade de trajetórias de vida que desmentem a imagem cristalizada de mulher *nikkei*, sempre abnegada e dócil. A história de Tieko Suma, uma mulher *nikkei* com deficiência física, permite entrever os preconceitos da própria comunidade em relação às pessoas com deficiência. Seu relato é tocante quanto ao constrangimento em eventos nipo-brasileiros, por provocar olhares de estranhamento. Ela, que morava na Liberdade, bairro com grande concentração de entidades nipo-brasileiras, encontrou apoio de voluntários de uma organização cristã sem vínculos com a comunidade.

O material é rico por revelar um discurso mais intimista dificilmente encontrado em jornais da comunidade ou da grande imprensa, que privilegiam as cartas com comentários louvando a democracia racial brasileira e as características positivas dos imigrantes japoneses e suas descendentes. Juntamente com as matérias que retrataram pioneiras da imigração e *nikkeis* com trajetórias que fugiram dos estereótipos, essas reportagens sobre mulheres mostraram a diversidade das identidades femininas da comunidade nipo-brasileira, e o papel do jornalismo no questionamento dos papéis e imaginário sobre a imigrante japonesa e a mulher *nikkei*.

Página Um

ANO 1 – N.º 07 – 28 de julho de 1979
Suplemento do Diário Nippak

NO INTERIOR DO ESTADO
DE SÃO PAULO, UM
POVOADO ESTÁ LUTANDO
PARA SE TRANSFORMAR
EM MUNICÍPIO. OS PRÓS E
CONTRAS E SUA
REPERCUSSÃO.

Pag. 3

"O ARAGUAIA VAI FERVER!" (Profecia do Padre Cícero)

Pouco antes de morrer,
o Padre Cícero teria dito
que, nos anos 70, o
Araguaia iria pegar fogo
e quem não morasse
do lado do Pará, não poderia
alí chegar.

E aduzira; devia-se
plantar coisas que ficassem
debaixo do chão para
garantir o alimento e
resguardá-las
da fúria dos atacantes.

YUMIKO A "NISSEI" GUERRILHEIRA

Quatro anos após o fim dos combates, a população da região lembra muito bem dos detalhes dos "tempos da guerra". E a profecia do "Padim Ciço", tomou a forma da lenda: acreditam muitos que os combatentes do Araguaia se transformaram em natureza.

"Deus que me perdoe, mas a presença de terroristas por aqui até que foi uma bênção, porque chamou a atenção das autoridades para a região" (de um morador no Araguaia).

Não pode ser vendido separadamente

Anexo A – Capa do suplemento Página Um número 7, 28/07/1979 (matéria sobre a militante do PCdoB, Suely Yumiko Kanayama, morta na Guerrilha do Araguaia).

Anexo B – Capa do suplemento Página Um número 26, de 19/04/1980 (chamada para a matéria sobre Eunice Fumie Ando, que havia assassinado todos os membros de sua família).

Anexo C - Revista ARIGATÔ no. 14, 1978. Edição especial com a cobertura da visita dos príncipes herdeiros do Japão durante o 70º. aniversário da imigração japonesa no Brasil.

Na capa, Harumi Nakagawa, neta da pioneira Koto Nakagawa, passageira do navio Kassato Maru.

NOSSAS HISTÓRIAS

Aquela fotografia guardada com carinho. As conversas com os pais sobre o passado, casos antigos. Uma pessoa que valeu a pena conhecer. Histórias do dia a dia, que merecem ser resgatadas. Não deixe que elas se percam. Escreva ou entre em contato conosco para que os leitores compartilhem estas emoções.

Tieko se aventura pela vida (com alegria)

Anexo D- Foto que ilustrou o depoimento de Tieko Suma para a Seção “Nossas Histórias”, Semanário JAPÃO AGORA no. 3, de 24/11/1988, p. 2

Duas mulheres, duas histórias de luta

Hoje, tenho a noção da mulher forte que obatian (avó) era. Ela morreu em dezembro de 1976 quando eu tinha 14 anos. Até então ela era minha mãe. Sob suas regras rígidas e sua mão de ferro fui criada. Foi-se de repente. Ela tinha a saúde muito boa, somente o coração é que ameaçava, às vezes, e com isso ela chantageava a todos: meu pai, minha mãe, meu irmão.

Ela se chamava Arie. Hoje, acho esse nome muito forte e bonito, como ela. Apesar de ter recordações muito fortes da repressão por que passei, lembro momentos leves como uma bexiga de gás. Estávamos na sala e, por uma razão que não me lembro, eu, minha obatian e meu irmão brincamos com uma bola de gás vermelha. Pela primeira vez vi obatian brincando como uma criança. Foi um pouco antes de sua morte. A sensação imediata foi que dentro dela habitava uma criança, mas a dureza da vida exigia uma matriarca. Afinal, chegar em um país dentro do processo de imigração exigia uma defesa muito grande. Hoje eu compreendo, mas algumas mágoas ficaram.

Depois da morte dela veio o encontro mais importante da minha vida. Conhecer finalmente minha mãe. Não que ela não morasse conosco. Mas minha obatian tinha um brilho e possessividade que me cercava por todos os lados. Era uma leoa muito brava. Descobri, aos 14 anos, uma mulher, uma companheira, uma lutadora: minha mãe.

Ela é meu modelo. Filha de imigrantes, nascida no interior, Macarái. Sua mãe morreu um pouco após seu nascimento. Aos 18 anos, tomou uma

atitude que julgo de extrema coragem. Disse ao meu oditian, um militar vindo do Japão, que iria morar em São Paulo com seu irmão mais velho, alfaiate, chamado Paulo (já falecido). Foi para o Bom Retiro, depois resolveu morar sozinha em uma pensão na Liberdade, rua Conselheiro Furtado. Passamos por lá outro dia. Nostalgia dela. Derrubaram a casa.

humildes. Uma cortina de pregas na sala de sua casa que seria própria (e que não é até hoje), um conjunto de armários de cozinha Securit. Lembram? Havia muitos anúncios na revista "O Cruzeiro". Meu pai era o filho mais velho. Hoje, vejo nele um homem triste, cheio de sonhos delicados. Ele nunca falou, mas acredito que queria ter sido músico ou monge.

faculdade. Passei na ECA, fui ser jornalista. Mas eu queria mais, quero a mim. No segundo ano do curso, cheguei à noite em casa e disse à okassan que havia uma vaga numa república e que eu queria ir. Esperva o não, pois é, veio um sim cheio de amor e apoio. Este é o grande marco na relação com minha mãe, que todos chamam de Dona Tereza no boteco que ela tem. Ela adora os fregueses, é conselheira. O difícil é o serviço braçal. A idade torna os esforços físicos mais difíceis. Não sei o que será quando não puder mais carregar as caixas de cerveja e outras mercadorias. Mas tenho certeza que ela dará um jeito.

Perguntei, a ela, certa vez, se tinha valido a pena ter filhos: "Não, não valeu. Você e seu irmão são pessoas maravilhosas, nem sei se mereci filhos tão bons. Mas ter filhos não valeu a pena". Disse sem culpa, na certeza do amor que havia em nós.

De uma menina órfã, Tereza ou Satiko, como poucos a chamam, minha mãe agora é uma mulher que me faz crer na potencialidade de um ser humano aprender, ter a humildade de perguntar, a garra de tentar. E dizer, aos 50 anos, enquanto fazia minha janta, outra dia: "Filha, a gente tem de lutar sempre pelos sonhos, sempre".

Maria Lúcia Yoshico Wakizaka tem 25 anos e trabalha atualmente como jornalista na revista Ciência Hoje, publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e também no Jornal da USP, informativo oficial da Universidade de São Paulo.

Malu Wakizaka

Com minha mãe em 1964. Eu tinha 1 ano

Eu e minha avó em 72, após um passeio dela ao Japão

A minha infância foi marcada pela obatian. A adolescência por um período conturbado de brigas com meu pai, minha mãe, e entre os dois. Veio a

Aquela fotografia guardada com carinho. As conversas com os pais sobre o passado, casos antigos. Uma pessoa que valeu a pena conhecer. Histórias do

dia a dia, que merecem ser resgatadas. Não deixe que elas se percam. Reúna tudo isto em um pedaço de papel, e envie para o JAPÃO AGORA. Eles

merecem prêmios.

As três melhores histórias receberão a coleção de discos New Age, lançada pelo selo Eldorado.

**NOSSAS
HISTÓRIAS**

EDITORIAL

Anexo E - O depoimento "Duas mulheres, duas histórias de luta" no semanário JAPÃO AGORA número 6, de 15/12/1988, p. 2

CAPITULO IV – Relatos de Vida de Jornalistas

1. Origens familiares e a escolha do jornalismo. Jornalistas por acaso?

A jornalista Mitsuko Kawai deu esse título, “Jornalista por acaso”¹⁷⁷, para um pequeno relato sobre sua atividade profissional no jornalismo nipo-brasileiro. A trajetória da jornalista Mitsuko Kawai é uma exceção, por se tratar de uma mulher atuando na redação japonesa – onde havia somente homens – e de ter iniciado sua carreira tardiamente, aos 54 anos, nas décadas de 1970 e 1980. Autodidata, aprendeu a ler e escrever português nas cartilhas dos filhos, sem frequentar nenhum curso regular. Os livros de uma biblioteca pública foram seu local de estudo. Os seus conhecimentos de português e japonês trouxeram a oportunidade de trabalhar como redatora e tradutora no jornal Diário Nippak:

Estava satisfeita com Ruty na escola, mas surgiu um problema. Quando ela me perguntava alguma coisa da lição, eu não podia ajudá-la. Senti necessidade de aprender português e comecei a estudar a meu modo. Todas as noites, depois de terminar meus afazeres de dona-de-casa, e depois de os cinco filhos dormirem, abria a cartilha de Ruty e começava a estudar. (...)

Quando acabei de ler todos os livros que havia em minha casa, comecei a freqüentar a Biblioteca Amadeu Amaral, que era a mais perto de minha casa. Como a vida não me permitia freqüentar a escola, o único lugar onde podia adquirir e ampliar o conhecimento e desenvolver meus estudos através da leitura era a Biblioteca.(...)

Quando todos os filhos cresceram, o sonho de escrever, que eu acalentava, voltou. À noite comecei vertendo para o japonês alguns artigos interessantes que eram publicados nos jornais brasileiros e enviei-os para o jornal Diário Nippak. E, para surpresa minha, recebi convite para trabalhar no jornal como tradutora. (KAWAI, Mitsuko. Sob dois Horizontes, São Paulo, Editora do Escritor, p. 121)

Tornar-se jornalista, portanto, não foi mero acaso, como ela escreveu. Houve investimento concreto de sua parte para que a oportunidade surgisse. Não apenas estudou português dentro de suas possibilidades, como buscou formas de inserção intelectual, ao enviar os artigos traduzidos voluntariamente. Mitsuko Kawai queria ser escritora desde pequena, mas nunca pensara em ser jornalista. Quando a oportunidade aparece, ela aceita o desafio, surpreendendo a família:

¹⁷⁷ KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, pp. 56-57)

Eu era uma simples dona de casa, tão pacata que a rotina do dia-a-dia não passava da cozinha para o tanque ou para a vassoura ou para o ferro ou para a máquina de costura, até completar meus 54 anos.

De repente fui convidada para trabalhar na redação de um jornal! Eu nem podia acreditar no que ouvia, embora, desde muito jovem, meu sonho fosse ser escritora. Nunca, porém, havia pensado em ser jornalista.

Desde que meus cinco filhos haviam crescido, cada um escolhendo seu caminho, eu estava sentindo falta de alguma coisa. (...) Para me distrair dessa sensação de solidão, eu traduzia alguns artigos interessantes que lia para a língua japonesa e os mandava para o jornal. Como eram sempre publicados, o resultado fora o convite.

As reações de meus filhos foram de espanto e preocupação. (...) Essas reações foram muito naturais. Eles estavam acostumados a me ver fazendo a comida e os doces de que gostavam, lavando ou passando suas camisas e suas calças, ou fazendo tricô ou crochê. Apesar da preocupação e da dúvida, resolvi aceitar o convite. Uma, porque sempre gostei de escrever, outra, porque já fazia um tempo que estava sentindo que minha vida se tornara vazia e inútil, principalmente depois que meus filhos começaram a se casar um atrás do outro.(...)

Eu necessitava urgentemente preencher esse vazio. Por isso, o convite chegara na hora mais oportuna. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, pp. 56-57)

Assim como Mitsuko, outras jornalistas mostram que nem sempre a escolha do jornalismo foi um tipo de “vocação” ou um sonho acalentado desde a infância. O depoimento de Fátima Kamata mostra como ingressou na faculdade de jornalismo. Na verdade, quem escolheu a carreira foi seu irmão, que a inscreveu para o vestibular da PUC:

Não tinha pretensão de ser jornalista. Meu irmão mais velho é advogado e atualmente trabalha na Panasonic. O segundo é sociólogo, mas trabalhou durante anos na supervisão técnica da Rede Tupi, depois SBT e TV Manchete. Hoje tem sua própria empresa e continua com as produções de tevê, em Curitiba. A caçula é professora na Universidade de Shizuoka, aqui no Japão.

Eu? Bem, queria ser engenheira florestal. Prestei vestibular para o curso de ecologia da Unesp/Rio Claro e Engenharia Florestal da USP/Piracicaba. Minha mãe não queria que a filha mulher morasse sozinha em uma cidade desconhecida. E só me autorizou sair de casa se fosse para morar com meus irmãos, que na época estudavam em São Paulo. E não sei por que, o segundo irmão me inscreveu para o curso de jornalismo da PUC/São Paulo. Fantasia dele. Ele achava que,

por ter editado um jornalzinho na escola primária (jornal chamado Pois É) e por gostar de ler e escrever, poderia me dar bem nessa carreira. (Fátima Kamata, depoimento em 30/09/2010)

Gostar de ler e escrever, como Fátima, e a curiosidade pelo que acontece, parecem ser comuns a outras profissionais que escolheram o jornalismo, como Kátia Sattomura, Célia Abe Oi e Mami Yasunaga:

Sempre gostei de ler e sempre fui muito curiosa em tudo. Eu queria saber o porquê do fato, como tinha começado, o que tinha provocado aquilo. Evidentemente, como a maioria dos adolescentes, pensei em várias profissões antes de optar em definitivo pelo jornalismo. Mas sempre eram áreas de Humanas, já que Matemática para mim sempre foi um bicho de 7 cabeças. Detesto. Como uma prima já fazia Comunicação Social, mas que optaria depois para Publicidade, e tinha contato com várias pessoas que faziam jornalismo, ela foi quem me convenceu e reforçou a profissão. (Kátia Sattomura, depoimento em 22/10/2010)

* * *

[Pergunta: Como você escolheu o jornalismo? Foi impulso, ou por conta de habilidades como escrita, gosto pela informação, influência de alguém?] Ficaria com as duas últimas opções – o gosto pela informação e influência de alguém. (Célia Abe Oi, depoimento em 06/10/2010)

* * *

O jornalismo era uma possibilidade de estar em constante aprendizado nos mais variados assuntos. Fora a chance de viajar, o prazer de escrever e a paixão pelas aulas de geopolítica no cursinho. Sem contar que a profissão atrai jovens deslumbrados com o poder da mídia. (Mami Yasunaga, depoimento em 01/10/2010)

A jornalista Kátia Sattomura é natural da capital paulista e formou-se em jornalismo na Universidade Brás Cubas em 1994. Mami Yasunaga também nasceu na capital paulista e estudou na Universidade Metodista, tendo trancado matrícula em 1990 para trabalhar por um ano como *dekasegui* em Kobe. Ambas não têm o passado de “moça do interior”, para quem a mudança para capital é essencial para continuar os estudos e construir novas perspectivas para o futuro. O forte controle familiar e a necessidade de empenho para sair

de casa são importantes nos relatos de Fátima Kamata e Célia Abe Oi quando falam de suas origens:

Sou uma daquelas moças do interior que, em 1968 resolveu optar pelo curso de história. Por uma série de questões familiares, fiz o curso em Sorocaba que ficava mais próximo de Itapetininga onde residia a família. Meu pai foi uma daquelas pessoas que achava que mulher estava destinada a cuidar da casa e dos filhos.

Depois da história, fazer jornalismo foi uma consequência natural – o gosto pela informação acabou influenciando a nova escolha profissional. Eu explico – em 1972 quando terminei a faculdade de história, mudei a São Paulo que sempre tinha sido meu grande objetivo. Formada em história, comecei a dar aulas em colégios e, na sequência iniciei o curso de comunicação social, com opção para jornalismo. Entrei para a Anhembi (que hoje já não existe mais), deixei o curso no terceiro ano e fiz vestibular novamente na Cásper Libero, onde recebi o diploma (ufa!) em 1979. (Célia Abe Oi, em depoimento em 06/10/2010)

Sou filha de japoneses (meu pai, Hideo, nasceu na província de Okayama e minha mãe, Shigueko, é de Yamanashi). Ambos foram pequenos para o Brasil levados pelos meus avós – agricultores do lado paterno e comerciantes do lado materno). Nasci na cidade de Promissão, interior de São Paulo e famosa por ser uma das poucas cidades (talvez a única) que ainda mantém duas associações nipo-brasileiras por causa dos resquícios da Segunda Guerra. Tinha o grupo dos kachigumi e dos makegumi (que assumia/recusava a ideia da derrota japonesa na Guerra). Comecei meu aprendizado de japonês na associação mais nacionalista, dançava músicas relacionadas à guerra. Depois fui transferida para outro grupo, quando então revi meu conceito de Japão.

E lá fui eu estudar jornalismo. Tomei gosto. Mas só pensava na minha independência financeira. Imagine! Estar em São Paulo sob responsabilidade dos irmãos e ainda numa escola particular (consegui crédito financeiro, mas me sentia mal porque sabia que em casa a situação não permitia esse tipo de “extravagância”). (Fátima Kamata, depoimento em 30/09/2010)

Das entrevistadas, Mami Yasunaga é a única que teve um contato mais próximo com o jornalismo, ainda na adolescência, pois sua mãe fazia o curso de jornalismo na Universidade Metodista. A mãe não conseguiu concluir o curso, mas o esforço da mãe em estudar depois de casada e já com filhos influenciou Mami:

Tive uma influência forte de minha mãe, issei [imigrante, da primeira geração] de Fukuoka com 62 de idade. Ela deixou o Japão criança, passando pelo Paraguai e depois vindo ao Brasil. Assim, conseguiu terminar o colegial com supletivo, depois de casada. Lembro quando era criança que ela estudava por meio das apostilas e pelo telecurso 2º grau.

Tudo isso para dizer que ela estudou por 2 anos num cursinho preparatório para vestibular. Passou na Metodista e na Cásper Líbero, em jornalismo. Como morávamos em São Bernardo, ela optou pela Metodista. Cursou um semestre na década de 1980, pois não tinha mais condições de pagar as mensalidades devido a situação financeira que se agravava a cada dia. Aquele era o período da inflação galopante.

Na época era adolescente e acompanhei alguns trabalhos feitos por ela, seja em grupo ou individualmente. (Mami Yasunaga, depoimento em 01/10/2010)

O fato de ser descendente de japoneses é elemento que favorece a aproximação com o jornalismo nipo-brasileiro, embora na atualidade muitos não-*nikkeis* trabalhem e até comandem projetos de comunicação deste segmento. Em alguns casos, como relembra Fátima Kamata, foi a escolha quase natural para uma estudante nissei, ainda no 1º ano, em busca de trabalho numa cidade desconhecida:

Sem saber de nada, fui atrás de emprego. Sempre fui leitora da Folha de S.Paulo e do São Paulo Shimbun. Para uma primeiranista, a Folha era grande demais. Então fui bater na porta do São Paulo Shimbun, onde conheci o Nelson Watanabe e o Oshiro. Eles devem ter dado risada. “Essa é foca demais”. Mas me pediram umas pautas como frila.

Hoje, entendo bem por que comecei minha carreira na imprensa nikkei. Inconscientemente, descobri que ela funcionaria como o útero da mãe. Também fui trabalhar na Rádio Nikkey. Acho que fui lá por indicação do Nelson Watanabe. Era tímida e não gostava de falar. Mas estava na rádio com o Paulo Miyagi. Lá conheci o Takao Miyagi, com quem aprendi muito.

De lá, fui tentar a sorte no Jornal Paulista e ali fiquei durante muito tempo. (Fátima Kamata, depoimento em 30/09/2010)

Embora formada em História e já lecionando em São Paulo, Célia cursava a faculdade de jornalismo quando foi convidada por uma professora – também descendente de japoneses – para integrar um novo projeto para a comunidade *nikkei*:

Como lhe disse, dava aulas à tarde e noite e de manhã ia para a faculdade. Numa dessas oportunidades, uma das professoras, descendente de japoneses, convidou-me para participar do

projeto de uma revista voltada para a comunidade nikkei que ela estava iniciando. Esse foi o começo de minha vida profissional no jornalismo nipo-brasileiro. Até então tinha pouco conhecimento desse jornalismo, a não ser pelos jornais que me pai comprava.

Comecei por volta de 1978 e fiquei pouco tempo nessa revista (essa revista não durou muito tempo!), mas foi o suficiente para pegar o gosto pela coisa. Dessa revista (que se chamava Arigato, publicada pelo então Jornal Paulista), fui para o Diário Nippak e, junto com um grupo, montamos o jornal Página Um, um suplemento quinzenal, em formato tablóide. Acabou o Página Um, mas ainda continuei no Nippak até por volta de 1997, quando fui para o Notícias do Japão onde permaneci por quase um ano e depois, sai para trabalhar como diretora no Museu da Imigração Japonesa. (Célia Abe Oi, depoimento em 06/10/2010)

Independente de ter sido chamada para a equipe pelo fato de ser descendente, é certo que sua longa permanência no jornalismo nipo-brasileiro foi decorrente de uma forte identificação com os temas da comunidade *nikkei*:

Quando a gente falava que não sabia se estava falando dos outros ou de nós mesma, isso era verdade. Nós, mulheres da redação, junto com outras amigas e colaboradoras e colaboradores que foram se agregando, sentíamos necessidade de tocar em outros aspectos que nunca foram lembrados ou ditos. Diria que, com exceção da Célia Sakurai, nenhuma mulher apareceu para pesquisar cientificamente a história da imigração japonesa.

Então a versão de nossa história é de homens, somente preocupados com a parte econômica. Imagine falar de emoções, de derrotas, desejos, etc, etc, etc. Isso não era coisa que pudesse aparecer em livros sérios. Veja que até hoje, a história da imigração japonesa é contada pelo seu lado econômico, masculino e sob a ótica do issei, imigrante.

Ela nunca foi contada pela ótica desse nissei, pelo filho desse imigrante... Então a gente tinha essa preocupação em levantar esses temas e/ou lados, até como uma preocupação em dizer para os nossos leitores e leitoras, podemos sentir emoções, podemos errar, podemos ser gente. Podemos também nos envolver com o "fazer" a história como Yumiko. Eunice foi um caso que nos emocionou (ou chocou?) muito. (Célia Abe Oi, depoimento em 06/10/2010)

Mami não se recorda como foi trabalhar no Diário Nippak, ainda no início da faculdade. Mas da mesma forma que Fátima Kamata, a imprensa nipo-brasileira se apresentou como uma possibilidade concreta de primeiro emprego na área para quem ainda é estudante de jornalismo, sem experiência. Mami cita mais dois jornais voltados para a comunidade como perspectivas de emprego na época. Como Fátima Kamata, esses jornais da própria comunidade pareceram locais mais acessíveis para iniciar a carreira:

Ainda estudante de jornalismo, no 1º ano, comecei como “estagiária” no Diário Nippak. Trabalhei com a Célia e Jô Miyagui por alguns meses. Lembro que o salário mal pagava a gasolina. Mas, a proposta era aprender. Sinceramente não sei como fui parar lá. Tento me lembrar e não consigo. Poderia ter ido para o São Paulo Shimbun ou Jornal Paulista. Mas fui para o Nippak. Lembro que depois que saí do Nippak cheguei a fazer um Guia da Cultura Japonesa com o Bruno Assami e a Célia. Creio que era a 2ª edição, lançado pela Aliança Cultural Brasil-Japão. (Mami Yasunaga, depoimento em 01/10/2010)

Embora Mami seja nissei, sua trajetória familiar não está inserida na narrativa tradicional de imigrantes pioneiros chegados ao Brasil nas primeiras décadas do século 20, que são a maioria na comunidade. A mãe de Mami imigrou com a família para o Brasil depois do final da guerra, portanto a família guarda lembranças de um Japão empobrecido pela derrota e pelas grandes transformações sociais com a ocupação americana. O repertório familiar está distante da idealização sobre a terra natal:

Minha mãe veio do Japão via Paraguai (Encarnacion) com a família e ainda pequena. Minha mãe sobreviveu graças ao "leite americano", no pós-guerra. A minha avó vendia o excedente para comprar roupas e outras coisas, pois ela tinha gêmeas.

Meu pai veio do Japão aos 24 anos, fez colegial técnico para ser agrimensor (nossa, faz tempo que não cito isso...). Veio ao Brasil para trabalhar na terra, mas acabou fugindo e vindo para São Paulo. Durante muitos anos trabalhou na área de formação. Até o governo do Maluf estatizar a profissão. (Mami Yasunaga, depoimento em 01/10/2010)

O nome de Mami Yasunaga, ou melhor, a ausência de um nome em português, como é comum nos descendentes japoneses, trouxe à tona a questão da identidade durante a entrevista. *Nisseis* nascidos durante os anos finais da 2ª Guerra muitas vezes não tinham nome japonês, pois seus pais eram aconselhados a demonstrar a brasilidade da família num ambiente de clara desconfiança em relação aos japoneses, súditos de um país inimigo. Outra prática comum que revela a importância de um nome tipicamente brasileiro para os *nikkeis* foi a adoção de algum nome brasileiro para facilitar suas relações fora do âmbito doméstico. Mami assinalou essa diferença:

Por incrível que pareça, meu nome é esse mesmo: só Mami Yasunaga. Ganhei o kanji "Ma" do nome de minha mãe (Mayumi) e o "Mi" do meu pai (Fumio). O meu irmão já tem nome "brasileiro" - chama-se Emilio Kaoru Yasunaga. As únicas amigas de minha infância que têm o nome igual a mim são todas japonesas... Meus pais não tiveram essa preocupação de colocar um nome em português para adaptar ao país. Engraçado, né? Já a minha filha segue na mesma linha, mesmo porque já carrega o sobrenome do pai e da mãe. Marie Yasunaga Matida. Achei cruel ficar colocando muitos nomes... e Marie já é um nome internacional.... igual Naomi... (Mami Yasunaga, depoimento em 01/10/2010)

As atividades dos pais de Mami remetem aos acontecimentos contemporâneos da comunidade *nikkei* do Brasil, como a venda de produtos com tecnologia japonesa e o fenômeno “dekassegui”, na qual todos se viram envolvidos – o pai foi trabalhar no Japão como operário, a mãe trabalhou em empreiteiras e finalmente a própria Mami, que foi dekassegui numa fábrica de alimentos durante um ano, na província de Kobe:

Com a crise da década de 1980, meu pai tentou vender Kenko Patto (lembra do colchão com ímã?), mas acabou voltando ao Japão como dekassegui, pois foi bem no período da separação dos meus pais. Antes, no entanto, fez um curso de acupuntura, o que foi bom. No Japão, depois de encarar as fábricas por um tempo, ele conseguiu um trabalho em Nagoya numa espécie de Kenko Center [centro de saúde]. É, meu pai participou das duas correntes. Hoje ele atende seus poucos pacientes em casa.

Ah! minha mãe.... era dona de casa quando éramos crianças... então, ela fez um ano de jornalismo, mas como a situação financeira ficou ruim, ela acabou deixando a vida de universitária e dona de casa para vender kenko patto. Foi para Belo Horizonte e acho que ficou uns cinco ou seis anos por lá... depois voltou para São Paulo e começou a trabalhar com as empreiteiras do Japão, mandando dekassegui. Creio que cinco anos depois ela abriu o karaokê na Liberdade, após a morte do amigo dono de um nomiya [bar] na rua dos Estudantes (o karaokê funcionou no mesmo lugar).

Lembro que ela trabalhou como representante de uma lingerie japonesa que modela o corpo. Assim, em 2001/2002 ela começou a procurar alguma cidade no interior para montar algum negócio. Agora que não lembro se ela já tinha na cabeça montar o restaurante... mas, acho que sim. E continua até hoje lá e não quer saber de voltar para São Paulo.

Em 1990, tranquei a matrícula da faculdade e fui trabalhar como dekassegui em Kobe, numa fábrica de bentoo [refeições prontas]. (Mami Yasunaga, depoimento em 26/10/2010)

Depois de ter trabalhado durante um ano como dekasegui no Japão, Mami retoma o curso de jornalismo na Universidade Metodista e novamente foi trabalhar em veículos ligados à comunidade nipo-brasileira, desta vez, jornais voltados aos dekassegui:

Um ano depois, voltei à faculdade, mas mal tinha pique de estudar. Queria mais trabalhar e ganhar o meu dinheiro. Assim, fui parar no Jornal Tudo Bem, na sucursal de São Paulo, quando era feito pela agência de assessoria de imprensa Monoprix, da Sandra Tsukimoto (nome de solteira). Depois de oito meses, o jornal Tudo Bem não renovou com a agência e abriu escritório próprio, onde fui trabalhar. Teve um período em fui para a Folha de S.Paulo de São José do Rio Preto, mas logo depois embarquei para Tóquio, em janeiro de 1996. Depois veio a revista Made in Japan e a ida para Nagoya. No total foram 3 anos trabalhando no Jornal Tudo Bem. (Mami Yasunaga, depoimento em 01/10/2010)

Kátia Sattomura relatou que não foi procurar emprego na imprensa nipo-brasileira, tendo começado neste segmento “ao acaso”. Primeiro foi convidada para um projeto de revista para a comunidade, que acabou não se viabilizando, mas que lhe trouxe a oportunidade de ser chamada para o *São Paulo Shimbun*, onde atua há uma década:

Comecei no jornalismo especializado há 10 anos (bastante não?) e ao acaso. Uma professora da pós me chamou para um projeto do marido que fazia uma revista para um jornal da comunidade. Topei o desafio, a revista não vingou, ficou apenas meses em circulação. Logo fui chamada para uma vaga aqui no São Paulo Shimbun. (Kátia Sattomura, depoimento em 21/10/2010)

Diferente do que ocorria no passado, os profissionais não são necessariamente descendentes. Andréia Ferreira tem atuado tanto no Japão quanto no Brasil em publicações nipo-brasileiras – além de repórter e posteriormente editora-chefe da revista *Made in Japan* e do *Jornal Tudo Bem* no Japão, continuou trabalhando nessas publicações depois de voltar ao Brasil. Seu contato com o universo *nikkei* continuou intenso graças à edição de livros da editora JBC, que incluem títulos sobre cultura e culinária japonesas. Das jornalistas entrevistadas para o presente estudo, é a única sem ascendência japonesa. Seu ingresso no jornalismo nipo-brasileiro comprova a profissionalização deste segmento e a transformação no perfil dos seus profissionais:

Desde os 16 anos de idade sabia que iria ser jornalista. E sabia que iria trabalhar fora do Brasil. Mas jamais pensei que fosse parar no Japão como jornalista. Não tinha quase nenhum contato com japoneses e descendentes, exceto meus amigos de cursinho, no Etapa, uma turma de 10 pessoas, sendo que somente eu e uma amiga não éramos nikkeis. Anos depois, já no mercado de trabalho, novamente me vi cercada de nikkeis. Era a redação de Toquio, no Japão, um país que me fascina a cada dia. Conhecer o estilo de vida de kassegui, e a vida dos japoneses com quem tive contato me proporcionaram uma experiência que marcou para sempre a minha vida.

Apreendi a apreciar a culinária japonesa, a simplicidade zen, o respeito pelo meio ambiente e pelos idosos que os japoneses têm, o valor que dão à educação, à discricção. Entendi um pouco (nunca se sabe disso completamente não nascendo nikkei) o significado do sacrifício, do gambatte, das relações familiares e sociais. (Andréia Ferreira, depoimento em 05/01/2011).

Kátia Sattomura, embora seja descendente, contou que tinha pouca identificação com a comunidade nipo-brasileira, não convivía neste meio. Ela aponta as transformações no perfil dos jornalistas desta imprensa:

Comecei como repórter, sem saber nada da comunidade, e hoje dirijo a Redação Portuguesa do jornal, um veículo que meu avô assinou por anos quando era vivo.

Fazer um jornal especializado não é fácil, ainda mais por ser muito dirigido - todas as nossas pautas devem ter um personagem de ascendência japonesa - e ser diário, o único da comunidade nipo-brasileira em São Paulo. Anos atrás, ter feição japonesa e não falar o idioma não era muito bem encarado pelos mais velhos. Hoje, o cenário não é mais esse, até pela chegada de não- descendentes nas redações. (Kátia Sattomura, depoimento em 21/10/2010)

2. As mulheres jornalistas nas redações nipo-brasileiras

A presença de mulheres nas redações causou impacto nos finais da década de 1970. Célia Abe Oi, que vivenciou uma fase de mudanças profundas no jornalismo nipo-brasileiro em relação às pautas e ao próprio papel dos meios de comunicação, reflete:

Passado um monte de décadas daqueles anos 70/80, senti que realmente devia ser muito constrangedor para os machistas jornalistas daquela época ter de encarar, durante as matérias e entrevistas coletivas, aquelas mulheres petulantes, digo, que faziam perguntas petulantes!.

*A gente era jovem e não estava muito preocupada com as portas que estavam fechadas e com as que estavam se abrindo. A gente queria fazer a matéria e seguia avante. Claro que levamos muito **nãos**, que fomos tratadas com discriminação, mas a gente achava que tinha de enfrentar isso*

com trabalho e competência. E, nesse sentido, a gente dava o sangue. (Célia Abe Oi, depoimento em 06/10/2010)

A postura preconceituosa dos homens nas redações nipo-brasileiras no passado pode ser verificada pelas reações que Mitsuko Kawai provocava (disfarçadas de desconfiança ou desdém). Vale lembrar que ela não fazia parte, como Célia Abe Oi, de uma equipe jovem e entusiasmada que compartilhavam um ideal e atuavam na editoria de português. Mitsuko Kawai, ao contrário, foi trabalhar na editoria japonesa, ao lado de senhores sisudos. Ela descreve assim seu primeiro dia de trabalho:

Na redação, numa sala grande, havia várias mesas e todas elas com montes de jornais, revistas, livros, e mais papel próprio para escrever artigos em língua japonesa, amontoados. Ali estavam sentados os redatores e revisores, todos homens. Eu era a única mulher!

Francamente, eu estava me sentindo como uma naufragada numa ilha, sozinha! A mudança fora brusca. Até o dia anterior eu era um dos leitores do jornal, agora tinha que escrever os artigos para serem publicados e lidos por milhares de pessoas. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, p. 58)

Mitsuko deixou o Diário Nippak depois de quatro anos, sem nunca ter explicitado os motivos da demissão. Embora tivesse decidido voltar a ser dona de casa, retorna ao jornalismo quando recebe convite do jornal concorrente, o *São Paulo Shimbun*:

No entanto, um acontecimento infeliz obrigou-me a pedir demissão no quinto ano. Isso eu não esperava que acontecesse e lamentei, mas não havia outra saída. Tentaram me convencer a ficar, porém, quando decido, não volto atrás. Disse a mim mesma: acabou, vou voltar a ser dona de casa.

Aproveitei então a primeira folga obtida desde que entrara no Diário Nipak (porque durante os mais de quatro anos que ali trabalhara, nunca me dera férias) e comecei a tradução de “O Aleijadinho de Vila Rica”, de Geraldo Dutra de Moraes.

Após um mês de trabalho, quando o concluía, recebi um inesperado convite do São Paulo Shimbun. (...) Depois de refletir durante vários dias, resolvi obedecer à voz que falava mais alto. Quando dei minha resposta “sim” para o São Paulo Shimbun, recebi também convite do Jornal Paulista, mas já era tarde. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, pp 64-65)

No São Paulo Shimbun Mitsuko Kawai permaneceria onze anos. Neste jornal a jornalista enfrentou mais dificuldades que no Diário Nippak, que ela relata ao descrever

Comparando com o Diário Nippak, o São Paulo Shinbun era bem maior na sua estrutura e no número de leitores. Sua distribuição abrangia quase todo o território nacional. Obviamente, na redação também trabalhava um número maior de pessoas. Talvez por isso, ali encontrei certa barreira.

Nos três jornais da colônia japonesa, eu era a única mulher redatora, e o jornalismo sempre foi domínio absoluto dos homens. Eu era uma intrusa no mundo dos homens.

Depois que ingressei no São Paulo Shimbun, soube que ali existia um outro tabu: na redação nenhuma mulher duraria mais de três meses, desafio que eu ignorava no começo.

Os membros da redação eram formados por veteranos que já trabalhavam ali há dezenas de anos. De vez em quando, vinha uma cara nova do Japão com diploma na mão, mas não durava muito. As pessoas da colônia raramente apareciam como candidatos para a função de redator, porque nenhuma delas passava no teste com o redator-chefe, por falta de conhecimento da língua japonesa. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, p.65)

Sentindo-se desafiada, a Mitsuko Kawai decidiu mostrar competência no trabalho, e principalmente evitar sinais de fraqueza “femininas”, como chorar, por exemplo:

Quando soube desse tabu, e ao sentir os olhares curiosos dos funcionários, que diziam claramente: Quanto tempo durará esta mulher?, a minha determinação de ser redatora fortificou-se mais ainda. Agora eu não podia recuar. Até então aquela redação fora um verdadeiro território exclusivo dos homens, mas por que uma mulher não poderia ser redatora? Obviamente eu não poderia competir com os homens em carregar peso, porém, em matéria de escrever artigos, eu poderia ser tão competente e eficiente quanto qualquer homem. Em vez de recuar, eu trabalharia no mesmo ritmo e no mesmo nível deles, e jurei que não derramaria lágrimas no serviço. Durante todo o tempo que trabalhei ali, ninguém me viu chorando. Acho que meu espírito de luta nasceu nesta época.

Apesar de muitos acontecimentos, fui a primeira e a última mulher que trabalhou durante onze anos na redação do São Paulo Shinbun, até que tive de pedir demissão, por causa da doença de meu marido. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, p.65-66)

O depoimento de Célia Abe Oi confirma que o ambiente das redações dos jornais nipo-brasileiros era predominantemente masculino, mesmo nas décadas de 1970 e 1980. Embora os jornalistas e intelectuais da comunidade fossem valorizados pelo seu papel de divulgadores dos valores japoneses e de orientadores sobre os rumos comunidade na sociedade brasileira, havia um lado sombrio pairando sobre algumas redações e profissionais:

Não havia jornalistas mulheres - naquela época, a profissão de jornalista era vista como algo a ser praticado por homens, e na realidade, como dizia meu pai, não era uma redação habitada por homens absolutamente honestos e bem intencionados. Havia os intelectuais, mas também havia aqueles que não deram no couro na lida na roça e que saíram para a cidade em busca de alguma coisa para fazer... Se sabia escrever bem, acabava entrando para o jornal...

Alguns eram morais e éticos, outros bandeavam pelo lado mais fácil da chantagem... é bastante falado o lado do jornalismo marrom da comunidade...

Tenho a impressão que eu e a Érika Takahashi (sobrenome de solteira) fomos as primeiras. Junto comigo, no Página Um, trabalhou a Eli Tatizawa que era mais de bastidores - era quem revisava e reescrevia os nossos textos... Cuidava da diagramação (embora todos os envolvidos também dessem seus palpites). É até hoje minha grande amiga.

Outras mulheres também passaram pela redação, mas não ficaram muito tempo. Depois apareceu a Fátima, no jornal concorrente... Modernamente, e isso estamos falando da década de 90 apareceram outras - com destaque para Katia Sattomura que trabalha na página portuguesa do São Paulo Shimbun. E, a novíssima geração que começou a aparecer com a comemoração do Centenário. (Célia Abe Oi, depoimento em 06/10/2010)

Célia Abe Oi representou não apenas a chegada de mulheres no jornalismo nipo-brasileiro, mas a tentativa de renovação do jornalismo de comunidade. Em seu relato ela deixa claro que houve resistências e portas fechadas por parte dos jornalistas veteranos, mas que foi possível ocupar espaços, à custa de muita insistência e esforço para provar a competência profissional:

Acho que com o tempo essa turminha de moleques e de mocinhas (claro que tinha homens em nosso grupo!) passou a ganhar respeito e até alguns amigos admiradores.

Mas acho que, felizmente, trabalhávamos numa empresa de poucos recursos humanos e financeiros – então, quando os redatores da língua japonesa descobriram que podiam confiar em nós (digo, que éramos esforçadas!), aceitaram trabalharmos em conjunto nas grandes coberturas

(por exemplo, visita do então príncipe herdeiro ao Brasil!). No dia a dia não éramos tratadas com desprezo, mas quando precisamos de alguma coisa sempre tínhamos de ir pedir para eles nos ajudarem – não ofereciam os préstimos (acho que isso deve ser da cultura japonesa!). Relembrando isso, fico imaginando que, realmente, éramos diferentes das outras mulheres nikkeis... (Célia abe Oi, depoimento em 06/10/2010)

As novas gerações à frente das editorias em português dos jornais nipo-brasileiros, que Kátia Sattomura representa, reconhece as mudanças que Célia e sua geração inauguraram nas redações, embora permaneça o desafio de provar sua competência:

Admiro vários jornalistas que de uma forma ou outra acabam tornando-se espelhos na profissão (Neide Duarte, por exemplo). Na mídia nikkei, como venho de uma geração pós-Célia Oi, não tive muita dificuldade no trabalho. Exatamente por ser mulher e jovem, precisei me impor mais e mostrar trabalho, ate porque o mercado era predominantemente masculino e idoso. Hoje, o cenário está mudado, mais jovens, mulheres e não nikkeis atuam na imprensa nipo-brasileira. (Kátia Sattomura, depoimento em 28/10/2010)

A discriminação em relação às mulheres pode ter diminuído, mas não foi erradicado das redações e do ambiente *nikkei* de forma geral. Kátia Sattomura reconhece que:

Apesar dos japoneses serem muito machistas, não lembro de nada tão marcante... [situações decorrentes de ser uma profissional mulher] Houve uma ocasião, contudo, que só era eu em um grupo todo de homens em um lançamento de automóvel fora do Brasil. Aliás, não hoje, mas anos atrás a participação feminina em editoria de veículos era contada nos dedos de uma mão...

[Quando você fala apesar dos japoneses serem muito machistas é sobre a mentalidade dos japoneses, na sociedade nikkei ou no ambiente das redações nipo-brasileiras?] Digo sobre os japoneses e isseis em todos os âmbitos, embora tenha melhorado muito com o passar dos anos. Nada muito transparente, com indícios sutis em atitudes. (Kátia Sattomura, depoimento em 21/10/2010)

A atuação nos jornais da comunidade no Japão pode levar as jornalistas a se defrontarem com condições semelhantes, confirmando que a discriminação contra a mulher no trabalho e no cotidiano está presente em diversas sociedades, independente do sistema de produção, modelo de governo ou orientação religiosa. Mami lembrou alguns episódios durante o trabalho que decorreram do fato de ser uma jornalista do sexo feminino:

A única coisa estranha foi a entrevista que fiz em outro jornal para vaga de repórter, na hora que descobri que o salário da mulher era menor que a dos homens. Isso não dava para tolerar.

E nas delegacias japonesas. Ou era muito bem tratada ou desprezada. Em Toyota, foi difícil os policiais me atenderem. E saí de lá sem resposta.

Ah! Lembrei-me de um episódio. Foi após o terremoto de Kobe, em 1995. Lembro que escrevi um artigo sobre a postura da imprensa diante dos familiares das vítimas brasileiras. Um repórter achou que era sobre ele o comentário e foi tirar satisfações apesar de o artigo não citar seu nome.

Essa questão é subjetiva. Não posso afirmar que essa intimidação ocorreu pelo fato de ser mulher. Mas, vejo que se fosse homem, o jornalista pensaria duas vezes em ir até a redação onde eu trabalhava para tirar satisfações.

O rapaz fez um escândalo, derrubou coisas na redação e saiu de lá batendo a porta de vidro. Foi um horror! (Mami Yasunaga, depoimento em 08/10/2010)

Andréia Ferreira aprofundou a questão da sutileza dos preconceitos em relação às mulheres no ambiente nipo-brasileiro, mas relembra uma situação concreta, em que um homem não queria ser atendido por ela, unicamente pelo fato de ser uma jornalista mulher:

Uma vez um homem ligou na redação da Made in Japan em São Paulo querendo falar com o editor. Expliquei que eu era a editora e ele perguntou se não tinha um homem para atendê-lo, alguém acima do meu cargo. Eu disse que acima de meu cargo, no Brasil, só estava o diretor de redação, que estava viajando. Então se ele queria falar com alguém que mandava tinha de ser comigo. Mas que, se ele preferia falar com um homem, meu editor assistente poderia atendê-lo.

No meio nikkei no Japão nunca tive problemas em falar com os empresários brasileiros, comerciantes e até marginais. Mas no meio empresarial japonês, pesava muito a burocracia, mais que o fato de ser mulher, apesar de também haver essa diferença muito, mas muito sutil. Tudo isso, claro que sempre dentro daquela aparência de serenidade nipônica, com esquivas, com empecilhos, nunca diretamente. (Andréia Ferreira, depoimento em 04/11/2010)

Para Fátima Kamata o fato de ser mulher em nada influenciou sua atividade jornalística. Ressalta que é a identidade cultural, de *nikkei*, que marca sua atuação no jornalismo:

Em 15 anos de Japão, trabalhei com homens, mulheres, nikkeis e não nikkeis. O fato de ser mulher em nada influenciou minha atividade jornalística. Não digo o mesmo de minha experiência de vida na colônia: o fato de ser descendente de japoneses e ter feito a mim a maioria dos questionamentos sobre identidade cultural, me ajudam a entender melhor os problemas de

outro nikkei. Aprendi o sentido de Ganbatte (esforce-se) e de Hito ni meiwaku kakenai (não incomodar terceiros). E tenho a impressão de que os colegas com histórico semelhante foram forjados da mesma forma, ouvindo de seus pais a importância do coletivo em detrimento do individual (na Folha, meu conceito de trabalho era o inverso). (Fátima Kamata, depoimento em 14/12/2010)

O papel de cuidar da casa e dos filhos costuma ser uma atribuição considerada feminina, com raízes profundas em muitas sociedades ocidentais e uma tradição ainda em vigor na sociedade japonesa. Mitsuko Kawai dedicou-se ao jornalismo e à carreira de escritora com empolgação, mas enfatizava que o fazia sem prejuízo do bem-estar da família. O ingresso no jornalismo ocorreu depois que os filhos estavam mais independentes. Mesmo trabalhando fora, nunca se descuidava dos afazeres domésticos, e ainda cuidava do marido doente:

Ser jornalista depois dos 54 anos não fora muito fácil, e exigiu de mim uma rápida transformação para me adaptar ao ambiente diferente. Ser jornalista e, ao mesmo tempo, dona de casa, também não fora nada fácil. Ainda mais que tinha que cuidar de meu marido, que sofria de Mal de Parkinson, como enfermeira. Era uma verdadeira maratona.

Terminando o dia de trabalho, voltava gastando uma hora entre metrô e ônibus. Depois de cuidar dos afazeres de casa, e após um banho quente, sentava-me à máquina para escrever meu livro.(...)

No dia de sábado e no domingo, não podia nunca descansar. Geralmente o sábado era de limpeza, enquanto no domingo caprichava mais na comida, já que durante a semana, por falta de tempo, eu fazia as comidas que dão menos trabalho. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, p.67)

Os desafios de conciliar a carreira com os cuidados com a família permanecem praticamente os mesmos para as profissionais, apesar da maior contribuição dos parceiros na vida doméstica. Fátima Kamata comentou sobre as diferenças de morar no Japão, onde as escolas cobram muito mais a presença dos pais e não há empregadas para auxiliar no serviço doméstico. No caso de estrangeiras, como ela, não é possível contar com parentes, como as avós, para socorrê-las nas emergências:

Não sei como é sua rotina, mas suponho que seja tão corrida quanto a minha. Talvez a diferença em nossas agendas de trabalho ocorra por influência do país onde vivemos. Aqui [no Japão] não temos empregada para nos ajudar a cuidar da casa, não temos mãe para nos socorrer com as crianças. E ainda por cima, as escolas cobram muito a presença dos pais na vida escolar.

Não é raro chegar em casa e encontrar meus filhos dormindo. Olho para aquelas carinhas e fico me sentindo culpada por ser uma mãe tão relapsa. Dou um jeito na casa e lá vou eu, pra frente do computador. De manhã é aquela correria: café da manhã, roupas na máquina e cada um segue seu caminho.

Assim que meus filhos nasceram, precisava retornar logo pro trabalho. Não podia deixar nas creches, por causa do horário. Teria que pegar as crianças até as 19h - impossível pra mim. É por isso que muitas mulheres abandonam a carreira ou nem fazem filhos.

Tive a sorte de conhecer uma senhora japonesa, professora aposentada, que passou a cuidar dos meus filhos na casa dela desde quando os meninos tinham três meses de idade. Ela é meu braço direito, fica com as crianças até o horário que for preciso. Nos dias de fechamento do jornal, chegava na casa dela de madrugada. Hoje, meu marido consegue pegar as crianças mais cedo.

Ainda sofro muito por obrigar meus filhos a acompanharem esse ritmo. (Fátima Kamata, depoimento em 14/12/2010)

Perguntada sobre a mudança em seu sobrenome – ela era Fátima Yamamoto enquanto atuou como jornalista no Brasil, Fátima Kamata explicou os motivos que a levaram a adotar o sobrenome do marido:

Quanto ao sobrenome, inicialmente pensei em continuar assinando meus textos como Fátima Yamamoto. Porém, quando ia cobrir evento japonês ou ir a locais onde exigiam a apresentação de documento, quase sempre ocorria uma confusão. Meu cartão de visita estava Yamamoto, mas minha carteira de estrangeiro (gaikokujin toroku) trazia Kamata.

Depois de muitos incidentes, resolvi então adotar o sobrenome como estava oficializado dos documentos. Não pensei muito nas consequências dessa mudança, também porque aqui todos me chamam de Fátima-san. Se estivesse no Brasil, com certeza iria estranhar ver minhas iniciais passarem de FY para FK. Mas aqui no Japão, onde ninguém me conhecia, nada disso me afetou. Porém, confesso que se precisar voltar a ser Yamamoto, não vou me reconhecer. (Fátima Kamata, depoimento em 14/12/2010)

Direitos básicos relacionados com a maternidade ainda requerem desgastes com os empregadores. As profissionais precisam contar com a compreensão pessoal de chefias para contornar a divisão desequilibrada dos cuidados com os filhos, que costuma sobrecarregar a mãe em detrimento do pai. Mami Yasunaga fez uma avaliação do papel da maternidade em sua carreira:

Creio que ainda vivemos num mercado machista. Fui registrada, sob protestos dos donos da agência, 6 meses após anunciar minha gravidez. O bacana é que encontrei chefes compreensivos para cuidar da Marie quando precisava. De certa forma, apesar dos entraves, limitações etc., vejo que a maternidade nos motiva mais. Mas, ao comparar com meus amigos do sexo oposto, vejo que eles têm um desempenho maior na carreira profissional, pois conseguem centrar nela sem se preocupar com os filhos, que estão sob os cuidados das devidas esposas. (Mami Yasunaga, depoimento em 20/12/2010)

3. Os desafios de trabalhar no jornalismo nipo-brasileiro

As entrevistadas apontaram as muitas especificidades do trabalho em veículos nipo-brasileiros. Os maiores desafios parecem derivar da atuação numa mídia especializada, e não do fato de serem profissionais mulheres. O jornalismo nipo-brasileiro apresenta demandas distintas da chamada grande imprensa, que via de regra não são debatidas nos cursos de jornalismo. As profissionais aprendem na prática a fazer o jornalismo comunitário étnico:

Digo sempre para todos os colaboradores: se você faz um jornalismo nipo-brasileiro, você faz qualquer um. O desafio diário é triplamente maior que qualquer outro da grande imprensa, por exemplo. Pela restrição de personagens e fatos, a nossa apuração deve ser mais criteriosa, devemos estar atentos o tempo inteiro. Por conta disso, é um trabalho que desgasta, estressa, mas da uma grande satisfação quando damos um furo antes da concorrência ou quando alguém nos parabeniza. Acredita que toda vez que encontro com o presidente do jornal do concorrente ele vem parabenizar? (Kátia Sattomura, depoimento em 21/10/2010)

No caso do jornalismo nipo-brasileiro que floresceu no Japão no auge do fenômeno *dekassegui*, especialmente nos anos 1990, Fátima Kamata resgata o contexto em que os jornais para brasileiros surgiram no Japão. No início, os *nikkeis* brasileiros foram trabalhar no Japão com a intenção de voltar rapidamente ao Brasil:

Nos primeiros anos da década de 1990, o pessoal chegava com visto de três anos, disposto a trabalhar no que fosse preciso para realizar logo os seus sonhos. Não tinha tempo nem interesse em conhecer o Japão. Mas a saudade não deu para esconder. Foi aí que nasceu o jornal International Press, em 1991, trazendo na capa da primeira edição uma bandeira brasileira. A divulgação foi feita em porta de fábrica. Era difícil diferenciar o operário japonês do brasileiro nikkei. A bandeira estampada na capa ajudou a identificar o público do jornal.

Nesse primeiro ano do International Press eu ainda estava na Folha. Folheando as edições antigas, vi apenas uma apanhadão de notícias do Brasil (de política a futebol). Era mais trabalho de edição. Passado o primeiro triênio, os brasileiros não desistiram de seu sonho de kasasegui. Renovaram o visto, só que desta vez resolveram trazer a família. Mulher e filhos. Quem estava em idade para trabalhar, juntou-se à tropa de operários. As crianças e adolescentes até 14 anos foram pra escola japonesa ou ficaram sozinhos em casa.

Cheguei nesse período, quando o jornal começou a produzir seu próprio conteúdo no Japão - não reproduzia mais 100% do material vindo pelas agências de notícias. (Fátima Kamata, depoimento em 12/12/2010)

O jornalismo realizado para a comunidade de brasileiros exige procedimentos diferentes dos adotados no Brasil para solicitar entrevistas ou participar de coletivas com fontes japonesas.

Pela minha experiência de trabalho no Brasil - trabalhei por seis anos na revista Istoé e depois na rede Record antes de ir ao Japão - estava acostumada ao fato de a maioria das pessoas conhecerem os veículos de comunicação nos quais trabalhei. No Japão, a imprensa de kasasegui - pelo menos há cerca de 10 anos atrás - era praticamente desconhecida das fontes oficiais japonesas e grandes empresas. Era tão curioso que o jornal do qual fui editora virou reportagem da versão em inglês do Asahi Shinbun, o Asahi Evening News. Fui entrevistada para falar de imprensa étnica...

Então, na própria redação do Jornal Tudo Bem e da Made in Japan, éramos instruídos (informalmente pelo pessoal que estava lá há mais tempo) a nos vestir mais formalmente para as coletivas, a jamais esquecer os cumprimentos e entregar o meishi [cartão de visitas] de forma correta. Esses detalhes sutis contavam pontos para o sucesso de reportagem, tanto quanto a qualidade da apuração. (Andréia Ferreira, depoimento em 04/11/2010)

Para a entrevista, além da pontualidade, formalidade, perguntas graduais e previamente enviadas e linguagem são necessários cuidados especiais com a aparência, constatou Andréia, havendo padrões rígidos para homens e mulheres:

Outra recomendação, feita logo de início pelos veteranos aos mais novos, é sobre o tipo de roupa adequado para encontrar-se com as fontes japonesas ou comparecer a coletivas. É recomendável o uso de terno e gravata para os homens e terno e saia para as mulheres. Sempre de cor escura: preto ou azul marinho. E camisa branca, porque o branco passa a impressão de higiene para os japoneses. Não se deve colocar nada dentro dos bolsos do paletó; a gravata deve ser discreta, os sapatos, pretos ou marrons, de couro, cabelos curtos, barba feita e evite usar perfume.

Para as mulheres, a saia deve ser na altura dos joelhos, a camisa branca ou de cor clara, fechada no pescoço de modo que não mostre um decote profundo. Usar meia calça sempre. Nas unhas, uma leve base e evitar perfume. A maquiagem está liberada, aliás, é raríssimo encontrar uma japonesa sem maquiagem nas ruas. Base, pó compacto ou uma base muito comum.¹⁷⁸

A pesquisa registra também a grande proximidade dos jornalistas com seu público leitor – era comum os telefonemas às redações para conversas e desabafos – nos primórdios da imprensa de kassegui:

A relação entre correspondentes e leitores era ainda mais estreita, pois o correspondente estava sempre nos lugares-chave dos acontecimentos. Ele virava um misto de celebridade e posto de serviços para as questões mais diversas: ouvia reclamações trabalhistas, tirava dúvidas sobre visto, recebia convites para festas, posava para fotos com desconhecidos, opinava se era melhor fazer tratamento dentário no Japão ou no Brasil, entre outros.¹⁷⁹

No contexto do trabalho jornalístico, a pesquisadora constatou os problemas decorrentes destas relações mais estreitas: “Se por um lado a proximidade ajudava na obtenção de dados e personagens para o trabalho, por outro deixava os jornalistas mais vulneráveis a pressões e cobranças. O jornalista tinha que tomar cuidado quando fazia matérias envolvendo denúncias, crimes ou iam contra alguém que se achasse prejudicado”¹⁸⁰.

Esse paradoxo sempre rondou o jornalismo nipo-brasileiro feito no Brasil: pela sua própria natureza o jornal precisa estar próximo de seu público, que por sua vez também é fonte das matérias e patrocinador do veículo, por meio de anúncios ou troca de favores. Como manter a objetividade e criticar pessoas e entidades que fornecem as pautas e oferecem cortesias?

¹⁷⁸ Op.Cit., p. 52

¹⁷⁹ Op. Cit., p. 35.

¹⁸⁰ Op. Cit., p. 36.

Andréia Ferreira destacou as diferenças entre a relação com as fontes no Brasil, segundo as normas da chamada grande imprensa, e as regras no contexto japonês:

Na Istoé eu cobria Brasil e Geral. Na Record, idem, então estava acostumada a ir em porta de cadeia, a espremer políticos, a ficar no empurra empurra para pegar aspas de prefeito corrupto (Pitta), governador (Covas), acidentes (TAM e Osasco Plaza), enchentes (Jardim Pantanal) etc. E nessas editorias éramos malvistas se aceitássemos algum jabá. Meus chefes cansavam de mandar devolver gravatas e uísques.

Imagine o meu espanto quando no Japão entrevistado e entrevistador podiam trocar presentes!!! E ter gente que cobrava por entrevista!!! E ter japonês ou nikkei que não queria falar com mulher?????? (Andréia Ferreira, depoimento em 04/11/2010)

A identificação com o público foi confirmada por Fátima Kamata como característica marcante do jornalismo nipo-brasileiro, mas ela deixa claro que não encara a profissão como parte de um “processo terapêutico”. Desta forma, diferenciou o atual momento da imprensa étnica para brasileiros no Japão do que ocorria no passado da imprensa nipo-brasileira, marcada por discussões sobre identidade e papéis sociais de uma minoria no país de fixação:

Eu me identifico com os leitores (hoje, telespectadores), porque igualmente sou parte dessa diáspora. Sou uma imigrante no Japão, com as mesmas obrigações e responsabilidades de qualquer estrangeiro. Compartilho os problemas com outros conterrâneos, mas jamais tomo o jornalismo étnico como um divã. (Fátima Kamata, depoimento em 13/12/2010)

Fátima Kamata destacou as grandes diferenças entre os dois tipos de jornalismo, provocadas principalmente pelo grau de integração do público ao país em que residem:

Assim que cheguei no Japão, em maio de 1995, descobri que o modelo de jornalismo aplicado nas páginas em português do Jornal Paulista não ia servir para a comunidade brasileira daqui.

No Brasil, escrevia para um público alfabetizado em português e em condições de buscar em qualquer fonte as informações básicas sobre o mundo ao seu redor. O jornais da “colônia” serviam mais para reforçar nossa imagem nikkei. Era quase um exercício narcisista, onde falávamos de nós para nós mesmos.

No Japão, o discurso é um pouco diferente. Nós nos dirigimos para um grupo de aventureiros analfabetos em japonês, que precisa ter o mundo ao seu redor traduzido. Esse papel do jornal como um guia de sobrevivência ficou muito nítido nos primeiros anos desse fenômeno que chamamos de dekasegui (e completou 20 anos)

Esse histórico é só para mostrar que, apesar de muitas semelhanças, o jornalismo étnico daqui é diferente do que fazia no Brasil, por causa do grau de integração do nosso público leitor ao país onde vive. Se for comparar, o que fazemos aqui está mais próximo ao que os japoneses faziam para seus leitores da página em nihongo do Jornal Paulista. (Fátima Kamata,, depoimento em 12/12/2010)

O atual papel do jornalismo para a comunidade de brasileiros no Japão foi definido por Fátima Kamata como o de mediador da realidade japonesa para os brasileiros residentes naquele país:

Hoje, atuamos como uma ponte. Fazemos muitas matérias com os japoneses a respeito da política migratória. Também não falamos mais de nossos leitores como pessoas em trânsito, nem como dekaseguis. Hoje, tratamos todos como imigrantes. Incluimos um ingrediente a mais, que é o contato mais freqüente com o lado japonês. Esse trânsito nos permite atuar como uma ponte entre brasileiros e japoneses.

Muitos órgãos públicos japoneses, entidades e a polícia acompanham nosso trabalho para saber o que se passa na comunidade. Como eles têm dificuldades para se dirigir ao grupo de brasileiros, recorrem à imprensa para passar o recado. Ser pombo-correio não é exatamente um grande papel, mas é um reconhecimento da importância da imprensa étnica. (Fátima Kamata, depoimento em 12/12/2010)

O papel de mediador sempre foi muito claro para o jornalismo nipo-brasileiro no Brasil, principalmente nas suas páginas japonesas. Mitsuko Kawai teve a iniciativa de acrescentar um elemento novo para o intercâmbio de culturas: foi responsável pela primeira tradução de um romance brasileiro nas páginas do Diário Nippak, que como os demais jornais nipo-brasileiros, costumava publicar apenas autores japoneses. Ela considerou importante apresentar um romance brasileiro para os leitores, que normalmente desconheciam totalmente a literatura brasileira:

No meu segundo ano no Diário Nippak, o senhor Nakabayashi [editor e diretor presidente do jornal] tomou uma decisão inédita na colônia japonesa: resolveu publicar em capítulos “A Muralha” de Dinah Silveira de Queros (...)

O romance “A Muralha” foi escrito por ocasião do 4º Centenário de São Paulo, e quando o li, fiquei empolgada com a história e a aventura dos desbravadores na época da colonização do Brasil, principalmente a coragem e a determinação das mulheres, que sofriam na ausência dos homens. (...) Para mim, parecia que estava lendo uma das histórias do antigo Japão, na época do samurai. De fato, achei muita semelhança entre esses homens do sertão e os samurais do antigo Japão. (...)

E pensei: se traduzisse esse romance para a língua japonesa, muita gente da colônia japonesa, que tem dificuldade em ler português, poderia apreciar a essência desse romance. (...)

Resultado, os leitores, em geral, não somente aceitaram a tradução de “A Muralha”, como eles a estavam lendo com muito interesse. Os comentários, na maioria, eram favoráveis! (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, pp. 61-62)

Depois do sucesso de “A Muralha”, Mitsuko Kawai traduziu “O Guarani”, de José de Alencar, e uma biografia sobre Lampião, que também obtiveram grande aceitação e elogios dos leitores do Diário Nippak:

Como se sabe, “O Guarani” é uma das principais obras de José de Alencar (...) A cada página me impressionava com sua grandeza e com a essência que o autor transmitia. Eu o concluí com grande satisfação. Felizmente, esse romance também foi bem recebido pelos leitores. (...)

Enfim, quando começou a publicação de Lampião, com as fotografias extraídas dos livros, a repercussão foi grande (...)

Um dia, o chefe da seção de venda chegou na minha mesa sorridente, para me agradecer: – Graças a seu trabalho, o número de leitores está aumentando cada vez mais! (...)

Eu recebia muitas cartas e telefonemas dos leitores que estavam gostando. (...) Com esse resultado, mesmo sem receber um cruzeiro de extra, eu estava feliz, porque o meu trabalho era com o objetivo de divulgar, não para ganhar dinheiro. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, pp. 63-64)

Fátima Kamata avaliou o papel do jornalismo étnico feito no Japão, que precisou se adaptar ao fato de que os brasileiros não estavam mais temporariamente no país. Os jornais não podiam se limitar aos eventos sociais, pois o público precisava de informações para sobreviver e interagir no Japão :

Em pouco tempo, os brasileiros precisaram interagir com os japoneses - era na escola, na prefeitura, no hospital. Os intérpretes contratados pelas empreiteiras eram acionados 24 horas por dia para ajudar esses trabalhadores. Assim como o jornal, que passou a publicar mais informações sobre o dia a dia no Japão. Como matricular o filho na escola japonesa, como separar o lixo, como acionar uma ambulância, como uma série de coisas. Em poucos anos, surgiam concentrações de brasileiros e as comunidades.

Nessa fase, eu me lembrei muito do Jornal Paulista e do jornalismo de sofá (os entrevistados vão para o prédio da empresa para anunciar seus eventos), do tipo “umbigo” - para falar da comunidade para a comunidade. Mas foi por pouco tempo, porque os problemas sociais gerados pelo descaso com os jovens nos obrigaram a rever nosso papel. O jornalismo étnico não pode se restringir ao social e ao ufanismo. (Fátima Kamata, depoimento em 12/12/2010)

O “jornalismo de sofá”, expressão resgatada por Fátima, era uma “praga” da imprensa nipo-brasileira, segundo Ângelo Akimitsu Ishi¹⁸¹, referindo-se ao domínio das matérias sobre festividades nas páginas em português dos jornais da comunidade. No “jornalismo de sofá”, os dirigentes de associações chegavam à redação, passavam os dados do evento e tiravam uma foto no sofá para ilustrar a matéria. A prática gerava textos apáticos e fáceis, em que nenhum esforço de reportagem era necessário.

Nos anos 1980 era este o jornalismo que predominava nas editorias em português dos três jornais da comunidade que circulavam diariamente em São Paulo, apesar das ricas experiências do passado, como os artigos instigantes dos primeiros tempos do Jornal Paulista ou as matérias combativas do Página Um. Mesmo nas páginas da redação japonesa, o fechamento da edição diária dependia desse “jornalismo de sofá” e das traduções de matérias publicadas nos grandes jornais brasileiros, conforme registrado por Mitsuko Kawai sobre seu trabalho:

Minha função no jornal era ler vários jornais e revistas e traduzir para a língua japonesa os artigos que achava mais interessantes.

De modo que os assuntos se estendiam para todos os campos, desde acontecimentos pitorescos, humorísticos ou catástrofes, até outros, sobre esporte, religião, medicina, moda, música,

¹⁸¹ ISHI, Ângelo Akimitsu. Sofá nunca mais: Por uma revolução no jornalismo nipo-brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP, 1988.

literatura, cinema, enfim cultura em geral, história, agricultura, economia, chegando à política. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, pp.58)

Para Mitsuko Kawai, a imprensa nipo-brasileira foi uma oportunidade de conhecer muitas pessoas e vivenciar situações diferentes da sua antiga rotina. As memórias de Mitsuko Kawai valorizam o papel do jornalismo na prestação de serviços, com a divulgação de informações relevantes para a comunidade, voltadas para o lazer, a saúde ou a ajuda mútua. No cotidiano da redação, as visitas se sucedem e o importante e o fútil se misturam:

Os dias passavam muito rápidos, todos os dias havia visita de pessoas diferentes, começando com os políticos, que apareciam na época das eleições, os estudantes que ganhavam as bolsas de estudo para ir para o Japão, os empresários que queriam fazer propaganda de seus produtos, alguém à procura de um parente desaparecido, pais desesperados querendo levar seus filhos, que sofriam de doença grave, para serem operados no exterior, pedindo ajuda para os leitores do jornal, associações ou grupos que promoviam festas, para serem anunciadas no jornal, etc... (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, p. 68)

As considerações de Mami Yasunaga sobre o jornalismo no âmbito nipo-brasileiro evidenciam as limitações daquele “jornalismo de sofá”, mas mostram sua satisfação com outras experiências que vivenciou ao longo de sua carreira:

No Japão era basicamente um jornalismo de serviço.

Gosto muito de fazer jornalismo de serviço. Dessa forma, me senti realizada com o trabalho no Japão. Também tive a oportunidade de cobrir desde a morte dos brasileiros a desfile de moda de grandes estilistas ou a jogos de vôlei pelo Grand Prix. Ou seja, me possibilitou transitar por editorias diferentes.

Agora no Brasil, parecia mais um jornalismo de associação. Achava engraçado as pessoas trazerem resultados de jogos de baseball para serem publicados. Apesar de que devemos considerar que a parte em língua portuguesa era apenas um complemento, pois o principal estava em japonês, que é muito mais amplo.

Creio que o Wiliam Kimura tentou inovar no Jornal Paulista.

A proposta da revista Japão Aqui e Made in Japan também era de um jornalismo com matérias mais elaboradas. (Mami Yasunaga, depoimento em 01/10/2010)

Sua passagem por vários projetos envolvendo Brasil e Japão revela a existência de oportunidades contínuas neste mercado, embora os projetos nem sempre sejam duradouros:

No Brasil, tive a oportunidade de fazer uma matéria sobre a pré-temporada de dois times de futebol da J-League para uma revista japonesa especializada em futebol.

Ainda sobre a imprensa japonesa, também tive a oportunidade de trabalhar para o programa The Scoop, da Tv Asahi, para um programa que tinha como foco a morte do nikkei Herculano, em Komaki (Aichi-ken). Gravei cenas como repórter falando em japonês e em português, em várias cidades como Komaki, Nagoya e Gunma. Mas, o programa mudou de rumo e essas cenas não foram ao ar (uma pena, acho que as minhas falas não eram convincentes).

Voltando ao Brasil fui trabalhar em outros setores, mas vi que só sabia escrever. Assim, em 2000 entrei numa assessoria de imprensa, que me contratou justamente pela vivência no Japão, pois acabara de fechar um contrato com uma editora de produtos japoneses (Conrad). Fiquei dois anos e meio e depois mudei de área (defesa do consumidor e ouvidoria da prefeitura).

Em 2008, trabalhei junto à imprensa nikkei, mas como assessora de imprensa do Monumento do Centenário feito pela Tomie Ohtake, no aeroporto de Guarulhos.

No mesmo ano, também fiz matérias para a Revista Nippon e trabalhei num livro sobre a história do clube São Judas Tadeu (de atletismo).

Em 2009, comecei a atualizar o Wap Japão da Abril Digital (mobile). É o conteúdo da Abril no Japão, por meio da Pokebras, do grupo IPC. Ou seja, ainda estou ligada ao jornalismo nipo-brasileiro. (Mami Yasunaga, depoimento em 01/20/2010)

Protagonista e testemunha privilegiada das transformações do jornalismo nipo-brasileiro – passaram-se mais de trinta anos desde que iniciou sua carreira –, Célia Abe Oi destaca que os jornais da comunidade, especialmente em suas editorias de língua portuguesa, tiveram papel fundamental para a reflexão e discussão:

Acho que o jornalismo teve uma profunda importância para o desenvolvimento da comunidade nipo-brasileira, em termos de informações/orientações e por seu papel de formador de opinião. É certo que em 1978 quando iniciei na área, já se falava em crise, diminuição dos leitores... Era uma época de grandes mudanças...

No entanto, no setor em que iniciei, a editoria em português, tinha uma função diferente – digo, nada mais era que um apêndice das páginas em japonês. Creio que, desde o término da Segunda Guerra, ocasião da reformulação dos jornais de língua estrangeira (acho que devia existir alguma lei nesse sentido!), os jornais eram obrigados a manter uma parte em língua local.

Mas, enfim, o fato é que durante todo esse tempo vinha sendo mantido como apêndice – e sendo uma página para desenvolver a parte comercial e social (puxar o saco das pessoas ricas e famosas!). Claro que existem exceções – vide o trabalho intenso desenvolvido por José Yamashiro logo após a Guerra... (Célia Abe Oi, depoimento em 06/10/2010)

A extinção de produtos no idioma nativo pode ser considerado consequência natural da integração dos estrangeiros ao país de fixação. Fátima Kamata levantou espontaneamente esta questão, que sempre esteve presente nos jornais nipo-brasileiros, fadados a desaparecer com a crescente integração dos descendentes à sociedade brasileira. No caso do jornalismo étnico, na prática os jornais impressos já deixaram de existir, com a crise que desempregou muitos trabalhadores brasileiros no Japão. O mercado para este jornalismo, porém, ainda existirá por longo tempo, pondera Fátima:

Quanto mais nossos leitores dominarem o idioma japonês, menor será o mercado da imprensa étnica. Só que esse processo deve demandar muito tempo, porque para chegar à fluência é preciso muitos anos de estudos. E a sociedade japonesa é fechada e hierarquizada demais para permitir que estrangeiros galguem tão rápido.

Se aprender o idioma japonês, será uma grande conquista. Infelizmente, muitos brasileiros não sabem nem o básico do japonês para se virar no dia a dia e vem perdendo a fluência no idioma materno. Interpretação do texto é bicho de sete cabeças pra muita gente. O canal de tevê em português ajuda a tornar todo noticiário mais digerível. (Fátima Yamamoto, depoimento em 12/12/2010)

Com o fim da era dos jornais impressos, Fátima Kamata, que era editora-chefe do *International Press* passou a comandar um telejornal com noticiário de interesse dos brasileiros residentes no Japão, encontrando novos desafios dentro do jornalismo:

Não sei se cheguei a comentar, mas deixei o jornal International Press em janeiro deste ano[2010]. O conteúdo do jornal impresso migrou para a web e o International Press em papel foi extinto. Desde então, estou à frente do departamento de telejornalismo da IPCTV/Globo Internacional, que faz trabalho semelhante pela comunidade. Depois de tantos anos na imprensa escrita, eu me sinto uma foca. Fico fascinada com as possibilidades do telejornalismo, só que tenho idade demais e vaidade de menos para querer aparecer no vídeo. Minha paixão é ir atrás de boas histórias (pergunto, seguro microfone, mas não me deixo filmar). Fátima Kamata, depoimento em 21/09/2010 e 12/12/2010)

4. O papel do jornalismo nas trajetórias de vida

O jornalismo, enquanto profissão, carreira ou ideal é mencionado como experiência altamente positiva, que gera satisfação e o sentimento de realização para as depoentes. Mitsuko Kawai relembrou sua relação com o jornalismo de forma entusiasmada. Mais que uma profissão, tornar-se jornalista foi uma grande oportunidade de fazer uma mudança radical em sua vida. Por ser um relato feito depois de deixar o jornalismo, e tom de recordação, o exercício da profissão está sempre ligado aos seus sentimentos na época e aos detalhes daquele cotidiano até então desconhecido para ela:

Assim, houve mudança de 180 graus em minha vida e eu comecei a trabalhar como jornalista!

Levantar cedo não era problema, porque a isso já estava acostumada há muito tempo, mas fazer a comida e preparar a marmita cedo e sair correndo estava completamente fora da rotina. Eu me lembro bem do primeiro dia. No ônibus eu ia pensando: o que é que terei que escrever? (...)

Minha maior preocupação era não cometer erros, portanto, quando acabava de escrever um artigo, lia-o duas ou três vezes, para não deixar escapar nada. Muitas vezes, na volta para casa, dentro do metrô lotado, repassava na mente os artigos que havia escrito naquele dia. De repente, encontrava a palavra que procurava, a que seria mais adequada do que aquela que usara no artigo, e imediatamente voltava para a redação, a fim de fazer a correção. O jornal era uma verdadeira escola para mim. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, pp. 57-58)

Além da satisfação de ter traduzido romances brasileiros com o objetivo de aumentar a compreensão dos leitores japoneses sobre o Brasil, registrou sua alegria pela retribuição das crianças que liam a página infantil do São Paulo Shimbun, da qual era editora:

Depois disso, dediquei-me mais à tradução de contos infantis, biografias de grandes vultos que se destacaram na história do Brasil, além de lendas, para serem publicados na página infantil, da qual eu era encarregada.

Entre os três jornais da colônia, o São Paulo Shimbun era o único que dedicava uma página para as crianças que estudam a língua japonesa. Os estudantes das escolas japonesas sentiam-se orgulhosos quando suas composições eram publicadas na página infantil. Através de muitas cartas que chegavam das professoras das escolas japonesas, deu para saber que a página infantil estava servindo de estímulo para quem estudava a língua japonesa.

Isso me deu grande satisfação e, ao mesmo tempo, senti grande responsabilidade, passando a esforçar-me mais para publicar artigos valiosos para as crianças.

Quando, no fim do ano, eu recebia inúmeros cartões de Natal escritos pelas crianças agradecendo meu trabalho, eu ficava emocionada. Só de sentir que meu trabalho estava sendo útil em alguma coisa, era minha melhor recompensa. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, pp. 66-67)

A dura trajetória anterior ao jornalismo de Mitsuko Kawai talvez a tenha feito valorizar como poucas as possibilidades da profissão de jornalista. Sua autobiografia e crônicas revelam uma vida inteira de sacrifícios. Aluna brilhante, é obrigada a abandonar os estudos para acompanhar a família na aventura da imigração para o Brasil. Casa-se muito jovem, sem romance, sem vestido de noiva nem festa. Sucessão de trabalhos pesados, sob o sol escaldante, mesmo grávida e carregando outros filhos pequenos. O ingresso no jornalismo, depois dos anos de luta e ausência de sonhos próprios, lhe abre novos horizontes:

Assim, cada vez mais eu me inteirava do mundo do jornalismo e me sentia bem nesse ambiente. O mais importante é que não fui despedida! (...)

Pouco a pouco fui me encaixando no mundo do jornalismo, que achava fascinante. Pela primeira vez na vida, eu estava sentindo o sabor da vida!

Escrevia praticamente 12 horas por dia, mas nunca me cansava. Pelo contrário, a cada dia havia novidades, com alguma coisa para aprender ou pessoas para conhecer, e isso me excitava, dando-me a sensação de estar sendo útil à sociedade. Com essa satisfação, eu trabalhava com um entusiasmo que antes nunca sentia. (KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994, pp.59)

Para Célia Abe Oi, o período no Página Um foi especialmente marcante, um momento da juventude em que o jornalismo era vivenciado 24 horas por dia, como um ideal não apenas profissional, mas de vida:

Quando eu te falo que éramos petulantes, na realidade éramos corajosos. Bom ter sido jovem, apaixonado pela informação. A gente vivia jornalismo (o grupo todo o Página Um, homens e mulheres) 24 horas por dia. Eram pessoas que não tinham como prioridade construir uma família, namorar ou qualquer outra ocupação de lazer, como um jovem normal. A gente gostava de fazer jornal. Para nossa seleção de pauta, ou melhor dizendo, para a nossa formação, pudemos contar com muitas cabeças maravilhosas, pessoas generosas que nunca se recusaram em transmitir o que

sabiam e de instigar a nossa curiosidade. Vivíamos atrás dessas pessoas, conversando, trocando idéias, tentando fuçar as coisas. E, a partir dessas informações íamos montando nosso jornalismo Página Um.

Talvez, sem falsa modéstia, poucas publicações conseguiram chegar àquele nível de conseguir investigar e sair escrevendo. Talvez porque tudo aquilo fosse novo para a gente, ou talvez porque os nossos orientadores fossem muito exigentes, o fato é que encarávamos aquilo com seriedade. A gente sentia muito responsável por aquilo que estava escrevendo e, por conta disso, a gente tinha vontade de esclarecer detalhe por detalhe. Verdade é que, naquela época, tínhamos maior briga com o diagramador. Era sempre um parto, porque escrevíamos muito além do que podia entrar numa página...

Acho que a gente acabou sendo a referência para algumas pessoas. Pessoas que concordavam com a gente, ou ainda que não achavam legal o que a gente estava fazendo... Mas o fato é que, de repente, apareceu uma molecada levantando um monte de coisas sérias, assuntos que até então nunca tinham sido tratado nos jornais da colônia. Sei que o pessoal do Takao chegou a fazer alguma coisa numa revista semanal, mas não foram muitas edições. O nosso propósito era de falar sobre a identidade e suas diferentes facetas. (Célia Abe Oi, depoimento em 07/10/2010)

Participar de momentos marcantes do país e da comunidade e mesmo de situações dramáticas são momentos marcantes na vida de qualquer jornalista. Quando há o reconhecimento do esforço realizado, como Kátia Sattomura relata, o trabalho torna-se gratificante:

Sobre o Lula foi pela dificuldade, mas não tanto no período da campanha, mas o pós. A 1ª coletiva dele foi cercada por um forte esquema de segurança e jornalistas disputando espaço.

Já sobre o sequestro do Ives Ota foi por um todo, a angústia de acompanhar a família sem poder noticiar (para não dificultar a negociação) e o desfecho trágico. Não dava para conter a emoção diante de um pai destruído, que mesmo com a dor agradecia aos jornalistas.

Agora sobre o premie Junichiro Koizumi foi por todo o trabalho também, árduo para correr atrás de um chefe de Estado cercado por seguranças nada educados (levei um empurrão na época). No final, nós, jornalistas da comunidade, tivemos a simpatia (e uma regalia a mais do que a grande imprensa, por nos atender diretamente) demonstrada por Koizumi. O choro dele foi inesperado para todo mundo, inclusive com direito a manchete no Japão.

Esqueci de falar também sobre o marco do Centenário, que fora os bastidores bagunçados, uniu os nikkeis e atraiu a atenção da mídia especializada e da grande imprensa. (Kátia Sattomura, depoimento em 28/10/2010)

Mami Yasunaga seleciona as reportagens que mais a marcaram, articulando essas experiências como uma “bagagem de vida”, que extrapola o currículo profissional. Embora tenha dúvidas se os fatos que reportou tenham lhe ensinado “técnicas de jornalismo”, seu depoimento é o que mais questiona o papel do repórter diante das tragédias humanas e a privacidade do entrevistado. Tudo a vale a pena para se conseguir uma boa matéria?, questiona-se:

Dois momentos que me marcaram muito como repórter foram:

Terremoto de Kobe – entrevistar e avisar a mãe de uma das vítimas brasileiras de que o Jornal Nacional daquela noite iria abrir com a retirada do corpo da filha. A mãe havia sido avisada pela sobrinha de que a filha estava bem, ou seja, tinha mentido para a tia. Essa vítima era minha ex-colega no bentoya de Kobe. Eu morava em frente ao prédio que desabou. Assim, lembro até hoje das palavras da mãe quando liguei para dizer que encontraram o corpo da filha: “Por que você está fazendo isso? Por que você diz isso? A minha filha está bem”.

Isso me ajudou na formação ética como jornalista. Me fez refletir por um bom tempo o quanto valia a pena fazer uma pessoa sofrer para conseguir um depoimento, umas aspas. Jornalismo não é feito por uma regra. Envolve pessoas que tem reações diferentes.

Brasileiro degolado – Um senhor havia sido degolado por outro brasileiro, pois ambos estavam envolvidos em um triângulo amoroso. O assassino escondeu a cabeça e um braço da vítima. Minha missão era entrevistar a viúva, que estava no interior do Paraná. O que explicar para ela? Não tive nem coragem de dizer como ele foi morto e muito menos que ele tinha uma amante no Japão. Vale a pena tudo isso para conseguir a notícia? Não. Eu sofria muito com isso.

Fora o caso Herculano, em Komaki. Me envolvi tanto que fui visitar os pais no interior de Minas, quando voltei par ao Brasil.

Teve mais um caso. Um brasileiro e sua namorada japonesa estavam assaltando uma loja de eletrônicos. A polícia atirou no brasileiro que morreu por hemorragia... isso porque foi atingido na perna. Perdi a coletiva da polícia, pois estava fotografando meninas para um pôster especial da Copa de 1998, que sairia encartado no jornal. Enfim, amigos de Nagoya me ajudaram a achar algum parente. Ele tinha um irmão, que morava em Tokyo. Colei nesse rapaz e fomos juntos à loja para horror do gerente e dos funcionários. Pois eu e ele éramos a descrição idêntica do brasileiro e de sua namorada japonesa, que tentaram roubar o estabelecimento. O gerente veio explicar gentilmente e deixarmos o local. Nessa hora caiu a ficha. Deve ser muito difícil para os japoneses aceitarem a presença dos brasileiros, uma vez que a diferença cultural é muito grande.

Resumindo: talvez não tenha aprendido tantas técnicas de jornalismo, mas com certeza ganhei uma bagagem de vida muito grande diante dessas situações (Mami Yasunaga, depoimento em 01/10/2010)

O contato com outra cultura e outras formas de exercer o jornalismo foram marcantes para Andréia Ferreira. Ela compara como atuava antes e depois de trabalhar em veículos nipo-brasileiros, e avalia as transformações vivenciadas na profissão:

O meu procedimento no dia a dia como jornalista era mais direto, exigia rapidez e precisão no Brasil. No Japão, a realidade é outra. A burocracia, o pedir corretamente, o seguir instruções, a obediência são valores que também são vistos e praticados pela imprensa. O jornalista no Brasil acha que está acima dos demais cidadãos, é meio juiz, meio delegado, meio médico, meio Deus. No Japão, ele é antes de tudo um cidadão, um igual e portanto sujeito às mesmas leis que todos.

Essa sensação de super que infla a imprensa brasileira - e a culpa disso são os modelos pseudoheróicos norte-americanos - é esfriada logo nas primeiras coberturas no Japão. São tantas restrições ao trabalho jornalístico que alguns ficam irritados e frustrados. A chave é entender como funciona a vida no novo país, como funciona a cultura, como se dão as relações entre japoneses e estrangeiros. A imposição de uma apuração à moda ocidental, a meu ver, contribui para atrasar ainda mais o processo de adaptação dos brasileiros ao país. Entender a cultura e respeitá-la não quer dizer deixar de lado o compromisso do jornalista de relatar os fatos, de fazer seu trabalho. É apenas um jeito diferente e mais eficaz de fazê-lo.

Como jornalista, aprendi que existem muitos meios para se apurar e publicar notícias além do modus operandi ocidental. E que qualidade de trabalho combina com respeito às fontes e entrevistados. O Japão exerce um jornalismo diverso do brasileiro. Essa é uma das conclusões a que cheguei com base na minha experiência pessoal e em pesquisas, conforme registra meu trabalho acadêmico. Mas, sobretudo, a experiência no Japão aprimorou meu trabalho, meu senso crítico e ampliou minha visão de mundo. Minha prática jornalística certamente melhorou e, inspirada no Japão, vou sempre buscar a perfeição. Isso é bem japonês não é? (Andréia Ferreira, depoimento em 04/11/2010).

No caso de Célia Abe Oi, o jornalismo é avaliado como gratificante pelas conquistas obtidas, especialmente as inovações que trouxeram para as redações dos jornais nipo-brasileiros, como a presença de mulheres e um jornalismo combativo:

Com o Página Um o nosso objetivo foi falar sobre coisas dos descendentes de japoneses – falar sobre a identidade e nós, jornalistas, nos colocarmos efetivamente com objeto/agente/autor desse jornalismo. Claro que algumas pessoas adoraram, outras abominaram...

Mas foi uma experiência muito interessante, não só pelo jornalismo que nos propúnhamos fazer (combativo!!!!), mas também pela parte cultural que queríamos desenvolver (falar sobre

diferentes aspectos da cultura japonesa sob a ótica jornalística!) e também pela presença rara de mulheres na redação. (Célia Abe Oi, depoimento em 06/10/2010)

A escolha e o tratamento das pautas no jornal Página Um foram marcadas pela vontade de mudanças não só no jornalismo mas também na mentalidade da comunidade nipo-brasileira, destaca Célia Abe Oi:

Imagine que chegamos a fazer uma matéria sobre hinin ou etá (aquele pessoal que, no Japão, é considerado pessoas sem alma, a escória da sociedade). Esse é um costume que havia antes da Segunda Guerra, mas que, ainda persiste essa discriminação. A gente acreditava (acreditamos ainda hoje!) que muitas dessas famílias marcadas por essa discriminação, decidiram emigrar ao Brasil para "apagar" essa situação, recomeçar tudo, literalmente. Claro que não encontramos ninguém que interessado em falar sobre isso, mas soltamos a matéria falando sobre essa escória. Foi uma coisa que chocou muita gente - acharam que não deveríamos falar sobre isso, porque revolver um passado de sofrimento? Outros consideraram uma grande descoberta!

Quando fizemos a matéria da guerrilheira foi a maior briga - muita gente protestou e disse que não deveríamos ficar falando desses comunistas, violentos guerrilheiros que pegaram em armas e que só manchavam a boa imagem dos imigrantes japoneses. Imagine que nem a família dela quis nos receber! Era uma verdadeira vergonha. Por conta dessa matéria, ficamos conhecidos como o grupo dos comunistas, os vermelhos. Aliás, até hoje, muitos acham que sou comunista... (Depoimento de Célia Abe Oi, 07/10/2010)

Fátima Kamata explicita a paixão pelo jornalismo em si, pela arte de interpretar o mundo e poder difundir as informações para um público específico:

Não me acho uma pessoa articulada, de boa prosa. Procuro compensar essa deficiência usando as letras e a combinação texto-imagens para transmitir algum conteúdo que me pareça ter alguma importância pras pessoas.

Será que você teve aulas de fotojornalismo? No meu tempo, aprendíamos a revelar as fotos. Era maravilhoso ver a imagem surgindo no papel fotográfico. É isso o que eu sinto quando escrevo uma reportagem, o prazer de ver em frases e sentenças, tudo aquilo que antes captei com todos os meus sentidos e selecionei com a razão.

Cristina, queria ser mais objetiva nas respostas, só que não consigo quando preciso falar de minhas paixões - o jornalismo é uma delas. Viro, rodopio. Tudo isso para enfatizar que gosto de ser jornalista, embora não me ache preparada o suficiente para exercer a profissão como ela deveria. Às vezes me falta maturidade, mais experiência e serenidade. No Japão, não temos a

concorrência nem referências desse tipo de jornalismo praticado por nós. Descobrimos fazendo, errando. Observo o que é produzido no Brasil e como fazem os japoneses. No fim, fazemos do jeito que acreditamos ser mais apropriado para atender a expectativa desse público de 250 mil brasileiros no Japão. (Fátima Kamata, depoimento em 13/12/2010)

Curiosamente, a despeito de se mostrar ainda muito entusiasmada com as possibilidades do jornalismo, Fátima declarou ter questionado a escolha profissional, chegando a pensar seriamente em abandonar a profissão:

Já tive meus momentos de crise. Aos 30 anos, tentei me divorciar do jornalismo. Cheguei a me matricular em um cursinho noturno para me preparar pro vestibular. Trabalhava durante o dia na Folha e à noite ficava sonhando com uma possível carreira como pediatra. Mas na véspera do vestibular, desisti. Descobri que era dependente demais do jornalismo. Tinha uma necessidade urgente de fuçar o mundo, descobrir coisas e poder contar para o maior número de pessoas.

Nesse período de hesitação, fui percebendo que a insatisfação não era com o processo jornalístico. Estava angustiada por não saber para quem me dirigia. Ficava sempre me questionando qual era o meu papel social. Pra quem escrevia?

A grande imprensa tem disso: ao querer ser um oceano de notícias, acaba não sabendo quem navega por essas águas. A tendência é o profissional se iludir e imaginar que “milhares” de leitores o acompanham. Isso é verdade, e também pode ser mentira.

Foi nesse momento que ressurgiu a vontade de retomar o trabalho com a comunidade. Assim, vim parar no Japão. (Fátima Kamata, depoimento em 13/12/2010)

Revido essa fase da minha vida, hoje tenho certeza de que aquela vontade de abandonar a carreira surgiu com a explosão de dúvidas. Hoje não consigo me imaginar trocando o jornalismo por concentração total durante seis anos do curso de medicina, mais residência e especialização. Acredito que na época era muito influenciada pelo meu sangue de Áries e Serpente (pelos regentes)... (Fátima Kamata, depoimento em 14/12/2010)

Célia Abe Oi refletiu sobre sua trajetória a partir de uma rotina profissional mais distanciada das redações, apesar de se manter estreitamente ligada à comunidade nipo-brasileira, atuando na Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, onde ocupou o cargo de diretora do Museu Histórico da Imigração Japonesa (1998 a 2007) e atualmente, o de Diretora de Comunicações:

Sou filha mais velha de um imigrante que chegou aos 5 anos de idade no Brasil, durante

toda sua vida trabalhou na agricultura e fez um relativo sucesso em sua atividade. E, portanto, meu pai era muito assediado pelos jornais e entidades nipo-brasileiras em busca dos chamados kifu [“contribuição”]. Quando disse a ele que tinha desistido de ser professora e agora queria ser jornalista, ele não disse não. Só me pediu – peço a você que honre sempre o nosso nome. Seja uma profissional decente. Acho que segui à risca seu pedido – ufa, ainda bem que ele não está vivo para pedir para confirmar!!!

Mas, independente dessa passagem, queria lhe dizer que provado do jornalismo nikkei, acabei transformando-o como uma opção profissional (claro que essas coisas foram aclaradas depois de muito papo com os amigos que faziam parte do grupo!). É como ter cumprido uma “função” de difundir informações sobre a história e a comunidade nipo-brasileira, independente de ser mulher ou não. Acho que não somente dentro, como também fora, da comunidade nipo-brasileira. Poderia ter feito mais, certamente. (Célia Abe Oi, depoimento em 06/10/2010)

Anexo F – Fotos de jornalistas

A jornalista Mitsuko Kawai na foto à esquerda, quando já se dedicava apenas à literatura. Na foto à direita, as jornalistas Célia Abe Oi, na época editora da página portuguesa do Dário Nippak e Fátima Kamata, na época editora do Japão Agora. Não há indicação de data das fotos, mas pelas informações do próprio texto devem ser de 1988.

Fotos extraídas do livro *Universo em Segredo: a mulher nikkei no Brasil*, de Tânia Nomura, publicado pela Aliança Cultural Brasil-Japão em 1990.

A jornalista Andréia Ferreira na redação do jornal Tudo Bem em Tóquio, com os colegas Tiaqui Tomoyose e Maurício Teixeira, repórteres do mesmo jornal (1999)

À direita, foto da jornalista Mami Yasunaga ao lado do jornalista Nélson Watanabe no Palácio Akasaka em Tóquio. Cobertura da visita oficial de Fernando Henrique Cardoso ao Japão (março de 1996)

Capítulo V – Construção de sentidos

1. Os discursos e os silenciamentos sobre as mulheres *nikkeis*

As qualidades positivas predominam no imaginário sobre os japoneses no Brasil, apesar da coexistência de vários estereótipos contraditórios sobre os homens e mulheres orientais. A construção de uma imagem de grupo coeso, esforçado e pacífico baseou-se no trabalho e sofrimentos reais dos imigrantes pioneiros, mas precisou ser consolidado por discursos que omitiram os fatos menos edificantes e foram projetados com eficiência para a sociedade brasileira. Os dirigentes de associações, os primeiros parlamentares *nikkeis* e os intelectuais da comunidade preocuparam-se em enfatizar as qualidades morais do povo japonês, o sucesso da imigração japonesa e a ascensão social dos descendentes nipo-brasileiros.

Quando entrevistados por veículos da mídia brasileira, os pioneiros da imigração costumam optar pelo silenciamento em relação aos problemas no início da imigração (fugas de japoneses das fazendas de café, dívidas não quitadas; condições desumanas de alojamento). Reproduzem o discurso já esperado da satisfação por ter imigrado para um país como o Brasil. As perguntas dos jornalistas brasileiros direcionam esse tipo de resposta: “O senhor gosta do Brasil?”, “A senhora quer voltar para o Japão?”. Livros de memórias falam das dificuldades, das condições precárias, mas não dos conflitos. As decepções não são explicadas, não se denuncia a omissão do governo japonês, nem a tradição autoritária e brutal de fazendeiros pouco acostumados com trabalhadores livres.

O discurso oficial, adotado pelas lideranças e imigrantes em momentos públicos (comemorações, reportagens), privilegia assertivas do tipo “não há país como o Brasil, o Japão é só para passear”, “no Japão há terremotos, invernos rigorosos”. A hegemonia deste discurso é facilmente reconhecível e está fortemente incorporado ao imaginário coletivo da comunidade, tanto que continua sendo repetido pelos descendentes *nikkeis*. O discurso do êxito social e econômico dos nipo-brasileiros funciona para comprovar a pretensa democracia racial brasileira e a ausência de preconceitos raciais, étnicos ou culturais. Os

acontecimentos envolvendo discriminação e preconceitos na esfera privada – ou mesmo pública – tendem a ser tratados como fatos isolados, desconectados do forte sistema de preconceitos vigente no país.

O silêncio em relação aos conflitos foi essencial para efetivar a construção de um discurso que se opusesse ao antigo estigma dos japoneses como povo inassimilável, argumento sustentado por intelectuais e políticos preocupados com a composição étnica e política do Brasil¹⁸² no final do século 19. Os imigrantes japoneses empreenderam considerável esforço para desconstruir, ou pelo menos amenizar, o estigma que lhes era atribuído. O japonês era visto como diferente não só biologicamente, como também culturalmente, e a alegada inferioridade da raça amarela ameaçava o projeto étnico de um Brasil branco desejado pela elite do começo do século 20.

De modo geral, as histórias menos edificantes e que contrariam o discurso oficial da boa acolhida que os japoneses tiveram no Brasil são resguardadas para o âmbito familiar ou no máximo para as publicações internas da comunidade. Existe uma clara divisão entre o que seriam impressões pessoais, memórias, e o discurso oficial, diplomático, para o público externo, na esfera pública. A jornalista Mitsuko Kawai é um exemplo da diferença que surge naturalmente de acordo com a dimensão pública ou privada de suas declarações. Em seus livros, que tinham pequenas tiragens e eram de âmbito mais limitado, há episódios mais confessionais, momentos de desânimo ou o registro da perseguição ao seu marido, que como outros japoneses foram perseguidos literalmente a laço na cidade de Osvaldo Cruz. Nas entrevistas sobre a integração dos japoneses ou no depoimento oral ao Memorial da Imigração ela valorizou as dificuldades superadas e o intercâmbio cultural favorecido pelos imigrantes no Brasil.

Os relatos silenciam-se mais intensamente sobre os conflitos durante a 2ª Guerra, quando os japoneses foram duramente reprimidos pelo governo Vargas, por serem súditos de um país inimigo. Durante muito tempo o silêncio foi absoluto em relação aos crimes e

¹⁸² Ver aspectos do pensamento antinipônico em TAKEUCHI, Márcia Yumi Takeuchi. *O Perigo Amarelo em Tempos de Guerra* (1939-1945). São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa oficial do Estado, 2002, pp.13-17).

estelionatos cometidos depois do final da guerra por membros da comunidade, quando fanáticos nacionalistas, que ficaram conhecidos como “vitoristas”, aterrorizaram e assassinaram compatriotas julgados ‘traidores’ por admitirem a derrota japonesa, conhecido como “derrotistas” ou “esclarecidos”. A questão dos vitoristas e derrotistas envolveu cisões nas associações de japoneses e estratégias de sobrevivência em meio violência física e moral, marcando definitivamente as relações internas da comunidade nipo-brasileira.

Os modos como esse silêncio se impõe podem ser compreendidos pela observação dos discursos. O silêncio não é ausência de palavras, diz Eni Orlandi: “Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s)”, afirma.¹⁸³

Mas mesmo quando os descendentes eram mantidos na ignorância dos acontecimentos, algo se transmitia além dos fatos, algo que não se revelava em palavras. Numa visão psicanalítica das rupturas que os imigrantes enfrentaram, os elementos não simbolizados podem emergir com forte impulso, uma vez que as censuras internas se afrouxam e as referências culturais se anulam, aponta Taeco Toma Carignato.¹⁸⁴ Para os psicanalistas, episódios assim, que fazem os sentimentos ficarem ocultos a ponto de se tornarem tabus, represam na realidade sofrimentos pela perda de um lugar, o lugar da mãe-pátria. Com a derrota do Japão, os imigrantes que estavam no Brasil perderam inevitavelmente seu espaço na família e na comunidade de origem. O tema dos conflitos internos tornou-se um tabu e esse não-saber propagou-se de forma coletiva.

Outro tema convenientemente esquecido em espaços públicos são as restrições contra os japoneses durante o Estado Novo (1937-1945), marcado por uma política nacionalista que combatia o enquistamento dos estrangeiros, que viviam em comunidades isoladas e à margem do país. A situação foi se agravando com o alinhamento do governo Vargas aos Aliados que tornou os súditos dos países do Eixo – Japão, Alemanha e Itália – em inimigos

¹⁸³ ORLANDI, Eni. *As Formas do silêncio – No Movimento dos Sentidos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993, p. 105.

¹⁸⁴ CARGINATO, Taeco Toma. “Por que eles emigram?”. In: CARIGNATO, Taeco Toma, ROSA, Miriam Debieux Rosa, PACHECO FILHO, Raul Albino (orgs) *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo, YM Editora & Gráfica, 2002, pp. 55-66.

suspeitos. Célia Sakurai contextualiza as duas faces deste momento de tensão: a inegável presença de uma rede de apoio do governo japonês à imigração para o Brasil e as políticas do governo brasileiro para controlar a presença de inimigos, potenciais espões ou sabotadores, em solo brasileiro:

Na década de 30, alguns políticos brasileiros alertaram o governo para o “perigo que o Brasil corria” com a presença desses imigrantes. A preocupação maior era se o Japão tinha planos de introduzir no Brasil esquemas semelhantes aos da Coreia e Manchúria. A rede criada pelo governo japonês no Brasil, com o estabelecimento de instituições de apoio, educação e saúde, de fato provocou receio na elite política brasileira. (...)

A política de nacionalização do governo Vargas no período do Estado Novo limitou as atividades dos japoneses, como o ensino da língua e a publicação em língua japonesa, que na época somavam 33 de circulação regular, dos quais 4 eram jornais semanais. Com a declaração de guerra ao Japão em 1942, alguns direitos dos japoneses e descendentes que aqui viviam foram cerceados. Houve prisões, necessidade de salvo-condutos para se locomover, proibição do uso da língua japonesa, mas não houve nenhuma medida drástica que envolvesse toda a coletividade. Tudo voltou ao normal com o fim da guerra.¹⁸⁵

As políticas de restrição do governo Vargas podem ser consideradas menos dramáticas se comparadas com aos campos de internação onde os imigrantes japoneses ficaram encarcerados nos Estados Unidos durante a 2ª Guerra Mundial. Segundo Célia Sakurai, naquele país a discriminação contra os japoneses foi uma constante, expressadas nas restrições à entrada de japoneses e depredações contínuas de casas e lojas de japoneses. Com o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, os japoneses passaram a ser tratados como “problema de segurança nacional” nos Estados Unidos.

A prisão em massa de famílias inteiras de imigrantes japoneses marcou profundamente a comunidade *nikkei* nos Estados Unidos. O caráter explícito das discriminações por parte do Estado e a verbalização dos acontecimentos nos campos alteram significativamente o legado dessa experiência histórica para os descendentes:

¹⁸⁵ SAKURAI, Célia. *Os Japoneses*. São Paulo, Editora Contexto, 2006, pp. 252-253

Um dos modos de os descendentes se identificarem é dizer a qual campo de internação os pais ou avós foram enviados. (...) Os nipo-americanos contam com relatos escritos sobre a experiência dos campos, como o de Jeane Wakatsuki Houston e James Houston, *Adeus a Manzanar*, publicado em 1972 e, mais tarde, transformado em filme, assim como documentários e registros de relatos orais, muitos dos quais hoje abertos à consulta no Museu Japonês Americano, em Los Angeles, na Califórnia.¹⁸⁶

Célia Sakurai cita também processo por indenização pelas perdas sofridas durante a guerra, encerrada em 1988, quando o governo americano aceitou pagar 20 mil dólares a cada um dos sobreviventes dos campos. Apesar dos registros de pais e avós que se recusam a falar com os descendentes sobre aqueles anos traumáticos, filmes como *Adeus a Manzanar* e *Bem Vindos ao Paraíso*, documentários e o próprio processo contornaram o silenciamento sobre esse passado.

Calar-se sobre esses acontecimentos significa suspender o enigma de sua significação, tanto para os imigrantes como para seus descendentes. No caso da imigração japonesa no Brasil, o silêncio teve a função de manter os membros da comunidade no refúgio seguro do imaginário de que sempre foram bem-vindos no Brasil e submetê-los ao estereótipo de pessoas ordeiras, disciplinadas e avessas aos confrontos e à violência. Para isso contribuiu o sistema de preconceitos brasileiro que nega sua existência por meio do imaginário da democracia racial e cultural.

1.1 Marcas no corpo e na alma

Os anos árduos de trabalho nos cafezais e os sacrifícios pessoais para o sucesso familiar fortaleceram o imaginário da mulher japonesa abnegada, incapaz de rebelar-se contra o destino sem autonomia imposto pela família e pelo seu grupo social. Relatos dos imigrantes pioneiros mostram como a comunidade perseguiu a imagem idealizada da mulher japonesa e como reagiu às inevitáveis dificuldades de manter essa imagem feminina na realidade de uma terra estranha, que impunha adaptação aos novos arranjos sociais e condições materiais.

¹⁸⁶ SAKURAI, Célia. *Os Japoneses*. São Paulo, Editora Contexto, 2006, pp. 240-242.

O relato do pioneiro e artista plástico Tomoo Handa sobre os partos nos núcleos de colonização, que viviam o auge da prosperidade nos anos 1930-1940, com a chegada de cerca de vinte mil novos imigrantes por ano ao Brasil, é bastante revelador:

Todos os núcleos tinham parteiras, que orientavam as futuras mães. Agora, porém, as coisas já eram diferentes. Havia parteiras, digamos profissionais, mas que na realidade eram mulheres dos colonos, que viam neste ofício uma possibilidade de ganhar um dinheirinho extra para ajudar no orçamento familiar. E isso foi de fato possível, principalmente depois da chegada dos novos imigrantes, sequiosos de ajuda.¹⁸⁷

As impressões sobre as mudanças na sociedade dos imigrantes remetem ao ambiente de solidariedade das primeiras décadas de imigração, quando os pioneiros desbravaram regiões distantes, enfrentando hostilidades da natureza, doenças, e muitas mortes. Posteriormente os núcleos de colonização foram se consolidando de forma mais estruturada – escolas de japonês, associação de japoneses, redes sociais semelhantes aos do Japão. Os núcleos mais dinâmicos, o crescente número de famílias e as novas gerações nascidas no Brasil modificavam o antigo cenário de isolamento e penúria, provocando conflitos entre as antigas representações e a necessidade de adaptação à nova realidade que se estabelecia. É bastante significativo o registro de que as *nisseis* não se comportavam como verdadeiras mulheres japonesas:

Nessa época já se comentava muito sobre as diferenças de comportamento entre as parturientes japonesas e as *nisseis*: as primeiras eram capazes de agüentar firme as dores e jamais faziam escândalos, mesmo quando os partos fossem mais complexos, ao passo que as *nisseis*, já brasileiras, eram incapazes de suportar silenciosas a situação. E, para os primeiros imigrantes, o recato era a virtude máxima da raça japonesa.¹⁸⁸

Mais que o recato, a insatisfação dos veteranos com as *nisseis* revelava um receio mais profundo: a de que as novas gerações estivessem perdendo os valores japoneses,

¹⁸⁷ HANDA, Tomoo. *O Imigrante Japonês. História de sua vida no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1987, p. 482.

¹⁸⁸ HANDA, Tomoo. Op. Cit., p. 482.

considerados superiores aos brasileiros. As *nisseis*, durante o parto, supostamente não conseguiam ficar silenciosas e “aguentar firme” por estarem “já abrasileiradas”, condição claramente indesejável. Tornar-se brasileiro era mais que uma questão de miscigenação, era também o abandono do espírito japonês. É provável que as críticas à falta de fibra das *nisseis* partissem das parteiras da comunidade, normalmente mulheres mais velhas e com mais experiência, pois os partos eram acompanhados apenas por outras mulheres, fossem parentes ou vizinhas. Esse tipo de comentário demonstra que o imaginário e os estereótipos manifestam-se não de um modo vagamente social, mas tem uma dimensão física concreta, buscando controlar o próprio corpo das mulheres, na esfera privada e íntima de um parto.

Há outro raro registro sobre o parto de uma mulher japonesa, testemunhado pelo jornalista Rokuro Koyama, marido da parturiente. Em suas memórias ele faz várias referências elogiosas à personalidade abnegada da esposa, que em todas as gestações é extremamente discreta e realiza ela mesma os próprios partos:

Tani estava grávida e logo não teríamos nada nem para comer... Eu só percebi a gravidez de Tani aos quatro meses, quando Tani começou a ter enjoos. Eu a vi pedindo para o folho comprar amendoim, pois estava sem apetite. Tani demorou a me contar, fazendo cerimônia para não preocupar o jovem marido.¹⁸⁹

Em 25 de fevereiro de 1917 nasceu nosso segundo filho. Como havíamos perdido tudo, mesmo durante a gravidez de Tani tínhamos ido trabalhar como camaradas no sítio de um italiano. Ela ficava debulhando o milho sem reclamar, dormindo sobre as palhas de milho, mal acomodada. Como da primeira vez em São Paulo, Tani deu à luz sem ajuda de ninguém. Quando chegou a hora, preparou-se forrando o colchão com uns jornais velhos. Na hora das contrações, Tani cobria o rosto com uma toalha. O pano servia para esconder sua dor. Faz parte do temperamento dos japoneses aguentar o sofrimento sem alarde¹⁹⁰.

¹⁸⁹

História de vida de Rokuro Koyama, In SATO, Cristina Miyuki. *Brasil em Ideogramas – Histórias de Vida de Jornalistas da Imprensa Nipo-Brasileira*. Dissertação de mestrado. São Paulo, ECA/USP, 2004, p. 93.

¹⁹⁰

História de vida de Rokuro Koyama, In SATO, Cristina Miyuki. *Op. Cit.*, p. 96

Essa e outras expectativas do grupo de imigrantes japoneses estão baseadas no espírito do “*gambarê*” que influenciou intensamente os valores e os comportamentos da comunidade nipo-brasileira, como identificou a pesquisadora Célia Sakurai. A expressão, que significa a aceitação resignada do destino, possui uma conotação positiva, associada à maturidade e à busca da harmonia entre o homem e o universo:

Pode-se traduzir o *gambarê* como esforço com resignação, ou seja, a força para seguir adiante mesmo diante da dificuldade. A resignação diante da realidade, aliada à força de vencer, marca profundamente a permanência dos imigrantes japoneses e seus descendentes; a tentativa de vencer na vida, segundo os padrões japoneses, mesmo que o destino fosse adverso¹⁹¹.

Segundo Célia Sakurai, os romances escritos por imigrantes japoneses buscaram demonstrar que o *gambarê* permitiu o sucesso da imigração japonesa no Brasil. Graças a essa filosofia, os pioneiros conseguiram apresentar-se como grupo que superou dificuldades de forma pacífica e honrada, mantendo suas tradições e contribuindo com o país que tão bem os recebeu:

A idéia do *gambarê* sustenta de uma forma privilegiada toda essa estrutura. É ela que dá vida a todos os esforços e sacrifícios porque o *gambarê* é um objetivo, uma meta: preenche todos os requisitos para explicar porque o japonês se vê como povo diferente, porque consegue manter intactos alguns dos valores mais importantes do país que deixou para trás.¹⁹²

O papel das mulheres japonesas e *nikkeis* na preservação desse espírito japonês – *yamato damashi* – era essencial, não apenas na geração física de nipônicos, mesmo em terras estrangeiras, mas na transmissão dessa niponicidade no cotidiano. Os professores da escola de japonês e as lideranças da comunidade faziam os discursos sobre moral e tradições japonesas, mas na prática eram as mulheres que serviam os meninos primeiro, cantavam canções em japonês, recordavam fatos ocorridos no Japão.

¹⁹¹ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração Japonesa*. São Paulo, Editora Sumaré, 1993, p. 52.

¹⁹² SAKURAI, Célia. *Op. Cit.*, p. 101.

Nos primeiros anos da imigração, contudo, muitos arranjos familiares mostraram sua fragilidade, levando aos rompimentos entre parentes agregados e mesmo separações de cônjuges sem nenhuma afinidade. As histórias familiares estão repletas de desaparecimentos, desencontros, mágoas. Os casamentos entre os imigrantes tendiam a ser menos formais, assim como as separações, como aparecem em vários casos relatados em memórias pessoais.

Mesmo o costume japonês do *miai* (casamento arranjado) ganhou contornos próprios no Brasil. Mesmo sendo bastante difundido na comunidade nipo-brasileira durante quase todo o século 20, o *miai* tornou-se mais flexível, significando mais uma apresentação de pessoas consideradas compatíveis por um intermediário (*nakodo*) com credibilidade entre as famílias. A recusa ao pretendente não era considerada necessariamente uma desobediência familiar ou uma ofensa ao *nakodo*. Com o tempo decaiu o costume do *miai*, pois parecia haver outras oportunidades sociais para estabelecer relacionamentos que levassem a namoros e casamentos.

A trajetória individual das imigrantes e das mulheres *nikkeis* permite compreender que os estereótipos são manipulados para diversos fins, como o controle social e a manutenção do patriarcado. A abnegação e os sacrifícios pessoais não são atributos naturais das mulheres *nikkeis*, mas uma imposição familiar que garantiu, num primeiro momento, a alta produtividade na atividade agrícola e posteriormente, os estudos dos filhos homens da família. Seguindo tradição do sistema minifundiário japonês, o patrimônio de muitas famílias nipo-brasileiras não raro foi herdado apenas pelo primogênito ou filhos homens, deixando em situação vulnerável as filhas que não se casaram, que se viam dependentes da boa vontade da cunhada, a nova dona da casa.

A ênfase na trajetória coletiva dos imigrantes japoneses encobre o fato de que o conceito de grupo é mediado socialmente e que os indivíduos não pertencem a ele necessariamente por livre escolha. O sucesso da imigração dependeu da cristalização e naturalização do que eram os papéis femininos, estabelecendo que cabia às mulheres trabalhar incansavelmente, sem estudar, nem manifestar desejos individuais.

O depoimento da *nissei* Marina Narahara, de 64 anos, resgata as mulheres japonesas de estereótipos de submissão plena à família. Sua narrativa faz emergir a figuras de mulheres como sua mãe e madrastra. A primeira separou-se mesmo com crianças pequenas, seguindo a carreira de cabeleireira; a segunda levava uma vida distante da imagem de dona de casa:

Aos seis anos meus pais se separaram. Meu pai e sua nova mulher tinham a vida deles – moravam num apartamento próximo, saíam muito, jogavam majang (o jogo chinês mah-jong), gate-ball, aprendiam dança de salão, karaokê, viajavam, enfim, divertiam-se muito. (História de vida de Marina Fumiko Narahara, textualização revisada pela informante em novembro de 2010)

Por outro lado, a avó paterna de Marina Narahara garantia o bem estar das crianças da família e a unidade da família. Sua figura, em contraste com as demais mulheres da família, confirma a imagem de mulher japonesa dedicada aos afazeres domésticos e que preserva as tradições japonesas. As recordações sobre a avó são as mais vívidas e saudosas do relato, expressando a importância dessa figura feminina e do grande significado em sua vida:

Minha avó cuidava da gente, éramos quatro irmãos, dois homens e duas mulheres. Ela cozinhava, cuidava de tudo na casa. Além disso, fazia o kitsuke, a arte de vestir o quimono, que tem toda uma técnica para sobrepor os vestidos, amarrar as camadas, fazer os laços. Minha avó atendia as pessoas da comunidade que se apresentavam em dança japonesa tradicional ou em encenações teatrais.

No dia a dia eu tratava tudo com minha avó. Tudo que eu pedia, ela me dava. Violão, máquina de tricô, dinheiro para viajar, roupas. Cozinhava, fazia pratos que só ela sabia fazer, gostava de sair, de ouvir música, sempre me acompanhava para fazer as compras. Era um doce de pessoa, muito querida por todos que a conheciam. Até hoje sinto muita falta dela. (História de vida de Marina Fumiko Narahara, textualização revisada pela informante em novembro de 2010)

A renda obtida pelas mulheres imigrantes e *nikkeis* em atividades que reforçavam o orçamento familiar nunca foi devidamente valorizada: trabalhos de costura, serviços de parteira, ensino de artes japonesas, como a confecção de bonecas ou o bailado típico japonês, administração de pequenos empórios e bares. Sem falar nos afazeres domésticos, nos cuidados com crianças e idosos. Existem registros de trabalhos não agrícolas exercidos

pelas imigrantes na cidade de São Paulo desde o início da imigração, em ocupações como arrumadeiras e cozinheiras em famílias abastadas, assim como o de garçonetes ou acompanhantes em clubes de entretenimento.

O desempenho de tarefas remuneradas ou a liderança dos negócios da família – por necessidade ou oportunidade – que extrapolavam o papel de esposa e mãe trouxeram possibilidades de autonomia, mesmo que relativa, para as mulheres na comunidade nipo-brasileira. Segundo Agnes Heller, quando alguém se empenha em resolver um novo problema não se limita a trocar de papel, mas começa a mudar a si mesmo na medida em que a nova tarefa reclama outras qualidades. Mas eventualmente os novos modos de comportamento das mulheres *nikkeis* converteram-se em papéis estereotipados, fazendo com que as transformações se mantivessem como meras aparências. Mas a diversidade das histórias mostra que sempre houve a possibilidade de superar em algum nível a cristalização dos papéis atribuídos às mulheres.

A chegada das mulheres *nikkeis* às universidades e ao mercado de trabalho a partir da década de 1960/1970 provoca uma transformação profunda na trajetória da comunidade. Embora muitos valores tradicionais da comunidade de imigrantes fossem mantidos, a formação universitária possibilitou a independência financeira e relacionamentos com outros grupos além da família e dos círculos nipo-brasileiros. A trajetória de Marina Narahara deixa claro que o fato de sempre ter trabalhado fora lhe permitiu construir o próprio patrimônio e fazer escolhas sem a interferência da família. Apesar da forte influência da cultura japonesa no cotidiano e da convivência com os membros da comunidade, não seguiu a trajetória de muitas mulheres de sua geração, pressionadas em alguma medida ao casamento e à maternidade:

Quando resolvi me inscrever para ser bolsista no Japão eu fiz tudo sozinha. Ninguém soube de nada, só quando estava tudo acertado. Fiquei como bolsista da província de Oita durante um ano. Depois fiquei mais um ano e meio em Tóquio – consegui bolsa na Sofia como ouvinte. Voltei para o Brasil e trabalhei sempre como secretária bilíngue, inglês/português, japonês/português. Por alguns períodos trabalhei no Japão, nos últimos anos mais como tradutora de japonês para o português.

Por uma série de circunstâncias faço as coisas sem depender de ninguém, sem consultar ninguém. Seja para comprar um apartamento, um carro, sempre decidi por minha conta. Desde jovem sou independente, fui construindo minha vida assim. Não que seja tudo super planejado, mas sempre tentei ter uma base para minha vida. Estou agora com 64 anos. No momento, estou dando aula de japonês através de música para terceira idade, e faço dança de salão. E saúde, por enquanto, nada de grave. Ou seja, com o avanço da idade, preocupo-me agora em viver uma vida o mais tranquila possível, equilibrando sempre saúde, trabalho e entretenimento. (História de vida de Marina Fumiko Narahara, textualização revisada pela informante em novembro de 2010.)

1.2 O jornalismo nipo-brasileiro na construção dos discursos

Nossa leitura de alguns jornais produzidos na comunidade nipo-brasileira a partir do pós-guerra, (especialmente das páginas em português nas décadas de 1970 e 1980) indica que o jornalismo foi parte importante da construção dos discursos sobre o papel do grupo étnico japonês, utilizando os silenciamentos e reforçando os estereótipos positivos do grupo de japoneses e nikkeis. A força do silenciamento sobre os assassinatos internos na comunidade, envolvendo vitoristas e derrotistas, pode ser comprovado pelo desconhecimento do conflito por parte de muitos descendentes. Os mais jovens souberam da dimensão dos conflitos como os demais brasileiros, por meio de informações na grande imprensa brasileira, em novelas ou em livros como o de Fernando Moraes, *Corações Sujos*.

Existiram exceções neste cenário, como as matérias no *Página Um*, que confirmaram a força dos grandes tabus. A jornalista Célia Abe Oi falou exatamente desta questão como um dos temas que mereceriam a atenção do jornalismo nipo-brasileiro, para esclarecer uma situação bastante complexa, aparentemente conhecida por todos nos dias de hoje, mas sem a versão de todos os envolvidos:

Adoramos fazer matéria sobre o kachigumi e makegumi - mas foi muito difícil porque muitos dos personagens ainda estavam vivos. Penso que, naquela época, se fosse um pouco mais madura (em termos de conhecimentos, também), poderia ter aproveitado para organizar mais essas informações. Pense na seguinte situação - o Bunkyo e uma grande parte das entidades que ainda estão atuando na comunidade foram fundadas por makegumi. Isso significa que a versão, o sentimento, as razões dos kachigumi nunca foram devidamente esclarecidas ou investigadas. Tudo bem que, no final, a vitória era falsa, mas acho que isso não é um processo muito simples e por conta disso, eles acabaram

ficando como os grandes vilões da história. Não que o makegumi seja o culpado disso, mas acho que nem todos os kachigumis eram verdadeiramente vilões. Enfim, são coisas que um jornalismo sério poderia investigar ou estimular a clarear os fatos. (Depoimento de Célia Abe Oi, 07/10/2010)

A equipe do Página Um, ao trazer o tema, inclusive apresentando mulheres que se posicionaram no conflito, conseguiu sustentar provisoriamente um outro discurso em meio ao ambiente de que esse assunto deveria ser esquecido. O jornal foi considerado subversivo por setores da comunidade, especialmente pelos mais velhos. As matérias tinham o inconveniente de chamar a atenção para a violência dos membros de uma comunidade apresentada como ordeira e pacífica.

Um trecho do relato publicado no Japão Agora de 26/10/1988 permite entrever como o episódio afetou praticamente a totalidade das famílias, pelo ambiente de medo em decorrências dos ataques e pela necessidade real de se manter à margem do conflito:

Quando meu pai morreu já era 49, veio uma carta do Japão e falava Japão perdeu a guerra. Minha mãe falava, mas daí eles diziam que era falso, alguém copiava direitinho. Minha mãe ficou quietinha, mas em casa ela falou que era verdadeiro.

A contribuição sobre a novela “Oshin” foi solicitada a meu pai Hirochi Sato, grande fã deste tipo de história dramática – operetas, filmes e novelas. O conflito vitoristas e derrotistas ainda era tratado por ele com cuidado, que deve ter falado sobre isso porque a heroína sofre muito ao final da 2ª Guerra, com o suicídio do marido, nacionalista fervoroso. Todos os envolvidos, a mãe e os vizinhos, já estavam mortos e o comentário não poderia causar constrangimentos como no passado.

É possível confirmar nessa passagem uma das estratégias dos vitoristas para negar a realidade da derrota japonesa: alegar que as cartas de parentes do Japão que confirmavam a derrota japonesa eram falsificadas, feitas pelos inimigos com tal perfeição que imitavam a caligrafia dos remetentes. O depoimento revela igualmente a estratégia de quem ficou à margem do conflito: ficar “quietinha”, sem alardear o conteúdo da carta, mas sabendo da

verdade e transmitindo aos filhos a sua opinião, provavelmente recomendando-lhes o silêncio sobre o assunto.

As matérias com mulheres japonesas e *nikkeis* escolhidas para o presente estudo, apresentadas no Capítulo III, revelam que vistas na individualidade, diversas trajetórias de vida contrariam os ideais femininos exigidos tanto internamente pela comunidade, como o imaginário ocidental sobre a mulher japonesa. As imigrantes que expressaram arrependimento em terem vindo para o Brasil, aquelas que tomaram as rédeas da família no lugar de maridos mortos precocemente, as *nikkeis* que trilharam caminhos pouco convencionais são confirmações de outras histórias conhecidas no âmbito das famílias que desafiam os estereótipos sobre a mulher *nikkei* no Brasil.

O espaço do jornalismo nipo-brasileiro mostrava, contudo, que mesmo nas décadas finais do século 20 – 1980, 1990 – ainda havia *nikkeis*, homens e mulheres, morando em regiões mais isoladas no interior ou mesmo nos centros urbanos enfrentando dificuldades para estabelecer relacionamentos, sem perspectivas de namorar e de casar. A jornalista Fátima Kamata era responsável pelas cartas que o Jornal Paulista recebia para sua coluna sentimental – era a seção mais dinâmica e procurada, que repercutia mais que as matérias jornalísticas:

Até tinha me esquecido dessa coluna sentimental do Paulista. Como você bem lembrou, ela realmente tinha boa leitura. Recebíamos muitas cartas de leitores do interior de São Paulo, geralmente de pessoas com mais de 30 anos de idade que se sentiam solitárias fazendo o trabalho no campo. Era o típico nikkei tímido que tomava coragem para ir atrás da companheira, após descobrir o medo da solidão. (Fátima Kamata, depoimento em 30/09/2010)

Nos anos iniciais da imprensa para *dekasseguis* no Japão, os jornais publicavam cartas semelhantes, com leitores dando breves descrições de si mesmos e que solicitavam cartas de pessoas com determinado perfil para amizades ou “compromisso sério”. A procura por parceiros dentro de sua própria comunidade de origem parece ser um caminho natural para quem pertence a grupos minoritários e que por barreiras de idioma, isolamento ou

discriminação social tem mais dificuldades de conhecer pessoas no local onde mora ou trabalha.

O espaço do idioma é um dos mais férteis para a reflexão da identidade e da cultura dos grupos de estrangeiros em sua relação com a terra de fixação. A existência de jornais no próprio idioma foi ainda mais crucial para os imigrantes japoneses, que encontravam dificuldades de ordem prática para ler, escrever e falar o português, uma língua sem nenhuma semelhança com o japonês. O idioma japonês falado na comunidade nipo-brasileira tem sido alvo de estudos que descrevem os fenômenos decorrentes do contato entre línguas diferentes, como os empréstimos lexicais e a alternância entre os códigos do japonês/português. As variações linguísticas do japonês falado por imigrantes e descendentes no Brasil demonstram a importância da construção da identidade dos falantes, como aponta Luiz Maximiliano Santin Gardenal¹⁹³.

Nos debates sobre a preservação dos valores japoneses, a transmissão do idioma sempre foi considerada prioritária, como demonstram as muitas escolas de japonês no interior e mesmo nas periferias da capital paulista. O japonês falado pela comunidade *nikkei* é conhecido informalmente por “colônia-gô”, ou seja, língua da colônia, uma variante do japonês-padrão. Marina Narahara levantou espontaneamente a questão do idioma falado na comunidade, chamando-o de “nisei-go”:

Em casa, e com esses vizinhos também, só falávamos nissei-go, mistura de japonês com português. Até tive um pouco de dificuldade quando comecei a frequentar a escola brasileira. Aos seis anos fui estudar japonês, ou melhor, mais brincava do que estudava. A professora era a Nakano-sensei e a escola ficava próxima ao parque D. Pedro II, onde nos reuníamos para treinar o undo-kai, a gincana japonesa. Fiquei lá apenas um ano. Na verdade aprendi japonês lendo mangás, como o Shojo Kurabu (Clube das Garotas). De tanto ler esses mangás acabei aprendendo. Lia também revistas japonesas sobre os artistas como a Heibon e Myojo. (História de vida de Marina Fumiko Narahara, textualização revisada pela informante em novembro de 2010)

¹⁹³ Ver GARDENAL, Luiz Maximiliano Santin. A alternância de código nas falas de nipo-brasileiros de Aliança e Fukuhaku-mura dos informantes isseis na pesquisa As línguas faladas nas comunidades nikkei do Brasil. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2008.

A importância desta variante pode ser confirmada pela existência da Seção *Colônia-Go Jiten* [Dicionário do Idioma da Colônia] no site do Nikkey Shinbun (<http://www.nikkeishimbun.com.br/colonia-go.html>), onde é possível consultar um pequeno glossário de termos tomados do português utilizados pelo jornal, mas inexistentes no japonês-padrão.

O distanciamento dos descendentes do idioma japonês era visto com preocupação desde o início da imigração. Os jornais da comunidade, especialmente depois do final da 2ª Guerra, registram artigos defendendo a integração plena dos descendentes ao Brasil, o que significava diminuir a ênfase nos estudos de japonês, um idioma que demanda esforço e tempo para a memorização dos ideogramas. Mas a maioria das associações continuou incentivando a transmissão do idioma, com a continuidade de escolas de língua japonesa que pudessem ser freqüentadas juntamente com o curso regular nas escolas brasileiras e a promoção de concursos literários e de oratória em japonês.

O suplemento Página Um trouxe várias matérias sobre o idioma japonês e sobre o “colônia-gô”. Dentre as várias explicações para o abandono do idioma, incluindo a necessidade que alguns tiveram de afastar-se das origens para melhor adaptar-se à sociedade brasileira. Uma das entrevistadas foi a professora Mary Aizawa Kato, na época da PUC/SP, que assim respondeu à pergunta sobre a importância dos nipo-brasileiros aprenderem a língua japonesa:

- É importante como segunda língua. Para todo membro descendente de um grupo minoritário, a língua de origem é um fator de identificação para com a raiz. (...) Não considero que não falar o idioma seja fator de afastamento, e sou da opinião de que a identidade não deve ser impingida.¹⁹⁴

Outra declaração interessante da professora é a preferência pelo uso do português ao japonês em famílias que falam os dois idiomas:

Ela salienta também que, no caso dos pais bilíngües, é preferível o uso do português, que é muito mais democrático do que o japonês. E justifica:

¹⁹⁴ Página Um no. 22, 23/02/1980, p.5.

- A língua japonesa é muito chauvinista, sabe? Socialmente, isto está muito marcado na língua, que também concentra o poder máximo no masculino, na figura do pai, enquanto a linguagem no feminino é mais delicada, conformada.

A questão do ajustamento dos imigrantes à sociedade receptora constituiu um dos aspectos fundamentais para a construção da sua identidade. O grau de adaptação a determinada cultura envolve um ajustamento tanto social como emocional, envolvendo acomodação e conflitos. O “outro” mais óbvio para um imigrante japonês eram os brasileiros. Embora a forte relação de dependência do grupo tenha sido uma característica do imigrante japonês, ele era levado a participar da sociedade brasileira, seja pelas exigências de educação ou negócios, seja pela vontade de ascensão social. Desta forma, alguns elementos da “brasilidade” são acionados no cotidiano do país onde o imigrante vive, pois o isolamento total é impossível.

A reportagem sobre Suely Yumiko Kanayama no suplemento Página Um permitiu entrever a variedade de caminhos trilhados pelas mulheres *nikkeis* para conciliar seu mundo interior, sua origem *nikkei* e sua relação com a identidade brasileira. Suely Kanayama acabou legando a imagem de *nikkei* comprometida com a afirmação de sua brasilidade. As militantes que conheceram Suely na juventude, como Rioco Kaiano, registraram o fato de que as *nikkeis* ainda eram poucas na universidade. Houve uma identificação entre essas jovens descendentes, que vinham de cidades do interior e que juntas passaram a participar de reuniões e passeatas.

O forte sentimento de grupo pode ser verificado mesmo entre os japoneses que viviam no meio urbano, distante, portanto, dos núcleos de colonização japoneses do interior. No cotidiano de mulheres *nikkeis* nascidas e criadas na região central de São Paulo, como Marina Narahara, o Brasil existia, mas como espaço de transição, onde ficavam as relações comerciais, de estudo e trabalho. Ela afirma que “vivia num outro mundo”, ou seja, um universo de referências *nikkeis*, onde a cultura japonesa desempenhava papel importante: músicas japonesas tocando em casa, filmes japoneses apreciados em várias salas de projeção na Liberdade, leitura de revistas em quadrinhos importadas. Mesmo sem ter

participado dos movimentos estudantis e da luta contra a ditadura, ela sabia da existência desse mundo exterior, que de certa forma a assustava:

Fiz o científico na Escola Estadual Macedo Soares e Faculdade de Letras na PUC. Essa fase de estudante foi por volta de 1963 a 1969. Quer dizer, era época de toda aquela agitação, ditadura, ouvia zum-zum aqui e ali, mas como o ambiente em que eu vivia e as pessoas com quem convivia não tinham nenhuma ligação com nada daquilo, o meu dia-a-dia era de completa tranquilidade.

Claro que às vezes aproximavam pessoas que nos convidavam para discutir alguma coisa, mas elas me pareciam fanáticas e eu sentia até um certo medo quando éramos abordados. Muita coisa só tomei conhecimento muito tempo depois. Cheguei a ir nas apresentações da Jovem Guarda, assistia a peças do Chico, show da Bethânia no TUCA e até gostava, mas eu vivia num outro mundo, sobretudo de músicas e filmes japoneses. (História de vida de Marina Fumiko Narahara, textualização revisada pela informante em novembro de 2010.)

A história de vida como a de Marina Narahara, mostra o processo individualizado das trajetórias de vida de mulheres de mesma origem e pertencentes à mesma geração. Contemporâneas, nascidas com uma diferença de dois anos, as duas jovens ingressaram em cursos superiores de Letras na capital paulista no final da década de 1960. Foram envolvidas pelo mesmo ambiente de contestação nas universidades e de fechamento do regime militar. Marina Narahara enfatizou várias vezes em seu depoimento que o ingresso na faculdade não alterou significativamente sua rotina, já então bastante marcada pelas amizades com outros jovens *nikkeis* e pelas atividades da comunidade, com shows e filmes de artistas japoneses.

Em contraposição à ideia de busca de uma brasilidade, a reportagem sobre a *nissei* Eunice Fumie Ando, que assassinou toda a família, acabou eternizada como um dilema *nikkei* de identidade. Independentemente do que houve de fato, a representação desse episódio e dessa protagonista permite conhecer o imaginário e os estereótipos sobre os *nikkeis* no Brasil, e em especial a visão sobre a mulher *nikkei*. Em qualquer situação, o assassinato dos pais causa comoção e horror, ainda mais quando a motivação é aparentemente fútil ou inexistente. Quando uma *nissei*, sem maus antecedentes, comete um crime desta natureza,

negam-se os estereótipos e as imagens sobre as mulheres japonesas, com a qual ela era imediatamente identificada pelos traços físicos – como a própria matéria deixa bem claro.

A etnicidade acaba sendo preponderante em todo o caso, marcando a história como um “drama *nikkei*”, um exemplo da explosão de conflitos de identidade e da mediação dos estereótipos na interpretação dos fatos. No caso de Eunice não ficou claro o peso das dificuldades financeiras da família nem o grau de tensão e cansaço provocados pela presença de um irmão com deficiência mental, que era cuidado exclusivamente em casa. Consta o namoro da jovem com um rapaz não *nikkei*, que foi rompido por pressões dos pais, contrários a um relacionamento interétnico. São elementos esparsos, mas no final resta a sensação de um acontecimento excepcional que contrariou a imagem de *nissei* estudiosa, amorosa e obediente.

A valorização das fontes nipo-brasileiras nas pautas dos noticiários vem sendo a tônica do jornalismo *nikkei*, dando visibilidade constante à presença de descendentes *nikkeis* em todos os segmentos da sociedade brasileira. A nomeação ou eleição de *nikkeis* para cargos públicos garante bastante espaço nos jornais da comunidade, assim como a conquista de prêmios culturais, artísticos ou científicos por descendentes, independente de serem homens ou mulheres. Casos de crimes e delitos cometidos por *nikkeis* são noticiados regularmente e com destaque, tanto nos jornais da comunidade no Brasil quanto nos jornais publicados para *dekasseguis* no Japão.

Neste aspecto, o jornalismo cumpre a missão de divulgar fatos de interesse do público, mas atua para formar a opinião de que atos semelhantes prejudicam os demais membros da comunidade – as críticas e a preocupação com a imagem do grupo aparecem nos editoriais e nas cartas de leitores. As histórias que negam os estereótipos nem sempre foram omitidas, mas podem ser tratadas como unidades isoladas de significação que não chegam a desmentir o imaginário da submissão feminina, de mulheres que seguem os destinos traçados pelos pais e maridos.

2. Estratégias para superar preconceitos e a discriminação

Além das dificuldades em romper com as representações simbólicas de seu país de origem, os japoneses se viram, como qualquer forasteiro, diante de uma sociedade com uma formação histórica própria e de difícil compreensão para um membro de outra cultura. Os japoneses enfrentaram no Brasil um ambiente social que estabelecia rígidas categorias entre o que eram considerados atributos comuns e naturais, conforme Goffman caracteriza o estigma.¹⁹⁵

No caso dos japoneses, ocorreu uma das reações apontadas por Goffman para diminuir o estigma: organizaram-se em grupos, denunciaram sua situação e buscaram novos termos para sua condição de estigmatizados. Em 1910, políticos da oposição incluíram uma cláusula no orçamento federal que proibia subsídios aos imigrantes asiáticos (todos seriam inassimiláveis e viciados em ópio). Graças aos esforços de diplomatas japoneses, os nacionais do Japão foram reconfigurados como não-asiáticos, escapando das restrições. Representantes do governo japonês e defensores brasileiros da mão de obra japonesa reclassificaram os japoneses etnicamente. Jornais que noticiaram a chegada dos primeiros imigrantes em 18 de junho de 1908 fizeram uma tentativa clara de colocar o Japão na categoria “européia”, enfatizando as roupas ocidentais das mulheres, os chapéus e gravatas dos homens.

Tudo isso os tornava mais aceitáveis, embora não eliminasse os estigmas e preconceitos naturalizados na época: “A raça é muito diferente, mas não inferior”, afirma um artigo na primeira página do Correio Paulistano de 25/06/1908. Houve a preocupação de divulgar a boa escolaridade, asseio pessoal e bons modos dos primeiros imigrantes, para acrescentar a idéia de que eram pessoas com certa posição social, e não miseráveis que em nada poderiam contribuir com o país. Os japoneses foram orientados no Japão a representarem com dignidade o Japão no exterior. Mitsuko Kawai confirma a orientação que os imigrantes recebiam de se apresentarem com boa aparência, ou seja, de um modo ocidental:

¹⁹⁵ Goffman, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.

Preparar uma família de onze pessoas e imigrar para um país tremendamente longínquo e desconhecido, onde não havia parente nem amigos deve ter sido uma tarefa difícil e exaustiva para meus pais. Para começar, as mulheres não possuíam nenhuma vestimenta ocidental, e ninguém sabia fazer e nem se encontrava vestido feito nas lojas de Kiryu [cidade natal da autora].

Meu pai andou toda cidade à procura de uma costureira capaz de fazer os vestidos, e por muita sorte encontrou uma e encomendou dois para cada uma. (...) O problema maior foi os sapatos, pois exceto eu que já estava acostumada, as mulheres da minha família nunca tinham andado calçando sapatos. (KAWAI, *Mistuko. Sob Dois Horizontes*. São Paulo, Editora do Escritor, 1988, p. 99)

É comum, nos dias de hoje, entender a hostilidade contra grupos migrantes em função do papel que passam a ocupar na economia, ou seja, seria explicada pela ameaça para manutenção de empregos aos que vivem em seu próprio país. Mas os estereótipos formados, que como racionalização justificam a violência e os próprios dados objetivos, desmentem essa explicação. No Brasil, os imigrantes foram discriminados apesar da necessidade de substituir a mão de obra escrava. Na Europa, mesmo em momentos de aquecimento econômico, os imigrantes são temidos como ameaça social e não econômica.

Em termos conceituais, a discriminação é considerada um ato efetivo, enquanto o preconceito seria mais uma atitude, uma tendência para ação. Desta maneira, a discriminação seria o preconceito manifestado e o preconceito, a discriminação sob a forma de latência. De fato, as leis existentes em alguns países como o Brasil só podem se dirigir para a discriminação e não ao preconceito. Isso auxilia a restringir a violência latente, mas ao mesmo tempo pode gerar modos mais sutis de discriminação.

Algumas características atribuídas aos japoneses podem ser associadas à sua cultura e à sua história. A estrutura reproduzida em larga escala pelos imigrantes no Brasil remete aos padrões anteriores à Reforma Meiji, uma sociedade hierarquizada e isolada das demais nações. Os imigrantes deixaram o Japão num contexto de modernização e ocidentalização que trazia mudanças nos códigos civis, com mais direitos aos indivíduos, o que provocava incertezas e apego às velhas tradições.

No Japão os ideais sobre a mulher foram sendo manipulados de acordo com as necessidades do novo regime, como foi o caso da educação obrigatória para meninos e meninas com a finalidade de capacitar mão de obra para a nascente indústria japonesa. Mas no Brasil os valores não eram atualizados pelos imigrantes japoneses. Os interesses familiares e grupais favoreceram a persistência de padrões em extinção no Japão do início do século 20, como o poder absoluto do chefe da família sobre todos os membros da família, inclusive para autorizar casamentos e divórcios.

O mesmo ocorre com estereótipos sobre negros, índios, judeus, sírio-libaneses. Mas comumente há uma inversão de características, reais ou imaginárias que, relacionadas com fatores históricos, são naturalizadas pelo preconceituoso. Em relação aos japoneses, alguns estereótipos e formas de autocompreensão decorrem de discursos elaborados de forma sistemática, inseridos nas chamadas *niponologias*, ou teoria sobre os japoneses. Podem ser consideradas vertentes específicas do que Edward Said¹⁹⁶ chama de orientalismo, ou seja, um modo de discurso que produz a idéia de Oriente. São elaborações políticas, sociais, ideológicas e no imaginário que se processaram com o apoio de instituições, vocabulário, erudição, doutrina, burocracia e interesses do Ocidente.

Mesmo que atualmente o conceito de raça tenha sido substituído pelo de etnia permanece o fato de que a sociedade continua a recusar a perspectiva da convivência, como aponta o professor José Leon Crochik: “Alguns estudos tem evidenciado que aquele que é preconceituoso em relação a um alvo tende a ser também em relação a outros. Assim quem tem preconceito contra o negro, tende a ter também em relação ao japonês, ao nordestino, ao deficiente, ao homossexual. Ou seja, há algo no preconceituoso que independe do objeto de preconceito”¹⁹⁷. Disso é possível presumir que o preconceito se defina, não só por uma alteração ilusória do objeto – tal como a que se apresenta na naturalização de características obtidas historicamente –, mas também pela alucinação, ou seja, dotar o objeto de características que não possui, mas que gostaria que possuísse.

¹⁹⁶ SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

¹⁹⁷ CROCHIK, José Leon. “A visibilidade discriminada”. In: CARIGNATO, Taeco Toma, ROSA, Miriam Debieux Rosa, PACHECO FILHO, Raul Albino (orgs) *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo, YM Editora & Gráfica, 2002, p. 130.

A maioria dos preconceitos é difícil de ser desconstruída, segundo Agnes Heller, que definiu preconceitos como “os juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão”.¹⁹⁸ Assim, são produtos da vida e do pensamento cotidianos, implicando em comportamentos concretos. A autora compreendia que os preconceitos têm um caráter mediata ou imediatamente social, significando que os preconceitos são assimilados do ambiente social para serem aplicados a casos concretos através de mediações.

Heller também refutava o ponto de vista da sociologia contemporânea, segundo o qual a fonte dos preconceitos é o grupo enquanto tal, a coesão grupal em si. “Ora, o próprio conceito de grupo já nos parece uma categoria ultrageneralizadora e de escasso rigor científico”¹⁹⁹, afirmou. Embora o desprezo pelo outro seja tão antigo quanto a humanidade, até a sociedade burguesa a mobilização de sociedades inteiras contra outras, mediante sistemas de preconceitos, não constituía jamais um fenômeno típico.

Como a ameaça que o indivíduo sente é real e provém da organização social, só a alteração dessa pode combater com eficiência a discriminação e os preconceitos. Entretanto, é exatamente a dificuldade de alterar a estrutura econômica e social do país que assegura a naturalização da pobreza e da desigualdade. O antropólogo Darcy Ribeiro denuncia este fator na formação da identidade dos brasileiros: “O caráter distintivo de nossa transfiguração étnica é a continuidade, através dos séculos, de elementos cruciais da ordenação social arcaica, da dependência da economia e do caráter espúrio da cultura”²⁰⁰.

Não é raro reconhecer situações de preconceito, tanto dos japoneses e descendentes em relação aos brasileiros sem ascendência japonesa, quanto dos brasileiros em relação aos orientais, passando pelas discriminações entre os membros da própria comunidade nipo-brasileira. A cineasta Tizuka Yamazaki, premiada e reconhecida a partir do seu filme

¹⁹⁸ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo, Paz e Terra, 1970, p. 47.

¹⁹⁹ Op. Cit., p.55.

²⁰⁰ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 261.

Gaijin, em uma das entrevistas ao jornal Página Um, edição no. 30, de 14/06/1980, afirmou:

Tanto o 'brasileiro' como o descendente de japonês tem uma maneira preconceituosa de sentir o outro: o nordestino é "pau-de-arara", japonês é 'china', japonês chama o brasileiro de 'gaijin', o 'judeu' é forma pejorativa. Até hoje, ser pau-de-arara, gaijin, judeu, era coisa muito ruim porque era do ponto de vista discriminatório.

A jornalista Célia Abe Oi comenta uma matéria sobre discriminação interna publicada no Página Um :

Imagine que chegamos a fazer uma matéria sobre hinin ou etá (aquele pessoal que, no Japão, é considerado pessoas sem alma, a escória da sociedade). Esse é um costume que havia antes da Segunda Guerra, mas que, ainda persiste essa discriminação. A gente acreditava (acreditamos ainda hoje!) que muitas dessas famílias marcadas por essa discriminação, decidiram emigrar ao Brasil para "apagar" essa situação, recomeçar tudo, literalmente. Claro que não encontramos ninguém interessado em falar sobre isso, mas soltamos a matéria falando sobre essa escória... Foi uma coisa que chocou muita gente - acharam que não deveríamos falar sobre isso, porque revolver um passado de sofrimento? Outros consideraram uma grande descoberta! (Célia Abe Oi, 06/10/2010)

Como a questão da identidade é dinâmica e os papéis são intercambiáveis, algumas reportagens dos jornais nipo-brasileiros mostram as discriminações sofridas pelo grupo, mas também o fato de que, colocados em outras posições, os membros manifestam seus preconceitos entre si ou mesmo em relação a setores menos favorecidos ou marginalizados da sociedade brasileira majoritária. O depoimento de Tieko Suma na seção Nossas Histórias (Japão Agora de 24/11/1998) permite entrever os preconceitos da própria comunidade em relação às pessoas com deficiência. Ela, que morava na Liberdade, bairro com grande concentração de entidades nipo-brasileiras, encontrou oportunidades de socialização graças aos voluntários de uma organização cristã sem vínculos com a comunidade. Em seu relato Tieko comentou que se sentia constrangida em eventos nipo-brasileiros, por provocar olhares de estranhamento.

Apesar de qualidades como a disciplina e a lealdade atribuídas aos *nikkeis*, certos comportamentos dos nipo-brasileiros, como a manutenção do sentimento de superioridade

étnica ou cultural, são fonte de críticas, afastando aqueles membros que não se identificam com o sentimento de grupo. O imaginário sobre o *nikkei* e sobre os estrangeiros demonstra muito sobre o próprio imaginário do povo brasileiro. É o conjunto dos imaginários sobre a autoimagem e identidade dos cidadãos que define comportamentos e anseios para os processos políticos do país, além de definir interpretações sobre os acontecimentos presentes e passados.

Os estereótipos positivos dos *nikkeis* continuam sendo utilizados pela sociedade brasileira para novas manipulações, servindo, dentre outras finalidades, para o uso patronal, como observou Alice Mitika Koshiyama em *paper* sobre o imaginário do *nikkei* na sociedade brasileira²⁰¹. A pesquisadora observou a utilização dos estereótipos sobre os japoneses no Brasil para a construir a imagem de um jornalista “ideal” do ponto de vista dos empregadores. A autora destaca um trecho do artigo “Os jornalistas e o japonês da quitanda”²⁰², de Rodrigo Manzano, que clama por mais jornalistas e descendentes nas redações:

Eu fico imaginando se as redações fossem invadidas por japoneses ou descendentes. Vários deles espalhados, trabalhando silenciosamente como o japonês da quitanda. Tenho certeza que eles chegariam muito mais cedo que nós. Às 5h00 da manhã, pelo menos. Não, não é uma piada. Estou falando a sério. O jornalismo precisa de uma revolução dessa categoria. Profissionais mais detalhistas, chegando mais cedo, mais disciplinados, mais pontuais e menos vaidosos. Só assim a imprensa recuperaria o mesmo prestígio que tem a barraca de pastel da dona Matiko [uma feirante de sucesso]

O autor atribui claramente a má qualidade do jornalismo contemporâneo à preguiça e indolência dos novos jornalistas, eximindo os empregadores de qualquer responsabilidade. Ao descrever um cenário de redações “invadidas por japoneses e descendentes (...) trabalhando silenciosamente como o japonês da quitanda”, Rodrigo Manzano manipula outros imaginários sobre os japoneses e *nikkeis*, como o fato de serem “silenciosos”, ou

²⁰¹ KOSHIYAMA, Alice Mitika. *O nikkei na cultura brasileira: do imaginário na sociedade à pesquisa interdisciplinar* (mimeo).

Comunicação apresentada no X Seminário Internacional de Comunicação. PUC- RGS – FAMECOS, novembro de 2009.

²⁰² A íntegra está no site do Portal Imprensa: <http://portalimprensa.uol.com.br/colunistas/colunas/2008/06/06/imprensa219.shtml>, acesso em 23/01/2011.

seja, de evitarem situações de conflito. Koshiyama destaca a ideologia patronal por trás do discurso que aparentemente elogia os *nikkeis*:

Alguns trabalhadores e empresários podem apreciar o modelo do quitandeiro japonês da coluna do diretor editorial Rodrigo Manzano. Mas jornalistas não vendem nabos e bananas. Entendemos que essa proposição do jornalista imitar o quitandeiro japonês na sua entrega ao trabalho é uma estratégia para convencer a todos e todas de que trabalhar muito e sempre e se curvar aos jogos de poder da empresa, em um sistema de super-exploração da mão-de-obra²⁰³.

Ainda que desejável, um clima cultural geral contra a discriminação social não a elimina, mas pode atenuar os seus efeitos mais visíveis, o que já seria uma conquista. As transformações são difíceis e conquistadas a duras penas, contidas dentro de limites que não ameacem a hegemonia das classes dominantes. A nova identidade étnico-nacional dos imigrantes nunca está plenamente definida e está em constante construção, como revelam a intensa negociação das identidades dos imigrantes, que buscaram construir uma identidade que contemplasse seus dois países, o do nascimento e de fixação. Muitas imigrantes japonesas incorporaram e articularam os discursos sobre uma nova identidade, a dos nipo-brasileiros, seja em entrevistas em festejos ligados à imigração, seja em livros de memórias.

As novas gerações são os herdeiros, querendo ou não, dessa trajetória. Seguem negociando sua presença e sua identidade na sociedade brasileira, apesar do discurso sobre a plena inserção dos *nikkeis* na sociedade brasileira. O mesmo ocorre com os *nikkeis* que passaram a viver definitivamente no Japão, que começam a elaborar novas formas de representação nas instâncias japonesas e brasileiras e a buscar novos termos para demarcar sua posição naquela sociedade.

3. O papel de jornalista e suas qualidades humanas

Nos relatos de vida das jornalistas da imprensa nipo-brasileira procuramos verificar a importância de duas mediações no exercício do jornalismo nipo-brasileiro: a identidade *nikkei* e a de gênero. O depoimento de Célia Abe Oi relaciona essas duas influências no

²⁰³ KOSHIYAMA, Alice Mitika. Op. Cit., p. 6.

jornalismo do Página Um na década de 1980. A atuação no jornalismo nipo-brasileiro foi uma forma de superar as visões predominantes na comunidade, marcadas pela ótica dos mais velhos e dos homens:

Então a versão de nossa história é de homens, somente preocupados com a parte econômica. Imagine falar de emoções, de derrotas, desejos, etc, etc, etc. Isso não era coisa que pudesse aparecer em livros sérios. Veja que até hoje a história da imigração japonesa é contada pelo seu lado econômico, masculino e sob a ótica do issei, imigrante. Ela nunca foi contada pela ótica desse nissei, pelo filho desse imigrante... (Célia Abe Oi, 06/10/2010)

A jornalista identificou a visão masculina e *issei* dos fatos da imigração como uma perspectiva econômica. As mulheres e os jovens *nisseis* trouxeram a subjetividade para o jornalismo e para a própria história da comunidade. Mas o compromisso de resgatar a história e de difundir informações sobre a comunidade nipo-brasileira parece ser decorrente do papel como jornalista e como *nikkei*, apesar do fato de ser mulher ter contribuído para uma percepção diferentes das antigas versões sobre a história da imigração:

Mas, independente dessa passagem, queria lhe dizer que provado do jornalismo Nikkei, acabei transformando-o como uma opção profissional. (...)
É como ter cumprido uma “função” de difundir informações sobre a história e a comunidade nipo-brasileira, independente de ser mulher ou não. Acho que não somente dentro, como também fora, da comunidade nipo-brasileira. Poderia ter feito mais, certamente. (Célia Abe Oi, 06/10/2010)

Para Mami Yasunaga, o fato de ser mulher influenciou a reação das fontes e de pessoas citadas nas matérias. Enfatizou que era uma questão subjetiva, mas no caso do jornalista japonês que se sentiu ofendido com uma crítica dela – mesmo nem tendo sido citado – a reação talvez tenha sido exacerbada pelo fato de ela ser mulher. Foi a única que citou uma situação concreta relacionada a menores salários para as mulheres, ocorrida no Japão.

Outros depoimentos enfatizam a influência da etnicidade, mais que do gênero. Ao comentar como sua identidade como descendente de japoneses influenciava sua atividade jornalística, Fátima Kamata exemplificou sua atuação em duas expressões japonesas que revelam ênfase no grupo (“hito ni meiwaku kakenai”- não causar transtorno aos outros) e a importância do

esforço individual (“ganbatte”). Os dois princípios estão interligados, pois o esforço não tem como único objetivo o sucesso individual, mas também em prol do grupo. Não causar inconvenientes relaciona-se com a manutenção de relações harmoniosas, com atitudes que não constriam nem prejudiquem os demais membros do grupo.

O compromisso com o coletivo é um dos diferenciais apontados por Fátima Kamata na sua atual atuação profissional “*Na Folha de S. Paulo, meu conceito de trabalho era o inverso*”, identificando no trabalho anterior a falta de compromisso com uma comunidade e a dúvida sobre o papel social do jornalista. Foi exatamente quando atuava na chamada grande imprensa brasileira que Fátima Kamata pensou seriamente em desistir da carreira, chegando a se preparar para o vestibular de Medicina. Descreve que não conseguia perceber quem eram os leitores nem qual era a importância do trabalho que realizava.

O papel de “jornalista”, aquele que reporta os fatos e recria a realidade social, também é cercado de imaginários que valorizam sua importância social e sua proximidade com as fontes de poder ou de conhecimento. Para o cumprimento desse papel, contudo, o jornalismo exige comportamentos que podem entrar em conflito com a unidade da sua personalidade individual, em que se manifestam suas características humanas do profissional. O imaginário da profissão e o estereótipo de jornalista com o compromisso de informar a qualquer custo exigem que a profissional não aja como uma cidadã ou mulher comum, mas esse comportamento torna-se difícil em situações desconhecidas ou não previstas.

Convidada a falar sobre reportagens mais marcantes em sua carreira, Kátia Sattomura citou algumas situações, como uma coletiva de Lula após o resultado das eleições presidenciais, lembrada pelo forte esquema de segurança e dos jornalistas disputando espaço. Mas o sequestro de Ives Ota é lembrado como um acontecimento em que os aspectos humanos se sobrepunham à necessidade de produzir manchetes impactantes:

Já sobre o sequestro do Ives Ota foi por um todo, a angústia de acompanhar a família sem poder noticiar (para não dificultar a negociação) e o desfecho trágico. Não dava para conter a emoção

diante de um pai destruído, que mesmo com a dor agradecia aos jornalistas. (Kátia Sattomura, 28/10/2010)

As reportagens citadas por Mami Yasunaga durante sua carreira são exatamente aquelas em que a conduta estabelecida e justificada pelo papel social de jornalista não é suficiente para evitar o questionamento sobre a própria ação e a desagregação com suas convicções íntimas. Foram situações em que o papel de jornalista não assegurou a sensação de dever cumprido e o sentido da própria humanidade. Mesmo investida do papel de mediadora entre o público e os fatos, Mami sentiu-se despojada das qualidades humanas de compaixão ou de solidariedade na dor.

O terremoto de Kobe é lembrado por ela como um momento extremo, em que era impossível ficar impassível na hora de entrevistar parentes de vítimas, como a mãe que acreditava que a filha estava viva: *“Me fez refletir por um bom tempo o quanto valia a pena fazer uma pessoa sofrer para conseguir um depoimento, umas aspas. Jornalismo não é feito por uma regra. Envolve pessoas que tem reações diferentes”*, afirmou Mami Yasunaga.

Os padrões muito diferentes de relacionamento interpessoal e institucional fizeram Andréia Ferreira repensar sobre sua conduta anterior como jornalista. Mais que criticar a falta de liberdade no jornalismo feito no Japão, a jornalista conseguiu vislumbrar os equívocos do jornalismo ocidental em relação à falta de respeito às fontes e a prioridade da informação sobre o ser humano. Segundo ela, no Japão o jornalista não está acima dos demais cidadãos, um imaginário de poder paralelo às instituições que ainda ronda o imaginário ocidental sobre a profissão de jornalista.

As redações no jornalismo nipo-brasileiro são pequenas e exigem grande flexibilidade do jornalista, que acaba tendo a oportunidade de cobrir todo tipo de acontecimentos, de festas a situações de tragédia. Essas condições de trabalho fazem com que o profissional se responsabilize por muitas coberturas e vários momentos da produção de notícias, da captação à edição. Andréia Ferreira mostra que trabalhar nas redações da imprensa étnica dos brasileiros no Japão não é viver uma vida idealizada de correspondente estrangeiro:

*À primeira vista, pode-se pensar que, ao aceitar um emprego de repórter em um jornal para brasileiros no Japão, o profissional teria o status e as condições de vida e de trabalho de um correspondente estrangeiro de uma grande publicação internacional. As condições, porém, são semelhantes aos dos próprios dekassegus.*²⁰⁴

Os depoimentos de algumas jornalistas mostraram que os empregadores reproduzem os processos produtivos e as relações trabalhistas das grandes empresas de comunicação. Os mecanismos que celebram a desumanização e causam a deterioração da qualidade de vida dos profissionais não diferem do que foi constatado no estudo do professor Roberto Heloani com 44 jornalistas brasileiros da mídia impressa, rádio e TV:

As organizações, pressionadas pelo processo de globalização, substituem cada vez mais o homem pela máquina, implementam novas tecnologias e obrigam os homens a adaptar-se freneticamente a elas. Assim sendo, o seu corpo, que é o seu instrumento de trabalho, se “ressente” e a sua mente se “surpreende” como se pode inferir por meio dos consideráveis níveis de estresse.²⁰⁵

Em sua pesquisa, o autor detectou como as práticas organizacionais trouxeram a cisão da idéia de qualidade de vida e excelência no trabalho. Os profissionais queixaram-se do ambiente de trabalho nas redações, onde convivem com situações de assédio moral, de desrespeito à legislação trabalhista e sobrecarga de trabalho. Fora do trabalho, os pesquisados acusaram a falta de tempo para o convívio familiar e para as atividades de lazer. O estudo revelou também que a esfera particular em muitos casos se confunde com a própria atividade profissional do jornalista. Foi o que relatou Andréia Ferreira:

Havia a síndrome do 1º ano no Japão. A redação era nossa família, pois não tínhamos amigos, parentes por perto. Como a jornada era longa, a gente acabava ficando bastante na redação mesmo, até tarde da noite. Na redação tinha a TV, dava para assistir, usar o computador. Muitas viagens que fiz no Japão foram a trabalho, daí estava trabalhando, mas pelo menos ficava uma foto de turista. (Andréia Ferreira, depoimento em 28/01/2010)

²⁰⁴ SILVA, Andréia Ferreira da. *Jornalismo brasileiro do outro lado do mundo*. Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes da USP, 2008, p. 30.

²⁰⁵ HELOANI, Roberto. “Vivendo no limite: quem são nossos formadores de opinião”. In: REVISTA USP, São Paulo, n.65, março/maio 2005, p. 165.

Andréia Ferreira relatou também que na época do auge das publicações para brasileiros, o ritmo de fechamento era intenso na redação onde trabalhava, em Tóquio.

Eram muitas pautas, pois eram muitas publicações – dois jornais mais uma revista – então tínhamos fechamentos quase diários. A carga de trabalho era imensa, a gente trabalhava direto. Minhas folgas eram só de domingo. (Andréia Ferreira, depoimento em 28/01/2010)

A jornalista Mami Yasunaga falou sobre a sobreposição de tarefas, cada vez mais comum nas redações, que obriga jornalistas a serem “multifuncionais” – fazem reportagem, fotografam, editam, dirigem o carro. Mas esse não foi um aspecto que lhe causou aborrecimentos, que ela credita ao seu entusiasmo com o aprendizado que estava tendo:

Ter várias funções e atribuições não me incomodava, creio que seja pelo fato de ser recém-formada e ter uma boa disposição. Lembro que cheguei a comprar equipamento profissional de fotografia e carregava aquela mala pesada para cima e para baixo. A oportunidade de aprender era o grande desafio. Assim, não era incômodo tirar fotos, entrevistar ou fazer traduções ao mesmo tempo. O que me incomodava era a qualidade do material. Lembro que por falta de conhecimento mais profundo em fotografia, ficava frustrada com o resultado. (Mami Yasunaga, depoimento em 28/01/2010)

O papel social fornece um determinado plano de reações quase mecânicas para a convivência social, praticada de um modo quase instintivo, mas sempre por aquisição, não como resíduo de uma estrutura biológica. As ações rotineiras no exercício profissional independem de reflexões demoradas e permitem concentrar o pensamento para outras tarefas menos conhecidas ou mais complexas. Mas a abrupta mudança de ambiente, por exemplo, e a desconstrução das ações realizadas automaticamente no trabalho podem proporcionar alterações que provocam a novas reações no exercício do papel de jornalista.

Segundo Agnes Heller, o comportamento global dos homens transforma-se quando suas ações tornam-se públicas, ou seja, o *caráter público* das ações influi nas próprias ações. Não é preciso necessariamente a presença material da família, da comunidade ou da sociedade para que estes públicos sejam catalizadores de comportamentos de superação, de sinceridade ou de heroísmo. Neste sentido, o caráter público da ação como jornalista pode possibilitar comportamentos que superam a alienação do cotidiano.

Acho que a gente acabou sendo a referência para algumas pessoas. Pessoas que concordavam com a gente, ou ainda que não achavam legal o que a gente estava fazendo... Mas o fato é que, de repente, apareceu uma molecada levantando um monte de coisas sérias, assuntos que até então nunca tinham sido tratado nos jornais da colônia. Sei que o pessoal do Takao chegou a fazer alguma coisa numa revista semanal, mas não foram muitas edições. O nosso propósito era de falar sobre a identidade e suas diferentes facetas. (Célia Abe Oi, depoimento em 07/10/2010)

Ao se ver colocado no meio público, o homem sente mais intensamente o dever de representar a humanidade, de dar exemplo, segundo Heller:

O ato de assumir uma postura em público não tem nada a ver, em si mesmo, com o desempenho de um papel. Mas não há dúvida que é um pressuposto desse desempenho. Pois, dado que o comportamento humano se decompõe em vários clichês estereotipados e dado que a personalidade autônoma do homem pode perder-se inteiramente nesses clichês, nos casos em que isso se verifica a diferença gradual, a diferença de intensidade sempre existente entre a atitude “solitária” e a atitude “pública” pode converter-se no oposto do acima dito.²⁰⁶

Ainda conforme Heller, apesar das diferenças entre a “essência íntima” e a “manifestação exterior”, entre a solidão e a publicidade das ações, ainda assim todo homem pode inferir a interioridade de outro indivíduo a partir da sua exterioridade. Esse conhecimento pode ser equivocado, mas contribui para avaliar se determinadas ações dessa pessoa expressam algo decisivo sobre sua essência e sobre seu comportamento futuro.

O jornalismo, independente de pertencer ou não a um segmento especializado, é uma atividade que favorece o surgimento dos conflitos internos entre os papéis e a essência íntima. A exigência de reportar a realidade pode colocar o profissional diante de circunstâncias extremas ou atípicas, que permitem matérias que saciam a curiosidade dos leitores. Acredita-se que seu compromisso principal não é atuar diretamente naquele acontecimento, mas divulgá-lo para assim provocar eventuais ações ou correções seja do poder público, seja da esfera privada, seja dos particulares envolvidos.

²⁰⁶ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo, Paz e Terra, 1970, p. 90-91

Os vários papéis sociais são condicionados pelo conjunto da sociedade, e mesmo nos contextos mais manipulados o indivíduo pode se comportar em desacordo com as expectativas do seu papel. As diferenças de suas trajetórias individuais e nas percepções sobre o trabalho mostram as variadas escolhas dentro de um determinado papel e comportamentos. A forma própria de se apropriar da realidade, ou a “condução de vida”, como chamou Agnes Heller, significa que as diferenças surgem exatamente das escolhas de valores e desvalores. É possível perceber que as contradições do trabalho jornalístico favoreceram nas entrevistadas a reflexão sobre os processos humanos e na necessidade de atuar sobre eles.

Considerações finais

Depois de percorrer múltiplos discursos sobre as mulheres japonesas e *nikkeis* e discutir tantos papéis e identidades, fica o receio de fazer essas mulheres desaparecerem sob tantas imagens contraditórias, como se suas existências não fossem reais. Mas elas existem nas suas individualidades, e o imaginário sobre elas é formado pelas suas vozes e silêncios concretos. A materialidade da existência persiste no diploma amarelado de corte e costura, nos frutos dos longos anos de trabalho na feira ou no balcão da loja da família. A imaterialidade é ainda mais onipresente, traduzida nas histórias familiares, transmitida nos gestos e nos corpos das mães e avós.

A existência real das mulheres *nikkeis* permanece sendo mediada pelos discursos da própria comunidade nipo-brasileira e os da sociedade brasileira majoritária. Esses discursos muitas vezes têm base em fatos concretos, mas são construídos de forma a criar sentidos com o objetivo de fortalecer os imaginários mais convenientes em cada momento histórico. O recato e a dedicação extrema da mulher japonesa à família foram essenciais para projetar um novo discurso sobre o grupo de imigrantes de japoneses. Atributos negativos como povo inassimilável e dissimulado foram combatidos com a imagem de grupo ordeiro e disposto a contribuir com o país de fixação.

Os discursos produzidos sobre as mulheres e pelas mulheres *nikkeis* foram o centro das preocupações do presente estudo. Houve, entretanto, alterações significativas no projeto de pesquisa, principalmente na forma de obter esses discursos e de relacioná-los com o imaginário interno e externo à comunidade nipo-brasileira. A intenção inicial era utilizar a metodologia de histórias de vida a partir dos depoimentos orais e escritos de mulheres jornalistas, articulando sua profissão, sua trajetória individual e familiar, o universo *nikkei* (etnicidade e identidade) e a questão de gênero.

A opção pelo trabalho com os *relatos de vida*, uma narrativa vivencial mais focada em determinado período e tema, proporcionou muitas reflexões sobre o próprio processo de pesquisa. A dificuldade de obter pessoalmente longos depoimentos das profissionais com

uma rotina atribulada indica o peso das múltiplas jornadas das jornalistas – emprego principal, trabalhos como *free-lancers*, responsabilidades domésticas e cuidados com familiares, sejam pais ou filhos. Houve oportunidades de encontros pessoais, portanto não foi apenas a falta de tempo o motivo para a preferência demonstrada em escrever as respostas em detrimento de entrevistas orais. Acreditamos que a natureza da profissão exercida pelas entrevistadas contribuiu para o direcionamento da pesquisa para os depoimentos escritos. Talvez por estarem familiarizadas com a construção de sentidos no ofício de escrever textos, demonstraram facilidade em transitar pelas questões objetivas e subjetivas, dosando momentos de precisão com outros de sutilezas e sensibilidade.

A análise dos depoimentos não percorre todo o percurso vivencial das jornalistas, como aconteceria com as histórias de vida, mas se detém nas impressões de cada uma delas sobre os principais temas desta pesquisa. As declarações, agrupadas por assuntos, permitiram o aprofundamento de algumas questões por meio da multiplicidade de informações e visões, às vezes coincidentes, muitas vezes contraditórias. As diferenças na reação e na percepção de cada entrevistada ficaram mais explícitas. Um tema pode despertar reflexões longas e empolgadas em uma, enquanto pouco significa para outra entrevistada. Podemos observar que além das óbvias diferenças subjetivas decorrentes da vivência particularizada de cada uma e o nível de proximidade com a pesquisadora, há a interferência de variáveis objetivas como tempo de carreira ou tipo de experiência na imprensa nipo-brasileira.

A jornalista com mais tempo de carreira no jornalismo nipo-brasileiro, Célia Abe Oi, trouxe grande quantidade de reflexões sobre a identidade *nikkei*, refletindo sua atuação no jornal que mais se dedicou a esses assuntos, o Página Um. A sua distância do cotidiano das redações, apesar da atuação na principal entidade representativa da comunidade, a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, possibilitou opiniões mais diretas sobre temas como o preconceito nas redações.

A necessidade de superar resistências, para Célia, não se resumiu ao preconceito contra as mulheres no âmbito interno das redações, mas ao contexto de mudanças mais amplas na sociedade brasileira. Trata-se de uma concepção de jornalismo como instrumento de

questionamentos e transformações sociais. A referência às matérias como o da guerrilheira Suely Yumiko Kanayama, assassinada no Araguaia, reflete o momento histórico desse jornalismo mais combativo, que floresceu no ambiente ainda tenso de retomada à normalidade democrática após os anos de ditadura militar.

Mesmo tendo atuado no jornalismo no mesmo período que Célia Abe Oi, na década de 1980, os depoimentos de Mitsuko Kawai sobre a profissão concentram-se em mostrar como o jornalismo possibilitou uma grande transformação na sua vida pessoal. Não há críticas ao “jornalismo de sofá” realizado pelos jornais nipo-brasileiros, e as visitas constantes de políticos, líderes de associações e empresários divulgando seus produtos representam apenas a oportunidade de conhecer várias pessoas diferentes. O fato de ser a única a ter realizado as reflexões sobre a atuação como jornalista depois da aposentadoria e de ter se dedicado com afinco à sua autobiografia explica a grande quantidade de informações deixadas pela jornalista, que faleceu em 1998, aos 76 anos. Embora não tenham sido aproveitados para a pesquisa, a profissão a motivou para outras atividades, como dar aulas de tradução e participar de associações acadêmicas. E principalmente: o sonho de ser escritora, acalentado desde a infância, encontrou no jornalismo a chance de ser realizado.

A dificuldade de manter um padrão único na condução das entrevistas – todos os depoimentos foram basicamente escritos pelas jornalistas, mas algumas pontos das declarações foram obtidas pessoalmente ou por telefonemas – provocando o desequilíbrio na quantidade e amplitude das informações coletadas. Apesar da existência de um roteiro central, cada entrevistada procedia de forma muito particular, detendo-se mais em uma questão, passando rapidamente pelas outras, ou mesmo ignorando algumas. Devido à grande diversidade nas experiências dentro do jornalismo nipo-brasileiro, algumas questões surgiram naturalmente com algumas entrevistadas e foram retomadas seguidas vezes, enquanto nem foram formuladas para as demais.

Creio que o roteiro das perguntas às entrevistadas concentra-se demasiadamente no exercício profissional e omite o interesse pela vida particular das jornalistas. Como o roteiro surgiu para apresentar o tema às participantes, esperava-se que durante o

depoimento oral houvesse possibilidade de adentrar nas questões sobre o cotidiano de trabalho e a necessidade de conciliá-lo com eventuais atividades domésticas e de cuidados com a família. Esperava-se obter da mesma forma informações sobre os eventos marcantes da vida pessoal, mas esta expectativa não se realizou.

Durante as reuniões de orientação discutiu-se as motivações pela preferência das entrevistadas pelo depoimento escrito, que poderia ser atribuída à necessidade de evitar mal-entendidos e problemas de contextualização, tão comuns na prática do jornalismo. Contudo, não houve nenhuma demonstração efetiva desta preocupação, como perguntas sobre a utilização das declarações e de releitura do material depois de editado. A opção reiterada pelas respostas na forma de textos escritos pareceu decorrer da praticidade, comodidade e possibilidade de organização das reflexões solicitadas.

Não acredito, contudo, que a qualidade das informações teria sido substancialmente melhor se fossem prestadas totalmente pela metodologia oral. Apesar das possibilidades de revelações espontâneas motivadas pela intervenção imediata da pesquisadora e de um rebaixamento da autocensura na dinâmica mais acolhedora de um contato direto, o perfil das entrevistadas (faixa etária, não-aposentadas) e o da pesquisadora (*nikkei*) talvez mantivessem a entrevista no âmbito menos confessional e mais público.

Em diversos momentos da pesquisa fui confrontada com os valores da formação nipônica, transmitidos a mim pela versão *nikkei*. Sem a obrigatoriedade de conseguir as “aspas”, como se diz no jargão jornalista, que precisa de alguma declaração a qualquer custo para “fechar” a matéria, evitei pressionar, induzir respostas e encaminhar as repostas das jornalistas, procedimentos exigidos pela pesquisa qualitativa dos relatos de vida. Porém, era mais que o cuidado metodológico: houve um ambiente misto de cerimônia e reserva que criou um espaço de entendimento que reflete os imaginários, idealização de papéis e estereótipos das mulheres *nikkeis*.

O respeito pela privacidade do outro e a constância de ideais como “hito ni meiwaku wo kakenai” (não incomodar os outros) aparecem concretamente nas relações. Elas orientam o

cotidiano e são acionadas quando assim é necessário, de acordo com os ajustamentos sociais. A presença de uma jornalista não-nikkei, Andréia Ferreira, foi importante para observar como esses valores são transmitidos independentemente da origem étnica. Trata-se de um processo simbólico, cultural e ideológico, que se manifestam em situações corriqueiras e automatizadas. Mesmo afirmando que talvez não saiba o verdadeiro significado de alguns conceitos nipônicos por não ser nikkei, a jornalista conhece e administra esses códigos na sua prática profissional, permeada por sutilezas nas relações de uma mulher não *nikkei* com colegas *nikkeis* da mesma idade, leitores *nikkeis* muito jovens, entrevistados *nikkeis* mais velhos e ciosos de sua autoridade.

Por ser um estudo acadêmico na área de comunicação social, as entrevistadas sabiam que não havia a intenção de construir um produto jornalístico, com manchetes atraentes, nem declarações bombásticas. Tampouco se tratava de uma aventura psicanalítica no interior de cada uma. Os relatos das jornalistas contribuíram para a construção de sentidos sobre o jornalismo praticado na comunidade nipo-brasileira, tanto no Brasil como no exterior, a partir dos discursos de profissionais com longa carreira neste segmento.

A pergunta sobre o preconceito contra as mulheres nas redações revelou-se a questão mais delicada e exigiu a retomada da pergunta por várias vezes pela tendência a evitá-la. Questionamentos pessoais eram feitos de forma indireta. Tenho a clareza de que fosse outra a entrevistadora – não *nikkei*, por exemplo, e outro o código de comportamento utilizado desde o início, haveria mudanças neste ambiente de formalidade. Criou-se um espaço suspenso da entrevista, impregnado dos discursos e do imaginário que estávamos refletindo.

A análise do conjunto de depoimentos deixa claro que cada trajetória vista na sua individualidade é totalmente única. Não há como fazer afirmações generalizadoras sobre mulheres da comunidade nipo-brasileira a partir de sua posição geracional, por pertencerem à 1ª. geração – as *isseis*, à 2ª. geração – *nisseis* – ou à 3ª. geração – *sanseis*. Existe a tendência de compreender as gerações formando uma linha temporal definida, na qual elas vão se sucedendo e gradualmente sofrendo menor influência dos valores da cultura

japonesa. O critério da geração não permite abarcar a diversidade dos períodos de imigração e as marcas das origens rurais ou urbanas, nem as influências das regiões de onde as famílias são originárias no Japão.

As jornalistas Mami Yasunaga e Fátima Kamata são ambas nisseis, mas suas trajetórias diferem substancialmente pela diferença na época de chegada dos pais. Fátima foi criada numa região com forte presença de japoneses que chegaram antes da 2ª. Guerra, com uma estrutura associativa consolidada (a ponto de haver duas associações, uma dos nacionalistas e outra dos esclarecidos), conforme seu relato. Mami Yasunaga tem faixa etária mais próxima da terceira geração, mas é filha de pais japoneses que vieram no pós-Guerra.

Mesmo tendo a mesma faixa etária de Mami Yasunaga, com a diferença de apenas um ano, Kátia Sattomura, é *sansei*, como se identificou espontaneamente, neta de japoneses. A jornalista não participava de nenhuma entidade ou de atividades da comunidade e que desconhecia a sua dinâmica antes do seu ingresso no jornalismo nipo-brasileiro. Também situa-se como uma geração “pós-Célia Oi”. Seu relato comprova que a geração anterior conseguiu amenizar resistências e diminuir os preconceitos contra as mulheres nas redações japonesas da imprensa nikkei.

Embora as novas gerações possam, na maioria, usufruir das conquistas da geração anterior, a posição na geração e no linha do tempo isoladamente não definem necessariamente a relação de cada descendente com a identidade étnica e cultural e com a brasilidade. As matérias do suplemento Página Um mostram que houve *nisseis* que buscaram um sentido de brasilidade engajando-se nos movimentos políticos brasileiros no período da ditadura ou questionando a pressão pelos casamentos intraétnicos e a obrigatoriedade de aprender japonês. Décadas depois, outros *nisseis* escreviam para colunas sentimentais procurando parceiros *nikkeis*, como relata a então editora do Jornal Paulista, Fátima Kamata.

A mobilidade da família de Mami Yasunaga, tanto ocupacional quanto geográfica, registra outras facetas da comunidade de japoneses e descendentes no Brasil. Confirma também a diversidade das ocupações femininas ao descrever a trajetória de sua mãe. A imigrante de

Fukuoka exerce uma série de atividades para a sobrevivência da família. Talvez pelo fato de ser *issei* a mãe de Mami estava muito ligada ao Japão, pois os produtos que vendia eram japoneses, a agência de turismo enviava trabalhadores para o Japão, o karaokê ficava na Liberdade e atendia *nikkeis* que gostavam de cantar em japonês. O relato de Mami também mostra os vários recomeços e descontinuidades da mãe e da própria Mami. A mãe que se esforça tanto para terminar os estudos, fazer o cursinho e prestar o vestibular para jornalismo. Mas o curso de jornalismo precisa ser abandonado e a mãe se dedica a muitas atividades até abrir seu restaurante.

Apesar da precariedade das relações de trabalho e dos questionamentos sobre a efetiva possibilidade de transformação da realidade, as participantes expressaram satisfação profissional e pessoal com o jornalismo. Os depoimentos demonstraram a valorização do trabalho como jornalista. Essa satisfação revela-se de diversas maneiras: pela possibilidade de vivenciar situações variadas, conhecer realidades diferentes, adquirir “bagagem de vida”. O trabalho no jornalismo nipo-brasileiro tem comprometimento real com o interesse coletivo, algo que na grande imprensa fica muito diluído na competição entre os profissionais pela melhor matéria, como afirmou Fátima Kamata. Célia Abe Oi, por sua vez, acredita que o jornalismo nipo-brasileiro foi fundamental para transformações na comunidade nipo-brasileira, e que cumpriu o papel de pensar a identidade do *nikkei*.

Optamos por apresentar reportagens que representassem contrapontos aos principais papéis atribuídos à mulher imigrante e à mulher *nikkei*. As imigrantes japonesas contribuíram para construir o discurso de que a imigração foi uma história sofrida, mas com final feliz. As comemorações do Centenário da Imigração, em 2008, trouxeram enorme quantidade de reportagens nos jornais e revistas da grande imprensa brasileira com muita ênfase neste imaginário de grupo laborioso num país acolhedor. Sendo assim, mostramos que houve mulheres imigrantes que demonstraram seu arrependimento pela vinda ao Brasil, admitindo que não voltaram porque não puderam. No caso das mulheres *nikkeis*, sobre as quais recaem tanto o imaginário da mulher oriental exótica e submissa, como o imaginário mais recente da dedicação aos estudos, escolhemos matérias que falam de duas *nisseis*, Suely e

Eunice, que representam a expressão de conflitos da identidade étnica com a sua vivência real na sociedade brasileira.

Embora seja um produto considerado perecível rapidamente, os jornais nipo-brasileiros desempenham outras funções além de informar e divulgar eventos. As profissionais que produzem esses conteúdos, pela natureza das publicações, estão mais próximas de seus leitores, provocando a necessidade de perceber as mudanças na comunidade para ajustes e negociações com a sociedade majoritária. Fátima Kamata esclarece as transformações no perfil dos dekassegus brasileiros no Japão, que provocaram rápidas mudanças editoriais nas publicações. Nos últimos tempos antes do desaparecimento dos jornais impressos, as matérias estavam claramente sintonizadas com os brasileiros enquanto moradores permanentes no Japão, preocupados com a aquisição da casa própria, por exemplo.

Os relatos de vida das jornalistas *nisseis* Célia Abe Oi e Fátima Kamata refletem um momento decisivo na trajetória das mulheres *nikkeis*: as famílias apóiam a continuidade dos estudos em nível superior, mas relutam diante da possibilidade de deixá-las vivendo sozinhas, desacompanhadas de membros da família. A partir dos anos de 1970, as novas gerações de mulheres descendentes puderam também participar dos sonhos de ascensão social por meio de uma profissão, anteriormente privilégio dos filhos homens. A perspectiva de emancipação das filhas causava receio nas famílias, pelos riscos de estarem desprotegidas e inseridas em grupos fora do âmbito nipo-brasileiro.

A identidade brasileira revela que fica bem preservada mesmo com a permanência no Japão, no caso das jornalista Mami Yasunaga. Foi comentado que ela parecia bem mais “japonesa” na foto tirada no Japão. O interessante é a percepção de que era uma questão de aparência e gestual, decorrentes de viver no Japão e das necessidades de interagir com os japoneses. Ela parecia japonesa por causa da linguagem corporal, além dos óbvios traços orientais, mas ficou claro que a jornalista não se tornara uma japonesa:

Tá bem japa mesmo, né. Acho que todas nós ficamos... abaixamos a cabeça quando estamos no telefone e o tradicional "V" na hora de tirar a foto... Acho meio natural isso

tudo.. de adquirirmos os hábitos. Acho que nem é consciente. Mas, lembro que foi somente no Japão que isso ocorreu. No Brasil a gente já perde esse hábito.... pelo menos foi o que senti. (Mami Yasunaga, 25/11/2010)

Quando vistas de perto, cada trajetória pressupõe várias conquistas das entrevistadas. Não deve ter sido fácil para uma Fátima jovem chegar de sua cidade e procurar trabalho nos jornais como o São Paulo-Shimbun. Ela reitera várias vezes que mesmo hoje não gosta de aparecer no vídeo, nem de falar muito. O que parece ser simples pode ter demandado grande força de vontade e de superação, diante da necessidade que ela sentia de não sobrecarregar os pais com as despesas da faculdade e de se manter na capital.

Os relatos de vida mostram que o trabalho no jornalismo tem o potencial de expor as jornalistas aos confrontos entre as exigências do papel profissional e de suas qualidades humanas. Esta consciência pode provocar mudanças na ética profissional. Não se trata de algo vago, mas algo essencial que altera as técnicas e procedimentos no trabalho, como o respeito às fontes, dentre outras transformações mais sutis ou pessoais. A pesquisa mostra as mulheres colocadas em suas possibilidades de liberdade, autonomia e busca das transformações sociais e particulares.

Bibliografia

- ARENDT, Hannah. "A Mentira na Política – Considerações sobre os Documentos do Pentágono". In ARENDT, Hannah. Crises da República. Tradução José Volkmann. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- BOCCHINI, Maria Otilia. Formação de redatores para a produção de textos acessíveis a leitores pouco proficientes. Tese de doutorado. São Paulo, ECA-USP, 1994.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- BITTNER, Dulcília Schroeder. Mulher de Papel: A Representação da Mulher na Imprensa Feminina Brasileira. São Paulo, Loyola, 1981.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Estrutura Familiar e Mobilidade Social. Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo, Primus Comunicação, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil – O longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CARIGNATO, Taeco Toma. "Por que eles emigram?". In: CARIGNATO, Taeco Toma, ROSA, Miriam Debieux Rosa, PACHECO FILHO, Raul Albino (orgs) Psicanálise, cultura e migração. São Paulo, YM Editora & Gráfica, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1972.
- CROCHIK, José Leon. "A visibilidade discriminada". In: CARIGNATO, Taeco Toma, ROSA, Miriam Debieux Rosa, PACHECO FILHO, Raul Albino (orgs) Psicanálise, cultura e migração. São Paulo, YM Editora & Gráfica, 2002.
- DEL PRIORE, Mary (org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto, 1997.
- D'INCAO, Maria Ângela. "Mulher e Família Burguesa". In: Del Priore (org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto, 2006.
- GARCEZ, Lucília H.C. A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto. Brasília, Ednub, 1998.
- GARDENAL, Luiz Maximiliano Santin. A alternância de código nas falas de nipo-brasileiros de Aliança e Fukuhaku-mura dos informantes isseis na pesquisa As línguas faladas nas comunidades nikkei do Brasil. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2008.
- GOFFMAN, Erving. Estigma. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.
- HAYNES, Avelina Salles. "A Mulher Japonesa no Brasil". Simpósio do 60o. Aniversário da imigração japonesa no Brasil. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1971.
- HALL, S. (1995). A questão da identidade cultural. Campinas, IFHC/Unicamp.
- HALL, Stuart. Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.
- HANDA, Tomoo. O Imigrante Japonês. História de sua vida no Brasil. São Paulo, T. A. Queiroz, 1987.
- HASHIMOTO, Francisco. Sol Nascente no Brasil: Cultura e Mentalidade. Assis, HVF Arte e Cultura, 1995.
- HANE, Mikiso. Premodern Japan. Colorado, Westview Press, 1972.
- HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. São Paulo, Paz e Terra, 1970.
- HELOANI, Roberto. "Vivendo no limite: quem são nossos formadores de opinião". In: REVISTA USP, São Paulo, n.65, março/maio 2005, p. 148-168

HIRSCHMANN, Albert O. A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade e Ameaça. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

IANNI, Octávio. Raças e Classes Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resitência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil, IBGE, 2008

ISHI, Ângelo Akimitsu. Sofá nunca mais: Por uma revolução no jornalismo nipo-brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP, 1988.

KATO, Mary. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo, Ática, 1987.

KATO, Mary. O Aprendizado da Leitura. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

KAWAI, Mitsuko. “Estrela Fugaz”, in Aqui Poesia (antologia). Editora do Escritor, São Paulo, 1992.

KAWAI, Mitsuko. Sob Dois Horizontes. São Paulo, Editora do Escritor, 1988.

KAWAI, Mitsuko. “Jornalista por acaso”. In: De Quatro Ventos (antologia). São Paulo, Editora do Escritor, 1994.

KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas, Pontes, 2007.

KOYAMA, Rokuro. Koyama Rokuro Kaisoroku (Memórias de Koyama Rokuro). São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1975.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. “Globalização e Comunicação: mudanças na comunidade nikkei e construção de novas identidades na revista Made In JAPAN (1998-2002)”. <http://hdl.handle.net/1904/4995> Acessado em 04/10/2010.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *O nikkei na cultura brasileira: do imaginário na sociedade à pesquisa interdisciplinar (mimeo)*. Comunicação apresentada no X Seminário Internacional de Comunicação. PUC- RGS – FAMECOS, novembro de 2009.

LACAN, Jacques. “O estádio do espelho como formador da função do eu”. In: Escritos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo, Editora Unesp, 2001.

LESSER, Jeffrey. Uma Diáspora Descontente – Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. São Paulo, Paz e Terra, 2008.

MARTINS, José de Souza. “A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção”. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, volume 5, novembro de 1994. São Paulo.

MARTINS, José de Souza. “O Vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil”, in Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis, Vozes, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. A revolução possível: história oral de soldados brasileiros na Guerra Civil Espanhola. São Paulo, Xamã Editora, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo, Edições Loyola, 1998.

MELLO, Lúcia Wollet. “Costumes Matrimoniais entre Japoneses e seus Descendentes no Brasil”, in Egon Schaden (org.). Homem, Cultura e Sociedade no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1972.

MORI, Koichi e INAGAKI, Bárbara. “A Mulher nikkei no Brasil – sua imagem por meio dos concursos de beleza. In De sol a sol – o Japão que nasce no Brasil. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2008.

NOMURA, Tania. *Universo em Segredo: a Mulher Nikkei no Brasil*. São Paulo, Aliança Cultural Brasil-Japão, 1990.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio – No movimento dos sentidos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

OSHIRO, Tatsuihiro. *Noroeste Tetsudo*. Tokyo, Ed. Bungeishunju, 1989.

OSMAN, Samira Adel. *Entre o Líbano e o Brasil: Dinâmica Migratória e História Oral de Vida*. Tese de doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2006.

PINEAU, Gaston. *As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-existencial*. *Revista Educação e Pesquisa*. Tradução de Maria Teresa Van Acker e Helena Coharik Chamlian. São Paulo, vol 32, no. 2, p. 329-343 maio/agosto de 2006.

PORTELA, Fernando. *De sol a sol – o Japão que nasce no Brasil. Os nisseis, sua tradição e integração*. Realização Fundação Kunito Miyasaka e Editora Terceiro Nome. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. “Relatos Orais: do “indizível” ao “dizível””. In: SIMSON, Olga de Moraes (org.) *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo, Vértice, 1988.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

SAITO, Hiroshi (org.). *A Presença Japonesa no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1980.

SAITO, Hiroshi, MAEYAMA, Takashi (orgs.). *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. Petrópolis, Vozes/Edusp, 1973.

SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração Japonesa*. São Paulo, Editora Sumaré, 1993.

SAKURAI, Célia. *Os Japoneses*. São Paulo, Contexto, 2006.

SAKURAI, Célia. “Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil”, in *Revista da USP*, dossiê Brasil-Japão. São Paulo, 1995, no. 27.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Modernidade, identidade e cultura de fronteira”. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, volume 5, novembro de 1994. São Paulo.

SANTOS, Milton. “Mapa do Mundo: Tempo e Espaços Hegemônicos?”. In: *Saber plural*. São Paulo, ECA-USP, no. 3, 1996.

SANTOS, Milton *As Cidades Mutiladas*. In: LERNER, Julio (org.). *O Preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1996/1997.

SATO, Cristina Miyuki. *Brasil em Ideogramas – Histórias de Vida de Jornalistas da Imprensa Nipo-Brasileira*. Dissertação de mestrado. São Paulo, ECA/USP, 2004.

SCHILLER, Nina, BASCH, Linda, BLANC SZANTON. *Towards a Transnational Perspective on Migration. Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered*. New York, The New York Academy of Sciences, 1992.

SCHILLER, Nina Glick. *A global perspective on transnacional migration: Theorizing migration without methodological nationalism*. COMPAS (Centre on Migration, Policy and Society), Universidade de Oxford, 2009.

<http://www.compas.ox.ac.uk/fileadmin/files/pdfs/WP0967%20Glick%20Schiller.pdf>
Acessado em 10/12/2010.

SILVA, Andréia Ferreira da. Jornalismo brasileiro do outro lado do mundo. Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes da USP, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. (org) Identidade e Diferença. Petrópolis, Vozes, 2000.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. Uma Epopéia Moderna. 80 Anos de Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo, Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992.

SOUZA, Elizeu Clementino de. “Pesquisa narrativa escrita (auto)biográfica: interfaces metodológicas e formativas”. In SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (orgs). Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS/EDUNEB. 2006.

SUZUKI, Tae. As Expressões de Tratamento da Língua Japonesa. São Paulo, Edusp/ACBJ, 1995.

SUZUKI, Tae. “Revendo alguns dados da história do Japão”. In: Estudos Japoneses. São Paulo, no. 17, pp. 167-176, 1997.

SUZUKI, Teiiti. The Japanese immigrant in Brazil. Tokyo, University of Tokyo Press, 1969.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. Entre Gueixas e Samurais – A Imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945). Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2009.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

WATANABE, Alexandre Farias. As Experiências das Raízes e o Dekassegui – Um estudo de psicologia social a partir da reconstrução autobiográfica. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 2008.